



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ALCIDES PONTES REMIJO**

**A Situação da Classe Trabalhadora nos Frigoríficos de Barretos: o  
antagonismo da superexploração**

**Florianópolis – 2013**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ALCIDES PONTES REMIJO**

**Dissertação de Mestrado  
apresentada ao *Programa de  
Pós Graduação em Serviço  
Social* da *Universidade Federal  
de Santa Catarina* como  
requisito para obtenção do  
título de Mestre em Serviço  
Social.**

**Orientador: Prof. Dr. Ricardo  
Lara**

**Linha de Pesquisa: Questão Social, trabalho e emancipação humana**

**Florianópolis – 2013**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Remijo, Alcides Pontes Remijo

A Situação da Classe Trabalhadora nos Frigoríficos de  
Barretos : antagonismo da superexploração. / Alcides Pontes  
Remijo Remijo ; orientador, Ricardo Lara - Florianópolis,  
SC, 2013.  
382 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Superexploração. 3. Saúde do  
Trabalhador. 4. Emancipação humana. 5. Capitalismo  
dependente. I. Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.  
III. Título

## **ALCIDES PONTES REMIJO**

### **A Situação da Classe Trabalhadora nos Frigoríficos de Barretos: o antagonismo da superexploração**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

#### **Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Ricardo Lara (UFSC – Orientador)

---

Profa. Dra. Beatriz Augusto Paiva (UFSC – membro)

---

Profa. Dra. Edvânia Angela de Souza Lourenço (UNESP – membro externo)

## **AGRADECIMENTOS**



Início meus agradecimentos ao meu orientador que me ofereceu liberdade de pensamento, apesar das polêmicas e debates calorosos, e desenvolveu minha formação como assistente social, como pesquisador. Não poderia deixar de agradecer a outras pessoas que, com maior ou menor expressão, possibilitaram minha chegada ao fim da dissertação de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina. Mas não poderia esquecer-me dos meus grandes professores da Unesp-Franca, que me adensaram na perspectiva de mundo e radicalidade de olhar para as contradições imanentes do sociometabolismo do capital e acreditar na possibilidade de futuro mais humano.

Digo que sempre há pessoas que passam pelas nossas vidas e deixam um pouco delas em nós, como também deixamos um pouco de nossa individualidade. Uma destas pessoas é a minha mãe Alice Quitéria Pontes Remijo, mulher guerreira que com muito carinho, amor e dedicação me deixou uma lição de luta e superação na vida. Nesta mesma perspectiva, e, com saudades, agradeço ao meu pai Wilcineu Remijo, sua contribuição foi de que a honestidade na vida é o pressuposto que o homem deve ter, isso é uma base para toda pessoa que busca a emancipação humana. O preceito fundamental: o dinheiro não compra pessoas com caráter. A minha irmã, Kátia Pontes Remijo, foi à pessoa que primeiro me incentivou a ingressar nos estudos e consequentemente em um curso superior, seu carinho, bem como de parentes que na vida me auxiliaram ou torceram para este desfecho, tia Osmarina, tia Brasa, tio Leo, tio Antonio, tia Silvia e tio Auro, entre outros. Também não poderia deixar de mencionar a minha madrinha Conceição e o meu Padrinho que me auxiliaram financeiramente nos

estudos.

Agora gostaria de dizer a algumas pessoas que lutaram comigo ao longo da vida e da minha formação como assistente-social. Deixo claro que todo homem é capaz de buscar superar seus limites. Agradeço singelamente àqueles que passaram ou permanecem na AM Lages, Comap, esses companheiros de trabalho, que ao longo da minha vida de trabalhador braçal, estiveram sempre presentes.

Como uma conspiração do universo, agradeço o aparecimento de dois irmãos que mudaram meu pensamento como indivíduo. Primeiramente um forte abraço ao irmão, camarada, mestre e companheiro de trabalho Diogo Prado Evangelista, que me apresentou o pensamento marxiano, o qual me fez descobrir que mais que um aporte teórico para tentar chegar mais perto do conhecimento da realidade é uma postura de vida.

Outro irmão meu é David de Oliveira Barbosa, acima de tudo um companheiro nas horas mais difíceis, no momento em que a vida não tinha tantas cores, foi seu apoio que me possibilitou superar as barreiras que o dia a dia impôs a mim, além de contribuir com várias discussões que me fizeram refletir e buscar mais conhecimento.

Também não poderia deixar de fazer referência a três amigos, mais que professores, Raquel, Fernando e Edvânia que com suas dicas possibilitaram o aprofundamento no conhecimento da vida cotidiana. Assim como não poderia esquecer os companheiros da caminhada pela graduação da UNESP – Campus de Franca – Wagner, Gilcemar, Domenico, Roberto, Jaqueline Ferreira, Thiago, João Gabriel entre tantos outros, que mesmo com o fim da graduação sempre de alguma



maneira buscaram manter o contato de amizade. Agradeço aos jovens amigos da Juventude Comunista Avançando, em especial Gyovanni Simom, Davi, Bruno, Kawe, José Rodolfo, Kelen Rosso, Ricardo Lima e Elson, Leandro Nunes.

Gostaria de homenagear pessoas que de um modo diferente estão comigo no “Grupo de Estudos Futuro Presente”: Rodrigo, Marlon e Sandra. Além de fervorosos amigos de Barretos como Marise, Mara, Braz, Cláudio, entre tantos que não haveria espaço para mencionar. Os amigos que compartilharam momentos na pós-graduação em Serviço Social, em especial Marina Coutinho, Rodrigo Fernandes, Simone Machado, Lélica Lacerda e Alberth Alves.



**REMIJO, Alcides Pontes. (2013).** *A Situação da Classe Trabalhadora nos Frigoríficos de Barretos: o antagonismo da superexploração*, 2013, 213 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as relações de trabalho e saúde nos frigoríficos do município de Barretos - SP. Os frigoríficos instalados no Brasil vêm ganhando mercado mundial adquirindo inúmeras filiais no exterior, mesmo em países tradicionalmente protecionistas (caso dos Estados Unidos). Ao mesmo tempo em que as empresas instaladas no Brasil ganham mercado internacional, os trabalhadores adoecem em decorrência do excesso de trabalho e/ou se acidentam, formando uma massa de pessoas inválidas, ou inaptas para o trabalho. A pesquisa demonstrou essa tendência no processo de adoecimento dos trabalhadores em Frigoríficos de Barretos-SP. Ao estudar mais profundamente o objeto, chegamos à conclusão de que a resposta não está apenas na legislação trabalhista, em muitos casos não respeitada. Analisando a particularidade histórica do capitalismo dependente brasileiro, observamos que as empresas tendem a superexplorar a classe trabalhadora como forma de correção do capitalismo dependente. Na gênese, essa superexploração, auxiliava o *imperialismo* a manter o “Estado de Bem-Estar-Social” dos países centrais, pois as taxas de lucro estavam altas, e a burguesia internacional poderia ceder parte da mais-valia para subsidiar políticas sociais. Mas após o capitalismo entrar em crise estrutural, surgem novas

determinações, visto que o processo de concentração e centralização do capital fez com que a tendência decrescente da taxa de lucro acentuasse-se. Paralelo a essa queda na taxa de lucro vem o desemprego, a precarização do trabalho, desmonte das políticas sociais, privatizações. Aventamos a possibilidade da intensificação da exploração como um fator de contratendência, e isto vem ocorrendo largamente nos frigoríficos brasileiros, em especial em Barretos. Acresce a esse processo a atual conjuntura da luta de classes que colocou o trabalho na defensiva, além de criar instituições serviais ao capital, e o desgaste de organizações de representação da classe trabalhadora, como os sindicatos e os partidos políticos. Esse quadro reversivo aponta para uma tendência de aumentar os índices de doença do trabalho nos frigoríficos em virtude da intensificação da jornada de trabalho.

Palavras-chave: Doenças do Trabalho, Superexploração, Saúde do Trabalhador, Capitalismo Dependente.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the relations of work and health in the cold city of Barretos - SP . The refrigerators installed in Brazil are gaining world market by acquiring numerous subsidiaries abroad, even in countries traditionally protectionist ( U.S. case ) . At the same time the companies installed in Brazil win the international market , workers become ill due to overwork and / or are injured , forming a mass of disabled or unfit for work . Research has shown this trend in the disease process in workers Refrigerators Barretos - SP . By studying further the object , we conclude that the answer lies not only in labor legislation in many cases not respected . Analyzing the historical particularity of dependent capitalism in Brazil, found that companies tend to overexploit the working class as a form of correction of dependent capitalism . In the genesis , this exploitation , imperialism helped keep the " Welfare State - Social " core countries , because profit rates were high , and the international bourgeoisie could sell part of the gain to subsidize social policies . But after capitalism into crisis structural

determinations are new , since the process of concentration and centralization of capital meant that the tendency of the rate of profit is accented . Parallel to this decrease in the rate of profit comes unemployment , job insecurity , dismantling of social policies , privatization . Aventamos the possibility of intensifying the exploitation factor as a countertrend , and this has been occurring widely in Brazilian slaughterhouses , particularly in Barretos . In addition to this process the current situation of the class struggle that put the work on the defensive , and create institutions to capital servants , and wear organizations representing the working class , such as trade unions and political parties . This framework points to reversing a trend of increasing rates of work-related disease in refrigerators due to the intensification of the work day.

**Keywords:** Diseases of Labor, Overexploitation, Occupational Health, Dependent Capitalism.

→A Produção Capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes de originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2008: 571).





## LISTA DE SIGLAS

AEAT - Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho  
AEPS - Anuário Estatístico da Previdência Social  
CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho  
CEREST - Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador  
CCQ - Círculos de Controle de Qualidade  
CID - Classificação Internacional de Doença  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social  
MAS - Movimento Avançando Sindical  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
Mercosul - Mercado Comum do Sul  
MES - Movimento Esquerda Socialista  
MP - Medida Provisória  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego  
MTL - Movimento Terra e Liberdade  
MTS - Movimento Tendência Socialista  
MPS - Ministério da Previdência Social  
MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores  
NCST - Nova Central Sindical dos Trabalhadores  
NTEP - Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
OMC - Organização Mundial do Comércio

PAC - Plano de Aceleração do Desenvolvimento  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB - Partido Comunista do Brasil  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PEC - Proposta de Emenda à Constituição  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PL - Partido Liberal  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNSST - Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho  
PPL - Partido Pátria Livre  
PPS - Partido Popular Socialista  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSD - Partido Social Democrata  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PV - Partido Verde  
SDS - Social Democracia Sindical  
SMSP - Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo  
SST - Serviço / Seção de Saúde do Trabalhador  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TLS - Trabalhadores na Luta Socialista  
TST - Tribunal Superior do Trabalho  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UGT - União Geral dos Trabalhadores

UERP - Unidades Executivas de Reabilitação Profissional

VO - Voz Operária



## SUMÁRIO

1. Introdução.....	23
2. O início da pecuária no Brasil e sua chegada em Barretos-SP .....	38
3. Casamento imperfeito: saúde do trabalhador e produção capitalista.....	61
3.1 O desgaste da classe trabalhadora nos frigoríficos em Barretos.....	61
3.2 Século XXI: o desgaste da classe trabalhadora continua!.....	91
3.3 Gênese da contradição entre saúde da classe trabalhadora e seu desgaste e produção capitalista.....	118
3.4 O Trabalho como forma originária do ser social?.....	127
4. Século XXI: Acumulação capitalista e a teoria do valor.....	156
4.1 Teoria do valor-trabalho: sua gênese, à crítica da economia política clássica .....	156
4.2 Alguns apontamentos da resolução marxiana da teoria valor-trabalho .....	198

4.3 A especificidade da acumulação capitalista no Brasil.....	226
4.4 A superexploração do trabalho: contratendência da taxa decrescente de lucro.....	295
5. Considerações finais.....	367
6. Referências.....	378

## 1- Introdução

A presente pesquisa tem o objetivo de denunciar o processo de adoecimento dos trabalhadores dos frigoríficos instalados no município de Barretos, no estado de São Paulo.

Esta dissertação de mestrado é continuação de pesquisa que resultou no trabalho de conclusão de curso com o título “As Condições de Trabalho dos Faqueiros de Carnes nos Frigoríficos de Barretos-SP”, apresentado à Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho” UNESP – Campus de Franca para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

A dissertação de mestrado tem uma gama de índices estatístico, dados secundários e documentação bibliográficas mais elaboradas que o trabalho de conclusão de curso. Os motivos desta evolução não subsistem apenas pelo processo de amadurecimento do pesquisador, mas em especial, às denúncias de adoecimento, más condições de trabalho e degradação da força de trabalho em indústrias frigoríficas. As denúncias nos últimos anos ganharam evidências através do documentário realizado pelo Repórter Brasil com contribuição do Ministério do Trabalho (*Carne e Osso*), e uma série de ações do Ministério Público do Trabalho lavrando multas e/ou Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, ações contra os frigoríficos, além de uma série de pesquisas sobre o assunto.

A importância de compreender o acúmulo teórico proporcionado pelos estudos sobre o mundo do trabalho, ocorre em decorrência do capitalismo universalizar suas relações de produção, isto

resulta na necessidade de buscar um acúmulo teórico mais abrangente. Estudamos autores que discutem a formação capitalista brasileira para observar as refrações desta tendência mundial do capitalismo contemporâneo nas latitudes do Brasil. E, por fim, debruçamo-nos na pesquisa bibliográfica que trata acerca da saúde do trabalhador.

A dificuldade de expor os procedimentos metodológicos é que buscamos denunciar uma problemática já era familiar ao pesquisador antes de adentrar à academia: a situação do trabalhador que perde a própria saúde no trabalho.

Isto se deve ao fato de o pesquisador já ter sido morador de Barretos e presenciado essa contradição com o senso comum, onde, em muitas ocasiões, percebeu julgo dos trabalhadores de forma preconceituosa. A forma que encontramos para compreender as contradições de trabalhador bem como esses fenômenos explícitos, foi estudar a sociedade burguesa. E a forma mais racional foi pela —Crítica da Economia Política—. Ao dizer que a teoria social de Marx é a forma mais adequada para compreender as contradições da sociedade burguesa não significa que aplicamos esse —~~método~~ método— à realidade, muito comum no positivismo que viceja na academia. Pelo contrário, buscou-se compreender minimamente a totalidade das relações sociais para então compreender as determinações mais simples da relação entre trabalho e capital, e sua manifestação do desgaste do trabalhador neste processo de superexploração.

Após a pesquisa bibliográfica, retornamos ao objeto: as doenças do trabalho nos frigoríficos de Barretos. Assim, buscamos documentos encontrados nos autos de atuação do MTE e denúncias de jornais,



artigos acadêmicos, trabalhos monográficos e notícias veiculadas na internet. Por fim, aplicamos questionário a 311 trabalhadores em Barretos, das empresas Minerva (abatedouro), JBS Friboi (indústria e desossa) e Minerva *Dawn Farms* (indústria de alimentos prontos). Esse questionário foi aplicado na porta das fábricas no final do expediente.

A pesquisa de mestrado teve algumas dificuldades que devemos ponderar para melhor expor os procedimentos metodológicos adotados. A principal dificuldade é a correlação de forças nos frigoríficos onde os trabalhadores não se sentem à vontade para serem entrevistados de forma qualitativa, pois uma pesquisa qualitativa poderia confluir com os dados quantitativos e dados secundários que obtivemos durante a pesquisa. Ademais, seria impossível realizar este trabalho, pois os frigoríficos não aceitaram participar da pesquisa referendando a solicitação do aceite do comitê de ética para pesquisa com seres humanos. É de senso comum dos trabalhadores que o sindicato que deveria representá-los tem um verdadeiro conluio com as empresas frigoríficas. Caso emblemático quando o pesquisador, Zé (militante do MAS) e Davi (presidente do PSOL/Barretos) tentaram exibir o documentário *Carne e Osso* e foram ameaçados e intimidados por tais —apresentantes” para que não ocorresse a atividade. Se um —pseudosindicato” propõe-se a ameaçar um pesquisador que não tem vínculo nem com os frigoríficos, nem tampouco com tal representante corrupto, não é de estranhar-se a enorme coação sobre os trabalhadores que podem ser demitidos a qualquer momento.

Acima, descrevemos o processo da pesquisa, contudo, não será apresentado desta maneira, pois para compreender corretamente essa

contradição entre produção de carnes e saúde do trabalhador, deve-se observá-la sob aproximações sucessivas ao objeto a ser analisado, portanto é imprescindível captar a sua gênese e desenvolvimento. Assim, a pesquisa genética torna-se o melhor processo para observar as atuais contradições entre capital e trabalho. György Lukács, filósofo que melhor expôs sobre a pesquisa genética, destaca que a característica principal desta forma de análise é a história concreta, não como fatos mortos como quer a burguesia, mas sob o *humanismo*, o *historicismo concreto* e a *razão dialética* (COUTINHO, 2010). Nas palavras do pensador húngaro: “Devemos entender o passado em sentido ontológico e não no sentido da teoria do conhecimento [...] Ontologicamente, ao contrário, o *passado nem sempre é algo passado, mas exerce uma função no presente [...]*” (LUKÁCS, 1969: 30, grifos nossos).

As denúncias enfatizadas deste trabalho acadêmico têm como objetivo, além da produzir conhecimento e obtenção do título de Mestre em Serviço Social, retornar a pesquisa aos trabalhadores dos frigoríficos. Desta forma, espera-se que sirva de instrumento de compreensão de suas contradições e possa elevar o nível cultural dos trabalhadores e trabalhadoras. O rigor em expor as categorias com exemplos cotidianos visa o acesso universal, ou seja, possibilite tanto subsidiar novas pesquisas, quanto divulgar aos trabalhadores de frigoríficos.

A pesquisa da sociedade burguesa para Marx não começa do zero, e ele vai ao mesmo tempo —~~de~~ <sup>de</sup> “*de* nos ombros de gigantes para poder olhar por cima deles”. A partir de 1844, o autor de *O Capital* vai dialogar intensivamente com a economia política clássica. A sua

principal divergência com essa teoria social é que eles partiam de um fato econômico político —~~po~~to, dado e acabado”, de formas anteriores de produção. Os economistas políticos clássicos quando tentavam explicar a história voltavam-se ao passado mítico, ou seja, não faziam as mediações necessárias para então chegar ao desenvolvimento da sociedade burguesa. Assim, os economistas políticos clássicos observavam algumas leis imutáveis da sociedade e uma visão unilateral do processo histórico. Ao trabalhar sob abstrações razoáveis, os economistas políticos clássicos não observam para além da sociedade burguesa, pensamento muito recorrente hoje nas Ciências Sociais de inspiração pós-moderna, nas —~~Ciê~~ciências Econômicas” de inspirações neoclássicas e neoliberais.

Buscaremos tratar de nosso objeto sob a perspectiva da totalidade, isto implica necessariamente o estudo da sociedade burguesa. A totalidade é formada de complexos de complexos, nenhum sendo irreduzível, ou hierarquicamente sobreposto como um edifício. Analiticamente, o ser social capta a totalidade, e a partir dela busca-se as particularidades do processo, suas determinações (novos complexos) —~~mais~~ simples” e, desta forma quando retornamos à totalidade, esta não é observada da mesma maneira, pois possui múltiplas determinações. Os imperativos categoriais dessa pesquisa, afirmaríamos a unidade dialética: trabalho e adoecimento; exploração e luta de classes. Assim poderíamos ter uma visão de totalidade da questão do adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos.

Ao buscar compreender —~~a~~situação da classe trabalhadora de Barretos” observam-se as manifestações das determinações mais gerais

da lei do valor-trabalho e da atual crise do capital. Mas não vamos iniciar nosso trabalho por essas determinações mais gerais, pois partiremos dos elementos mais simples para depois dialogar com os complexos/universais premissas de determinações, que já devem conter alguns esclarecimentos e questionamentos já visíveis nas determinações mais simples. Isso se deve ao simples fato da diferença entre método de pesquisa e método de exposição, segundo MARX (2008: 28) essa diferença no trato da pesquisa decorre do reflexo mais fiel da análise que busca captar:

É mister, sem dúvidas, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem que se apoderar da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori* (MARX, 2008: 28).

Neste caso, na sociedade burguesa o complexo mais elementar é a mercadoria, mas a mercadoria tem complexos mais elementares, por exemplo, o valor (ou se preferir valor-de-troca) que é um elemento puramente social, existe somente em sociedade. Contudo, para que tenha valor um produto, é necessário que haja trabalho.

Poderíamos iniciar a pesquisa expondo um elemento simples, como é a carne. Há um longo caminho que medeia da carne em seu estado bruto à forma acabada que a utilizamos na nossa alimentação. Ao

saborear a carne, não imaginamos que por trás dela há redes de relações sociais que nos remetem a lugares muito mais distantes sem os quais seria impossível a sua produção em massa e sua chegada ao prato da população brasileira. Aquele pedaço de carne contém muito mais que os temperos, proteínas, sais minerais, colesterol ou qualquer outro elemento biológico ou físico/químico, mas também determinações puramente sociais, como o valor, exploração, relações de poder assimétricas e doenças relacionadas ao trabalho.

A exposição da dissertação partiu do —smples para o complexo” e, desta forma, objetiva obter as mediações necessárias para demonstrar a totalidades das relações sociais que permeiam o complexo de complexo que é o processo de adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos de Barretos.

Seguindo as riquíssimas orientações da banca de qualificação, fizemos a opção por uma exposição formal e acadêmica. Para isso, partimos da pesquisa de campo propriamente dita para debater as determinações mais gerais.

A pesquisa teve como —sjeitos” os trabalhadores empregados nos frigoríficos de Barretos, cidade mais conhecida por seus rodeios, por ser —a capital *cowntry*” do Brasil. Ao contrário do que se pensa, a principal fonte de riqueza barretense não é o rodeio, e sim o agronegócio, seja da cana-de-açúcar, seja da laranja, seja da carne bovina. Além de uma rede de serviços e comércio bem desenvolvido para uma cidade de seu porte.

Iniciaremos a exposição buscando o didatismo para sermos compreensíveis a todo aquele que acessar a esta dissertação, em especial os trabalhadores em frigoríficos.

Apresentaremos o desenvolvimento da cidade, em especial, dando ênfase na pecuária e, posteriormente, na indústria frigorífica, demonstrando algumas das características da produção industrial de carnes ao longo da história da cidade, apontando alguns dados da atual produção de carnes local.

O atual ciclo de acumulação capitalista é sustentado na exploração da classe trabalhadora e resulta em inúmeras formas de doenças relacionadas ao trabalho, como LER/DORT<sup>1</sup>, doenças que atingem diretamente a capacidade física do trabalhador – seus membros. Além de outras doenças que a classe trabalhadora está submetida pelos novos modelos de controle da força de trabalho que afetam sua saúde mental. Importante salientar que, se por um lado, os impactos na capacidade física dos trabalhadores afetam sua subjetividade, por outro, doenças psíquicas e mentais afetam a capacidade física dos trabalhadores. Portanto, as doenças físicas e psicológicas estão em uma determinação recíproca, ou seja, interligadas.

Essa contradição não é exclusividade dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho para os frigoríficos, mas estende-se com a mesma intensidade para o moderno agronegócio brasileiro. Contudo, tal antinomia pertence à universalidade do atual estágio de acumulação capitalista, cujos pilares centrais da acumulação mundial têm como

---

<sup>1</sup> A LER é a sigla de Lesão por Esforço Repetitivo; DORT é a sigla de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho.

características uma produção baseada em novas tecnologias como a robótica, a informática, a nanotecnologia (processo que está substituindo a microeletrônica). Estas tecnologias são geridas sob o modelo *toyotista* e mercado Globalizado e, concatenado a esse processo, a formação do Estado “Neoliberal”, baseado no mínimo investimento em política social<sup>2</sup>. Simultaneamente, ocorre uma intensificação do trabalho, aumentando o grau de exploração da força de trabalho.

A tendência universal de adoecimento no trabalho pela nova forma de extração de mais-valia não se expressa de forma igual nas diferentes partes do globo. Por isso, sem deixar de observar as tendências mais gerais do capital, tem-se que galgar as particularidades das formações econômicas periféricas que têm determinações próprias e, portanto, uma singularidade que deve não deve ser ignorada.

Analisando a formação econômica dos países latino-americanos — inclusive o Brasil — os agentes econômicos dominantes (donos dos meios sociais de produção que primeiramente representavam apenas o latifúndio) sempre estiveram sob uma heteronímia (se quiser ler como dependência) ao capital estrangeiro hegemônico, primeiro europeu e posteriormente estadunidense e nipônico. Na formação econômica do

---

<sup>2</sup> É importante deixar claro que, ao dizer que o Estado Burguês tem um mínimo de investimento nas políticas sociais não é asseverado que ele é um —Estado mínimo, pois as interferências na economia, confirmado neste período durante acentuação da crise do capital demonstraram que o Estado é mínimo para o social e máximo para o capital” (Reproduzimos em parte a fala do professor José Paulo Netto no I Encontro da Crítica da Economia Política realizado na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri). O professor José Paulo Netto refere o —auxílio” dado pelo Estado às empresas, em especial a bancos e instituições financeiras, saldando as dívidas e emprestando dinheiro a fundo perdido.

Brasil, as elites eram constituídas, sobretudo, pelas oligarquias que se modificaram e expressam-se agora como agentes financeiros dos bancos e do capital especulativo, sob controle de grandes empresas transnacionais, ou conectadas intimamente a eles. Essa ligação entre as elites agrárias (e comerciais) e o capital monopolista é expressão *do Imperialismo*, que no Brasil deu-se o nome de agronegócio.

Esse salto qualitativo de uma produção estritamente agrária para a industrialização que demonstra a maturação da produção em moldes propriamente capitalistas e, posteriormente, o capital monopolista. Contudo, estas transformações deram-se através de uma maior exploração, aviltamento, sacrifício das formas desumanas de trabalho. Um dos motivos que levam a essa superexploração é a subserviência dos países periféricos ao capital dominante e a especificidade de dominação burguesa na periferia.

As personificações do capital no Brasil, primeiro a oligarquia e a burguesia nacional, se metamorfosearam ao longo das duas últimas décadas do século XX. É óbvio que sua negação, a classe trabalhadora, tende a modificar-se também. Assim, para analisar o moderno agronegócio temos que atentar não somente no trabalhador rural propriamente dito, já que o agronegócio é resultado da concentração e centralização da produção capitalista que engloba atualmente tanto o processo de industrialização que antecede a produção rural, como a fabricação de insumos e maquinários voltados para a produção agropecuária. Consequentemente, o beneficiamento dos produtos agropecuários — sua distribuição e circulação —, neste caso, estão vinculados à temática dos trabalhadores dos frigoríficos.



As doenças do trabalho são uma contradição imanente a lógica do capitalismo. Tanto a burguesia quanto a classe trabalhadora tomam consciência disso e buscam, a seu modo, responder a essa contradição. Assim, os defensores do capital asseveram que o problema dos trabalhadores adoecerem é devido ao descuido e falta de destreza, ou ainda a —uma pré-disposição” para tal doença e afastam a relação entre labor e doença. Além disso, consideram como solução *apenas* um —ajuste” ergonômico na produção para não prejudicar os trabalhadores.

A contradição que buscamos expor entre o ser social que trabalha e adoece em empresas frigoríficas não é um fato novo, faz parte constituinte desse ramo produtivo, onde —o estado de acidente” e adoecimento é imanente a esse ramo produtivo (INACIO, 2012: 113). O —Estado de Acidente” é o processo que o trabalhador chega ao local de trabalho, este é o agente causador de doenças, como trabalho repetitivo com instrumentos cortantes como facas, máquinas perigosas, altas e baixas temperaturas, enfim um lista de pré-requisitos para que ocorra acidente e adoecimento no trabalho. Mesmo usando os equipamentos de segurança, a saúde do trabalhador está em risco constante.

A contradição é apreendida pelas classes em confronto, estas criam —concepções de mundo” de acordo com sua inserção e opção de classe e sua ação repercute a concepção de mundo que cada classe possui, ou deveria possuir. A burguesia apreende essa contradição naturalizando tais relações sociais como eternas e imutáveis. Porém, a burguesia, ou seus ideólogos formam uma —concepção de mundo” não somente pela posição de classe, mas também pelos recursos científicos utilizados para a produção do conhecimento.

Para contrapor anteticamente essa apologia direta ao capital<sup>3</sup>, é preciso que nos pautemos pela crítica à economia política, sendo centro dessa contraposição a lei do valor-trabalho, a lei geral da acumulação capitalista e o trabalho alienado/estranhado.

Consideramos —~~metodologicamente~~” correto —a análise concreta de situações concretas” (LENIN, 2010). Para tanto, é imprescindível observar como no Brasil se manifesta a lei do valor-trabalho sob a lógica do capital.

Os pensadores brasileiros que respaldaram suas análises dentro desse arsenal categorial compreendendo a ~~“particularidade histórica”~~ da gênese, desenvolvimento e as crises do capitalismo dependente foram Caio Prado Jr., Rui Mauro Marini e Florestan Fernandes, entre outros. Contudo, foi Marini que desenvolveu a teoria da superexploração capitalista, a partir da teoria do valor-trabalho, que é típica da objetivação do capitalismo na América Latina. Sob essa particularidade,

---

<sup>3</sup> György Lukács, partindo da crítica de Marx à Economia Política vulgar, vai analisar que após o levante da classe trabalhadora que culminou na primavera dos povos, a situação da classe burguesa não poderia utilizar da ciência para desvelar o real e que demonstrasse as contradições do modo de produção capitalista. Nesse momento, os pensadores que promovem a apologia direta do capital produzem não *somente* um conhecimento que mistifica as relações sociais, mas afirmam que tal sociedade é livre de contradições e busca conciliar o inconciliável: trabalho e capital. E abandona o que de melhor o pensamento moderno até então tinha produzido: O humanismo, que remete à compreensão do homem enquanto ~~—produto~~ da sua própria atividade, de sua história coletiva”; o historicismo concreto, relativo à ~~—afirmação~~ do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana”; e a ~~—ação~~ dialética”, que implica na compreensão objetiva e subjetiva da realidade e na superação do saber imediatista e intuitivo. (COUTINHO, 2010).

não homogeneizamos categorialmente as contradições do capitalismo central com o que ocorre na América Latina, em especial no Brasil.

Para explicar a exploração do trabalho é preciso expor a lei do valor-trabalho e a lei geral da acumulação capitalista como uma construção histórica modificando-se durante a história, portanto, manifestando diferentemente ao longo de sua consolidação como sociometabolismo do capital hoje dominante. O capitalismo competitivo (1789-1890) é diferente do da era clássica do Imperialismo (1890-1945), assim como a primeira fase Imperialista diferencia-se da segunda fase do Imperialismo (1945-1970). Deste modo, deve-se levar em consideração que a atual conjuntura da sociedade capitalista emana de mudanças significativas e consolidadas no mundo do trabalho entre o fim dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, que de formas diferentes vêm se arrastando em crises cada vez mais agudas, exigindo cada vez mais do fundo público para sua amenização momentânea.

A alternativa encontrada para a crise estrutural do capital teria que ser respondida pelas classes em presença, ou o proletariado como classe-para-si forjasse sua alternativa, ou o capital colocasse o trabalho na defensiva e impunha sua alternativa à saída da crise. A alternativa encontrada pelo capital foi a substituição do modelo de acumulação capitalista baseado na produção *taylorista/fordista*, sob a égide do Estado de Bem-Estar-Social, pelo de acumulação flexível em sua forma mais desumana: a *toyotista*. Coincidindo, simultaneamente, com o processo de afirmação das políticas neoliberais, portanto um intenso

processo de precarização estrutural das relações de trabalho<sup>4</sup>. Esse novo patamar de acumulação do capitalismo mundial, rebento da *terceira revolução industrial*, trouxe uma recomposição orgânica do capital — possibilidade de maior controle sobre o trabalho vivo, aquele exercido pelos trabalhadores, tendo como resultado o aumento da produção industrial, agrária e de serviços, enfim, todos os espaços onde o trabalho estranhado aplica-se (ANTUNES, 2006).

No capitalismo periférico, tem-se um sincretismo de superexploração do trabalho típica da formação do capitalismo no Brasil, com modelos que acentuam essa tendência de superexploração pela —no~~x~~” organização do trabalho (tem em si uma tendência não somente explorar a força de trabalho, mas superexplorar)<sup>5</sup>. Pautados sob modelos mais produtivos verifica-se que os frigoríficos brasileiros estão conquistando o mercado mundial de produção e distribuição de produtos alimentícios industrializados — tanto na área de enlatados quanto *in natura*. Em nossa concepção, o processo de superexploração é o centro da vultosa acumulação e é acentuado por modelos mais sofisticados de —captra da subjetividade operária”, permitindo mais um ganho de competitividade, para usar a linguagem capitalista.

Nesse caso do ramos da produção dos frigoríficos não há condições de realizar uma completa automação ou terceirização do

---

<sup>4</sup> O Estado de Bem-Estar-Social ocorreu na Europa (ocidental) e em países hegemônicos, como o Japão e sobretudo nos EUA, não cabendo tal análise para países de capitalismo dependente como o Brasil.

<sup>5</sup> É lapidar o trabalho de Valencia (2009) que assevera que a categoria de superexploração do trabalho está sendo perceptível na Europa em decorrência do processo de flexibilização do trabalho típico do modelo de produção Toyotista e o fim do Estado de Bem-Estar Social.

trabalho, pois é característica desta produção não haver uma descentralização da produção como ocorreu nas indústrias calçadista, automotiva, eletroeletrônica, têxtil, entre tantas outras, não havendo, portanto, uma possibilidade de terceirização.

Por tudo isso, compreender a singularidade das relações entre trabalho e saúde dos operários dos frigoríficos de Barretos, na particularidade do capitalismo brasileiro que se constitui e é constituído pela universalidade do capitalismo global, é nosso desafio e compromisso de classe nesta pesquisa.

## 2. O início da pecuária no Brasil e sua chegada em Barretos-SP

Antes de expor a pesquisa empírica da —situação da classe trabalhadora em Barretos”, a saúde do trabalhador, suas características e posteriormente a análise que emerge da pesquisa de campo, partiremos dos elementos mais simples para as determinações mais gerais.

Como a carne é um produto derivado de um animal, abordaremos acerca dela sob uma *abstração razoável*, ou seja, em uma generalidade onde vamos descartar as determinações mais gerais, sem aprofundar as relações mais específicas. O recurso a este procedimento é porque as múltiplas determinações da mercadoria, a carne, vai ser tratada em outros capítulos, portanto desnecessário alongar tal debate neste ponto<sup>6</sup>. Por ora, apenas abordaremos sucintamente acerca da gênese da pecuária e seu início no universo pesquisado, em Barretos.

Os primeiros rebanhos surgiram com as primeiras formações sociais, antes da própria agricultura. Isso remete a épocas em que o ser social ainda era um nômade ou seminômade e extraía da natureza somente o necessário. Contudo, no momento em que começa a domesticar animais para consumo, já se apontam os primeiros germes de excedente econômico. A forma de domesticação de rebanho bovino se deu, primeiramente, aos redores da Ásia e se alastrou por outras regiões do mundo.

---

<sup>6</sup> É importante pontuar que não buscaremos a gênese da pecuária e detalhamentos desta, pois pouco auxiliaria nossos estudos por avolumar tal trabalho de dissertação, portanto desnecessário que se alongue por muito tempo.

A pecuária deu um salto qualitativo com o surgimento da agricultura onde o ser social fixou-se na terra e pode fazer uso da pastagem, tanto natural quanto plantada pelos agricultores para a reprodução do rebanho. Esta atividade esteve presente na antiguidade ocidental, basta observar os primeiros escritos sagrados da Bíblia, sobretudo, no primeiro capítulo (*gênesis*), onde os heróis cristãos eram pastores (caso emblemático pastores de ovelhas que forneciam a lã). O exemplo mais emblemático é a história de Jacó que fora vendido aos Egípcios e decifrou o sonho do faraó relativo a rebanhos gordos sendo subsumidos por rebanhos magros<sup>7</sup> (gado).

A pecuária ganhou mais relevância em Roma. Antes da cunhagem de moedas, o gado neste período foi largamente utilizado como forma de equivalente geral (forma universal de valor ou simplesmente chamado de dinheiro). O comércio em Roma ganhava muita expressão e devido a sua expansão, já necessitava de uma forma de valor que poderia ser útil em todo o Império, em especial, nos centros urbanos de relevo, como Roma e Cartago (MARX, 2011). O gado foi utilizado devido a algumas características que possuía, tais como: ser um animal dócil que poderia ser transportado para os centros urbanos ou para o *front* (locais onde o exército romano estava buscando escravos e

---

<sup>7</sup> No sonho do Faraó que Jacó interpretara seguia um roteiro onde as três vacas gordas simbolizavam as boas safras e eram —dvoradas” por três vacas magras que simbolizava o período de safras ruins. Desta forma, a solução do Faraó foi de estocar parte do excedente criado nos anos anteriores para ser redistribuído no período de crise na produção de grãos, visto que o forte dessa civilização não era a pecuária, mas a produção de grãos, visto que aproveitando a baixa do Nilo produziam trigo de boa qualidade em grande volume.

expandindo o Império), além do gado ser relevante para a própria agricultura sendo utilizado para puxar o arado.

A pecuária atravessou vários modos de produção: a antiguidade clássica, o modo de produção asiático, o feudalismo e, finalmente, o capitalismo. Na gênese dessa relação, a intenção de quem criava gado era após a engorda, abatê-lo ou para a retirada do couro (para servir de roupas, utensílios etc.), ou para degustar sua saborosa carne. Porém, ao chegar no modo de produção capitalista isso se manteve, mas também há mais determinações que não podem ser comparadas como identidade com o passado. A pecuária chega ao Brasil sob um modelo de produção colonial, portanto, ligado ao capital comercial ou, se preferir, a acumulação primitiva de capital.

O gado chega ao Brasil respondendo várias demandas nas quais se destacam as carências de uma parte, mesmo pequena, da população urbana em busca de alimentação. Por isso, a pecuária significou uma das primeiras atividades voltadas para formação de um mercado interno e de integração nacional. O gado não foi introduzido para ser *a priori* como mercadoria, mas para atender as primeiras necessidades das lavouras de cana. O gado era utilizado como força motriz nos engenhos e como alimentação dos moradores da casa grande e em menor escala de escravos também (PRADO JR., 1994: 33).

Como dito anteriormente, o gado foi muito importante para o desenvolvimento da colônia brasileira por servir de fonte de consumo para os nascentes centros urbanos, visto que a produção agrícola era voltada para atender mercados de além mar. A pecuária corrigia em partes a dependência do exterior de gêneros alimentícios, através da



pecuária que o Brasil ampliou suas fronteiras, expandindo-se para além do Tratado de Tordesilhas. Conforme PRADO (1994): —apesar da importância relativa que atinge [a pecuária], e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente *secundária e acessória*” (PRADO, 1994: 44).

O gado foi responsável pelo desbravamento de vastas regiões do nordeste e o que seria hoje o norte de Minas Gerais. As fazendas de gado disseminaram-se pelo agreste nordestino, região de poucas chuvas e de rala vegetação. Justamente pelas faltas de chuva, as fazendas de gado instalaram-se às margens de rios, principalmente daqueles que não secavam com os períodos de estiagem. Por esta característica, foi no rio São Francisco<sup>8</sup> onde se instaurou o maior número de fazendas de gado. Esta região era de difícil permanência tanto para o homem quanto para o gado, portanto, a qualidade do boi criado era baixa — apesar de grandes quantidades de fazendas — sendo que sua produção em média não ultrapassava dez arrobas (idem).

Concomitantemente à expansão da atividade açucareira e colonização em regiões de solo fértil, em especial no litoral, a demanda pelo gado aumentava na mesma proporção. O desenvolvimento da pecuária sempre esteve atrelado à expansão da produção exportadora, pois ao passo que aumentava a produção de produtos agrícolas voltados para o mercado exterior, aumentava a população tanto rural quanto de

---

<sup>8</sup> A região do rio São Francisco ficou também conhecida como —central de dentro” demonstrando a marcha do colono em direção ao interior do país.

novos centros urbanos que atendiam de alguma maneira os novos empreendimentos agrícolas.

Atividade de engorda e criação do gado na sua formação dava-se com baixos recursos, pois o boi era criado livremente e os estabelecimentos onde os vaqueiros se alojavam eram de paredes de pau a pique<sup>9</sup> com cobertura de folhagens, principalmente carnaubeira. Havia poucos trabalhadores, de dez a doze, com a particularidade de todos os empregados nesta atividade serem livres. —A fazenda é dirigida por um administrador, o vaqueiro; o proprietário, em regra senhor de muitas fazendas, é um absentista que reside ordinariamente nos grandes centros do litoral” (PRADO, 1994: 42).

Por volta do fim do século XVII, iniciou-se a ocupação no interior do que seria hoje o Estado do Piauí. As condições para o manejo do gado eram melhores: uma quantidade de chuvas mais elevada e melhor distribuída, e rios que não secavam na época de estiagem. As fazendas do interior do Piauí logo seriam as mais produtivas de toda região Nordeste, tendo como mercado consumidor de todo este rebanho o atual Estado da Bahia. O revés que os homens empenhados nesta atividade enfrentavam era a enorme distância a pé das regiões produtoras e os mercados consumidores (PRADO, 1994: 45-46).

O gado chega em São Paulo no período ainda colonial, antiga capitania de São Vicente, onde foram instaladas fazendas para o abastecimento destas regiões, pois estas capitanias não tinham uma cultura voltada para a exportação, de modo apreciável, portanto não se

---

<sup>9</sup> A casa de Pau a Pique é uma onde as paredes eram retiradas da carnaubeira e coberta de barro a fim de vedar as paredes, e o telhado era coberto de folhas.

formara uma grande população que pudesse absorver uma produção de vulto, outrossim, esta atividade não logrou o mesmo êxito que ocorreu nas regiões do Nordeste devido a pouca demanda. As fazendas de gado ganharam relevo na economia de São Paulo a partir da instalação da mineração em Minas Gerais que constituiu um mercado consumidor para o gado paulista (DANTAS, 1991: 62).

A criação do gado no Brasil teria outro impulso somente após a incorporação do Rio Grande do Sul. O início desta organização inicia-se com o Tratado de Madri, datado a partir de 1750. A pecuária sulista tinha características próprias devido às pastagens naturais que surgiam nos pampas gaúchos. O gado era criado solto. Por conta da guerra com os países platinos, foram distribuídas várias terras em grande escala para fixar o máximo de famílias possível onde estas sesmarias eram sempre muito próximas das fronteiras.

A particularidade sulista do gado manteve algumas características do Nordeste: uma produção não baseada no trabalho escravo, o que diferenciava largamente do modelo agroexportador, utilizando “trabalhadores assalariados”. Como pode ser observado na citação abaixo:

O pessoal compõe-se de capataz e dos peões, muito raramente escravos, em regra índios e mestiços assalariados que constituem o fundo da população da campanha seis pessoas no todo, em média, para cada lote de 4 a 5000 cabeças (PRADO, 1994, p. 98).

*A priori*, a produção pecuária sulista teve mais uma particularidade em relação ao do Nordeste, o gado, ainda em seu estado selvagem, não era transportado e nem poderia ir até os outros centros consumidores, principalmente no nordeste. —Aexportação de gado em pé não ia, ainda em princípios do século XIX, além de 10 a 12.000 cabeças por ano que se destinavam a Santa Catarina e Curitiba” (PRADO, 1994: 97). Deste modo, houve pouca absorção da carne bovina localmente, pois a população sulista era ainda rala no início do século e a exportação para outras capitanias não supria todo rebanho produzido na capitania do Rio Grande do Sul, sendo que a atividade mais rentável era a extração do couro. Em muitos casos, após a retirada do couro, abandonava-se a carcaça desperdiçando imensas quantidades de carnes. Esse inconveniente seria corrigido quando nasceu uma nova indústria, o processo de manufatura a partir da carne bovina, que de forma muito apressada pode-se colocar como gênese do processo industrial de carnes tal como é nos frigoríficos atualmente no Brasil. Essa indústria, segundo Caio Prado (1994: 97):

É quando surge uma indústria quase livraria o Rio Grande do ônus que lhe conferia sua posição excêntrica relativamente aos mercados consumidores de carne do país. É a do charque (nome local da carne-seca). O seu aparecimento no comércio da colônia coincidiria com a decadência da pecuária nos setores do Nordeste, incapazes já de atenderem às necessidades do mercado. Ele encontra assim as portas abertas, e dispõe de vantagens consideráveis: um rebanho imenso que se tratava apenas de aproveitar. Não se perderá a oportunidade: 1793 a capitania já exportava 13000 arrobas de charque; nos primeiros anos do século seguinte alcançará

600.000. Excluído o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades.

Arelada à criação do gado, destinado à produção do charque, formaram-se outras manufaturas que aproveitavam subprodutos do boi, dentre eles, o couro, manufaturando vários utensílios utilizados na lida como arreio, cinto, botas etc. Também era aproveitado o leite, o qual era destinado para a produção de manteiga. O clima subtropical possibilitava consumir este produto, o que era impossível nas outras capitânias.

Outros subprodutos do abate bovino — como o sebo, por exemplo — eram destinados à manufatura de um grosseiro sabão e utensílios de cordas, sendo estes muito aproveitados como apetrechos de montaria de animais e também possibilitaram o surgimento de uma manufatura voltada para a produção de cordoaria para a marinha mercantil.

A criação de gado na sua gênese sempre esteve atrelada à abertura das fronteiras, e abastecimento interno, primeiro da colônia e depois do país independente. Essa atividade ganharia outro salto com a industrialização.

Ao passo que o Brasil crescia, demandava-se mais o incremento da pecuária como forma “corretiva”<sup>10</sup> interna, o que possibilitou a

---

<sup>10</sup> Florestan Fernandes (2008) assevera que a economia colonial pela sua característica não poderia subsistir sem o comércio externo em decorrência da produção agrária, portanto produtos essenciais para a manutenção da vida (por exemplo o trigo para o pão) não era produzido na colônia e outros produtos para alimentação direta.

expansão da pecuária para outros territórios. Caso lapidar foi o norte de São Paulo que aproveitava o novo mercado resultante da expansão da cultura do café. Assim surgia um fluxo migratório para esta região de São Paulo.

Cravada no norte do estado de São Paulo, a cerca de 420 km da capital, entre as coordenadas 48 e 49 graus de longitude oeste e 20 e 21 graus de latitude sul, Barretos foi um dos primeiros municípios a ser fundado na porção do território paulista delimitada pelos rios Pardo, Turvo e Grande. O povoamento desta vasta região começou no início do século XIX, com a migração, a partir de Minas Gerais, dos descendentes dos bandeirantes. Os pioneiros precursores fixaram-se nesta área após atravessar o rio Pardo a partir da Fazenda Santo Inácio, cuja posse se estendia desde o Morro do Chapéu, atual Morro Agudo, até a barranca do rio. Duas famílias foram as pioneiras, os Marques e os Barreto (REMIJO, 2009: 65), que se estabeleceram em dois locais, dando início a um primeiro núcleo que passou a servir de pouso e referência de uma vasta região, visto que aquela zona começou a ser utilizada no comércio com áreas ao norte do estado de São Paulo e em Minas Gerais.

Na fazenda dos Marques, chamada Fortaleza, por se colocar em um dos locais mais altos da cidade, encontra-se hoje o atual Largo do Rosário. Em 1845 as duas famílias pioneiras resolveram delimitar uma gleba de 82 alqueires, que passou a denominar-se "Patrimônio do Divino Espírito Santo". Seguindo a tendência de formar

um núcleo urbano, foi construída a primeira capela e a paróquia providenciou desta maneira a primeira "planta da cidade"<sup>11</sup>.

Entretanto, para o desenvolvimento do povoado, os fatores geográficos impediam o desenvolvimento econômico da região. Porém, após efeitos naturais e acidentais – um inverno rigoroso que provara uma forte geada e um incêndio acidental –, a região, repleta de vegetação natural, fora desmatada, o que favoreceu o avanço econômico e a migração de produtores e trabalhadores devido a vasta pastagem que se formara. Assim, a região de Barretos tornou-se principal centro comercial do noroeste paulista.

O avanço do café para o interior de São Paulo, principalmente na região de Ribeirão Preto, possibilitou a chegada de estradas de ferro, a Mogiana e Araraquarense, no início do século XX, atingindo principalmente as áreas hoje ocupadas pelas cidades vizinhas de Olímpia e Colina (REMIJO, 2009: 66).

Devido ao incremento da cultura do café<sup>12</sup> nas regiões próximas a Barretos, chegaram os imigrantes europeus e em seguida os árabes, que se associaram à produção agropecuária e ao comércio. Com maiores possibilidades de crescimento econômico, Barretos passou a expandir-se, demonstrando desta maneira o progresso que chegava com o tempo. O marco deste desenvolvimento é a chegada da ferrovia em 1909, impulsionando ainda mais o crescimento da localidade, sobretudo,

---

<sup>11</sup> Disponível em [www.nossosaopaulo.com.br/.../Reg07\\_Barretos.htm](http://www.nossosaopaulo.com.br/.../Reg07_Barretos.htm). Acessado em 05 de novembro de 2009 às 13h. horas.

<sup>12</sup> A cultura do café foi forte na região próxima a Barretos, mas nesta prevaleceu a pecuária de corte.

no comércio com os grandes centros. Surgiram pelos lados da antiga Fazenda Fortaleza entrepostos, depósitos, máquinas de beneficiamento de cereais e atividades afins. Seguindo o rastro deixado pela ferrovia, e aproveitando o imenso potencial que a cidade tinha para a pecuária, já no início do século XX, Barretos era conhecida como a capital nacional da pecuária (ARAÚJO apud REMIJO, 2009: 62).

Aproveitando a nova via de escoamento para a produção e um grande volume de rebanhos em 1913, instalou-se a Companhia Frigorífica Anglo Pastoril. Este empreendimento era uma parceria de um grande cafeicultor, o conselheiro Antônio Prado e o Grupo Anglo. O impacto desta grande indústria não foi somente econômico, contudo, trouxe significativas mudanças sociais, com o surgimento da Vila Operária e o aumento da densidade demográfica. O frigorífico e as instalações industriais foram construídos juntamente a um ramal ferroviário, às margens do ribeirão Pitangueiras. O Frigorífico Anglo, após obter grandes lucros com venda de carnes durante a primeira grande guerra, passou, em 1924, a ser, Sociedade Anônima Frigorífico Anglo S/A, e a ser controlada majoritariamente por um grupo inglês, que, por sua vez, ampliou as instalações e introduziram novas técnicas produtivas. A construção da vila residencial para os administradores ingleses e funcionários graduados, influenciou a paisagem urbana da cidade, com o surgimento das "bungalows", nas décadas de 1920 e 1930, e do fogo em 1870. Barretos experimentou outros surtos de progressos que marcaram sua evolução econômica durante Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Guerra Abissínia (1935) e a Segunda



Guerra Mundial (1939-1945), devido ao forte incremento nas exportações de carne e enlatados (ARAUJO apud REMIJO, 2009: 63).

Além da atividade frigorífica a cidade obteve um incremento na evolução durante as décadas de 1940 e 1950. A cidade experimentou um surto de progresso, ampliando serviços públicos como pavimentação, infra-estrutura de saneamento, energia elétrica e telefonia. No final da década de 1950, a rodovia que liga a cidade de São Paulo foi pavimentada, estabelecendo definitivamente o acesso fácil a capital (idem).

A história do frigorífico Anglo sediado em Barretos sempre foi destacada no cenário nacional, pois com a implantação da indústria de carnes, o frigorífico Anglo era o maior frigorífico da América Latina. Esta empresa foi o centro da indústria de Barretos por muito tempo, que tem como concorrente local hoje o frigorífico Minerva. Portanto, a cidade, já neste período, torna-se uma das maiores produtoras de carne bovina para os mercados interno e externo (REMIJO, 2009: 64).

Entretanto, após o início dos anos de 1990, o frigorífico Anglo tem um abalo na sua produção, que em sua maioria era voltada à exportação. Com reflexos da crise da década de 1980, que ficou conhecida como a década perdida para os capitalistas brasileiros, a crise do capitalismo mundial e perda da competitividade, a empresa Anglo S/A começa a perder espaço no mercado mundial, ademais, durante esse período o Brasil vive uma grande crise.

O frigorífico, além de uma conjuntura não favorável, tinha dificuldades de encontrar matéria prima, ou seja, o gado próximo ao

município de Barretos. Restava como opção buscar os rebanhos em distâncias mais longas, onerando mais os custos de produção. A causa deste acontecimento deve-se à opção dos pecuaristas barretenses em produzir soja, milho e laranja, ou até mesmo arrendando para as usinas sucroalcooleiras para o cultivo de cana-de-açúcar, deixando as pastagens cada vez mais longe para criação e engorda de bovinos. Diante do pretexto das condições desfavoráveis<sup>13</sup> para obter matéria prima, o frigorífico Anglo fechou seu processo de abate<sup>14</sup> gerando um enorme problema para a cidade, pois demitiu muitos operários. Entretanto, a empresa não encerra suas atividades, pois o setor de industrialização de carne, enlatamento e estocagem de produtos tanto carne *in natura*, que servia de matéria-prima para a industrialização, como produtos já beneficiados. Optando por continuar com a industrialização de carnes, a empresa passou a adquirir carne de outros frigoríficos, tantos de concorrentes quanto de seus próprios frigoríficos, pois o custo de manter o abate era ainda mais oneroso.

Em meados do início deste século, o mercado de *commodities* voltado para a carne bovina teve um aquecimento no mercado. A marca Anglo foi adquirida pelo grupo JBS Friboi, que ao se instalar em Barretos, trazia consigo uma empresa com acesso a 100% dos mercados consumidores do mundo e capacidade de produção nos quatro principais países produtores de carne bovina (Brasil, Argentina,

---

<sup>13</sup> Podemos apontar que o pretexto do fechamento do abate ocultava a crise que a empresa passava.

<sup>14</sup> O abate é o processo em que se mata o boi e encaminha-o para a desossa. Apontaremos como é a constituição de um frigorífico de modo mais detalhado quando analisarmos o processo de produção destas empresas.

EUA e Austrália), tornando-se líder em exportação neste setor, primeira no mundo em capacidade de abate - 47,1 mil cabeças por dia –, maior multinacional brasileira de alimentos e conquista também uma posição expressiva no mercado de carne suína, com aquisição da Swift and Company. A empresa atua nos segmentos de alimentos e transportes. Por motivos de precaução não colocamos os dados da fusão entre o grupo Bertin e Friboi, pois com a contestação da concorrência ao criar um mega monopólio e prejudicar os concorrentes, e criar condições desfavoráveis para venda de gado, o processo deve ser ainda contestado no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O grupo ainda adquiriu a gigante Pilgrim's Pride, segunda maior processadora de carne de frango dos Estados Unidos, com faturamento de 8,5 bilhões de dólares. O JBS Friboi possui em todo mundo aproximadamente 40.000 funcionários (REMIJO, 2009: 65).

Como vimos acima, esta empresa com o maior mercado de carnes no mundo, não mediu investimentos na área industrial de Barretos, sendo que esta reestruturação de suas instalações possibilitou o retorno ao abate entre 2008 e 2011 e reativou outras áreas que estavam desativadas na indústria. Com a ampliação e reorganização, a empresa voltou a exportar tanto carne *in natura* como produtos enlatados com capacidades de desossa, e a produção de 581.986 latas dia. Estima-se que atualmente o frigorífico JBS Friboi na sua unidade de Barretos possa ter 1.850 trabalhadores oscilando em decorrência da reestruturação que a empresa vem sofrendo e as oscilações que o mercado de carnes sofre, pois o mercado exterior, principalmente

européu, está em crise, o que sem sombra de dúvidas afeta o rendimento do mercado interno dos frigoríficos.

Por volta da mesma época que o frigorífico Anglo fechava o processo de abate, uma nova empresa frigorífica se constituía em Barretos, o Frigorífico Minerva. Os proprietários desta empresa há longa data atuavam diretamente na pecuária. Os investidores do Frigorífico Minerva são reconhecidos por atuar no ramo de transporte de gado vivo, e na criação de gado, o que explica a facilidade em buscar rebanhos que estão alocados a grandes distâncias. No ano de 1992, o grupo decidiu investir na produção de carne e seus derivados (REMIJO, 2009: 65). O Minerva tem uma capacidade de exportação para os cinco continentes chegando a mais de 100 países. Para atender estes mercados, inclusive o nacional, o qual tem grande expressão, o Minerva possui ainda centros de distribuição localizados fora da cidade de Barretos.

A Companhia tem hoje uma capacidade diária de abate de mais de 11.500 cabeças de gado e de desossa de 2.240 toneladas de carne bovina. Presente nos estados de São Paulo, Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Santa Catarina, Espírito Santo, Pará e Distrito Federal e também no Paraguai e no Uruguai, a Minerva Foods opera dez plantas de abate e desossa em oito centros de distribuição que atendem cerca de 1.000 municípios brasileiros abrangendo 25.000 pontos de vendas<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Disponível em [http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/default\\_pt.asp?idioma=0&conta=28](http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28), acessado em 15 de fevereiro de 2013.

O Frigorífico Minerva é um dos líderes no Brasil. Segundo os últimos dados, estima-se que é a terceira maior empresa na produção e negociação de carne *in natura*. (REMIJO, 2009: 66). A partir de 2009, o Minerva vai atuar conjuntamente no setor de *Food Services* através da Joint Venture, que resultou numa nova empresa: a Minerva Dawn Farms (MDF), atualmente com capacidade de 10 a 15 toneladas de carne processada/hora, produzindo alimentos à base de carnes bovina, suína e de aves. O Frigorífico terminou o ano de 2008 entre os três maiores exportadores brasileiros de carne bovina, subprodutos e industrializados. Segundo o SECEX 2008, suas exportações atingiram uma receita bruta com suas exportações FOB de US\$762 milhões para aproximadamente 600 clientes localizados em cerca de 80 países<sup>16</sup>.

O município de Barretos, palco de nossa pesquisa, mudou radicalmente sua constituição do começo do século XX até os dias atuais. Hoje com a emancipação de vários municípios já consolidou sua área de abrangência, limitando-se ao norte com o Município de Colômbia, ao sul com os Municípios de Colina, Jaborandi e Severínia, ao leste com Guaíra e Morro Agudo e ao oeste com os Municípios de Guaraci e Olímpia. Pertencem ao Município de Barretos dois distritos, Alberto Moreira e Ibitú. Sua área territorial é de 1.564km<sup>2</sup>, sendo que seu clima é predominantemente quente e seco. No verão, são registradas temperaturas médias que variam dos 30 aos 38 graus. No inverno, a variação média vai dos 15 aos 20 graus. Tendo atualmente uma perspectiva de 112.804 habitantes, e que sua renda per capita em 2008

---

<sup>16</sup> Disponível em

[http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/default\\_pt.asp?idioma=0&conta=28](http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28), acessado em 15 de fevereiro de 2013.

era de aproximadamente R\$ 10.532,24 sendo que o PIB anual era de R\$ 1.137.355.533,12. E um índice de desenvolvimento humano elevado 0.802 com dados sociais com bons resultados que é de 94,06 por cento de pessoas alfabetizadas segundo o IBGE (BARRETOS<sup>17</sup> apud REMIJO, 2009: 63).

A economia do município hoje é bastante diversificada. Na agricultura, destaca-se principalmente a cana-de-açúcar, mas há ainda fazendas que produzem laranja, borracha (seringueiras), grãos (soja e milho), fora a criação de gado. O parque industrial em Barretos é de pouca expressão, destacam-se as empresas ligadas à industrialização de carne, tanto para o mercado interno quanto para o externo, além de produtos *in natura* e industrializados. Outras indústrias são ligadas à fabricação de embalagens em geral, fármacos e atividades ligadas à construção civil etc. A presença de algumas construtoras no município, atendendo o mercado local e da região, dá destaque ao setor. O maior empregador de Barretos, sem dúvida, é a atividade comercial e de prestação de serviços com abrangência regional. O comércio barretense atende em larga medida às necessidades municipais e até regionais, sendo um polo de atração do comércio com um Shopping de apelo regional.

O setor de serviços tem destaque em decorrência da abrangência regional e nacional, da rede hospitalar e especialidades em saúde pública e privada, em especial o Hospital de Câncer de Barretos, referência na América Latina no tratamento e prevenção ao câncer. O

---

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.barretos.sp.gov.br/cidade>, acessado em 5 de abril de 2013 às 20h.

setor hoteleiro desenvolveu-se para atender os usuários deste hospital. Também há a Santa Casa abrangendo todos municípios que fazem limites com o município de Barretos e oferecendo leitos de Unidade de Terapia Intensiva e tratamento Ortopédico. O município abrange também centros de serviços públicos de Saúde (DRS), Segurança seccional da Delegacia e o 33º Batalhão da Polícia Militar, além do INSS, Fórum Trabalhista etc.

O setor de turismo aparece nas estatísticas do município como importante atividade econômica. Barretos é sede da afamada —~~esta~~ festa do peão de Barretos”, onde, segundo dados da Secretaria de Turismo do município, chega a dobrar a população do município durante os dias da festa. Há um movimento, ainda incipiente, de busca de incrementar o turismo no município, o chamado turismo Rural e a construção de clubes e *Resorts* com águas termais.

Contudo, gostaria de pontuar que, apesar de Barretos ser conhecida pela festa do peão de boiadeiro, esse evento não sustenta a cidade economicamente, pois sua vocação histórica esteve ligada ao agronegócio, o setor de serviços e o comércio. Ao observar a história de Barretos observa-se que a vocação para o agronegócio não é por acaso, pois a produção agrícola destaca-se desde o início de sua formação econômica. Mas é preciso pensar que a pecuária, como fonte de riqueza material, é realizada por Seres Sociais, ou seja, pelo gênero humano em contato com a natureza, antes de relacionar trabalho e classe trabalhadora será apresentada às características da Classe Operária de Barretos nos Frigoríficos.

A pesquisa de campo contou com 311 trabalhadores em

Frigoríficos e apresentou a algumas de suas características. Iniciaremos revelando as faixas etárias dessa classe na tabela 1.

Tabela 1. A faixa etária dos trabalhadores (as) nos frigoríficos

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>De 18 à 25 anos</b>	87	27,97
<b>De 26 à 30 anos</b>	54	17,36
<b>De 31 à 35 anos</b>	54	17,36
<b>De 36 à 40 anos</b>	22	7,08
<b>De 41 à 45 anos</b>	20	6,44
<b>De 46 à 50 anos</b>	59	18,97
<b>De 56 à 60 anos</b>	23	7,40
<b>Mais de 60 anos</b>	4	1,28

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Os dados revelam que 62,69% dos trabalhadores empregados nos frigoríficos em Barretos têm de 18 a 35 anos, ou seja, a força de trabalho empregada nos frigoríficos é sobretudo de trabalhadores e trabalhadoras jovens, isto se deve sobre tudo à própria característica da empresa de necessariamente demandar muito trabalho manual, como será demonstrado na sessão subsequente. Ao observar os índices de habitantes em Barretos observamos que essa faixa etária corresponde à maioria dos trabalhadores entrevistados em Barretos representa cerca de 37.881 dos 112.101 habitantes<sup>18</sup> da cidade, ou seja, 33,8% da população de Barretos corresponde ao corpo básico da força de trabalho nos frigoríficos.

Na tabela 2, observamos o estado civil dos trabalhadores e trabalhadoras, e a tabela 3 complementa a informação da tabela 2 com a

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.barretos.sp.gov.br/cidade>, acessado em 20 de agosto de 2013 às 20h37.



quantidade de trabalhadores que possui filhos (as), independentemente do seu estado civil.

Tabela 2. Estado Civil dos Trabalhadores

<b>Estado Civil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Casado (a)</b>	113	36,33
<b>Amasiado (a)</b>	53	17,04
<b>Divorciado (a)</b>	22	7,08
<b>Solteiro (a)</b>	110	35,36
<b>Viúvo (a)</b>	2	0,64

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Tabela 3. Se o trabalhador (a) tem filhos (as)

<b>Se o trabalhador (a) possui filhos</b>	
<b>Sim</b>	210
<b>Não</b>	101

Complemento à tabela 3

<b>Média de quantos filhos por trabalhador (a)</b>	
<b>Um filho (a)</b>	82
<b>Dois filhos (as)</b>	75
<b>Três filhos (as)</b>	34
<b>Quatro filhos (as)</b>	10
<b>Mais de quatro filhos (as)</b>	12

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Os dados apresentam que a grande maioria da força de trabalho possui filhos (cerca de 67,52%). Dos trabalhadores que possuem prole, cerca de 74,76% tem até dois filhos, portanto, próximo da taxa de

fecundidade da cidade que é de 1,78 filhos por mulher segundo dados do IBGE<sup>19</sup>.

Agora podemos observar algumas características da escolaridade da força de trabalho nos frigoríficos. Atentando que pela própria característica desta produção não há necessidade de uma força de trabalho muito qualificada, por exigir um trabalho, sobretudo, braçal. Na tabela 4, observa-se essa característica da força de trabalho:

Tabela 4. Escolaridade dos Trabalhadores dos Frigoríficos.

<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Não Alfabetizado</b>	0	0
<b>1º grau incompleto</b>	46	14,79
<b>1º grau completo</b>	55	17,68
<b>2º grau incompleto</b>	55	17,68
<b>2º Grau completo</b>	98	31,52
<b>Superior incompleto</b>	20	6,43
<b>Superior completo</b>	26	8,36

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Os dados, contrariando a previsão de baixa escolaridade, já que um frigorífico demanda sobretudo força para um trabalho braçal, mostra que apenas 14,79% não tem o ensino fundamental completo. Entretanto trabalhadores com ensino médio e superior completo e incompleto é de 46, 31%, o que aproxima muito dos dados gerais do Brasil, onde o

---

<sup>19</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>, acessado em 20 de agosto de 2013 às 20h37.

ensino médio foi concluído por 50,2% segundo o portal R7<sup>20</sup> de notícias. Segundo o mesmo portal, cerca de 11% da população brasileira chega a cursar o nível superior; nos frigoríficos de Barretos esse índice chega a 14,79% acima da média nacional. A conclusão é que, em relação ao país, a força de trabalho nos frigoríficos de Barretos não pode ser considerada desqualificada.

Para finalizar essa apresentação, é importante observar a naturalidade dos trabalhadores em Frigoríficos: se são migrantes ou são naturais de Barretos. Observemos a tabela 5:

Tabela 5 O Trabalhador (a) é Natural de Barretos

Sua Naturalidade é de Barretos	Quantidade	Porcentagem
<b>Sim</b>	167	53,70
<b>Não</b>	134	46,30

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Observamos que a força de trabalho dos frigoríficos tem grande preponderância de trabalhadores que migraram para Barretos, oriundos de cidades adjacentes para vender sua força de trabalho. Na tabela 6, podemos ver de onde vem essa massa que migrou para Barretos para trabalhar.

Tabela 6. A região de origem do trabalhador migrante

Região de origem do trabalhador		
<b>Do Interior de São Paulo</b>	49	36,57
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	16	11,94

<sup>20</sup>

Disponível em <http://noticias.r7.com/educacao/noticias/metade-da-populacao-nunca-estudou-ou-tem-ensino-fundamental-incompleto-no-brasil-20120427.html>, acessado no dia 21 de agosto de 2013 às 20:00 horas.

<b>Nordeste</b>	20	14,92
<b>Sudeste exceto São Paulo</b>	16	11,94
<b>Sul</b>	2	1,49
<b>Norte</b>	25	18,65
<b>Centro Oeste</b>	5	3,73

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

A força de trabalho que migrou para Barretos é do próprio estado de São Paulo 48,58%, o que contraria a expectativa de encontrar trabalhadores de Macro Regiões com desenvolvimento econômico menor, como o Norte e Nordeste, ambos somados chegam a 33,57% da força de trabalho empregada neste setor.

Após apresentar alguns dados que permitam conhecer um pouco do perfil dos trabalhadores e trabalhadoras, agora vamos adensar mais uma categoria: a relação do trabalho com sua produção e o desgaste da força de trabalho como consequência necessária da relação dos trabalhadores com a produção.

### **3. Casamento imperfeito: saúde do trabalhador e produção capitalista**

#### **3.1 O desgaste da classe trabalhadora nos frigoríficos em Barretos-SP**

A grande produtividade do setor frigorífico pode ser observada nos índices de exportação e consumo nacional de carne bovina (e outras carnes, como veremos). A partir da segunda metade da década de 1990, os frigoríficos brasileiros obtiveram ganhos de produção, contudo, na virada dos anos 2000, o ganho de produtividade encontrou seu alicerce nas exportações. Os frigoríficos aumentaram sua participação nas exportações, atingindo o segundo lugar no ranking das exportações brasileiras em 2006 com a venda de carne bovina, de frangos e de suínos, alcançando a cifra dos US\$ 8,6 bilhões — um aumento de 5,5% em relação a 2005 (REMIJO & LARA, 2012: 109).

A exportação de carne bovina é destaque nas exportações de *commodities*. Segundo a revista *Veja* (2010), o Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo. Com US\$ 4,4 bilhões, as exportações de carne correspondem a cerca de 7% de todas as exportações no Brasil. O Brasil é responsável por cerca de 30% do mercado mundial, com perspectiva de crescimento de 20% por ano. Segundo a mesma revista, o valor do boi no Brasil é a metade cobrada nos Estados Unidos, país que disputa com o Brasil a hegemonia na pecuária.

Os Estados Unidos são os maiores produtores mundiais de carne bovina, com cerca de 12 milhões de toneladas ao ano, segundo o Departamento de Agricultura do país (USDA). O Brasil fica logo atrás, com 8,8 milhões de toneladas. Em terceiro lugar estão praticamente empatadas a União Européia e a China, com quase 8 milhões de toneladas anuais. Os maiores consumidores também são os EUA, com 13 milhões de toneladas consumidas, seguidos por UE e China, com cerca de 8 milhões de toneladas; Brasil, com 7 milhões; e Argentina, com pouco mais de 2 milhões de toneladas ao ano (VEJA, 2010).

Segundo a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, o crescimento do rebanho e do abate de carnes se dá, sobretudo, por três fatores, dentre eles: o crescente volume de exportações; e o aumento da demanda interna, impulsionada pelo processo do modesto crescimento da economia. Por isso esta atividade tem tamanha atenção na política econômica do estado de São Paulo, já que:

O Estado de São Paulo responde por 12% dos abates do país, ocupando o segundo lugar no *ranking* nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Essa participação é superior à do rebanho bovino do Estado no total nacional (6%), indicando que São Paulo importa gado de outros Estados para abate em seu parque industrial. A elevada participação no abate e processamento de carne da economia paulista deve-se à maior diversificação dessa indústria e a sua maior agregação de valor, incluindo as atividades de desossa e

processamento de carne, produção de couros, artigos de higiene, embalagens, entre outras<sup>21</sup>.

Neste ramo produtivo, não somente o Estado desenvolve a engorda e a industrialização, mas a produção de tecnologia, voltada para melhora do rebanho no Brasil. Essa é a função dos institutos de pesquisa. Em São Paulo, podemos destacar a UNESP de Jaboticabal que auxilia no melhoramento genético do rebanho. Também se destaca a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – conhecida como APTA. Esta instituição abriga o Instituto Biológico, o Instituto de Tecnologia de Alimentos, o Instituto de Economia Agrícola e o Instituto de Zootecnia<sup>22</sup>.

A cadeia produtiva da pecuária apresenta-se com destaque em São Paulo em decorrência de ser o segundo produto em valor comercializado no Estado. Com um desdobramento de atividades em larga escala em muitos municípios, a carne bovina correspondeu a 11% do Valor da produção Agrícola estadual em 2011, quando contabilizou quase R\$ 6 bilhões dos R\$ 55 bilhões totalizados no Estado, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola - IEA. A importância da produção de carnes em São Paulo tem destaque não somente na produção global, bem com nas exportações de carne congelada que chega ao quinto lugar em todos os produtos exportados pelo Estado, respondendo por mais de 2% do total do Estado, o que correspondeu a

---

<sup>21</sup> Disponível em <http://www.investe.sp.gov.br/setores/carne> acessado em 05 de novembro de 2013 às 20h.

<sup>22</sup> Disponível em [http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/principal\\_conheca](http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/principal_conheca) acessado em 1º de abril de 2013 às 21h.

US\$ 1,19 bilhão em 2011. As principais regiões de engorda do Estado são Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Araçatuba e Bauru, além de esses locais terem grandes frigoríficos (exceto São José do Rio Preto). Outros municípios têm destaque na industrialização desse produto, apesar de não serem regiões de destaque na engorda. É o caso de Lins e Barretos. O município de Barretos segundo relatório da Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo, observamos que o índice de exportação de produtos agropecuários em Barretos é expressivo. Segundo tal relatório, as exportações de produtos derivados da carne bovina (*in natura* e/ou industrializado) são da ordem de US\$ 234.461.726,00, demonstrando o quanto esta atividade é importante para Barretos e o estado de São Paulo.

Doravante, dados alarmantes recaem sobre as reais condições no universo laboral no que tange a saúde do trabalhador nos frigoríficos e apresentam índices de doença do trabalho que será evidenciado pela pesquisa de campo e dados secundário. Entretanto, em órgãos oficiais e públicos não são encontrados dados sobre o processo de adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos. O CEREST de Bebedouro, o qual abrange o município de Barretos, não possui até 2012 dados sobre o processo de adoecimento e acidentes dos trabalhadores em frigoríficos, pois nenhuma notificação foi expedida pela prefeitura, para que o CEREST possa atuar nos casos onde ocorre agravo a saúde do trabalhador. O município tem que notificar através da vigilância sanitária os casos de agravo à saúde ou acidente de trabalho, para então o CEREST criar o mapa epidemiológico e sua atuação na prevenção o



agravo da saúde dos trabalhadores<sup>23</sup>. Na tabela 7, observamos o índice de afastamento do trabalho em decorrência de algum problema de saúde:

Tabela 7. Quantidade de afastamento dos Trabalhadores

Se os trabalhadores afastaram-se	Quantidade	Porcentagem
<b>Sim</b>	70	22,50
<b>Não</b>	241	77,50

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Aqui vale uma ressalva na base de aplicação dos dados: muitos trabalhadores sofreram acidentes de trabalho e relataram que não foram afastados do trabalho. O que percebemos foi que para os trabalhadores o afastamento é sinônimo de auxílio-doença no INSS, não considerando os dias de trabalho que ficam com atestados médicos compensados pela empresa. Para não distorcer ou induzir o trabalhador a mudar suas respostas optou-se por considerar a resposta apresentada pelos entrevistados. Como podemos observar em dados secundários extraídos do INSS e do Repórter Brasil:

Com 1.850 empregados, JBS de Barretos registrou 496 afastamentos por problemas físicos e psíquicos no primeiro semestre de 2011, diz MPT. Após inspecionar em julho de 2011 a planta frigorífica da JBS localizada em Barretos, no Noroeste do estado de São Paulo, o Ministério

<sup>23</sup> Em contato via e-mail e por telefone o responsável pela coordenação do CEREST de Bebedouro que abrange a cidade de Barretos relatou que não tinha nenhuma informação sobre os índices de acidentes e adoecimento em Barretos, pois não chegava nenhuma notificação da prefeitura. O pesquisador buscou a Santa Casa para buscar dados de acidentes do trabalho foi informado que os dados foram repassado para a vigilância epistemológica.

Público do Trabalho (MPT) levantou dados preocupantes sobre os problemas de saúde enfrentados pelos empregados da unidade. De acordo com o órgão federal, dos aproximadamente 1.850 funcionários da empresa, 14% estão permanentemente afastados do trabalho devido a acidentes — e sobrevivem graças ao benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Além disso, só no primeiro semestre de 2011, registraram-se impressionantes 496 pedidos de afastamentos temporários (aqueles com menos de 15 dias) por conta de distúrbios psíquicos e problemas esquelético-musculares. Se nada for feito para alterar a organização do trabalho na unidade de Barretos, o MPT projeta que, nos próximos dois anos, cada empregado se afastará em média sete vezes do serviço; que 100% dos funcionários enfrentarão problemas de —natureza osteomuscular não traumática”; e que um em cada seis serão acometidos de transtornos psíquicos. Todos esses dados levaram o MPT a mover uma Ação Civil Pública (ACP) contra a companhia de alimentos com o objetivo de melhorar as condições de trabalho na unidade de Barretos. Segundo o texto da ação, as provas colhidas no curso da inspeção realizada em 2011 —evidenciam a sujeição do trabalhador ao ritmo imposto pela esteira ou pela nória, a invariabilidade da atividade, a alta repetitividade dos movimentos, as manifestas inadequações posturais, a exigência de força (de moderada a forte), a ausência de alternância de posturas (em pé e sentado), o labor em ambiente artificialmente frio, o ruído, a umidade e o contato com agentes biológicos”. Para minimizar os riscos à saúde dos funcionários da empresa, o Ministério Público do Trabalho pede que a JBS conceda 20 minutos de intervalo a cada 1 hora e 40 minutos de trabalho contínuo para os empregados lotados em ambientes —artificialmente refrigerados”, com temperaturas abaixo de 15°C. O Ministério Público do Trabalho também exige uma indenização por danos morais coletivos de R\$ 20

milhões. Apesar de o mérito do processo ainda não ter sido julgado, o MPT obteve já em 2012 um mandado de segurança concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que obriga a JBS de Barretos a conceder as pausas de 20 minutos aos trabalhadores dos ambientes artificialmente refrigerados. De acordo com a magistrada Mariane Khayat, a medida judicial é importante por que —há fundado receio de dano irreparável [à saúde dos trabalhadores], pois a prestação de serviços nos referidos ambientes de trabalho é claramente nociva à saúde dos trabalhadores da reclamada”<sup>24</sup>.

Também fora perguntado aos trabalhadores quais desses afastamentos foram por acidente de trabalho. Como podemos observar na tabela 8:

Tabela 8 Quantidade de Trabalhadores envolvidos em acidente no Trabalho:

Se os trabalhadores acidentaram-se no trabalho	Quantidade	Porcentage
<b>Sim</b>	64	20,57
<b>Não</b>	247	79,43

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Observamos que há um índice agudo de acidentes no trabalho. O índice de acidentes de trabalho que contatamos de aproximadamente 20% é próximo dos 14%, visto que sempre ocorre subnotificações não identificando o nexos causal entre trabalho e acidente, o que apontamos no caso anterior, que trabalhadores recorrem ao auxílio doença no trabalho chega a 22%, porém há de apontar que muitos trabalhadores

---

<sup>24</sup> Disponível em <http://moendogente.org.br/#lat=-17.157765932912227&lng=-49.881663489746245&zoom=5>, acessado em 20 de novembro de 2013 às 17h.

permanecem no emprego mesmo doente e mais ocorrem as subnotificações em escala ampliada em virtude em muitos casos dos trabalhadores em saúde não ter o devido preparo para a saúde do trabalhador.

Para evidenciar a tendência de doenças relacionadas ao trabalho, continuamos a entrevistar os trabalhadores e perguntamos se eles sentem algum sintoma de dores em nervos, popularmente conhecidos como as “juntas”, e/ou “coluna”, acrescentamos que estas dores poderiam ser frequentes durante ou após a jornada de trabalho e não antes da jornada, pois após o descanso noturno, as dores poderiam diminuir e não causar incômodo, além da probabilidade da automedicação. Observemos a Tabela 9:

Tabela 9. Quantidade de Trabalhadores que sentem dores durante ou após a jornada de trabalho

Os trabalhadores sentem dores	Quantidade	Porcentagem
<b>Sim</b>	122	39,23
<b>Não</b>	189	60,77

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

O que pode ser observado é que, destes, 39,23% são os trabalhadores que têm tendência a adoecer, e outra parte mantém-se no trabalho mesmo com dores por medo do desemprego, ou da restrição do mercado de trabalho. Pontuamos que Barretos tem um mercado de trabalho diversificado, porém, a demanda é por força de trabalho

especializada e diversificada, o que dificulta a inserção de profissionais de setores mais humildes, como é o caso daqueles dos frigoríficos.

A desumanização da nova divisão do trabalho vem provocando inúmeros reflexos nas condições de saúde, trabalho, qualidade de vida e organização política. O trato dado ao gado não difere muito ao dos trabalhadores, pois é exercida uma pressão frente aos trabalhadores de todo o complexo industrial frigorífico, isto serve tanto para o trabalhador qualificado que promove a venda quanto para os motoristas que entregam a mercadoria, como pode ser observado na citação abaixo:

O tratamento dado aos animais e trabalhadores é desumano. As idas ao sanitário são controladas, não existe água fresca ou potável próxima aos setores da linha de produção, os afastamentos decorrentes de lesões por esforço repetitivo, doenças osteomusculares (DORT) e psíquicas (stress e depressão) são frequentes. As patologias vão de pneumonia pela exposição ao frio a lombalgias pela posição no trabalho, os casos mais comuns. Mas ocorrem também otites pelo alto nível de ruído, e dores generalizadas pelo corpo, principalmente braços e costas. Os casos de depressão acontecem porque os trabalhadores ficam neste ambiente insalubre por cerca de dez horas, sem ver a luz do sol e sob forte pressão da produção. A rotatividade de trabalhadores é alta. Num momento de pico, em janeiro, foram contratados 148 trabalhadores e dispensados 169 (dados do Caged). Poucos conseguem continuar nas atividades por mais de três anos. "Nunca vi um que ficasse até aposentar", declarou um trabalhador que está há oito anos na empresa, e que não quis se identificar. Ninguém ganha adicional de insalubridade ou periculosidade. Quase todos reclamam dos baixos salários e excesso de jornada, além do esforço exigido e das

condições ambientais. Em outro frigorífico na região foram registradas três mortes de trabalhadores nos últimos anos. E em uma delas o trabalhador caiu dentro do triturador de carne. No Frigorífico Minerva não há registro de morte, mas os acidentes acontecem, principalmente com cortes por facas. A carne continua seguindo o trajeto e sendo retalhada e separada para outras seções. A linha de produção é contínua e no andar de baixo é feita a triagem para os setores de desossa, bucharia e triparia, estes dois últimos os mais quentes e de cheiro mais forte. Na bucharia os trabalhadores lavam o material em tanques de água a 95 graus. Os trabalhadores chegam a afundar o braço inteiro nos tanques para lavar as peças. Na triparia as fezes dos bois são retiradas manualmente e os trabalhadores não usam luvas. As mãos ficam impregnadas de gordura e algum excremento. No térreo fica a câmara fria, onde são movimentadas as caixas com carnes já embaladas e as peças para embalagem e armazenamento. No armazém a temperatura chega a 35 graus negativos e os operadores de empilhadeiras e carregadores trabalham com pesados capotes para proteção contra o frio. Gripe e pneumonia são comuns para o pessoal que trabalha neste setor. Finalmente a carne é transportada para grandes caminhões com baú frigorífico que levam o produto para o mercado consumidor, no Brasil e exterior. O Ministério Público do Trabalho (MPT) vai intensificar as fiscalizações dos frigoríficos em todo interior de São Paulo. O objetivo é criar procedimentos que reduzam a insalubridade e periculosidade dos trabalhadores neste setor (REMIJO & LARA, 2012: 109-110).

O trabalho nos frigoríficos em Barretos é extremamente penoso como observamos nos relatos e depoimentos acima. Conforme foi demonstrado, a tendência de adoecimento não é restrita a Barretos, mas

a toda atividade de frigoríficos no Brasil, o que evidencia o antagonismo do trabalho nos frigoríficos com a saúde do trabalhador.

Observando as características da produção em frigoríficos, temos a certeza que este setor da indústria é nocivo a saúde dos trabalhadores. Comprovado pelo depoimento do presidente da Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (Contac), Siderlei de Oliveira, como vem sendo penoso o trabalho nos frigoríficos na região de abrangência da Contac:

No ano passado, o setor das indústrias de alimentação alcançou primeiro lugar nas estatísticas de acidentes de trabalho, com 48.424 casos registrados, de acordo com o Ministério da Previdência Social. O número de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho cresce nesse setor, porque as empresas elevaram suas metas de produção sem ampliar o número de trabalhadores. Os trabalhadores estão num ritmo insuportável. A máquina dita o ritmo de trabalho no setor agrícola. O trabalhador faz esforço físico repetitivo, durante 8 horas e em ambiente de baixa temperatura. A combinação disso é uma série de lesões graves, nos tendões, nos ombros, nos membros superiores<sup>25</sup>.

Para sustentar os nossos argumentos de que há incidências de doenças do trabalho em Barretos, e compreendendo que isso não pertence apenas à unidade industrial daquela cidade, vamos demonstrar

---

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/11>>. Acessado em 18 de fevereiro de 2013

alguns casos onde o Ministério Público do Trabalho autuou os frigoríficos. Daremos ênfase apenas aos casos de frigoríficos bovinos, em especial a outras filiais do grupo JBS Friboi, cuja política de produção é nociva para os seus empregados. Isto vai corroborar que a política de produção é a mesma para todas as suas unidades. A primeira denúncia é de excesso de trabalho que vem de Mato Grosso.

**Decisão judicial obriga JBS de Água Boa (MT) a não prorrogar jornada e a conceder pausas para recuperação térmica**

—É modo de dizer, mas o serviço no frigorífico é o de um burro de carga”. A definição do trabalho na indústria de abate de animais é feita por uma empregada da unidade da JBS em Água Boa (MT). Ouvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) durante inspeção realizada na planta, a funcionária da maior companhia de processamento de proteína animal do mundo afirmou que sentia —as mãos congelarem durante o trabalho” e —muita dor nos ossos”, mesmo após o encerramento do turno.

Segundo testemunhos dessa e de outros trabalhadores, a temperatura sempre ficava ao redor dos 5°C em alguns setores, como o de desossa. Para piorar, não havia intervalo para minimizar o desgaste físico acumulado nos corpos das pessoas que são submetidas a esforços repetitivos sob frio severo. Registros de jornadas de até 12 horas seguidas de trabalho foram encontrados. Diante do quadro, o MPT entrou, em fevereiro de 2012, com uma Ação Civil Pública (ACP) contra a JBS na Vara do Trabalho local. O processo ainda não foi julgado, mas foi concedida liminar impedindo que a empresa prorrogue a jornada de trabalho para além de oito horas diárias e que conceda 20 minutos de intervalo para cada 1 hora e 40 minutos trabalhados, sem desconto no salário. A ação pede pelo cumprimento do artigo 253 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que define —pausas para recuperação térmica” a



quem trabalha nos chamados ambientes —artificialmente frios”. De acordo com o texto do MPT, —grande parte dos empregados está trabalhando em regime de sobrejornada contumaz, inclusive em ambientes artificialmente frios e insalubres”.

Os equipamentos fornecidos pela empresa, na visão do órgão, são insuficientes. —As luvas e os agasalhos fornecidos aos empregados, embora sejam capazes de proteger a epiderme, não são capazes de impedir os malefícios que a inalação do ar frio causa aos pulmões dos funcionários, nem aqueles outros danos decorrentes dos sucessivos choques térmicos que incidem sobre esses trabalhadores, ou, ainda, a rigidez dos delicados tendões e músculos dos membros superiores causada pela baixíssima temperatura das carnes manuseadas”, afirma o procurador Rodney Lucas Vieira de Souza, autor da ação<sup>26</sup>.

Ainda na mesma autuação, o Ministério Público do Trabalho solicitou que a indústria efetivasse uma mudança na jornada de trabalho. A jornada de trabalho poderia ter no máximo 6 horas e 40 minutos e não poderia ser criado um sistema de banco de horas para os funcionários de ambientes insalubres, impedindo que eles façam horas extras. Como indenização por dano moral coletivo, o órgão requer o pagamento de um milésimo da receita líquida de todo grupo JBS em 2011 – que superou R\$ 60 bilhões.

As condições de trabalho, como vimos acima, incidem diretamente no fazer dos trabalhadores que sofrem com distúrbios na

---

<sup>26</sup> Disponível em <http://moendogente.org.br/#lat=-10.89796514309391&lng=-49.881663489746245&zoom=5&p=266> acessado em 15 de Fevereiro de 2013 às 15:00.

saúde. Simultaneamente, ocorre assédio moral que os prejudica psicologicamente.

O relato abaixo demonstra que as más condições de trabalho em frigoríficos de carne bovina têm uma política que não favorece os seus trabalhadores:

### **Sindicato denuncia frigorífico por trabalho escravo e assédio moral**

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Laticínios do Portal da Amazônia – Sintracal apresentou denúncia contra o frigorífico JBS/Friboi por más condições de trabalho, incluindo casos de trabalho escravo e assédio moral. A denúncia foi entregue ao Ministério Público do Trabalho de Alta Floresta (MT) e à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Mato Grosso - FETIEMT, de acordo com o que foi divulgado na imprensa local. Segundo o Sindicato, os trabalhadores estão submetidos a uma rotina de trabalho que adoce e provoca acidentes. Mesmo doentes ou acidentados, os empregados estão sendo obrigados a trabalhar, fazer horas extras, com restrições ao uso de sanitário e acesso à água potável. Por falta de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs suficientes para todos, há contato com sangue e vísceras dos animais. O trabalho nas câmaras frias não está obedecendo aos intervalos previstos em lei e não é fornecido o agasalho para proteção contra as baixas temperaturas. O Sintracal denuncia, ainda, que os órgãos de fiscalização estão sendo intimidados pela empresa por meio de acompanhamento de “carregados”, maquiagem das instalações e cerceamento ao contato com os empregados. Em algumas unidades, sempre de acordo com informações do Sindicato dos Trabalhadores, os empregados são obrigados a continuar trabalhando mesmo acidentados ou doentes. A empresa não estaria emitindo os

Comunicados por Acidente de Trabalho – CATs. Nos casos em que os trabalhadores são afastados por atestados médicos, a empresa suspende benefícios como a cesta básica, além de terem descontados os valores relativos a transporte e alimentação durante os dias de ausência.

### **Fiscalização**

Diante dessas denúncias, o Sinait procurou informações junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Mato Grosso – SRTE/MT e apurou que as últimas fiscalizações realizadas nas plantas do frigorífico em Colíder e Alta Floresta se deram há cerca de um ano. Na ocasião, os Auditores-Fiscais do Trabalho foram acompanhados por técnicos de segurança da empresa, e atestam que isso é necessário devido à complexidade do local. Em nenhum momento, porém, foram impedidos ou sofreram constrangimento na abordagem aos trabalhadores. Foram constatadas várias irregularidades no quesito segurança e, segundo a SRTE/MT, todas foram sanadas à época. Em relação aos programas de segurança, houve autuações. O pagamento do adicional de insalubridade era pago normalmente e pequenos erros foram corrigidos. Isso não significa que os problemas denunciados não estejam ocorrendo. Eles podem ter surgido após as fiscalizações e somente será possível comprovar diante de novas inspeções<sup>27</sup>.

A reportagem acima é do portal do Repórter Brasil que já utilizamos para demonstrar o abuso da força de trabalho que os frigoríficos de carnes exercem. Na região de Alta Floresta, aparecem não somente as doenças do trabalho que prejudica o corpo e a mente dos trabalhadores, mas também o absurdo de encontrar trabalho escravo.

---

<sup>27</sup> Disponível em [http://www.sinait.org.br/noticias\\_ver.php?id=5766](http://www.sinait.org.br/noticias_ver.php?id=5766), acessado em 21 de fevereiro de 2013.

Isto demonstra apenas que o maior grupo frigorífico do Brasil (e maior processador de proteína animal do mundo) não tem nenhum respeito aos direitos trabalhistas. Na mesma região de Alta Floresta, surgem mais denúncias de maus tratos e descumprimento da legislação trabalhista<sup>28</sup>:

**Sindicato denuncia frigorífico JBS/Friboi por assédio e trabalho escravo**

[...] Funcionários doentes e acidentados são obrigados pelo frigorífico a trabalharem com dores, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Laticínios do Portal da Amazônia (Sintracal). A denúncia foi protocolada pelo Sindicato no Ministério Público do Trabalho de Alta Floresta (812 km de Cuiabá). De acordo com a denúncia, nos frigoríficos da região, os trabalhadores são submetidos a condições análogas ao trabalho escravo, onde até o acesso à água e aos sanitários é escasso e controlado.

—Os frigoríficos em nossa região, de maneira geral, se transformaram em fábricas de moer gente, com a complacência e a omissão do Estado”, conforme conta no documento apresentado ao Ministério Público do Trabalho. O Sindicato alega que não há equipamentos de proteção suficiente para todos os funcionários. Com isso, os trabalhadores estariam em contato com sangue e vísceras dos animais. A entidade ainda alega que a fiscalização dos órgãos competentes é cerceada pelo frigorífico.

**Jornada excessiva**

Os funcionários da JBS/Friboi são constantemente submetidos a sobrejornadas diárias de duas horas seguidas, com o agravante de estarem em áreas de

---

<sup>28</sup> **Sindicato denuncia frigorífico JBS/Friboi por assédio e trabalho escravo.** Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (Contac). Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/11>> Acessado em agosto de 2009.

risco e insalubres e obrigados a venderem os dias de abono de férias, conforme informou a assessoria de imprensa.

#### **Assédio moral**

Caso esteja doente e entregue atestado médico, o funcionário da JBS/Friboi não recebe abono por produção nem cesta básica e tem descontado de seu salário o transporte e a alimentação referentes ao período de ausência, prática que foi denunciada como assédio moral.

#### **Falsificação**

Outra denúncia apresentada, segundo a assessoria de imprensa do Sintracal, é a falta de agasalho para funcionários e o trabalho sem intervalo. O sindicato acusa ainda a empresa de falsificar laudos técnicos sobre as condições de trabalho no local.

#### **Transporte**

Responsável pelo transporte dos servidores, a JBS/Friboi estaria disponibilizando poucos ônibus para transportar os funcionários, que alegam ter de esperar cerca de duas horas para chegarem em casa.

#### **Reivindicação**

O Sintracal e a FETIEMT reivindicam que o JBS/Friboi implemente o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), exigidos por lei.

Os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho para o grupo JBS Friboi, independentemente da localidade, denunciam o sofrimento de maus tratos e o desrespeito à sua saúde.

No Mato Grosso do Sul, temos mais denúncias de superexploração e desrespeito aos direitos dos trabalhadores:

**Na JBS de Naviraí (MS), calor intenso e mau cheiro do setor de matança de bois do frigorífico provocavam desmaios**

Registros de desmaios e queixas de mal-estar entre trabalhadores da unidade frigorífica da JBS em Naviraí (MS) levaram o Ministério Público do Trabalho (MPT) do Mato Grosso do Sul a ajuizar um pedido de interdição do setor de abate, em novembro de 2010. O mau cheiro e o intenso calor, que superava os 35° C por não haver sistema de climatização no ambiente fechado, provocavam náuseas e levavam os funcionários a perder os sentidos em pleno trabalho.

Em setembro de 2010, o MPT realizou uma inspeção para averiguar as condições de trabalho na planta industrial. Naquela oportunidade, o órgão fez uma série de recomendações para que o calor excessivo fosse amainado na área de matança, onde eram abatidos 1,3 mil animais por dia. Diante da falta de providências por parte da direção da empresa, o MPT ingressou dois meses depois com um pedido – atendido pela Vara do Trabalho de Naviraí – de interdição do setor. A situação só foi resolvida meses depois, quando a empresa se comprometeu a instalar um sistema de climatização do ambiente e a limitar o abate de animais até as 10h30, justamente para evitar a jornada sob o período mais quente do dia. O episódio envolvendo a interdição trouxe à tona a acusação de que um desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24), instância superior à Vara do Trabalho de Naviraí, teria intercedido indevidamente em favor da JBS. O magistrado foi alvo de denúncia por supostamente ter feito pressões para facilitar a retomada das atividades do frigorífico, apesar dos problemas do ambiente de trabalho. O episódio deu origem a uma investigação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Se na matança de bois o problema era o calor excessivo, em outros setores os funcionários reclamavam do frio. Uma perícia realizada na unidade constatou que a temperatura no local de desossa dos animais

nunca fica acima de 10° C. Contudo, o artigo 253 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê intervalos de 20 minutos a cada 1 hora e 40 minutos, sem desconto no salário ou na jornada, nos ambientes —artificialmente frios—. Para fazer cumprir a legislação, o MPT obteve, em primeira instância, uma sentença que obrigava a JBS a conceder os intervalos. A decisão até chegou a ser revertida em segunda instância depois de recurso da empresa. Porém, no final das contas, as pausas foram confirmadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em setembro de 2011. O MPT também saiu vitorioso em outro processo contra a JBS de Naviraí. Em março de 2012, o TRT determinou que a empresa computasse na jornada um adicional de 20 minutos do transporte até o frigorífico — as chamadas horas *in itinere*. No referido caso, segundo acórdão de março de 2012, —foi robustamente comprovada a inexistência de transporte público até o local de trabalho—<sup>29</sup>.

Segundo outra agência de notícias,<sup>30</sup> um número considerável de trabalhadores em frigoríficos de carne bovina apresenta lesões na coluna e sintomas de doenças como a tendinite. Os que suportam trabalhar doentes de alguma maneira permanecem empregados, contudo os trabalhadores que buscam tratamento médico e são afastados do trabalho, ao retornar do período de tratamento médico são demitidos. Já onde os que têm estabilidade de doze meses também são demitidos, demonstrando a política de livrar-se do trabalhador acometido por

---

<sup>29</sup> Disponível no <http://moendogente.org.br/#lat=-19.73409294776816&lng=-55.330882239746245&zoom=5> acessado em 20 de Fevereiro de 2013 às 17:00.

<sup>30</sup> AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO POPULAR – ACP, **Sindicato denuncia frigorífico por trabalho escravo e assédio moral**, disponível no [http://www.sinait.org.br/noticias\\_ver.php?id=5766](http://www.sinait.org.br/noticias_ver.php?id=5766), acessado em 21 de fevereiro de 2013.

enfermidade. Em Alta Floresta, o mesmo acontece em outros frigoríficos onde ocorre um grande número de acidentes e doenças do trabalho não notificadas ao INSS. Segundo o sindicato, na unidade de Matupá, um trabalhador teve queimaduras graves por não estar usando luvas e teve que continuar trabalhando com o membro —~~en~~carne viva”.

Os trabalhadores da unidade frigorífica da JBS Friboi são coagidos cotidianamente a realizar horas extras de duas horas seguidas, mesmo laborando em áreas consideradas de risco por serem locais insalubres. Há relatos que muitos trabalhadores são obrigados a venderem os dias de abono de férias. Às vezes é preciso trabalhar doente em virtude da política salarial, que impede o trabalhador de receber a cesta básica ou abono por atingir as metas de produção quando entrega um atestado médico. O assédio moral perpassa também nos descontos em folha de pagamento da alimentação e vale transportes no período em que o trabalhador esteve afastado do trabalho.

A nossa intensão até agora foi demonstrar os maus tratos, ou seja, condições desumanas de labor nos frigoríficos. As denúncias até aqui foram centradas na matriz do Minerva e na filial da JBS Friboi de Barretos. Denunciamos que em outras unidades do grupo JBS Friboi também ocorrem acidentes, adoecimentos relacionado ao trabalho e maus tratos, mas isso, em nossa concepção, pertence ao trabalho em Frigorífico, por isso continuaremos demonstrando os casos em outras empresas. Na empresa Marfrig, segunda empresa do setor de frigoríficos, na unidade de abate de bois de Bagé, no Rio Grande do Sul, observou-se índices de afastamento do trabalho análogos aos encontrados em Barretos.



**Na Marfrig de Bagé (RS), 14% estão afastados do trabalho por acidente ou doença; em Hulha Negra (RS), proporção é de 12%**

—“Estamos trabalhando há 1 dia sem acidentes com afastamento. Nosso recorde é de 29 dias”. A placa instalada na entrada da planta frigorífica da Marfrig em Bagé (RS) foi fotografada em dezembro de 2011, durante inspeção realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A diligência tinha como objetivo averiguar as condições de trabalho não só da unidade de Bagé (RS), mas também de Hulha Negra (RS). De acordo com o relatório elaborado na ocasião pelo MPT, dos 807 empregados na planta de abate de bovinos, 112 estavam afastados do trabalho devido a acidentes ou doenças ocupacionais. Além disso, o aparelho e o software utilizados para controlar o ponto dos funcionários não eram certificados pelo MTE. Com exceção do intervalo para almoço, os empregados não dispunham de nenhuma pausa durante a jornada. O artigo 253 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina pausa de 20 minutos a cada 1 hora e 40 minutos, sem desconto em salário, para que os trabalhadores locados em ambientes de baixa temperatura possam recuperar seus organismos da exposição constante ao frio. Já na unidade do Marfrig de Hulha Negra (RS), indústria que fabrica carne enlatada para exportação aos Estados Unidos e a países da Europa, o MPT constatou que, dos 1.447 empregados, cerca de 170 – 12% do total – estavam afastados por acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais comumente associadas, em frigoríficos, ao esforço repetitivo. Outros riscos à saúde dos empregados também foram documentados no relatório, como a exposição de fios elétricos e a movimentação de carga no interior da fábrica por operador não credenciado. Durante a inspeção na unidade, foram ouvidas queixas de trabalhadores quanto ao

ritmo de trabalho praticamente ininterrupto. Segundo eles, existem apenas duas pausas de 10 minutos – uma pela manhã e outra na parte da tarde – para ida ao banheiro. O relatório também registra reclamações quanto ao não fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) para minimizar os impactos da transição entre ambientes frios e quentes. Apesar de a temperatura chegar a até 70°C na estufa da fábrica, há funcionários que entram e saem por diversas vezes do equipamento, ao longo do turno, para encher os carrinhos que transportam a carne industrializada. Cada entrada na estufa consome dois ou três minutos. Porém, ao longo do dia, os funcionários que desempenham essa função ficam, em média, uma hora expostos a altas temperaturas<sup>31</sup>.

A planta industrial de Hulha Negra é análoga à de Barretos, exceto pelo fato de que a desossa na cidade paulista ainda permanece com uma planta que processa alimentos enlatados destinado também ao mercado exterior. Em Hulha Negra, há uma porcentagem um pouco menor (do quê?) que em Barretos, menos 2%, o que demonstra que os trabalhadores da JBS Friboi estão sujeitos a condições de trabalho mais agressivas à saúde. Na citação na página 30 (verificar) (REMIJO & LARA, 2012: 109-110), o Termo de Ajuste de Conduta – TAC aplicado ao Minerva também faz menção a mortes em outro frigorífico de Barretos, onde se encontra hoje a unidade da JBS Friboi. Para esclarecer esse ponto, informamos que antes da unidade de Barretos ser adquirida pelo Grupo JBS Friboi, ela foi arrendada pela JBS Friboi e pelo Grupo Bertin, uma Joint Venture criando uma empresa chamada B.F. Neste

---

<sup>31</sup> Disponível em <http://moendogente.org.br/#lat=-19.525808902185094&lng=-48.343577552246245&zoom=5&p=271>, acessado em 21 de fevereiro de 2013.

período, um trabalhador desmaiou e morreu em um triturador de carnes. No local, houve vazamento de gás amônia o que colaborou com o desmaio bem como com o acidente. No Marfrig, também ocorreu esta fatalidade como demonstrado abaixo:

**Trabalhador morre depois de cair de carreta e ser atingido por barras de ferro na Marfrig de Porto Murtinho (MS)**

Em fevereiro de 2008, um acidente ocorrido no interior da planta frigorífica do Marfrig de Porto Murtinho (MS) tirou a vida do faqueiro Valdecir Elias da Cruz. Ele estava em cima de uma carreta puxada por um trator que transportava ferragens para o curral da indústria. Por conta do solo úmido, o trator atolou e inclinou a carreta. O impacto do deslocamento da carga jogou Valdecir para o chão. Pelo menos 20 barras de ferro de 35 quilos caíram sobre o corpo do trabalhador, que não resistiu aos ferimentos. Ao tomar conhecimento do acidente, o Ministério Público do Trabalho (MPT) do Mato Grosso do Sul realizou uma inspeção no frigorífico que culminou no ajuizamento de uma Ação Civil Pública (ACP), em setembro de 2008. O procurador Heiler Natali, responsável pela ação, detectou uma série de problemas na unidade. Em primeiro lugar, o médico contratado para atender aos empregados era um ginecologista, sem experiência em medicina do trabalho, e comparecia à empresa com menos frequência do que o exigido por lei. O MPT constatou ainda a realização de jornadas de trabalho superiores a 15 horas diárias e a não concessão de intervalos para “recuperação térmica” aos funcionários de setores “artificialmente frios”, com temperaturas entre 7°C e 8°C, como prevê o artigo 253 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por essa razão, o órgão pediu na ação que o tempo trabalhado durante as pausas não concedidas fosse pago em forma de horas extras.

Além disso, de acordo com a ação, empregados eram induzidos a assinar advertências em branco para utilização em casos de faltas e tinham de apresentar certidão de antecedentes criminais – procedimentos que, na avaliação do MPT, caracterizam assédio moral. Por lei, a exigência de antecedentes criminais só se aplica a vigilantes, a empregados domésticos e a alguns cargos públicos, como juízes. Na ação, o MPT também solicitou uma indenização de R\$ 3 milhões por dano moral coletivo. Em abril de 2009, a Vara do Trabalho de Jardim (MS), responsável em primeira instância pelo processo, acolheu em parte os pedidos do MPT. O juiz Márcio Kurihara Inada determinou que a empresa limitasse a jornada de trabalho a dez horas diárias e que respeitasse o período de intervalo de 11h entre o fim de um dia de trabalho e o início de outro. A sentença também obrigou o Marfrig a contratar um médico do trabalho e a aprimorar o treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). A companhia foi condenada a pagar uma indenização por dano moral coletivo de R\$ 305 mil. A Marfrig recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24). Em dezembro de 2009, os desembargadores isentaram a empresa do pagamento da indenização por dano moral coletivo. O tribunal também recusou o pedido do MPT para que o tempo trabalhado durante as pausas não concedidas fosse pago em horas extras. O acórdão permitiu ainda que a empresa continuasse a exigir as certidões de antecedentes criminais de seus funcionários. O MPT recorreu e o processo está sob análise do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília<sup>32</sup>.

O trabalho nos frigoríficos do Brasil é extremamente penoso como observamos nos relatos e depoimentos acima, e conforme foi

---

<sup>32</sup> Disponível em <http://moendogente.org.br/#lat=-19.525808902185094&lng=-48.343577552246245&zoom=5&p=271>, acessado em 21 de fevereiro de 2013.

demonstrado nas nossas pesquisas. Contudo, até agora não tocamos no que leva a exortação de doenças nestes trabalhadores.

O trabalho intenso nos frigoríficos, segundo o relato do presidente da Contac, desfaz a tese de que o incremento tecnológico diminuiria os índices de doenças relacionadas ao trabalho. Assim, no contexto dessas inovações tecnológicas e de gestão da força de trabalho tem-se a evidência da nova organização do trabalho, o que não colaborou com a qualidade de vida dos trabalhadores dos frigoríficos. Ao se observar as tendências na atividade dessas empresas, os quais além de produzirem carnes, valor e mais-valia provocam simultaneamente doenças relacionadas ao trabalho, percebe-se um problema que se expressa nas doenças laborais.

Esta incidência de doenças do trabalho relatada pelo presidente da Contac, Siderlei de Oliveira, não é uma exclusividade do trabalho nos frigoríficos de abrangência do sindicato onde atua. Tal fenômeno reaparece nos frigoríficos de Barretos sem melindres e sem muita preocupação do sindicato, pois até então não se afirmou uma denúncia ou qualquer informação a classe trabalhadora empregada nos frigoríficos<sup>33</sup>.

Os frigoríficos mantêm em seu quadro grande número de funcionários devido a um impacto menor de inovações tecnológicas neste setor. Isto significa que para produção de carnes o peso da força de trabalho ainda é muito preponderante. O que revela neste caso que o

---

<sup>33</sup>

Sobre a atuação do Sindicato acerca do processo de desgaste operário não tem-se nenhuma indicação de um política que vise diminuir o problema. A este problema vamos retornar posteriormente quando tratarmos acerca da luta de classes e suas personificações.

ramo de frigoríficos tem provocado um desgaste imenso dos trabalhadores. Em pesquisa realizada na região de Cascavel, no estado do Paraná, pelas pesquisadoras Geórgia Sobreira dos Santos Cêa e Neide Teimi Murofuse, onde se desenvolveu um trabalho científico sobre a incidência de doenças laborais, sobretudo a LER, nos trabalhadores da Sadia e Perdigão, percebeu-se essa universalidade do desmantelamento dos trabalhadores em frigoríficos:

Em documento oficial do Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2000) indica-se que a cronicidade e a irreversibilidade de grande parte dos casos de LER em várias partes do mundo, aliadas aos imensos contingentes de trabalhadores de diversos setores acometidos por várias doenças, imprimem um caráter epidêmico às várias partes do mundo, aliadas aos imensos contingentes de trabalhadores de diversos setores acometidos por várias doenças, imprimem um caráter epidêmicos às LER. No Brasil as LER respondem por 70% das doenças relacionadas ao trabalho, sendo quatro os setores críticos na ocorrência de doenças osteomusculares: ***Frigoríficos***, supermercados, indústrias de calçados e telemarketing‘ (CEA & MUROFUSE, 2008, p.424, ***grifo nosso***).

No caso dos trabalhadores empregados em frigoríficos, o caso de LER e DORT é constado como uma epidemia. Essa contradição é perceptível nas indústrias frigoríficas, independentemente se abatem carne bovina, suína, aves ou qualquer outro animal, como na industrialização dos frutos do mar.

Nos últimos cinco anos, começou a surgir bibliografia formada por dissertações de mestrado, monografias, artigos, assim como documentários que retratam as denúncias das más condições de desgaste dos operários deste setor. Traremos o relato do Repórter Brasil dissertando acerca do documentário —Carnê Osso”, o qual serviu de base para o artigo publicado no jornal Andes, Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior. O documentário retrata as condições degradantes da classe trabalhadora e reforça o que temos afirmado até agora:

Quem trabalha em um frigorífico se depara com uma série de riscos que a maior parte das pessoas sequer imagina. Por mais que a exposição a instrumentos cortantes seja o óbvio a se pensar, a realização de movimentos repetitivos – que podem gerar graves lesões e doenças, inutilizando o trabalhador – e a pressão psicológica para dar conta do intenso ritmo de produção são os principais problemas. Em coletiva na tarde desta segunda (12), em Florianópolis, o procurador do Trabalho Sandro Sardá afirmou que a empresa investiu cerca de R\$ 50 milhões em automação de seus processos industriais em Capinzal, mas —~~s~~ empregados continuam submetidos a um ritmo de trabalho intenso e incompatível com a saúde física e mental, com a realização de 70 a 120 movimentos por minuto, quando estudos apontam que o limite de 30 a 35 movimentos por minuto não deve ser excedido”. Segundo ele, —~~ta~~ta-se de grave desrespeito ao Poder Judiciário Trabalhista, ao Ministério Público, aos trabalhadores e a toda a sociedade” por conta do descumprimento da decisão do TST. De acordo com o MPT, estudos realizados pelo Programa de Reabilitação Ampliado da própria BRF Brasil Foods, em outra unidade, a de Videira, mostram:

- 68,1% dos empregados do setor de aves sentem dores causados pelo trabalho;
- 65,31% dos empregados do setor de suínos sentem dores causados pelo trabalho;
- 61,79% dos empregados estabelecem relação entre a dor e o trabalho desenvolvido na área de aves;
- 60,34% dos empregados estabelecem relação entre a dor e o trabalho desenvolvido na área de aves;
- 70,89% dos postos precisam de intervenções ergonômicas no setor de aves;
- 95,5% dos postos precisam de intervenções ergonômicas no setor de suínos;
- 30,24% dos empregados manifestaram dormir mal no setor de aves e 33,18% no setor de suínos;
- 49,64% dos empregados manifestaram se sentir nervosos, tensos ou preocupados no setor de aves e 50,43% no setor de suínos;
- 12,26% dos empregados manifestaram que alguma vez pensou em acabar com a sua vida no setor de aves;
- 13,46% dos empregados manifestaram que alguma vez pensou em acabar com a sua vida no setor de suínos.;
- Cerca de 20% de toda a mão de obra em frigoríficos vem sendo acometida de doenças ocupacionais.

O duro cotidiano de trabalho nos frigoríficos brasileiros de abate de aves, bovinos e suínos foi trazido à tona pelo documentário —*Carne, Osso*”, da Repórter Brasil. Ao longo de dois anos, os diretores Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros percorreram as regiões Sul e Centro-Oeste à procura de histórias de vida que pudessem ilustrar os impactos do ritmo frenético de produção junto aos trabalhadores. Abaixo alguns exemplos descritos no documentário: **Danos físicos e psicológicos**

—Cerca de 80% do público atendido aqui na região é de frigoríficos. Ainda é um pouco difícil porque o círculo vicioso já foi criado. O trabalhador



adoece e vem pro INSS. Ele não consegue retornar, ele fica aqui. E as empresas vão contratando outras pessoas. Então já se criou um círculo que agora para desfazer não é tão rápido e fácil” – Juliana Varandas, terapeuta ocupacional do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) de Chapecó (SC).

#### **Ritmo frenético**

—Agente começou desossando três coxas e meia. Depois, nos 11 anos que eu fique lá, cada vez eles exigiam mais. Quando saí, eu já desossava sete coxas por minuto” – Valdirene Gonçalves da Silva, ex-funcionária de frigorífico

#### **Reclamações curiosas**

—Tu não tem liberdade pra tu ir no banheiro. Tu não pode ir sem pedir ordem pro supervisor teu, pro encarregado teu. Isso aí é cruel lá dentro. Tanto que tem gente que até louco fica” – Adelar Putton, ex-funcionário de frigorífico

#### **Problemas com a Justiça**

—Otrabalho é o local em que o empregado vai encontrar a vida, não é o local para encontrar a morte, doenças e mutilações. E isso no Brasil, infelizmente, continua sendo uma questão séria” – Sebastião Geraldo de Oliveira, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª região (TRT-3)

*Com informações do Ministério Público do Trabalho. Edição: ANDES-SN 14-12-2011*

Na análise, observamos que os índices de LER e DORT estão acima da média da possibilidade de acometimento da maioria das ocupações, chegando a ser próximo de 75% em frigoríficos de aves. Traumas e queimaduras chegam a ser 6 vezes maior. Os índices de transtornos mentais nos frigoríficos, em especial nos frigoríficos de aves, são acima da média das outras indústrias considerados de alta periculosidade, mas o trabalho em frigoríficos de suínos e bovinos os

índices também são altos, mas em proporção menor que os frigoríficos de aves.

Há uma disputa na chamada produção do conhecimento que identifica esse antagonismo, mas suas respostas têm duas vertentes: uma penalizando a vítima, ou seja, o trabalhador é culpado pelo seu adoecimento devido a sua falta de destreza para um determinado trabalho; a outra espera que o trabalhador adapte-se à estrutura mais rígida, —*lindando-se*” para sofrer menos impactos com a produção que tem em si os agentes biológicos e químicos nocivos. Nenhuma discute se é necessário que trabalhadores tenham que ser submetidos a tais condições: oito, nove, dez ou mais horas por dia para sobreviver.

Estas duas vertentes se enquadram dentro da apologética que não capta a totalidade, hoje com forte inspiração do pensamento pós-moderno que nega a totalidade e reforça a ideologia de uma maneira ou outra em que o indivíduo isolado pode contrapor a sua condição de exploração que é imanente ao capitalismo.

A contraposição antitética das expressões da ideologia dominante, o recurso à crítica da economia política nos oferece respostas dentro da *lei geral da acumulação capitalista*, discutindo essa questão pela *lei do valor-trabalho*. Assim, sobre esses procedimentos metodológicos, assume-se uma proposta calcada numa perspectiva realmente revolucionária em que o proletariado pode assumir seu papel histórico e se emancipar das correntes invisíveis do capital e, muito provavelmente, a contradição entre adoecimento e produção e reprodução da vida humana. Sob essa perspectiva vamos tentar

responder algumas questões que se apresentam nesta dissertação de mestrado.

### **3.2 Século XXI: o desgaste da classe trabalhadora continua!**

Ao continuar nossa exposição, há de se observar que tal contradição do desgaste da classe trabalhadora não pertence às sociedades pré-capitalistas, portanto, é parte constituinte dessa forma de sociedade burguesa, o que nega algumas afirmações de pesquisadores sérios sob o ponto de vista dessa sociedade.

Ressalta-se que a Economia Política Clássica, no embate da defesa da sociedade burguesa contra o Antigo Regime, teorizou que tão logo chegasse a maturidade do capitalismo alguns dos inconvenientes que ocorriam, como o pauperismo, as mutilações e o desgaste em decorrência do trabalho seriam superados, contudo, os economistas políticos não poderiam prever que mais de 235 anos depois de sua primeira exposição mais elaborada em Smith, os acidentes de trabalho e o desgaste operário ainda seria uma realidade pertencente à sociedade burguesa. Nesta subseção, buscaremos debater as doenças do trabalho, acidentes e mortes como uma epidemia contemporânea. As mutilações, as mortes e os afastamentos permanentes por impossibilidade de trabalhar, seja por doenças relacionadas ao exercício profissional, como LER/DORT, ou distúrbios psíquicos, poderiam ser comparados a uma guerra. Alguns dados podem auxiliar em nossas argumentações da nocividade em que o trabalho está sendo utilizado pelo capital.

Cerca de seis mil pessoas morrem por dia em consequência de acidentes e doenças ligadas a atividades laborais. São 270 milhões de acidentes de trabalho não fatais e 160 milhões de casos novos de doenças profissionais por ano. E de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), esses dados divulgados por ocasião do Dia Mundial de Saúde e Segurança do Trabalho, celebrado na última segunda-feira (28<sup>34</sup>), não tendem a retroceder. "Na atualidade, as rápidas mudanças tecnológicas e uma economia que se globaliza a passos gigantesco apresentam novos desafios e geram pressões sem precedentes em todos os âmbitos do mundo do trabalho", avalia o diretor-geral da OIT, Juan Somavia. O órgão ligado a Organizações das Nações Unidas (ONU) estima que o custo direto e indireto de acidentes e doenças do trabalho possa chegar a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, ou seja, US\$ 1,25 bilhão. Essa quantia equivale a mais de 20 vezes os investimentos globais de assistência de desenvolvimento oficial. [...] De acordo com Juan Somavia, houve registro de aumento na taxa de acidentes nos países em desenvolvimento. "Não podemos esquecer que a maioria dos trabalhadores está na economia informal, onde é provável que não se leve em conta todos os acidentes, doenças e mortes por causa do trabalho", adiciona o diretor-geral da OIT, em mensagem por ocasião do Dia Mundial de Saúde e Segurança do Trabalho. [...] No Brasil, também se estima que, além do incalculável prejuízo social, os acidentes e doenças de trabalho atinjam aproximadamente 4% do PIB nacional, levando-se em conta, além do setor privado, o segmento informal e rural, os funcionários públicos, os cooperados e os autônomos (HASHIZUME, 2008).

---

<sup>34</sup>

O autor refere-se ao dia 28 de abril de 2008.

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo potencializado pela luta de classes antagônicas resulta no adoecimento de trabalhadores não somente com manifestação em seu físico, com mutilações, cortes, ou doenças como a LER E DORT, quando não há morte, mas também em sua mente. O final do século XX e início do século XXI possuem uma característica particular onde as doenças mentais ou disfunções no sistema nervoso atingem a *psiqué* da classe trabalhadora, sendo o *stress* o maior vilão deste processo. Isto não leva somente a loucura, ao afastamento do trabalho etc., mas têm levado a morte de muitos trabalhadores.

O stress excessivo no trabalho pode duplicar o risco de morte por doença cardiovascular, segundo um estudo de cientistas finlandeses recentemente publicados no —*British Medical Journal*". Os cientistas do Instituto Nacionais finlandeses de Saúde no Trabalho de Helsínquia estiveram pesquisando durante mais de 25 anos 812 funcionários em boas condições de saúde (545 homens e 267 mulheres) de uma empresa industrial situada em Valmet, no Centro do país. Desse total, 73 acabaram por falecer devido a problemas cardiovasculares no período em que durou a pesquisa. Entrevistas, questionários e exames médicos regulares permitiram reunir dados relativos ao stress, tensão arterial e níveis de colesterol no sangue. Os cientistas cruzaram os resultados com dados relativos à mortalidade cardiovascular provenientes do registro nacional de óbitos ocorridos entre 1973 e 2001 (REMIJO, 2009: 99).

As obrigações e as tensões no local de trabalho, alto grau de exigência e baixo domínio do trabalho, e uma recompensa não correspondente ao esforço despendido, com salários baixos, falta de

reconhecimento social e limitadas perspectivas de carreira na empresa em relação ao esforço realizado, estão relacionados com o risco de morte por acidente cardiovascular, que duplicou entre os funcionários que no início da pesquisa gozavam de satisfatório estado de saúde.

Deixaremos os países do centro do capital, para aproximar mais do nosso objeto de estudo: o desgaste da classe trabalhadora no Brasil. Para tanto, serão ilustrados alguns dados gerais, como pesquisas de setores que na sua efetivação resultam em agravos à saúde dos trabalhadores. Se no centro do capitalismo observamos que as condições de trabalho são degradantes, por isso desumanas, na periferia, tende-se a haver números mais expressivos. O procurador do trabalho Rafael de Araújo Gomes, em palestra proferida na UNESP de Marília, trouxe alguns dados preocupantes do custo despendido no Brasil em decorrência da falta de saúde dos trabalhadores. Segundo o referido procurador do trabalho:

O jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 21 de janeiro de 2012, publicou uma importante reportagem, sob o título: *–País gasta R\$ 71 bi ao ano com acidente de trabalho–*. Tendo como fontes o Ministério da Saúde, o sociólogo José Pastore e a empresa de gerenciamento de riscos Marsh, o jornal alerta que o valor estimado de R\$ 71 bilhões de reais de prejuízo, que inclui gastos públicos e privados, certamente encontrasse subestimado, pois leva em consideração apenas o mercado formal de trabalho no Brasil. Ou seja, o prejuízo econômico real, ao Estado e à iniciativa privada, causado pelos acidentes de trabalho seria ainda maior. Dada a enorme quantidade de trabalhadores informais (sem carteira assinada) que existe no país (em torno de 35% do total), acredito ser justificado supor que o custo

financeiro ultrapasse R\$ 100 bilhões. A reportagem menciona, também, que o problema está atualmente a piorar: *—A retomada das obras de infraestrutura e construção imobiliária elevou o número de acidentes de trabalho que resultam em mutilações ou mortes no Brasil. Entre janeiro e outubro de 2011, pelo menos 40.779 trabalhadores foram vítimas de acidentes graves de trabalho, dos quais 1.143 morreram, segundo o Ministério da Saúde. O número é 10% maior que em igual período do ano passado (37.035)”. As estimativas do custo financeiro dos acidentes feitas por José Pastore, que o Estadão reproduziu, já haviam sido apresentadas pelo sociólogo em palestra por ele proferida no Tribunal Superior do Trabalho, em outubro de 2012: —A sociedade brasileira paga cerca de R\$ 800 bilhões de salários (dados da RAIS) e gasta R\$ 71 bilhões com acidentes e doenças do trabalho - quase 9%. É uma cifra ainda mais estratosférica e que mais do que justifica um esforço adicional de prevenção.*

*Nota: Esse custo está subestimado porque se refere apenas ao setor formal do mercado de trabalho. Pelo sistema do SUS, que é universal, o Brasil atende um grande número de pessoas que se acidentam e adoecem no mercado informal cujas*

*despesas correm por conta do Ministério da Saúde e não da Previdência Social.”*

Para fins de comparação: o valor do prejuízo, estimado de forma conservadora em R\$ 71 bilhões, é só um pouco menor que todo o gasto com saúde previsto no orçamento da União Federal em 2011 (incluindo as despesas com o SUS), que foi de R\$ 77 bilhões. O valor é superior aos lucros somados da Vale do Rio Doce e da Petrobras, as duas maiores e mais lucrativas empresas brasileiras, em 2011.

De acordo com o último Anuário Estatístico da Previdência Social, relativo a 2010, ocorreram naquele ano no Brasil 701.496 acidentes de

trabalho. Os acidentes fatais vitimaram 2.712 pessoas, 11,4% a mais do que no ano de 2009. Esses dados oficiais reproduzem, entretanto, apenas parte da quantidade real de acidentes e mortes ocorridos, pois muitas ocorrências não são comunicadas e não são reconhecidas como relacionadas ao trabalho.

Em 2002, segundo a OIT, 270 milhões de trabalhadores assalariados foram vítimas de acidentes de trabalho, totalizando 2 milhões de mortos. Nos países mais industrializados, embora tenha ocorrido uma diminuição do número de lesões graves, elevaram-se outras formas de adoecimento, tais como as afecções músculo-esqueléticas, o estresse, problemas psíquicos, reações asmáticas e alérgicas, além de doenças decorrentes da exposição a agentes tóxicos. Embora não caiba estimar o custo de uma vida, a OIT calculou em 2002 que 4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial foi gasto com doenças profissionais, absenteísmo, tratamentos, incapacidade e pensões (PINTO, 2007: 12-13).

No Brasil, em decorrência do mercado de trabalho, os dados que apresentamos com mais facilidade são os dispostos no INSS. Os trabalhadores em geral vêm buscando os direitos previdenciários em grande quantidade, o que demonstra que o número de acidentes ou adoecimentos relacionados ao trabalho ainda mantém-se alto, como podemos observar:

Em 2004, o INSS registrou, segundo os dados do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho do Ministério da Previdência Social, 503,9 mil acidentes de trabalho, desses 2.717 correspondem a óbitos. —Comparando com 2006, o número de



acidentes de trabalho registrados aumentou 0,8%. Os acidentes típicos representaram 80% do total de acidentes, os de trajetos 14,7% e as doenças do trabalho 5,3%” (BRASIL, 2006). No estado de São Paulo foram 188.477 acidentes, 37% do montante, seguindo a mesma proporção na classificação entre típico, trajeto e doença do trabalho (sendo 79,81%, 15,05% e 5,12%, respectivamente). Destaca-se que desses, 644 pessoas perderam a vida (LOURENÇO, 2009: 214-215).

É importante destacar dois pontos da observação de Lourenço: Primeiro, os números do INSS são de trabalhadores formais com registro na carteira, portanto, excluindo cerca de aproximadamente 50% da população econômica ativa, e devemos observar que os trabalhadores formais com carteira de trabalho estão em relação aos informais em trabalhos, em empregos melhores, em grandes e médias empresas, que por sua vez podem proporcionar ambientes de trabalho melhores que estabelecimentos menores com pouco capital, onde os trabalhadores informais se encontram, assim como demonstrado pelo procurador do trabalho acima citado.

Podemos observar o mercado de no Brasil por meio de algumas pesquisas que analisam setores específicos, como o processo do laurado agronegócio, o setor metalmeccânico do Centro Sul<sup>35</sup>, bem

---

<sup>35</sup> O IBGE divide economicamente o Brasil em três setores levando em conta o processo produtivo e as características do local (geográfico). Assim, temos o que chamam de Amazonas que compreende a região Norte mais os Estados do Tocantins e Maranhão e boa parte do Mato Grosso que é a região territorialmente maior ao norte, o Nordeste que engloba a região Nordeste exceto o Estado do Maranhão, mas inclui o norte de Minas Gerais, o centro sul é a região com o maior desenvolvimento capitalista, contém a região Sul,

como setores industriais da região do norte/nordeste de São Paulo, regiões próximas de Barretos, como Franca que é famosa pela indústria calçadista.

O governo Lula acentuou o apoio ao agronegócio, que já ocorria em governos anteriores. Contudo, não foi apenas uma vez que escutamos nos meios de comunicação que o governo do PT, almejava a “onda” do etanol no exterior. Criou-se a ideologia de que o etanol é combustível limpo, energia renovável e menos poluente, dentre tantos outros absurdos:

O trabalho no corte de cana ganhou visibilidade social nos últimos anos, quando houve denúncias de morte no trabalho. \_No período de 2004 a 2008, houve 17 mortes, registradas pela Pastoral dos Migrantes, provocadas, supostamente, pelo excesso de trabalho de esforço uma verdadeira overdose do trabalho denominada de *birola* pelos trabalhadores‘ (SILVA; MARTINS, 2007, p. 13). Parece que o número de mortes por exaustão, oficialmente, já saltou de 17 para 22ª, desde 2004, sob suspeita de excesso de esforço no corte da cana. As mortes são alvos da investigação da Procuradoria do Trabalho, em conjunto com a plataforma DHESC, braço da ONU (Organização das Nações Unidas) (EDILSON, 2007, p. C3A). Essas são aquelas reconhecidas pela sociedade e debatidas nas várias audiências públicas promovidas pelo Ministério Público, Sindicato e Pastoral do Migrante, mas não se sabe ao certo o número das mortes ocorridas por exaustão (LOURENÇO, 2009: 194).

---

Sudeste (exceto vale do Jequitinhonha), mais os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e parte de Mato Grosso.

Adensando dados de acidente fatais, a partir dos dados sobre mortes de petroleiros na maior empresa de extração de petróleo em águas profundas, sabe-se que a atividade petroleira em águas profundas é por si só perigosa e que há riscos de manipulação de materiais inflamáveis. Contudo, estamos demonstrando o quanto até as empresas monopolistas não obtêm excelência na segurança dos seus trabalhadores. Segundo o procurador do trabalho Rafael Araújo Gomes (2012):

A tendência —flexibilizadora” de normas de saúde e segurança, e a ênfase nos —custos do trabalho”, ao invés da proteção à vida, ilustram a perfeição o motivo pelo qual, no Brasil, gasta-se dezenas de bilhões de reais com os prejuízos causados por acidentes de trabalho. É também graças a tal tipo de mentalidade que morre milhares de trabalhadores por ano no país. Os 2.712 óbitos de 2010 e os R\$ 71 bilhões de prejuízo não foram causados por falta de —cooperação” ou de —negociação”, e tampouco foram provocados por —armas trabalhistas arcaicas”. Os acidentes ocorrem na maioria dos casos porque as normas que existem, que são necessárias, não são cumpridas, sendo a opção de muitos economizar a investir em segurança<sup>36</sup>.

Os trabalhadores precarizados, ou seja, terceirizados/quarteirizados, são os que mais sofrem com as doenças relacionadas ao trabalho, acidentes e transtornos psíquicos, o que demonstra que a tendência de flexibilização está na contratendência da

---

<sup>36</sup> O procurador do trabalho Rafael de Araújo Gomes, em palestra proferida na Unesp de Marília no Seminário do Trabalho realizado nos dias 20 à 25 de junho

saúde do trabalhador. Por enquanto, esse apontamento é necessário para delimitar quais setores mais desgastam a saúde do trabalhador. O processo de precarização será debatido mais adiante, sobretudo, quando formos discutir as mudanças do mundo do trabalho.

Retomando as denúncias das doenças do trabalho em locais onde a terceirização é muito expressiva, o setor calçadista é um exemplo lapidar de que essas doenças são regra nos setores onde a terceirização é muito preponderante. No Interior de São Paulo, na cidade de Franca, o setor calçadista é a maior empregadora, com cerca de 24 mil trabalhadores em 2003 (LARA, 2007: 280).

A escolha dessa pesquisa é pela proximidade e em alguma medida podemos fazer analogias com a conjuntura de Barretos, visto que no setor industrial há um ramo produtivo que emprega massivamente a força de trabalho dos municípios e atrai força de trabalho das cidades satélites, o que na correlação de forças tem peso determinante na organização da política do município. Segundo Lourenço (2009: 245), em 2008, foram notificados no CEREST (Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador) cerca de 989 acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho.

O ramo têxtil nacional oferece alguns dados sobre o processo de desgaste da classe trabalhadora. A Fundacentro realizou ampla pesquisa em pequenas e microempresas que são terceirizadas na produção de calçados e de roupas relatando que —deum total de 4.494 acidentes ocorridos nesses ramos, as indústrias de confecções e têxtil tiveram a maior participação relativa, com 56,0% dos casos” (SALIM, 2010: 18).

A pesquisa mais abrangente encontra-se no Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisa de Saúde do Trabalhador (DIESAT). Lourenço (2009: 60), relativizando a pesquisa supracitada, relata que há mais mortes de trabalhadores em idade produtiva (15-54 anos) no Brasil por problemas respiratórios e do coração (problemas coronários) que em outros países também industrializados. A pesquisa ainda referenda uma tendência mundial de que os piores trabalhos estão destinados para os imigrantes (caso lapidar dos EUA com os Mexicanos e na Europa com africanos e turcos). No Brasil, por sua vez, os piores trabalhos estão destinados aos migrantes<sup>37</sup> de áreas mais pobres como o Vale do Jequitinhonha e interior das regiões Nordeste e Norte.

O processo migratório reverbera no processo de ocultar o desgaste dos trabalhadores. Isto ocorre porque ao manifestar os agravos relacionados ao labor não é realizado o nexo causal com o trabalho, sendo que no local de origem os especialistas em saúde não conhecem os agentes epidemiológicos que podem causar o agravo à saúde. Segundo Lourenço (2009: 61), os cortadores de cana-de-açúcar do interior de São Paulo trabalham em condições insalubres e aceitam tal situação com o intuito de voltar para casa com a recompensa da safra em bens como: moto, eletrodomésticos, eletroeletrônicos etc. O resultado são doenças do trabalho que se manifestam, mas na região de origem não ocorre a mediação com o trabalho, visto que os agentes de saúde

---

<sup>37</sup> Há imigrantes bolivianos que buscam a cidade de São Paulo para trabalhar na indústria têxtil. Este caso é próximo do que ocorre nos EUA, onde imigrantes ilegais tornam-se alvo dos trabalhos mais precários, sem cobertura social e sem direitos trabalhistas.

não tem noção do nexo causal decorrente do tipo de trabalho que o indivíduo ao longo de sua vida foi exercendo.

Com a nova era da acumulação do capital que tem como vedete o trabalho flexível e dentre as expressões do trabalho flexível mais estranhado: este acentua alguns agravos à saúde que não eram predominantes no período fordista, tais como infarto, hipertensão, doenças coronárias, úlceras, gastrites, asma, neuroses, psicoses, —adidas elas de um ou outro modo tidas como doenças do ‘stress’ ou tensão, podem ter e certamente têm no trabalho [...] a sua principal causa [...]” (DIESAT *apud* LOURENÇO, 2009: 63).

Aqui ainda estamos muito próximo da aparência dessa contradição a nível nacional, mas seria prudente apresentar o debate acerca da saúde dos trabalhadores e sua contradição atual.

No Brasil, há um processo que os pesquisadores apontam: excesso de subnotificações, ou seja, o trabalhador ao adoecer, desgastar-se, ou se acidentar, procura o atendimento médico seja na empresa, seja em consultório, público ou privado, e não é expedido a CAT ou o RAAT<sup>38</sup>.

Segundo Lourenço (2009), em países mais desenvolvidos, portanto, com condições melhores de trabalho que nosso país, o número de acidente de trabalho se equivale ao Brasil. Agora emerge a prova

---

<sup>38</sup> Segundo Lourenço (2009), o RAAT é o relatório de atendimento ao acidentário do trabalho, estratégia implantada pelo CEREST Franca para trabalhar na contratendência das subnotificações, visto que as notificações oficiais é realizada pelo CAT (Certificado de Acidente do Trabalho), que é muito mais complexo seu preenchimento nas unidades de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde. O RAAT é mais simples seu preenchimento o que facilita o trabalho das Unidades Básicas de Saúde que andam (em todo Brasil) abarrotadas com poucos funcionários para atender a demanda.

empírica da subnotificação: o número de doenças relacionadas ao trabalho é abaixo de outros países industrializados do Norte. Acerca das subnotificações, alguns pesquisadores debatem a estrutura da previdência que acaba por omitir os dados relativos às doenças relacionadas ao Trabalho. Minayo & Costa demonstram os motivos que levam a subnotificações no Brasil:

Uma das principais barreiras para reduzir a reconhecida subnotificação é a visão securitária que pauta o registro de dados sobre doenças e acidentes de trabalho, inclusive nas informações de notificação compulsória coletadas nos serviços de saúde. Sob essa lógica de concessão de benefícios referentes ao seguro de acidente de trabalho, o universo é composto apenas por trabalhadores com vínculos formais e estão excluídos, dentre eles, os servidores públicos das três esferas de governo, sujeitos a regimes próprios de previdência, os trabalhadores domésticos e os autônomos. Ao que cabe acrescentar, entre outras razões, a concepção ainda dominante de doença ou acidente restrita aos danos físicos; o descompromisso das empresas, particularmente com trabalhadores terceirizados, ao omitir acidentes que não se traduzem em benefícios previdenciários e as estratégias da própria seguridade social de descaracterizar doenças relacionadas ao trabalho ou do trabalho, no já reduzido quadro de classificação. O caso das lesões por esforços repetitivos – LER – é hoje o mais sintomático dessa política de evitar custos. Trata-se, concomitantemente, de verificar a procedência das interpretações existentes sobre a redução do número de acidentes, que além de atribuí-la à subnotificação, incluem como outros determinantes a introdução de mudanças tecnológicas, os investimentos em medidas de segurança, bem como a terceirização e a informalização, mesmo no mercado formal, das

atividades de risco (MINAYO & COSTA, 1999: 417).

Em pesquisa realizada pelo mesmo autor supracitado, observamos que essa tendência é comprovada em atendimentos a trabalhadores que buscam auxílio médico em decorrência de sua enfermidade e observa:

Ao comparar os dados quantitativos obtidos nas entrevistas com os registrados nos prontuários, evidenciam-se as elevadas proporções da subnotificação. Foram caracterizados 31 AT [Acidente de Trabalho], enquanto o Hospital identificou apenas 5, mesmo assim em decorrência da iniciativa dos próprios trabalhadores em informar o AT no atendimento inicial, do uso do uniforme da empresa e da interferência de um participante deste estudo que alertou para o registro na sala de emergência [...] A precariedade dos vínculos apresenta-se de forma diferenciada. Entre os acidentados internados nas referidas enfermarias, 15 tinham carteira de trabalho assinada; 4 realizavam, com vínculo informal, atividades próprias do mercado formal – inclusive com permanência de até 7 anos – 12 eram trabalhadores autônomos e 5 realizavam trabalhos eventuais. Dos 26 AT não registrados, 11 referiam-se à trabalhadores com carteira assinada e, em alguns casos, a própria empresa já havia reconhecido o acidente. Nesse fato combinam-se a lógica omissa de registro hospitalar e a própria compreensão dos trabalhadores. Muitos daqueles com carteira assinada, até com mais de 20 anos de serviço, não identificam o acidente que ocorre fora do local de trabalho, e os que têm vínculos informais não demonstram interesse na identificação, por não redundar em benefícios previdenciários. Apenas restringem-se a apontar a tragédia que o episódio representa para a manutenção da família. Em determinadas situações, a maior preocupação



reside no ressarcimento dos danos pessoais e materiais sofridos, entre as quais expressam-se inclusive manifestações de vingança. As imensas maiorias dos eventos relacionados à violência urbana encontrados nas enfermarias ocorreram com trabalhadores que exerciam atividades informais, os mais expostos e desprotegidos socialmente (MINAYO & COSTA, 1999: 419).

Na conferência nacional de saúde do trabalhador, foi aprovado um equipamento para atuar na contratendência da subnotificação, sendo implantado o NTEP (Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário). Com essa nova ferramenta implantada na saúde do trabalhador, começa a adensarem-se os índices de notificação em alguns setores antes deixados de serem notificados, como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 10. Notificações de acidentes e doenças do Trabalho, segundo a Previdência Social

<b>Categorias</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Variações</b>
<b>Trabalhadores empregados registrados</b>	27.088.114	29.720.306	9,70%
<b>Benefícios de auxílio por acidentes de trabalho</b>	112.688	231.288	106%
<b>Benefícios de auxílio por doença (não relacionado ao trabalho)</b>	1.578.144	993.178	-37%
<b>Total de empregados afastados do trabalho</b>	1.690.812	1.224.466	-28%
<b>Registro de Lesões (acidentes típicos)</b>	91.680	131.517	43%
<b>Registro de doenças osteomusculares (LER/DORT)</b>	7.880	78.229	893%
<b>Registro de Doenças Mentais</b>	488	6.950	1324%

Fonte: Oliveira apud LOURENÇO (2009, p. 218)

O NTEP auxilia a garantia de direitos aos trabalhadores em decorrência de inverter o trato que tradicionalmente o judiciário daria ao processo de adoecimento pelo trabalho. Na forma tradicional, o trabalhador teria que provar que adoeceu trabalhando na referida empresa, com o NTEP não é mais o trabalhador que tem que provar que adoeceu no trabalho, mas é o empregador que deve provar que seu empregado não adoeceu em sua empresa. Além de criar um banco de dados de riscos epidemiológicos que cada profissão pode conter em decorrência da especificidade da profissão, há uma tendência de que o trabalhador adquira certas doenças. De qualquer forma ocorre contratendência da subnotificação dos acidentes de trabalho e a percepção do nexo causal da doença relacionada ao trabalho.

Tem repercutido já há longa data o método de análise para esse objeto na saúde do trabalhador, haja visto a criação, pela burguesia, de formas próprias de ideologia que respondem às contradições entre capital e trabalho, mas em virtude da concepção científica/ideológica que ela assume. Seus burocratas vão ter o olhar fragmentado da realidade, portanto, a decadência ideológica típica da sociedade burguesa madura vai acentuar a visão parcial e fragmentada da realidade e isso reverbera nas subnotificações que resultam nas ocultações desses problemas. É também de levar em consideração como é observada a política de saúde do trabalhador sob a ótica da medicina do trabalho e da saúde ocupacional que em larga medida é resultado da fragmentação do saber onde reafirma o caráter antiontológico. Apesar das últimas mudanças decorrentes da transdisciplinariedade, há uma abertura para

identificação melhor da notificação do agravamento da saúde graças a outras profissões:

Em outras palavras, isso tem de ser um trabalho em equipe, não pode ser cada profissional falando uma linguagem, pois isso leva a desarticulação e a não efetivação da política. Por exemplo, se o Serviço Social ao desenvolver uma atividade de grupo na —saúde espera” do serviço de saúde e abordar questões relativas aos agravos à saúde, a importância de notificar, abrir a CAT e dos direitos sociais daí decorrentes, se não tiver apoio dos demais profissionais da equipe, ou vice-versa, a ação cai no vazio, como a Auxiliar de Enfermagem do CEREST referiu: *“Às vezes, eu observo que vem aqui uma Coladeira de Peças em Calçados, fala da sua dor para o doutor, mas ele pergunta assim: ‘em casa você lava roupa, torce roupa, pega criança<sup>39</sup>?’”*. (LOURENÇO, 2009: 222-223, grifos nossos).

O campo da saúde do trabalhador assenta-se na medicina do trabalho, e esta por sua vez tem em si um princípio positivista ou unilateral, onde relaciona mecanicamente a causa e o efeito, ou seja, um determinante conduz a um efeito. Portanto, não diz o *porquê* do objeto, em outras palavras, desvela o seu-precisamente-assim do objeto. Assim, para zelar a saúde do trabalhador, segundo a MT (Medicina do Trabalho) e SO (Saúde Ocupacional), coloca um —~~as~~ado” constituído

---

<sup>39</sup> Adiante relativizando o brilhante depoimento da enfermeira em que questiona se uma sapateira em Franca fica oito horas lavando roupa, com criança no colo sem descanso ou fica oito horas numa fábrica trabalhando repetitivamente durante uma jornada exaustiva e intensa. Não vamos aprofundar tais questões ideopolíticas, mas neste caso a Ideologia tem peso material ao não vincular processo produtivo e doença ao afetar parte do capital variável das empresas que por desgraça é o trabalhador.

de E.P.Is e E.P.C<sup>40</sup> ou, quando muito, alguns limites de tolerância como a alternância de tempo nas câmaras frias. Esse tipo de tolerância de exposição do trabalhador ao fator de risco epidemiológico é observado nos frigoríficos. Essa legislação que deveria ser cumprida, visto que os relatos acima das notificações expedidas pela Procuradoria do Trabalho deveriam ser disponibilizados para os trabalhadores das câmaras frias e setores onde a temperatura é artificial com muito frio e o contato com a amônia. Nesses locais, os trabalhadores deveriam, em tese, alternar a cada cinquenta minutos dez de descanso. No caso dos E.P.Is, os faqueiros deveriam utilizar os mangotes<sup>41</sup> e luvas de metais para trabalhar com facas. As medidas de proteção, além de impedirem o trabalhador de acidentarem-se, possuem outra consequência no campo ideológico ao afirmar que se o trabalhador sabe das condições insalubres de alguma profissão. Sendo assim, é uma escolha do trabalhador ir para tal profissão ou não, e se ele adoecer é também culpado.

Em alguns casos tais proteções não impedem que o trabalhador tome contato com o agente causador da doença e mesmo que as utilize vai ter contaminação com o agente causador em decorrência do longo período de contato, como observamos no relato abaixo:

Interessante registro feito por Ribeiro (1999, p. 45) ao discutir a “~~te~~teoria” do risco da

---

<sup>40</sup> A crítica é a esse processo de cuidado com a saúde do trabalhador, mas não desmerecemos que tenha sua relevância ou que os trabalhadores não devem utilizar E.P.Is e E.P.C, visto que, por exemplo, um trava-quedas pode salvar a vida de um trabalhador que por acidente escorregue ou caia de algum local alto. Testemunho de vários casos que na construção civil a falta deste equipamento poderia causar morte de vários companheiros de trabalho.

<sup>41</sup> Os Mangotes são um complemento da Luva que protege o antebraço e por isso impede que trabalhadores se cortem com instrumentos cortantes que possam atingi-lo durante o processo de trabalho.

nocividade como natural ao trabalho e, portanto, a auto-responsabilidade de quem o realiza devido a escolha por determinada profissão, daí que ele cita fragmentos da fala de um trabalhador do documentário cinematográfico *O Pó Nosso de Cada Dia*, produzido pela DIESAT & OCA Cinematográfica (1981), —[...] um trabalhador, em assembléia de seu sindicato, na cidade de Pedreira, onde as indústria ceramistas constituíam o principal e quase único mercado de trabalho, sob os aplausos de seus companheiros discursa: [...] que sei que tenho e vou morrer de silicose. Muitos companheiros aqui têm a doença e vão morrer também; mas se não trabalhar na cerâmica, respirando pó, vou fazer o quê? Morrer de fome? (LOURENÇO, 2009: 227).

Os agentes químicos/físicos que normalmente provocavam o desgaste ou o acidente de trabalho têm ganhado —acompanhia” de outros agentes de desgaste operário: as inovações do processo produtivo vêm aumentando os índices de agravos em relação a saúde mental dos trabalhadores. Como muito bem observado por Lourenço (2009: 240-241):

Esses são novos problemas, portanto exigem novas condutas. Observe que o Sindicalista do Sindicato dos Sapateiros destacou a pressão sofrida pelos trabalhadores da categoria para fazerem o Banco de Horas, o que estaria provocando o desgaste, inclusive mental. Porém o entrevistado aponta para a ausência, assim, ele questiona se o Centro de Referência ausência de intercâmbio entre aquele serviço e o Sindicato que representa os trabalhadores. Trata-se de compreender a problemática não como resultante dos instrumentos de trabalho e, por vezes, dos recursos tecnológicos, pois —Apatogenia não está neles, mas na sua apropriação, incorporação e uso, também na inerente reorganização do trabalho que o patronato impõe e as gerências administram

[...]” (RIBEIRO, 1999, p. 95). A atual organização do trabalho estipula maiores velocidades nos ritmos de trabalho associados ao cumprimento de metas implicam em maiores tensões, angústias e estresses. Em resumo, os trabalhadores submersos à lógica capitalista reproduzem nos micros-espacos a lógica global do processo de produção. (LOURENÇO, 2009: 240-241).

A autora esclarece que em muitos casos a subnotificação do agente epidemiológico não está diretamente ligada ao trabalho. Ela relata que em atendimento realizado com uma sapateira que estava com crise de hipertensão devido à contínua pressão sofrida pelo excesso de trabalho, além da baixa remuneração, mas tais condicionantes não são levados em conta.

Adensando nesta temática da saúde do trabalhador, debateremos alguns pontos importantes apontados por José Reginaldo Inácio (2012): como a questão do “estado de acidente” que a classe trabalhadora está submetida, por exemplo. A tese que Inácio (2012) sustenta que no momento em que o trabalhador chega ao local de trabalho, já encontra um ambiente carregado, por sua própria constituição e características, de agentes nocivos à saúde do trabalhador. Neste ponto, o autor contrapõe as concepções da medicina do trabalho que defendem que todo problema de adoecimento é resultado da necessidade de adaptação ao ambiente. Segundo Inácio (2012: 117):

A ação preventiva na forma instituída, jamais pode ser tratada como prevenção ao acidente e/ou à doença no ambiente de trabalho, pois não mantém a saúde ou a integridade física do trabalhador. Sua lógica não é a inexistência ou negação do acidente, do perigo ou do insalubre. Não se trata de uma ação para prevenção, mas sim

a negação dessa possibilidade. Uma ação corretiva para atenuar uma consequência ou um efeito potencial do acidente ou da doença já presente na *dimensão trabalho*, ocorrido ou em ocorrência efetiva, sem controle e previamente admitido.

As afirmações descritas acima podem desvelar uma situação que o trabalhador adoece em decorrência de questões que pertencem à especificidade da classe trabalhadora. Expondo de forma mais simplória, descarregar a culpa de adoecimento e acidente no próprio trabalhador. O calor excessivo, o frio excessivo, movimentos repetitivos, agentes biológicos, tais como fungos e bactérias, levantamento de peso, longo tempo em pé, exposição a raios não ionizados, como a solda elétrica, exposição a raios ionizados, raios X, e tantos outros agentes epidemiológicos nocivos a saúde do trabalhador, obrigando-o a atuar vestido de uma armadura, (EPI e EPC) para suportar todas as adversidades do local de trabalho. Os agentes epidemiológicos atingem o trabalhador mesmo que ele esteja protegido, estes agentes estão no ambiente e incidem sobre o indivíduo. Um exemplo, o Cimento Portland Composto, material fundamental utilizado na construção civil, ao ser manipulado, mesmo que sob proteção, permanece sobre o uniforme do operário que, ao retirar o EPIs depois da jornada de trabalho, respirará ou terá contato cutâneo com o pó. Sabe-se que esse material é cancerígeno e pode provocar silicose. Para ilustrar nossas afirmações observaremos a tabela 11 de riscos etiológicos:

Tabela 11. Classificação dos Principais Riscos Ocupacionais em Grupos de acordo com sua natureza e padronização das cores correspondentes

<b>Grupo 1 Verde</b>	<b>Grupo 2 Vermelho</b>	<b>Grupo 3 Marrom</b>	<b>Grupo 4 Amarelo</b>	<b>Grupo 5 Azul</b>
Riscos Físicos	Riscos Químicos	Riscos Biológicos	Riscos Ergonômicos	Riscos de Acidentes
Ruídos	Poeira	Vírus	Esforços Físicos Intensos	Riscos de Acidentes
Vibrações	Fumos	Bactérias	Levantamento e transporte manual de peso	Arranjo de físico inadequado
Radiação não Ionizante	Névoas	Protozoários	Exigência de postura inadequada	Máquinas e equipamentos sem proteção
Frio	Neblina	Fungos	Controle rígido de produtividade	Ferramentas Inadequadas ou defeituosas
Calor	Gases	Parasitas	Imposição de ritmos excessivos	Iluminação inadequada
Pressões amormais	Vapores	Bacilos	Trabalho em turnos e noturnos	Eletricidade
Umidade	Produtos Químicos em Geral		Jornada de Trabalho Prolongada	Probabilidade de incêndio ou explosão
			Monotonia e repetitividade	Animais peçonhentos
			Outras situações causadoras de stress físico/ou psíquico	Outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

Fonte: NR 9 apud INÁCIO (2012: 123)



Agora podemos retornar um pouco ao debate sobre os frigoríficos de Barretos-SP. Observamos na tabela acima que a empresa frigorífica está repleta de agentes epidemiológicos que incidem no processo de adoecimento da classe trabalhadora. O grupo 1 (Verde) está em grande parte quase em toda unidade industrial; *ruídos* em especial no cozimento de alimentos<sup>42</sup>, na retorta (onde é cozinhado o alimento já enlatado), estamparia (fabrica de latas), mecânica, caldeira; *frio* nas câmaras frias, na desossa, nas salinhas e embalagem; *calor* nas caldeiras, cozimento e retorta; *umidade*: abate, desossa, câmaras frias, curral e desembarque.

O Grupo 2 (Vermelho): *Gases* na sala de máquinas (onde é —o motor” que resfria as câmaras frias) com forte cheiro de amônia, odor de fezes na triparia e curral; *vapores* na caldeira, cozimento, retorta, lavanderia e na limpeza do frigorífico; *produtos químicos* com os trabalhadores da limpeza da indústria.

Grupo 4 (Amarelo): *Esforço físico intenso* dos trabalhadores do curral que apartam a boiada até o abate; no abate que separam o boi, que esfolam, na desossa, nos carrinhos (levam peças de carnes e produtos enlatados para rotulagem) para câmara fria com carregamento de traseiro e dianteiro<sup>43</sup>, embarque com carregamento de caixas e peças

---

<sup>42</sup> O processo de industrialização de carnes ocorre no JBS Friboi e no Minerva Daw Farms, por isso reportamos ao processo produtivo de fabricação, é porém importante diferenciar que o Minerva Daw Farms é uma empresa mais moderna, por isso diferente da estrutura interna do JBS Friboi. O abatedouro ocorre no minerva, contudo, assim com o JBS Friboi ocorre também o processo de desossa.

<sup>43</sup> O gado é dividido em quatro, correspondendo às patas dianteiras (o dianteiro) e o traseiro as patas traseiras, essas partes mesmo com a desossa no

como traseiro e dianteiro, cozimento e retorta. *Levantamento e transporte de peso*: esforço físico intenso dos trabalhadores do curral que apartam a boiada até o abate; no abate que separam o boi, que esfolam, na desossa, nos carrinhos, câmara fria com carregamento de traseiro e dianteiro, embarque com carregamento de caixas e peças com osso como traseiro e dianteiro. *Controle rígido de Produtividade*: abate e desossa e industrialização bem como outras áreas do abatedouro estocagem, vendas, entrega. *Imposição de ritmos excessivos*: em grande parte nos setores da empresa que têm metas de produção, no abate, desossa, industrialização (produção de alimentos enlatados e hambúrguer etc.). *Jornada de trabalho prolongada*, em períodos de exportação as empresas dispõem de horas extras. *Outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico*, em setores onde há metas de produção em decorrência das cobranças.

Grupo 5 Azul: *Riscos de Acidentes* nos cortes com facas, queda em locais do abate e desossa, o sebo que solta da carne deixa o chão escorregadio, no curral ao apartar o rebanho pode ocorrer coices dos animais e/ou cabeçada.

Na tabela abaixo, observamos os riscos que cada agente epidemiológico traz ao trabalhador:

Tabela 12. Tabela dos agentes epidemiológicos nocivos à saúde dos (as) trabalhadores (as).

---

dianteiro tem parte da costela do animal, por isso algumas peças têm em média 50 Kg, o traseiro tem um volume grande de carne que tem em média 80 kg.

Agentes Físicos	Efeitos/consequências
<b>Calor</b>	Taquicardia, aumento da pulsação, cansaço, irritação, prostração térmica, perturbações das funções digestivas, hipertensão, podendo ocorrer vasodilatação sanguínea, sudorese e distúrbio nos mecanismos circulatório, nervoso e termo-regulação.
<b>Ruído</b>	Cansado, irritação, dores de cabeça, aumento da pressão arterial, problemas do aparelho digestivo, taquicardia, perigo de infarto, surdez temporária, perda auditiva permanente, ações sobre o sistema nervoso cardiovascular e alterações endócrinas.
<b>Radiação (não Ionizante)</b>	Queimaduras, câncer de pele, lesões nos olhos, na pele e outros órgãos. No processo de soldagem, podem ocorrer dores fortes após 5 ou 6 horas de exposição ao arco e esta condição desaparece em 24 horas. Eritema da pele ou envermelhamento pode ser provocado pela exposição UV-C e UV-B.
<b>Radiação (ionizante)</b>	Alterações celulares, câncer, fadiga, problemas visuais.
<b>Frio</b>	Hipotermia, câimbras, choque térmico, falta de coordenação, queimaduras.
<b>Vibrações</b>	Cansaço, irritação, dores nos membros, dores na coluna, doenças do movimento, artrite, problemas digestivos, lesões ósseas, lesões dos tecidos moles, lesões circulatórias.

Fonte: INÁCIO (2012: 127).

Observamos no quadro acima os agentes agressivos a saúde como calor, frio, vibrações e ruídos. Os raios, não ionizando, também incidem nos mecânicos que trabalham com solda, realizando a manutenção dos maquinários. Aqui os trabalhadores sofrem uma desvantagem, pois como demonstramos acima em muitos locais há muitos agentes agressivos a saúde agindo simultaneamente em vários fatores causais que pode gerar o mesmo agravo a saúde. Como exposto por Inácio (2012: 125):

—Em termos biológicos, está comprovado que a exposição simultânea a mais de um agente agressivo reduz a resistência do trabalhador, agravando-se ainda mais o potencial nocivo pelo efeito sinérgico das agressões, isto é a presença de mais de uma gente insalubre, além de somar, em muitas circunstâncias multiplica os danos à saúde”. No entanto, contrariando inclusive a Convenção 148, ratificada pelo Brasil, a legislação trabalhista brasileira considera apenas o efeito individual de cada agente agressivo e não os efeitos combinados resultantes de exposição a mais de um risco no local de trabalho. Confere também apenas um adicional de um risco no local de trabalho. Confere também apenas um adicional de insalubridade ou periculosidade —~~pra~~ exposição simultânea, fugindo a regra básica atribuir reparação distinta para cada dano.”

No Brasil, a concepção de mundo hegemônica, burguesa, afere que os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho são provocados por descuido da classe trabalhadora, —comportamento inadequado‘ dos acidentados, isto é, da prática de atos inseguros pelos trabalhadores, em especial pelo não uso do EPI” (INACIO, 2012: 128). Retomando as denúncias da Procuradoria do Trabalho, faltam equipamentos em

frigoríficos, por exemplo, mangotes que protegem o antebraço do desossador caso escape a faca, que pode também cortar o braço do operário. A aplicação da legislação do trabalho em especial no que tange a saúde e a segurança da classe trabalhadora com EPIs e EPCs de forma mínima isenta a empresa do adoecimento relacionado ao trabalho, assim como também o acidente do trabalho.

O processo de adoecimento do trabalhador dos frigoríficos foi tratado em sua determinação específica mais simples, demonstrando a situação da classe trabalhadora nos frigoríficos em Barretos, ao passo que com nossa pesquisa de campo e os dados secundários, comprovamos empiricamente a tendência dominante de adoecimento dos trabalhadores empregados em Frigoríficos. Para isso, demonstramos denúncias de maus tratos, adoecimento, acidentes e até morte de trabalhadores. E observamos que no século XXI o capitalismo ainda aleija inúmeros trabalhadores pelo mundo e no Brasil, em especial. Diante desse fato inexorável na sociedade capitalista, percebemos que mesmo com tamanhas inovações tecnológicas, ainda não se criou um ambiente de trabalho salubre.

Após denunciar o processo de adoecimento dos trabalhadores, seria necessário debater sumariamente algumas contradições daqueles profissionais que atuam na saúde do trabalhador. Colocamos em evidência as subnotificações, a contradição entre os trabalhadores do SUS ou da saúde privada em identificar o acidente do trabalho, em decorrência da formação unilateral que recebem nas universidades, que estão longe de partir da totalidade para chegar às múltiplas

determinações do processo de adoecimento. Não obstante, reforçam a percepção de trabalhar os efeitos e não o que gera o adoecimento.

As doenças relacionadas ao trabalho, acidentes e mortes, se tornam contradições propriamente com as múltiplas determinações no modo de produção capitalista. Buscar a gênese do processo será nosso próximo esforço.

### **3.3 Gêneses da contradição entre saúde da classe trabalhadora e seu desgaste e produção capitalista**

Torna-se uma contradição no modo de produção capitalista a condição do ser social que se objetiva no trabalho, e neste processo ocorre uma degradação da sua saúde ou, nos casos mais graves, a sua morte, embora nos modos de produção anteriores também ocorressem mortes ou adoecimento em decorrência do trabalho.

Pensem num passado remoto, ainda quando surge o *Homo Sapiens*, o desenvolvimento da produção social estava ligado diretamente à extração da riqueza material dos elementos mais naturais; por exemplo, quando um caçador ao buscar sua presa acabava tendo algum imprevisto e a caça saía vitoriosa já se colocava como uma relação onde o homem ao buscar se reproduzir ocorria danos a sua integridade física, e mental. Contudo, tal processo era em decorrência do parco desenvolvimento das forças produtivas. Mas, no momento quando surge a agricultura e domesticação dos animais, criando rebanhos, o homem começa a produzir excedente econômico, isso já não seria mais que um acidente ou fatalidade do homem adoecer ou sofrer um acidente em busca da reprodução social. Entretanto, com o surgimento da

propriedade privada acentua-se a possibilidade do trabalhador adoecer/acidentar-se em decorrência do processo produtivo que está em oposição ao trabalhador.

O exemplo ilustra o que aventamos acima sobre o processo de adoecimento no trabalho ocorrer em modos de produção anterior, mas não como uma contradição. Segundo Bernardino Ramazzini<sup>44</sup> a sociedade egípcia era uma sociedade que no seu modo de produção obtinha excedente, o que possibilitava grandes construções e dominação de vasto território. Também havia nesse período adoecimentos em decorrência do trabalho, referimo-nos aos escribas que pelo esforço contínuo de escrever contraíam o que hoje é denominado como LER (Lesão por Esforço Repetitivo). Doravante, o problema dos escribas seria solucionado se tivessem computador e impressora para aliviar a carga de escrita<sup>45</sup>.

Na sociedade burguesa, o processo de adoecimento se mantém ou tem débil recuo ao passo que se desenvolvem forças produtivas, e a sociedade obtém cada vez mais excedente econômico. Portanto, buscar a gênese da contradição, como se coloca nos termos atuais, é buscar na gênese do capitalismo. O desgaste da classe trabalhadora é compatível

---

<sup>44</sup> Disponível em [http://books.google.com.br/books/about/De\\_morbis\\_artificum\\_diatriba.html?id=4GYOAAAAQAAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/De_morbis_artificum_diatriba.html?id=4GYOAAAAQAAJ&redir_esc=y) acessado em 25 de Fevereiro de 2013 às 10h.

<sup>45</sup> Reconhecemos que atualmente os escribas modernos sofrem com lesões de esforço repetitivo, mas isso não decorre da falta de desenvolvimento das forças produtivas, pelo contrário é operacionalização da lei do valor- trabalho atuando contra o trabalhador, em suma, a incontrolável necessidade do lucro por parte dos detentores dos meios sociais de produção. Por isso, não podemos comparar a condição dos escribas com os trabalhadores operadores de telemarketing, por exemplo.

com o modo de produção por redundar no aumento dos lucros dos patrões, mas *a priori* demonstraremos essa contradição.

Partimos dos apontamentos de Marx (2008) quando deixa claro na sua exposição a análise da jornada de trabalho<sup>46</sup> que, sobretudo na Inglaterra, há mutilação e deformação dos trabalhadores em decorrência do processo de trabalho. Aqui se expõem alguns relatos: —amos de produção onde não se opõe ainda, ou até recentemente não se opunha, nenhum limite a exploração da força de trabalho” (MARX, 2008: 282-283). Algumas conquistas fundamentais da classe trabalhadora frente ao capital ocorreram, como a diminuição legal da jornada de trabalho de tecelões, fiandeiros e outras categorias. As indústrias que acabaram de se formar ou processos que eram realizados manualmente, passaram a ser produzidos pela indústria, a classe trabalhadora sofria um grau de explosão intenso e extenso. A indústria de cerâmica é um exemplo lapidar do aviltamento do trabalho, pois, desde a sua formação, é fonte de agravo aos seus trabalhadores. Em 1860, crianças cumpriam jornadas de trabalho que chegavam a 15 horas por dia, em condições insalubres e até de maus tratos. Este setor produtivo, em muitos casos, obrigava os garotos, com idade média de 8 a 9 anos, a se submeterem a uma jornada de trabalho de dois ou três dias sem interrupção, e se ocorria este abuso com as crianças quiçá deva-se imaginar com os adultos. O resultado da longa jornada, respirando pó que exalavam da fabricação da cerâmica fazia com que contraíssem a famosa silicose como tantas outras doenças:

---

<sup>46</sup> Fazemos menção ao capítulo sete de *O Capital: Crítica da Economia Política*, —O processo de produção de capital”.



O Dr. Greenhow declara que é extraordinariamente curta a duração da vida nos distritos de Stoke-upon-Trent e Wolstanton, centros da indústria cerâmica. Estão ocupados nessa indústria, no distrito de Stoke, apenas 36,6% da população masculina acima de 20 anos, e, em Wolstanton, só 30,7%; há, entretanto, em relação aos homens que estão nessa faixa etária, no 1º e no 2º distrito, uma incidência, respectivamente, de mais da metade e de cerca de dois terços dos óbitos causados pelas doenças pulmonares dos trabalhadores de cerâmica. O Dr. Boothroyd, que clínica em Hanley, afirma: 'Cada nova geração de trabalhadores de cerâmica é mais raquítica e mais fraca que a anterior' (MARX, 2008, p. 284).

Além da cerâmica Inglesa, os relatos já não datam de 1860, onde já tínhamos mais de oitenta anos da revolução burguesa, além da deflagração da primavera dos povos em 1848, sendo que no movimento de classe-para-si, os trabalhadores exigiam o cumprimento das bandeiras heroicas da revolução burguesa; podemos retroceder ainda mais no tempo e buscar outro ramo produtivo em que todo processo é típico da revolução industrial. Basta recordar uma fábrica fechada em galpão em que a mercadoria é fabricada no seu interior. A fabricação de fósforos a que aludiremos é de 1833, quando ocorreu a invenção da aplicação do fósforo ao palito de madeira, Marx denuncia as más condições de trabalho desta indústria e suas peculiaridades:

Desde 1845, desenvolveu-se rapidamente na Inglaterra, espalhando-se das zonas mais populosas de Londres para Manchester, Birmingham, Liverpool, Bristol, Norwich, Newcastle e Glasgow, e com ela floresceu o *trismo*, que, segundo descoberta de um médico de Viena já em 1845, é doença peculiar dos trabalhadores dessa indústria [...] Essa indústria é

tão insalubre, repugnante e mal-afamada que somente a parte mais miserável da classe trabalhadora, viúvas famintas etc., cede-lhe seus filhos, — crianças esfarrapadas, subnutridas, sem nunca ter frequentado escola” [...] Dante acharia que foram ultrapassadas nessa indústria suas mais cruéis fantasias infernais (MARX, 2008: 288).

Até o pão nosso de cada dia, base da alimentação de grande parte da população daquele período histórico, não fugia à regra. Além de farinha, fermento e suor dos padeiros, havia no pão muito mais que os nossos olhos poderiam ver. Os burgueses que aplicavam seu capital na fabricação de pão, não eram Jesus Cristo que, como se sabe, realizou o milagre da multiplicação do pão. O segredo deste outro milagre não foi encontrado na bíblia, os donos de padarias empregavam escravos brancos com jornadas de trabalho chegavam a até 18 horas diárias, mas pagavam apenas 12 horas. Não demorou que os trabalhadores se revoltassem. O motivo era óbvio, com jornadas extensas e intensas, padeiros ingleses adoeciam, quando não se diminuía a expectativa de vida dos mesmos.

Pelo que se viu, compreende-se que o relatório da Comissão considere os empregados das padarias entre os trabalhadores que vivem pouco, os quais, depois de terem a felicidade de escapar da dizimação infantil normal na classe trabalhadora, raramente atingem 42 anos de idade. Apesar disso, há sempre candidatos para o trabalho de padeiro. Essas forças de trabalho são fornecidas a Londres pela Escócia, pelos distritos rurais do Oeste da Inglaterra e pela Alemanha (MARX, 2008: 292).

Agora deixaremos as fábricas de fósforos e pães para relatar a degradação que ocorria em outro setor da produção capitalista, o setor de transporte sobre trilhos.

Como todo setor produtivo, as estradas de ferro têm seu pico da demanda de seus serviços em períodos de escoamento da produção, ou em locais que se agrega o turismo nos períodos de verão. Os ferroviários tinham jornada de trabalho de 14 horas, em muitos casos sem descanso. Neste quadro de trabalho intenso, excessivo diante e pesado, estavam presentes os riscos de acidentes. Marx relata sobre um acidente ferroviário:

Eram homens comuns, e não ciclopes. Além de certo ponto falhava, sua força de trabalho. O torpor dominava-os. O cérebro parava de pensar, e os olhos, de ver. O respeitável júri pronuncia um veredito, enviando-os ao juízo criminal homicídio culposos, exteriorizando num adendo suave, o piedoso desejo de ver os magnatas das ferrovias se tornarem no futuro mais pródigos na compra do número de força de trabalho, e mais moderados, mais abnegados e mais prudentes na exploração da força de trabalho paga. (MARX, 2008: 294).

Na formação do capitalismo, observamos, desde sua gênese, jornadas de trabalho prolongadas onde trabalhadores começavam trabalhar desde antes do sol nascer e durava até o anoitecer, contudo, o advento da maquinaria possibilitou a ampliação de uma nova modalidade de jornada de trabalho, o trabalho noturno. Marx demonstrou como o trabalho noturno é prejudicial aos que dependem da venda da sua força de trabalho, mais uma prova do desprezo pela saúde e a vida dos trabalhadores.

Sobre a importância da luz solar para a saúde e desenvolvimento do corpo, observa um médico: –A luz solar para a saúde diretamente sobre os tecidos, endurecendo-os e dando-lhes elasticidade. Os músculos dos animais aos quais se priva da quantidade normal de luz tornam-se moles e inelásticos, os nervos perdem sua irritabilidade por falta de estímulos e ocorre um retrocesso biológico. [...] É absolutamente essencial para a saúde das crianças terem elas acesso contínuo à luz do dia e exporem-se aos raios diretos do sol, durante uma parte do dia” (MARX, 2008: 298).

A luta pela extinção do trabalho noturno foi solucionada, *a priori*, pela proibição de menores de dezoito anos, sendo este o grande motivo de protestos dos empregadores, que sem o trabalho infantil noturno iria aumentar os custos de produção e sem os menores teriam que contratar adultos, ou fazer que os adultos existentes absorvessem a produção antes feita pelos menores, um consenso entre os capitalistas seria difícil. Nas forjas de aço, o que seriam hoje as siderurgias, há inviabilidade de eliminar o trabalho noturno, sobretudo, pela impossibilidade de desligar os altos fornos, pois não podiam ser apagados após o fim da jornada de trabalho, caso fossem apagados durante a noite ocorreria um grande tempo desperdiçado para reaquecê-los na nova jornada de trabalho.

A contradição entre o desgaste da classe trabalhadora na produção capitalista, na sua gênese, poderia ser pautada nas jornadas de trabalho excessivas, que chegavam a 18 horas em alguns setores, e condições insalubres de trabalho, como na fábrica de fósforos e na indústria têxtil. A classe trabalhadora criou respostas a esta questão do

desgaste da força de trabalho: primeiro suprimindo o trabalho infantil, depois, delimitando uma jornada de trabalho para haver condições de recuperar o desgaste físico entre uma jornada e outra, até que no início do século XX houve a conquista da jornada de oito horas. A burguesia, por sua vez, criou a Medicina do Trabalho e, posteriormente, também saudou a criação da Saúde Ocupacional. Ambas as formas de cuidado do trabalhador adestram as condições de trabalho para que não ocorra o desgaste do operário, entretanto, para infelicidade da classe trabalhadora, os capachos da burguesia não obtiveram êxito na sua proposta de corrigir o desgaste da classe trabalhadora. Daremos alguns apontamentos acerca do desgaste da classe trabalhadora no início do século XXI.

Fica uma pergunta no ar: o que leva os trabalhadores a adoecerem? Asseveramos que é o trabalho estranhado. Quem é o sujeito ativo que afirma e tira proveito dessa relação de produção de riqueza material e doença do trabalho? Segundo Marx, é a classe burguesa, sendo que sua objetivação na relação como personificação do capital é de exercer a exploração de forma intensa e extensa frente ao trabalho, personificação da classe trabalhadora. Se a classe burguesa pudesse explorar a classe trabalhadora durante 24 horas da jornada de trabalho fa-lo-ia, entretanto, como observado, é impossível para a mesma força de trabalho prosseguir por tanto tempo ininterruptamente no trabalho. Neste antagonismo, percebe-se como o capital quer apreender a força de trabalho para o capital e sua estima a esta categoria.

Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho a ser empregada no próprio aumento do

capital. Não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificadores do domingo. Mas, em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. (MARX, 2008: 306).

Para a classe burguesa não importa como se vai obter lucro, se por meio da escravidão ou por meio da aplicação do trabalho assalariado. Quanto ao esgotamento de uma força de trabalho, ela tem que ser reposta quanto antes. Assim como na África jorraram inúmeros braços para a América, saciando o desejo dos senhores potentados de terras, um caso análogo sucedeu-se nos centros industriais da Inglaterra, sobretudo, em Manchester. A população migrante e imigrante veio do Norte da Inglaterra e da Alemanha (veremos mais tarde acerca desses locais de despojamento onde se dispensava força de trabalho oriunda da agricultura). Portanto, ambos os casos obedecem à mesma lógica: quando necessário é estimulada a migração ou imigração da força de trabalho de uma região para outra segundo o capital, e quando a indústria inglesa não encontrava adultos para a exploração, ela adotava as crianças como máquinas.

Como demonstrado por Marx (2008: 306), a classe burguesa detentora do capital não tem a menor consideração com a saúde e com a classe trabalhadora, a não ser quando a própria classe laboriosa o compele a respeitá-la, à queixa sobre a degradação física e mental, a

morte prematura, o suplício do trabalho levado até a completa exaustão, os burgueses demonstram total desprezo concentrando-se apenas sobre o lucro almejado e conquistado. De modo geral, isto não depende, entretanto, da boa ou da má vontade de cada capitalista, a livre competição torna as leis imanentes da produção capitalista, compulsórias para cada capitalista individualmente confederado a respeitá-la sob o risco de deixar seu *status* de classe burguesa, mas quando se afirma que a lei do valor trabalho vai impor a burguesia formas de trabalho desumanas a classe trabalhadora isto faz conscientemente, ou seja, a classe burguesa por essência é mesquinha e personifica o que é mais desumano, ou seja, a lógica do capital.

A partir de então que podemos utilizar a categoria de exploração do trabalhador e a intensificação e extensividade do trabalho, observar-se-á a lei do valor trabalho pela crítica da economia política.

### **3.4 O trabalho como forma originária do ser social?**

É nesta parte da dissertação onde podemos expor com determinações mais próximas o objeto a ser pesquisado. Buscamos compreender a relação do ser social com o trabalho, e como o labor se volta contra ele, sob forma de deformação, doença, quando não a anulação não somente da vida física desse ser. Para começar a debater o trabalho como forma originária, pressupõe-se que esse ser objetiva, se realiza no trabalho, e isso faz com que essa objetivação ganhe um tratamento especial nessa dissertação. Na análise que se segue, temos a intenção de concatenar essa categoria com o nosso problema central e

responder o porquê do adoecimento de um ser que se objetiva no trabalho.

Para compreender o ser social em termos ontológicos, devemos começar pelo trabalho, mas isto não significa que ele seja a única chave heurística para desvelar o ser social, pois o próprio Lukács reconhecia que:

—claro que não se deve esquecer que cada grau do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, constitui um complexo, isto é, que também suas categorias mais centrais e determinantes só podem ser concebidas no interior e a partir da estrutura global do nível que se trata” (LUKÁCS, 2001: 01).

Nesse sentido, podemos compreender que o trabalho é um complexo que liga a outros complexos, como a linguagem, a cooperação entre os seres sociais, ou seja, o trabalho é um complexo constituído de outros complexos, como teleologia e causalidade. Cabe pontuar que ao referirmo-nos ao trabalho falamos de trabalho humano<sup>47</sup> consciente, como objetivação,<sup>48</sup> como uma relação de unidade entre o ser social e a natureza.

Portanto, o trabalho como mediação necessária não surge como um presente de Prometeu aos homens. Trata-se de uma categoria ontológica que possibilitou a formação do ser social.

Ao buscar quando e como surge o trabalho é difícil precisar o tempo histórico correto, pois segundo Lukács, a categoria trabalho é um salto qualitativo do puramente ser biológico (animal), para outro tipo de

---

<sup>47</sup> Voltaremos a este tema no decorrer da nossa análise.

<sup>48</sup> Explanaremos com o devido cuidado essa categoria imanente ao ser social.



ser — o *ser social*. Entretanto, cabe uma ressalva, já que o surgimento do ser social não suprime sua base material dela dependente e os seres de base biológica, assim como nenhum ser biológico pode suprimir sua base inorgânica como os ácidos que compõe o corpo humano.

Há um salto qualitativo com o aparecimento do trabalho, pois surge um novo ser que é dotado de novos complexos, os quais antes não existiam. Dentre eles, destacam-se: sociabilidade, linguagem, moral, divisão do trabalho etc. O pressuposto que corroboramos é que essa categoria ontológica<sup>49</sup> do ser social e toda análise cuidadosa do Homem<sup>50</sup> deve partir desse complexo. Nas palavras de Lukács (2001: 06).

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.] como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Nesse sentido, a partir desse ponto podemos determinar um novo ser que surge através do trabalho e que é qualitativamente novo, sendo que todas as características imanentes do ser social podem surgir do trabalho. Pontuar este fato é desmistificar alguns conceitos que são

---

<sup>49</sup> O trabalho é uma categoria imanente ao ser social, mas com isso não estamos dizendo que há uma ontologia do trabalho — o que é um equívoco categorial.

<sup>50</sup> Aqui referimos Homem não no sentido do gênero masculino, mas como gênero humano que engloba tanto o gênero feminino quanto o masculino, além das suas manifestações de suas sexualidades.

pontos de polêmica. Primeiro, o trabalho por ser a protoforma, originária ou genética, do processo da criação de um novo ser, não quer dizer que seja o único determinante da vida social, visto que outros complexos que surgem a partir do complexo do trabalho ganham certa autonomia e se tornam vitais para reprodução do ser social. A título de exemplo, pensemos que a supressão imediata da moral ou da linguagem no atual estágio das forças produtivas cessaria o intercâmbio das forças produtivas e tal retrocesso colocaria a humanidade em ponto de extinção. Em segundo lugar, operando com o sinal inverso, complexos como a linguagem têm potencialidade de ser o complexo fundante, como acreditava Habermas que a linguagem era a forma que o homem deixara de ser o macaco para tornar-se o *homo Sapiens Sapiens*<sup>51</sup> (ANTUNES, 2006: 156).

Para adensar nos termos do complexo do trabalho, temos que expor a especificidade dessa objetivação no ser social, o que o difere radicalmente de todos os seres da face da terra. Segundo Marx (2008: 211-212):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a *natureza como uma de suas forças*. Põe em movimento e as forças naturais de seu corpo — braços e pernas, cabeça e mãos —, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza,

---

<sup>51</sup>Tal sustentação seria improvável se Habermas ficasse o dia todo falando e ao final do mesmo dia tivesse que trabalhar para saciar sua fome ou morreria comunicando às pessoas acerca de sua carência de alimento.

imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva, animal, de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão<sup>52</sup>, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de opera e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isso tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 2008: 211-212).

---

<sup>52</sup> Poderia adensar as listas que Marx apontou acima, animais como o João de Barro faz casa mas não é pedreiro, a aranha tece sua teia mas não é uma tecelã, e não teceu uma rede colorida; o castor constrói uma barragem, entretanto não faz hidroelétrica e tampouco e torna-se dono da Odebrecht.

O complexo do trabalho no momento desse salto se torna um modelo da *práxis* social, onde na sua estrutura interna a teleologia ganha contornos centrais para a reprodução em sociedade. A teleologia é o movimento no trabalho em que o homem projeta na mente antes de colocar no mundo. Portanto, a teleologia segundo Lukács (2001): —*Dr*, nesse caso não significa simplesmente tomar consciência como ocorre em outras categorias — especialmente com a causalidade — ao contrário, aqui, com o ato de *Pôr*, a consciência dá início a um processo, real, exatamente ao processo teleológico”.

Aqui é importante demarcar uma questão de grande relevo: a teleologia para Marx é expressa necessariamente no trabalho. Assim, a formulação marxiana é radicalmente inovadora divergindo das formulações de Aristóteles e Hegel que cada um ao seu modo percebeu o caráter da teleologia como categoria que se expressa no ser social. A teleologia tem as —*as* fases”, têm-se dois polos principais: o pensar (*noesis*) e o produzir (*poesis*) não são unidades em contradição, mas em uma determinação recíproca. Argutamente, Lukács inspirado em N. Hartman, percebe que é preciso uma mediação nesse processo entre o pensar e o produzir — a busca dos meios adequados para realizar determinado fim. Neste, a valorização (como julgamento) de dizer se a ferramenta é mais adequada a um fim pretendido ou não. Disto resultou o processo da escolha dos melhores meios de trabalho para determinado fim e surgiu a possibilidade da correção das causalidades postas (LUKÁCS, 2012).

A busca dos meios para realizar um determinado trabalho é um processo que pertence exclusivamente ao homem,<sup>53</sup> o ser social busca intensivamente meios para produzir de maneira que seja cada vez menos dispendioso determinado trabalho. A partir desse complexo, chegamos aos meios de produzir que, segundo Hegel, torna-se muito mais precioso, ou mais importante, que o efeito realizado pelo trabalho, mas os meios de trabalho permanecem e podem ser reproduzidos novamente pelo homem. O relevo que ganha os meios de trabalhar, segundo Hegel (*apud* Lukács, 2001: 19), tem essas peculiaridades:

Uma vez que a pesquisa da natureza, indispensável ao trabalho, está, antes de mais nada, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal instrumento de garantia social de que os resultados dos processos de trabalho permaneçam fixados, que haja uma continuidade na experiência de trabalho e especialmente que haja um desenvolvimento ulterior. É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (utensílios, etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (finalidade). Hegel já tinha compreendido muito bem este nexo. Com efeito, a este propósito ele escreve na sua *Lógica*: —O meio é pois o termo médio exterior do silogismo no qual consiste a realização do fim. Nisto se dá a conhecer a racionalidade como aquela que se conserva *nesse outro exterior* e precisamente *por intermédio* dessa exterioridade. Por isso o *meio* é

---

<sup>53</sup> Esta mediação de buscar os meios mais apropriados para realizar um trabalho é um processo típico do homem, embora reconheçamos que animais utilizem alguns instrumentos para realizar algum fim, por exemplo, o macaco utiliza alguma pedra, osso ou madeira, para abrir um coco ou caça, contudo, vale dizer que nenhum macaco produziu nenhum machado ou lança para caçar, nem o João de Barro construiu sua casa com colher de pedreiro ou martelo.

algo de *superior* aos fins *finitos* da finalidade *externa*; — o *arado* é mais nobre do que as satisfações que ele permite e que constituem os fins. O *instrumento* se conserva, enquanto as satisfações imediatas passam e são esquecidas. Com os seus instrumentos, o homem domina a natureza exterior, ainda que lhe permaneça sujeito para os seus objetivos” (LUKÁCS, 1968: 848-849).

Na produção dos meios o homem obtém o salto qualitativo para desenvolver sua ciência, ou seja, a necessidade de todo desenvolvimento científico é a produção dos meios de produção, pelo qual se dá a evolução da força produtiva. Lukács identifica essa questão:

Na verdade, poder-se-ia objetar que do mesmo modo que a alternativa e a predeterminação se excluem mutuamente, em termos lógicos, a primeira não pode deixar de ter seu fundamento ontológico na liberdade de decisão. E isto, até um certo ponto, mas apenas até um certo ponto, é correto. Para entender bem as coisas, não se pode esquecer que a alternativa, de qualquer lado que seja vista, somente pode ser uma alternativa concreta: a decisão de uma pessoa concreta (ou de um grupo de pessoas) a respeito das condições concretamente melhores para realizar uma finalidade concreta. Isto quer dizer que toda alternativa (e toda cadeia de alternativas) no trabalho nunca pode se referir à realidade em geral, mas é uma escolha concreta entre caminhos cuja meta (em última análise a satisfação da necessidade) foi produzida não pelo sujeito que decide, mas pelo ser social no qual ele vive e opera. O sujeito só pode tomar como objeto de sua finalidade, de sua alternativa, as possibilidades determinadas sobre o terreno e por este complexo de ser que existe independentemente dele (LUKÁCS, 2001: 35).

Nessa relação recíproca, não somente o sujeito indaga o objeto, mas o objeto indaga o sujeito a melhor forma de utilizá-lo, ação recíproca, e extrai dela a melhor forma de manipulá-la. Emerge neste salto, o reflexo da realidade. A categoria do reflexo possibilita ao homem reelaborar todas as mediações possíveis para que tal trabalho objetive o êxito que fora previsto. Desta forma passível de correção, mediante essa categoria do reflexo, o ser social pode criar a valorização, atribuir do objeto se é boa ou se é ruim para determinado fim. A categoria de trabalho pode não parecer à primeira vista, mas está intimamente ligada à categoria liberdade, em decorrência do homem ter a possibilidade de através das forças produtivas diminuir as barreiras naturais, além de organizar mais racionalmente a relação entre os homens. Assim foi lapidarmente exposto por Lukács e emerge dentro da categoria trabalho.

A intensa realização do intercâmbio entre homem e natureza faz com que, num sentido oposto, as mediações tornem-se cada vez mais sociais e, simultaneamente, o homem necessite de menos tempo para sua reprodução. Neste caso, não há uma anulação das barreiras naturais, mesmo sob o máximo de desenvolvimento das forças produtivas elas retroagem, mas nunca desaparecem<sup>54</sup>. Contudo, para reprodução do ser

---

<sup>54</sup> Aqui surge a possibilidade de começar a observar o estado de acidente, o homem ao confrontar a natureza a fim de reproduzir as leis físicas, químicas e biológicas que emergem da natureza coloca-se em necessidade de dominá-la e manipulá-la para seus fins, como esse domínio é sempre aproximativo, ocorre que alguns ambientes dificilmente podem extinguir os meios nocivos para a produção. Por exemplo, numa siderurgia o calor pode ser diminuído, mas até agora não foi inventada outra forma de fundir metais sem a utilização de fornos, isto em larga escala. No caso das indústrias frigoríficas, ou a carne é congelada ou salgada para não apodrecer, mas para melhor aproveitamento da carne, o

social, a divisão do trabalho desloca as barreiras naturais para ponderação mais social. Aqui temos que refutar a teoria de Hobbies, onde, segundo ele, —homem é o lobo do homem”, visto que o gênero humano domina de forma mais preponderante a natureza, sendo capaz de liberar tempo fora do trabalho e há a possibilidade do domínio dos nexos causais do trabalho, e das relações sociais; desta forma não é o homem que seria o lobo do homem mas, ao contrário, é o homem que engendra a vida do homem, de outra maneira podemos expressar que:

Economia de tempo, no entanto, significa relação de valor. O próprio trabalho simples, voltado apenas para o valor de uso, é uma forma de sujeitar a natureza ao homem, *para* o homem, tanto na medida em que a *transforma de acordo* com as suas próprias necessidades, como na medida em que vai dominando os seus instintos e afetos puramente naturais e, por este meio, começa a formar as suas faculdades *especificamente humanas*. O fato objetivo de que a legalidade econômica tende à economia de tempo, produz diretamente a divisão do trabalho cada vez em nível mais pleno, isto é, dá origem, cada vez, a um ser social com um nível de socialidade sempre mais pura. Deste modo, esse movimento, independente do modo como o interpretam as pessoas que dele participam, é um passo adiante na realização das categorias sociais a partir do seu ser em-si original até um ser-para-si sempre mais ricamente determinado e sempre mais efetivo. Ora, a encarnação adequada deste

---

melhor método é o congelamento e isto faz que com os trabalhadores entrem em câmaras frias. De qualquer modo, pergunta-se: será realmente necessário que os trabalhadores fiquem tanto tempo expostos a condições insalubres de trabalho? Os trabalhadores em frigoríficos atualmente devem cumprir uma jornada muito extensa para um trabalho estafante e insalubre, pois na atual legislação trabalhista a jornada semanal é 44 horas.



ser-para-si da socialidade efetivada, que se realizou a si mesma, é o próprio homem. Não o ídolo do homem isolado, em geral, abstrato, que nunca existiu, mas, ao contrário, o homem na sua concreta práxis social, o homem que com suas ações e nas suas ações encarna e torna real a espécie humana. Marx sempre viu com clareza este nexos entre a economia e aquilo que a vida econômica produz no próprio homem (LUKÁCS, 2001: 82).

A categoria força produtiva, que é imanente do processo de trabalho, desemboca em outra categoria que pertence exclusivamente ao ser social: a categoria liberdade. Sob o prisma que assumimos de uma ontologia materialista, ou seja, como o reflexo da realidade, a liberdade somente pode ser compreendida a partir do trabalho, assim exposto por Lukács, que emerge dentro da categoria trabalho. Seria prudente retomar algumas categorias que estamos dialogando: 1) a categoria força produtiva, à medida que o homem avança na sociabilidade, ou seja, no domínio mais consciente, ou racional, da natureza e universaliza essa capacidade de transformá-la em objetos úteis ao ser social, este se socializa neste processo e neste sentido podemos perceber a emergência cristalina da categoria liberdade colocada sob seus pés.

Antes de prosseguir neste debate entre trabalho e liberdade, cabe pontuar que essa categoria ontológica foi fonte de debate, sobre o qual já correu, e correm rios de tinta, mas não cabe aqui polemizar diretamente com tais concepções ideopolíticas, visto que não é o cerne deste trabalho. Contudo, por incorporar a perspectiva ontológica da liberdade, refutamos ideologias que emergem de representações abstratas, tanto do reflexo religioso, quanto de formas idealistas ou unilaterais que derivam do idealismo subjetivo de Kant e seus mais fiéis

seguidores, por exemplo, o (neo)kantismo expresso em Max Weber ou nas mais variadas representações do positivismo. A concepção que assumimos de liberdade é expressa por Lukács:

Para tentar esclarecer, mesmo com essas necessárias ressalvas, a gênese ontológica *da liberdade a partir do trabalho*, temos que partir do caráter alternativo das posições teleológicas nele existentes. Com efeito, é nessa alternativa que aparece, pela primeira vez, de forma claramente delineada, o fenômeno da liberdade, que é completamente estranho à natureza: no momento em que a consciência decide, em termos alternativos, que finalidade quer estabelecer e de que maneira quer transformar as séries causais correntes em séries causais postas, como meios de sua realização, surge um complexo dinâmico que não encontra paralelo na natureza. Só neste momento, portanto, é que se pode examinar o problema da liberdade em sua gênese ontológica. Numa primeira aproximação, a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele. Isto já distancia a nossa concepção ontológico-genética da concepção idealista. Com efeito, se pretendemos falar da liberdade de uma maneira razoável como momento da realidade, seu fundamento está, em primeiro lugar, numa decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração que a separa inteiramente da concretude, ela perde toda sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia. Em segundo lugar, a liberdade é — em última instância — um querer transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão), o que significa que a realidade, enquanto objetivo da transformação, não pode deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla (LUKÁCS, 2001: 110).

Ao nos referirmos ao trabalho e à liberdade tomada sob perspectiva ontológica, faz-se necessário adensar mais uma categoria para que fique mais claro como estamos expondo categoricamente as determinações reflexivas entre liberdade e trabalho.

O trabalho ao mudar a natureza e, consequentemente, o ser social, busca satisfazer necessidades e carências. Mas antes de concatenar nossas idéias, é preciso expor conceitualmente a diferenciação entre carências e necessidades.

Entendemos carências como algo ainda animalesco que permanecem também no ser social, visto que como ser vivo não supera suas propriedades físicas / biológicas que servem de base para esse outro tipo de ser, portanto referimo-nos a carências, *grosso modo*, como comer, aquecer, procriar etc. Já as necessidades são complexos que passam por uma socialização e fazem parte do gozo ou da precisão para que determinada tarefa se concretize de forma mais eficiente. Para esclarecer nossa posição, daremos um exemplo<sup>55</sup>: a fome que é satisfeita pela carne crua é uma determinação do ser biológico que pertence também ao ser social; mas quando é carne assada, com a churrasqueira, contendo os mais diversos temperos das mais distantes origens e sal a gosto, é necessidade por estar a natureza concatenada ao domínio do gênero humano e a universalização desse conhecimento. As necessidades são cumulativas, portanto, não retroagem, desta forma, para serem atendidas requerem as mais diversas capacidades humanas em produzir valores de uso das mais diversas formas.

---

<sup>55</sup> Fizemos alusão da fome satisfeita com carne em virtude da pesquisa ser nos frigoríficos, portanto a mercadoria que dela emerge é a carne. Entretanto sabemos que Marx utilizou também esse exemplo.

Após esse longo parêntese da relação entre carência e necessidade, que no caso do ser social já pressupõe a carência, voltemos ao debate sobre a liberdade tomada em sua relação íntima com o trabalho. O ser social, ao buscar transformar o mundo exterior, busca escolher entre as múltiplas opções para realizar determinado fim, sendo este o centro dessa liberdade. Aqui a teleologia ganha contornos fundamentais para compreender essa categoria. Quando universaliza o conhecimento onde a objetivação do ser social vai sendo posta para atender as necessidades sociais, seja do estômago ou da fantasia, ao ter domínio mais rico desse processo de objetivação, ele se torna mais livre. E o resultado, em tese, de todo trabalho<sup>56</sup> é o efeito útil e o ser social poder cada vez mais controlar universalmente as cadeias causais postas para cada atividade.

Dito de outra forma: quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais facilmente podem ser transformadas, em cadeias causais postas, tanto mais seguro é o domínio do sujeito sobre elas, ou seja, a liberdade que pode ter (LUKÁCS, 2001: 113).

A objetivação, mesmo sob a maior liberdade possível entre escolhas, não tolhe as causalidades naturais que podem ocorrer. Por

---

<sup>56</sup> É importante dizer que todo trabalho é trabalho útil, concreção de objetivação do ser social, caso a objetivação não se realize ela não objetivou da forma correta e o efeito esperado do trabalho desaparece. Aqui permanece a objetivação como *Dynamis*, no sentido aristotélico da palavra, de realização de algo útil ao gozo de quem está buscando o trabalho. Muito argutamente Marx dá um exemplo lapidar: se uma ferrovia não passa nenhum vagão, tão logo, não realiza nenhum efeito útil para quem a construiu. Portanto, trilhos e dormentes tem a *Dynamis* contida em si de ser uma ferrovia, mas na efetividade não o é.

exemplo, para o agricultor o excesso de chuva em período inoportuno causa estrago em períodos de colheita do algodão. Mas para o mesmo agricultor a causalidade natural de falta de chuva pode ser corrigida pela irrigação. Adensando categoricamente essa relação, isto vale também para as mediações teleológicas de segunda ordem, da relação entre ser social que trabalha, comparecendo ontologicamente essa categoria na relação entre indivíduo e sociedade e entre sociedade e natureza. Basta por ora corroborar com uma afirmação de Lukács de que a liberdade está como modelo da *práxis* social, mesmo sob uma *Dynamis*.

Da concepção de trabalho podemos incorporar a concepção de Marx a qual o homem é um ser objetivo, ou seja, o homem é por excelência um ser capaz de criar num contínuo processo de exteriorizar suas criações. Do mesmo modo, o Homem é capaz de interiorizar os sistemas de exteriorização presentes. Aqui se pode citar *Fausto* de Goethe onde até o mais limitado homem pode desenvolver-se ilimitadamente se tiver acesso ao sistema de subjetivação que se expressa no trabalho, na cultura, na linguagem e em todas as esferas das relações sociais (LUKÁCS, 2012).

Em suma, o homem é um ser prático-objetivo-social. Partindo dessa concepção são expostos alguns elementos para problematizar a categoria do homem como ser objetivo e capaz de subjetivar os sistemas de objetivação anteriores a ele.

Para que os homens se desenvolvam ilimitadamente, ou seja, os homens nas suas particularidades — visto que Goethe e Marx reconheciam que os indivíduos são diferentes e têm potencialidades diferentes. Por exemplo, um homem pode ter habilidades para esculpir

em mármore, mas não tem a mesma habilidade para trabalhar com a madeira, o carpinteiro tem habilidade para manipular a madeira transformando em belos objetos, contudo não sabe trabalhar com o mármore, mas apesar de utilizar materiais diferentes isto não tolhe o fato de que ambos são artistas. Mesmo sob essa diversidade o homem pode se desenvolver ilimitadamente se ele acessar os sistemas de objetivações que as gerações anteriores puderam construir e se identificar com algo seu e podendo transcender sua limitação individual no gênero humano (NETTO, 2011: 34-36).

Até aqui expomos a categoria trabalho nas suas determinações mais gerais, ou seja, tais determinações até agora tratadas pertencem a todas as formas de sociedade, contudo, algumas categorias se apresentam na gênese, quando observamos o trabalho como forma originária, mas algumas categorias como liberdade, causalidade e teleologia estão sendo tratadas como abstração razoável sem uma determinação de um modo de produção específico. Agora será preciso colocar o trabalho dentro de uma determinação histórica, em outras palavras, colocá-lo em um modo de produção específico. Cada modo de produção vai adensando e possibilitando o domínio mais universal da natureza. Ao passo que o ser social domina a natureza, o trabalho vai se enriquecendo de novas determinações que não estavam postas na gênese. Há determinações no atual modo de produção que ocultam as determinações do trabalho, como sociabilidade, como forma originária do ser social entre outras tantas categorias imanentes à categoria trabalho.

Ao deduzir se o trabalho é fonte de humanização e contém em si a possibilidade da liberdade, por que asseverar que o processo de adoecimento é decorrente do trabalho? Pode-se concluir que as afirmações sobre o trabalho são falsas ou que é impossível o ser social que trabalha se adoecer, mas lamentamos dizer que ambas as alternativas são verdadeiras: o trabalho é fonte de humanização e hoje de dilaceramento. Para entender essas categorias, devemos adensar categoricamente e colocar as determinações históricas que delas necessitam.

Quando falamos no trabalho, este objetivar-se-á num modo de produção e dependendo das forças produtivas constituir-se-á de acordo com a divisão social do trabalho e domínio da natureza, na construção de meios de produção. O modo de produção que observamos o trabalho é o modo de produção capitalista, onde o trabalho não é mais fonte de gozo, mas de martírio.

Marx (2011) expôs que o capitalismo é a contradição viva e ao mesmo tempo desenvolveu forças produtivas que, pela primeira vez na humanidade, possibilitou fundar uma sociedade baseada na fartura e não mais na carência. Dentre os marcos civilizatórios da revolução burguesa, acentuou o processo de desantropomorfização da vida humana. O reflexo desantropomorfizador é um processo em que o homem pode explicar o que o objeto é em si, visto que o ser social, quando colide com a natureza na gênese, observa-a de modo contemplativo e, por sua vez, atribui a ela um caráter divino, místico etc., mas o desenvolvimento das forças produtivas acentua o processo do Homem em reconhecer-se como criador da história e senhor da natureza. A partir do reflexo

desantropomorfizador há possibilidade da produção racional entre o homem e a natureza, isto incluindo a relação do indivíduo com o gênero humano.

Esta possibilidade emerge das forças produtivas características do mundo burguês, ou seja, o desenvolvimento da indústria. Conforme Marx (2006: 102): “Toda riqueza se tornou riqueza industrial, riqueza do trabalho, e a *indústria é o trabalho completado*, assim como a essência fabril [é] a essência desenvolvida da indústria, isto é, do trabalho [...]”. A indústria, o intercâmbio produtivo, liberdade de trânsito de pessoas e riqueza material, hoje mercadoria circular, são os pressupostos para a sustentação de uma sociedade baseada na riqueza e não na carência.

Ao falar do atual modo de produção como mediação necessária para o trabalho se objetivar, cabe pontuar que no nosso tempo histórico há mais uma determinação que pertence ao trabalho em decorrência da especificidade do modo de produção que é objetivado, ou seja, o trabalho no capitalismo está envolvido sob os sistemas de alienações/estranhamentos. Destacaremos algumas formas destas alienações/estranhamentos: o conflito entre indivíduo e gênero humano, entre indivíduo egoísta em contraposição a sua coletividade real, o estranhamento com a atividade, o estranhamento com o objeto do seu trabalho. O sistema de alienação/estranhamento que levam a coisificação do homem, só pode ser consolidado através de forças produtivas estranhas.

Enfim, colocaremos em evidência o sistema de alienações/estranhamentos demonstrando o ser-precisamente-assim do



trabalho sob o capitalismo e simultaneamente apontaremos os elementos de sua superação até chegar à emancipação humana.

O espaço onde os centros das alienações ocorrem, como demonstrado ao longo da obra de Marx, é no trabalho, esta categoria ontológica que tem uma potência de ser a forma de objetivação privilegiada do ser social que em larga medida condiciona a forma de consciência do homem. Muitos pensadores burgueses buscam a essência do ser social, buscam o desejo, o gozo, o medo da morte etc., mas para Marx se tivéssemos que colocar um carimbo como essência humana esta encontrar-se-ia no trabalho, portanto sua única essência.

Através do trabalho, o ser social pode ter um fértil solo para emergir na sua forma originária e ao longo das diversas sociedades se reproduzir pelo trabalho. No momento histórico onde o trabalho entra em relação com o capital, as objetivações pertencentes ao trabalho que possibilitou a humanização do ser social expressar-se-ão através da propriedade privada, única mediação possível do ser social que trabalha com a natureza. Essa expressão da propriedade privada, segundo Marx, é muito mais que uma desproporção entre riqueza<sup>57</sup> e pobreza. Isto evidencia que a crítica marxiana não se limita à economia, como ocorre nos socialistas utópicos baseados na crítica entre ricos, ou ainda,

---

<sup>57</sup> É lapidar a teoria marxiana da Lei Geral da Acumulação Capitalista (MARX, 2008), onde Marx assevera que a pobreza não é algo típico da sociedade burguesa como ocorrera em outras sociedades (a carência era em decorrência, sobretudo, da falta de desenvolvimento de forças produtivas e pelo parco excedente econômico criado desta forma e do intercâmbio entre os produtores e a fome era consequência direta de falta de chuva ou seu excesso, de algum terremoto etc.). Na sociedade burguesa não é por falta de excedente que se passa fome ou necessidades sociais, mas, por mais contra-senso que possa parecer, o excedente é um problema na sociedade burguesa.

capitalistas e pobres ou trabalhadores. O que os homens produzem acaba subjugando não somente o trabalhador, mas toda humanidade: —isso vale também para os capitalistas — no fato de que, em geral, o poder *não humano domina*” (MARX, 2006: 147, *grifos nossos*). O que o homem faz torna-se mais poderoso que o próprio gênero humano: —a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz somente mercadoria; ele produz, a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [...]” (MARX, 2006: 80). Mas esta inversão de sujeito e objeto da produção da vida humana, onde o produto do trabalho é mais importante que o trabalhador, teria que desenvolver consequências na própria vida deste ser humano, onde ocorre uma série de reações com o ser humano em geral. Para melhor análise basta ver como Marx expõe essa contradição:

Como poderia o Trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização<sup>58</sup>, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo (MARX, 2006: 82).

---

<sup>58</sup> Na tradução utilizada, exteriorização está como (*Entäußerung*) o que pode ser traduzido como exteriorização ou como alienação, alienação neste sentido como perda de si.

O estranhamento/alienação, esta força que domina a produção, não se manifesta apenas no resultado final da produção, como asseverado acima, mas vai interferir não somente no processo de relacionamento com o ser humano e a natureza a qual ele pertence, mas também, durante todo o processo de produção, observa-se a não identificação com o trabalho como atividade criadora, ou seja, o que deveria humanizar o homem é o centro de sua mutilação e todo estranhamento. Por isso, Marx identifica três formas de alienações/estranhamento. A primeira forma de estranhamento é com sua atividade:

O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer fuge-se do trabalho como uma peste (MARX, 2006: 83).

Aqui está posto o estranhamento/alienação no próprio ato de produzir, dentro do trabalho. Ao aproximar a relação entre trabalho estranhado em contraposição à atividade livre, veremos um grande abismo, pois a não identificação de um aparece como fuga do outro. Para Marx, a externalização, a exteriorização é um dos pressupostos ontológicos do ser social, pois para ele a objetivação tem um caráter de vida, pois —o que é a vida senão atividade” (idem). Temos duas consequências do trabalho estranhado: primeiro, o distanciamento do homem, trabalhador, da natureza e os meios de vida; segundo, o trabalhador está estranhado com o objeto da produção, com seu trabalho, portanto, como resultado das duas anteriores, então vive um

estranhamento de si. A terceira consequência é o estranhamento do homem com o seu ser genérico. Observemos essa categoria, segundo Marx:

A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais pedras, ar, luz, etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da *ciência natural*, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão –, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. *Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira ato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria de sua atividade vital.* A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza.

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha o homem da natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida *genérica* apenas um meio da vida *individual*. Primeiro, estranha a vida

genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (MARX, 2002: 84).

Portanto, a vida genérica do homem tem um processo orgânico entre ele e natureza, em outras palavras, o trabalho. Essa categoria ontológica só pode ser reconhecida no momento da relação entre o indivíduo com a sociedade e da sociedade para o indivíduo. Assim sendo, para a teoria marxiana, o trabalho é uma categoria de suma importância. Cumpre ressaltar mais uma vez que o trabalho é o mais importante dos complexos que constituem o ser social, é a partir de sua concreção da categoria trabalho que podem surgir as outras categorias.

Prosseguindo com a análise do trabalho estranhado, vemos mais dois resultados após a apresentação do ser genérico do homem: em primeiro lugar, o estranhamento do homem com o seu ser genérico, portanto, de toda sua humanidade, reduzindo muitos homens a um simples estômago e uma não identificação com sua atividade vivificadora. Pode-se extrair também que se o homem está estranhado com o seu gênero humano, conclui-se que há alienação/estranhamento do homem em si, com a natureza exterior e com o outro ser humano, assim sendo o estranhamento da atividade do homem demonstra como este se relaciona-se com seu gênero. Mas uma pergunta paira no ar: o que ou quem poderia forcejar tal situação de submissão do objeto ao sujeito, da mercadoria sobre o trabalhador? Marx assim sintetiza: —[...] apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem” (MARX, 2006: 86).

Portanto, o trabalho estranhado, vida estranhada, é uma relação do trabalhador com o capitalista. Em outras palavras, o resultado prático do estranhamento do trabalho e do estranhamento do ser genérico tem sua raiz comum na propriedade privada.

“A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado [alienado], da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (MARX, 2006: 87).

Na relação do trabalhador com a natureza e simultaneamente com Ser Genérico, na sociedade capitalista, terá como mediação necessária confrontar-se com ser estranho que domina o trabalhador e seu produto do trabalho. Neste instante, a análise marxiana pode evidenciar que o capital é uma relação produzida pelo homem, pela sociedade, por isso, o capital é trabalho estranhado e este só é trabalho enquanto estiver em relação com o capital. Capital e trabalho formam uma unidade de reprodução social. O trabalho reproduz o capital, mas somente pelo capital o trabalho é objetivado nesta forma determinada, ou seja, objetivado de forma alienada/estranhada. O homem somente é um ser quando ele for trabalhador, ou seja, uma mercadoria que tem que ser vendida cotidianamente para não perder seu valor. A desvalorização da mercadoria-trabalhador pode levar esse ser que trabalha ao definhamento, por carência.

Já vimos que o homem é parte da natureza, mas natureza humanizada. Portanto, o ser social, aquele que é indivíduo e gênero humano ao mesmo tempo, relaciona-se com a natureza. Cabe colocar que o homem pode objetivar através dos seus sentidos: os sentidos

naturais, tatear, ver, ouvir etc.; e os sentidos do pensamento como fruir, amar, etc. Portanto, no relacionamento com o objeto, natureza e homem sob a propriedade privada, o estranhamento humano, torna todos os sentidos humanos um único: o sentido do ter. Finalmente a multiplicidade do homem se torna em unilateralidade. O homem rico de sentidos torna-se pobre de sentidos. Da mesma forma o trabalho alienado/estranhado torna-se um único sentido para a classe trabalhadora, uma objetivação para obter algo fora do trabalho, sendo para reprodução como força de trabalho simples ou até mesmo como forma de trabalhador complexo, o que possibilita o trabalhador saciar o consumismo recorrente.

Fazem-se necessários alguns esclarecimentos, antes de prosseguirmos as análises, sobre capital e trabalho para então aprofundar na sua forma fenomênica de saúde do trabalhador e a contradição de desgastar no trabalho.

O ser social em períodos históricos precedentes, ou seja, antes da sociedade burguesa, já sofria com o estranhamento, basta recorrer na história o debate acerca da barreira que era imposto à humanidade pelo parco desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, muitas dessas alienações se apresentam de forma anterior à sociedade burguesa e outras são potencializadas e surgem nesta sociedade. Em suma, o trabalho estranhado é a combinação do trabalho criador de valor de uso, coisas úteis à humanidade, com o valor, ou valor-de-troca, ambos estando em relação com o capital.

É importante destacar que o capital não surgiu no capitalismo, pois ele o antecede e, possivelmente, se superarmos a sociedade

burguesa rumo à sociedade de transição do capitalismo para uma sociedade livre do capital talvez ainda existam por algum tempo algumas categorias que fazem parte do complexo do capital, como o Estado ou até mesmo a teoria do valor, até se chegarmos às condições históricas necessárias para a sua dissolução. Segundo Mészáros (2002), o capital é a síntese da contradição entre trabalho estranhado, propriedade privada e Estado. Mesmo que ocorra a supressão de algumas das suas bases, como a propriedade privada, o trabalho estaria em relação com um dos elementos da alienação/estranhamento. Como ocorreu no modelo Soviético onde foi abolida a propriedade privada, mas mantiveram-se o Estado e o trabalho alienado/estranhado, sobretudo em decorrência da falta de democracia proletária que ocorreu em tempos de autocracia Stalinista.

Assim o trabalho alienado/estranhado é em síntese na nossa sociedade o trabalho assalariado, que é a expressão do trabalhador como mercadoria, pois neste processo o trabalhador tem que vender sua força de trabalho para não morrer de fome. O trabalhador assalariado torna-se uma mercadoria. Segundo Marx:

Se o trabalho é, portanto, uma mercadoria, é então uma mercadoria com as mais infelizes propriedades. Mas, mesmo segundo princípios da economia nacional<sup>59</sup>, o trabalho não é mercadoria porque não é o livre resultado do mercado livre. O regime econômico atual —baixa ao mesmo tempo o preço e a remuneração do trabalho (verificar); ele aperfeiçoa o trabalhador e degrada o homem” (MARX, 2002: 37).

---

<sup>59</sup> Economia nacional é para Marx economia política.



Poderíamos acrescentar que o capital é —portanto, o poder de governo sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não graças a suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é proprietário do capital” (MARX, 2002: 40). O teórico alemão acrescenta que o —capitalista exerce o seu poder de governo sobre o trabalho através do capital, mas, depois o poder de governo do capital sobre o próprio capitalista” (idem). As críticas ao processo da criação do trabalho assalariado que o trabalhador troca sua humanidade e no caso de muitos trabalhadores até a saúde, como demonstrado acima, não é apreendido apenas pelos críticos da sociedade burguesa, mas também pelos próprios pensadores clássicos burgueses, observando as conclusões de Smith:

As mais importantes operações do trabalho são reguladas e dirigidas segundo os planos e as especulações daqueles que aplicam os capitais; e o objetivo que eles pressupõem em todos estes planos e operações é o lucro. [...] O interesse desta classe não tem, portanto, como as outras duas, a mesma ligação com o interesse geral da sociedade. (SMITH *apud* MARX, 2002: 46-47).

Até agora perpassamos por um caminho onde foi necessário demonstrar primeiro o processo de adoecimento da classe trabalhadora nos frigoríficos de Barretos. A seguir demonstramos também que ocorrem denúncias de más condições de trabalho em frigoríficos de industrialização e de abate de bovinos, com isto evidencia-se que o processo de trabalho é análogo em todas as unidades fabris. Posteriormente demonstramos que esta tendência de adoecimento é

típica da forma de produção dos frigoríficos independente que sua produção seja de bovinos, suínos ou aves.

O processo de adoecimento não é um acaso que ocorre nos frigoríficos, ocorre em larga medida em todos os quadrantes do mundo, com dados que podem ser comparados como uma guerra em curso, com milhares de mortos e milhões de aleijados, acidentados e adoecidos pelo trabalho alienado/estranhado. Ao passo que o mundo do trabalho ganha, cada vez mais, incremento de novas tecnologias como robótica, nanotecnologia, informática, etc., as doenças do trabalho não retroagem.

Seria necessário demonstrar que as doenças do trabalho tornam-se uma contradição no modo de produção capitalista. Para tanto, lançamos a necessidade de uma pesquisa genética para demonstrar o salto nas mortes, invalidez do trabalhador no período de surgimento da sociedade burguesa. Para finalizar, demonstramos como o trabalho foi a categoria que na gênese do ser social, possibilitou a formação desse ser no atual modo de produção e tornou-se um processo de dilaceramento em grande números de trabalhadores e trabalhadoras. A relação do trabalho alienado/estranhado é a relação do trabalho com a propriedade privada moderna, que se veste na forma desenvolvida do capital. Agora vamos debater quais são os processos sociais que possibilitam a riqueza material de um lado e o adoecimento de outro.



## **4. Século XXI: acumulação capitalista e a teoria do valor**

### **4.1 Teoria do valor-trabalho: sua gênese à crítica da economia política clássica**

No capítulo anterior, foram apresentados os maus tratos sofridos pelos trabalhadores em frigoríficos em Barretos, questão que não é uma peculiaridade barretense, mas da produção de carnes em geral, seja de bovinos, suínos ou aves. As doenças, acidentes e mortes não são uma particularidade desse ramo produtivo, mas também da atual conjuntura do capitalismo, uma das manifestações da barbárie contemporânea, os números podem ser comparados ao de uma guerra. O que demonstra que saúde do trabalhador e produção capitalista é um casamento imperfeito. As classes em presença tomam consciência dessas contradições e respondem a elas de acordo com suas necessidades de classe. É por isso que vamos demonstrar a formação de uma escola econômica que mesmo realizando descobertas científicas não deixa demonstrar seu conteúdo de classe, a própria evolução do pensamento da economia política demonstra esse conteúdo de classe e a base material em que estão sendo gestadas as concepções teóricas.

A Economia Política não nasce do acaso como um raio em céu azul. Ela é fruto de um longo processo de maturação e descoberta do Gênero Humano que a desenvolveu até ocorrerem avanços em direção a uma ciência que pode apreender a produção e reprodução do ser social. Daremos alguns apontamentos do surgimento da economia política, algumas de suas resoluções, teorias etc. para posteriormente expor a

—Crítica da Economia Política” como resolução de alguns becos sem saída dos ideólogos da Economia Política Clássica.

A base material vai proporcionar o avanço do processo científico da economia política, como também sua decadência<sup>60</sup>. Alguns apontamentos dessa ciência em conformidade com sua base material podem ajudar a debatê-la de forma que contribua para o nosso estudo. Vamos começar por uma simples indagação: em qual período histórico seria necessário para a humanidade desenvolver uma ciência que pretende compreender as relações sociais de produção? A partir do desenvolvimento de forças produtivas onde será possível e necessário compreender a fonte de sua riqueza para proporcionar mais riqueza — esse era o anseio da classe dominante desejosa de organizar seus capitais para tirar melhor proveito da economia e/ou conhecer as fontes das crises econômicas para então evitar a quebradeira de empresas e a fome da camada mais miserável da população (aqui invocando a racionalidade que pode ser atribuída ao Estado como um mediador racional da sociedade, portanto da economia, o pensador que melhor expos essa formulação foi Hegel).

A necessidade material de compreender a origem da riqueza é objeto de investigação que persegue o homem desde a antiguidade clássica, porém essa questão torna-se novamente importante com a ruína da Idade Média e o início do que Marx (2008: 827) denominou como

---

<sup>60</sup> A discussão acerca da ascensão e decadência da Economia Política não é fonte de trabalho exegético dessa dissertação, por isso trataremos de forma breve, contudo o autor assume a necessidade de aprofundar na temática. Para a dissertação buscamos algumas fontes para o debate como Lukács e Leo Huberman, assim como a própria economia política, porém a temática já foi exposta por Marx nos Grundrisse e n<sup>o</sup> O Capital.

acumulação primitiva de capitais (período que aproximadamente se inicia no século XV até a revolução burguesa no século XVIII). A base material que vai sustentar essa ciência é o renascimento comercial, portanto a criação do mercado do Estado nacional. A evolução das relações comerciais em decorrência do longo processo até constituir o dinheiro como equivalente geral, ou seja, a mercadoria que poderia comprar todas as outras mercadorias. Há um processo que durou séculos, seria prudente apontar como ocorreu esse processo para elucidar as concepções que as escolas econômicas foram desenvolvendo até chegar no seu ápice e entrar na decadência ideológica.

As trocas comerciais começaram com a troca simples de objetos úteis (ainda aqui o valor de uso era o determinante) casaco por linho, amendoim por cerveja, ou seja, um objeto útil por outro objeto útil. No momento histórico em que a produção já se desenvolve e cria-se uma divisão do trabalho, o artesão produz apenas para a troca, começa a nascer a sociedade produtora de mercadorias. Na medida em que as relações de troca tornam-se mais complexas, faz-se necessária uma forma extensiva do valor, uma mercadoria que se torne referência para as trocas, mas ainda não é dinheiro, no exemplo acima a cerveja se torna forma extensiva de valor, então casaco, linho, e amendoim são trocados por cerveja, essa forma de valor extensivo ainda carrega defeitos. Segundo Marx:

A troca de mercadorias começa nas fronteiras das comunidades primitivas, nos seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Mas, virando os produtos mercadorias na vida externa da comunidade, por contágio, também se tornam mercadorias dentro dela. De início, sua relação

quantitativa de troca é inteiramente casual. São permutáveis por mútua vontade de seus possuidores de aliená-los reciprocamente. Nesse interim, arraiga-se, progressivamente, e torna-a um processo social regular. Por isso, com o tempo, passa-se a fazer para a troca, intencionalmente, pelo menos uma parte dos produtos do trabalho. A partir desse momento consolida-se a dissociação entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e os das coisas destinadas à troca. Seu valor-de-uso dissocia-se do seu valor-de-troca (MARX, 2008: 112-113).

As trocas entre as mercadorias necessitavam de uma forma de valor (aqui é valor de troca), onde varias mercadorias pode ser trocada por uma mercadoria apenas, papel que cabe ao dinheiro; o equivalente geral, a mercadoria que compra todas as mercadorias. Vale dizer que antes da moeda (ouro e prata), algumas mercadorias serviram de equivalente no período de transição da forma extensiva e equivalente geral, caso do gado em regiões do Império Romano (MARX, 2011). Ao passo que as forças produtivas desenvolveram um mercado mais abrangente, onde foi possível a universalização da forma valor. As mercadorias, para se permutarem é necessária mercadoria dinheiro (como forma de equivalente geral). Cada produtor individual só pode colocar sua mercadoria de forma efetiva se for mediada pelo equivalente geral, ou seja, pelo dinheiro.

Para existir um mercado, deve haver simultaneamente uma mercadoria que representa um equivalente geral como o dinheiro, mas esse tem que ser um bem móvel como gado em Roma ou escravo (ser humano) que foram as primeiras formas de valor como equivalente

geral, pois em larga medida poderia caminhar com os próprios pés. Marx (2008: 114-115) aponta que a forma de um —equivalente”, uma mercadoria passível de ser trocada por outras já existia em povos nômades, pois devido ao estilo de vida eles não poderiam ter —algo de valor” que não poderia ser carregado, e mais, seu estilo de vida possibilitava o contato com vários povos possibilitando a troca.

A primeira escola da economia política começou com os mercantilistas que acreditavam que eram o ouro e a prata que geravam a riqueza de um país, portanto o objetivo do Estado era de acumular o máximo possível de metais preciosos. Apesar de estar na epiderme do problema, visto que o ouro e prata eram a matéria-prima para cunhagem da moeda, tão necessária (ou melhor, fundamental) para a realização da forma de valor-de-troca. Neste momento histórico, a necessidade de metais preciosos para cunhagem tinha a expansão do mercado a nível mundial e em larga medida fora atendida pelo sangue latino nas minas de ouro e prata exploradas pelos espanhóis (em especial, de Potosí, na atual Bolívia).

Os mercantilistas foram os primeiros a observar a questão do valor, mas como estavam presos a aparência dos fatos eles observavam a riqueza se materializando na forma de moeda, ouro e prata. Neste caso, os metais preciosos eram a materialização do dinheiro. O próprio movimento do valor neste momento já ocultava o trabalho como fonte de riqueza.

Os pensadores dos séculos XIV ao XVI tinham essa política econômica para promover o entesouramento no país, a qual se encaixava perfeitamente para países como a Espanha que tinha grandes minas de



prata tanto em seu território quanto em suas colônias em abundância. Neste caso bastava economizar (no jargão popular —~~de~~char a mão”). Ainda no exemplo da Espanha, país que no século XVI, provavelmente era ~~o~~ mais rico e poderoso país do mundo. Quando os homens inteligentes de outros países perguntavam a razão disso, julgavam encontrar a respostas nos tesouros que ela recebia das colônias. Ouro e prata” (HUBERMAN, 1986: 115). Os Mercantilistas aplicavam suas formulações para as nações, assim como era aplicado para os indivíduos naquele período que se tornavam ricos, entesourando. Mas teríamos que buscar responder uma questão: como fariam os países que não tinham ouro e prata em seu território ou nas suas possessões para se tornarem ricos? Ouro e prata não caem do céu como chuva e por isso seria necessário obter novas estratégias de trazer o ouro e a prata, sem fosse pelo saque. Segundo Huberman (1986: 116), os mercantilistas tinham a resposta para essa questão:

A maioria dos autores da época se apegava à ideia de que um país rico, tal como um homem rico, deve ser um país com muito dinheiro; e juntar ouro e prata num país deve ser a mais rápida forma de enriquecê-lo. Já em 1757 Joseph Harris, no *An Essay Upon Money and Com.* escrevia: "Ouro e prata, por muitas razões, são os metais mais adequados para acumular riqueza; são duráveis, podem ser transformados de qualquer modo sem prejuízo, e de grande valor em proporção ao volume. Sendo o dinheiro do mundo, representam a forma de troca mais imediata para todas as coisas, e a que mais rápida e seguramente se aceita em pagamento de todos os serviços". Já que os governos acreditavam nessa teoria de que quanto mais ouro e prata houvesse num país, tanto mais rico este seria o passo seguinte era óbvio. Baixaram-se leis proibindo a

saída desses metais do país. Um governo após outro tomou essa medida, e as "Leis contra a exportação de ouro e prata" tornaram-se comuns. Eis uma delas, na Inglaterra: "Ordena-se pela autoridade do Parlamento, que ninguém leve, ou faça levar, para fora deste Reino ou Gales ou qualquer parte do mesmo, qualquer forma de dinheiro da moeda deste Reino, ou de dinheiro, e moedas de outros remos, terras ou senhorias, nem bandejas, vasilhas, barras ou joias de ouro guarnecidas ou não, ou de prata, sem a licença do Rei".

Os mercantilistas buscaram receituário para que a balança comercial fosse sempre positiva, ou seja, a quantidade de produtos exportados fosse maior que os importados. Segundo esses pensadores, era necessário exportar mercadorias com maior valor possível e importar apenas o que fosse necessário, nesta diferença o reino deveria receber em dinheiro (metais preciosos). Para que ocorra sempre a maior venda de produtos no mercado externo que sua compra, os governos deveriam estimular as manufaturas. Com o estímulo à criação de manufaturas, o país economizava com a compra destes produtos do mercado exterior além de criar condições de importar a —matéria prima”, confeccioná-la e vendê-la com um valor agregado. Por exemplo, a manufatura inglesa produz uma bota com o couro comprado do Brasil. A bota é vendida novamente ao Brasil, mas, como a bota tem mais valor que o couro, a diferença desta troca comercial deveria ser paga em dinheiro. A política econômica mercantilista no fundo buscava a independência do mercado exterior, portanto, país com máximo de independência do mercado externo (HUBERMAN, 1986: 116).

O trabalho livre, portanto assalariado, ainda não tinha se universalizado até o século XVIII, pois em muitas regiões da Europa, mesmo na Inglaterra e França, prevaleciam relações semifeudais, ou onde o capital comercial não se desenvolvia plenamente em decorrência de permanecerem relações pré-burguesas, um exemplo são as corporações de ofício que impedia o livre desenvolvimento da manufatura. Ao passo que as trocas se universalizam, a tendência dominante do movimento ganha contornos hegemônicos e se universaliza a venda da força de trabalho.

Entretanto, essa escola que via no ouro e na prata a fonte de toda riqueza. E sua correção para os países sem metais preciosos foi a utilização da balança comercial favorável como pressuposto o desenvolvimento do comércio, da agricultura para a comercialização e a manufatura com o intuito de aumentar a acumulação de ouro e prata. O crescimento das manufaturas forcejava o deslocamento para as cidades. Essas mudanças colidiam, frontalmente, com os interesses da igreja e da nobreza, os quais viam — além da riqueza — o poder concentrando-se nas mãos de uma burguesia mercantil e financeira (referimo-nos aos banqueiros) cada vez mais poderosa.

A luta de classes, entre os representantes da nascente burguesia e a nobreza aristocrática, não passava pelo poder e influência do Estado Nacional e buscava políticas que favorecessem suas respectivas classes. Em outras palavras, buscavam-se políticas macroeconômicas que implicavam manter formas pré-burguesas ou avançar para sociedade burguesa. Além da demanda direta do poder político e econômico, a luta

de classes passava pela luta no plano teórico e das concepções de mundo, ou seja, da ideologia<sup>61</sup>.

Assim, formou-se uma contraposição antitética dessa escola da economia política: a fisiocracia, que se tornara a escola econômica que representava ideologicamente a classe da nobreza frente à burguesia. Em sua concepção, o que gerava valor, tão logo, riqueza, era o trabalho, mas não qualquer tipo de trabalho, mas sim o trabalho agrícola. As outras —classes— seriam parasitas da sociedade, em especial, os comerciantes que —roubavam— parte da riqueza que deveria pertencer ao camponês e a renda da terra. A fisiocracia é uma escola econômica reacionária, pois como o poder político e principalmente econômico deslizava das mãos da nobreza para a nascente burguesia, essa teoria buscava reaver um

---

<sup>61</sup> Pensamos Ideologia de acordo com Lukács, ou seja, concepção de mundo que é capaz de facilitar as mediações entre natureza e homem (trabalho), atuando diretamente na teleologia de primeira ordem, a ideologia também tem que responder as relações entre os homens na teleologia de segunda ordem. A ideologia surge do trabalho como forma de concepção de mundo, mas não se restringe ao trabalho, atingindo também a política (seja a Grande Política ou a Pequena Política), nas expressões artísticas. A ideologia são formas dos homens refletirem (no sentido de reflexo) o mundo, desta forma essa ideologia não necessariamente pode ser um reflexo, mas uma concepção manipuladora do mundo, como os teóricos da decadência ideológica, como o neoliberalismo. Para o Marxista húngaro somente em Marx poderia existir a confluência entre ideologia e ciência, ou seja, o marxismo pode formar uma concepção de mundo a partir da ciência não para justificá-lo, ou manipular a realidade, mas para demonstrar o seu-precisamente-assim do capital e poder realizar uma crítica que remete para outra sociedade para além do capital. Contudo, é importante pontuar que Marx na Ideologia alemã, debatendo com a filosofia clássica alemã, invoca o termo ideologia que exprime falsa consciência, debatendo com tais filósofos demonstra que suas formulações eram equivocadas, não por que eram tolos ou estavam vendendo-se à burguesia, mas porque suas formulações eram unilaterais. Eram unilaterais porque o objeto que analisavam estava pouco desenvolvido, o exemplo que Marx oferece-nos para ilustrar esse fenômeno é a câmara escura onde vemos nossa imagem refletida de forma invertida.

poder que já havia sido perdido no plano econômico, visto que o poder político ainda não rompera com o antigo sistema do capitalismo comercial, período de transição do feudalismo para o capitalismo. O pensador que representou melhor a fisiocracia foi o médico Dr. Quesnay o qual, assim como outros pensadores desta escola, tinha vínculo com a aristocracia fundiária. Muitos deles eram franceses, sendo que até a revolução burguesa tinha sua base econômica na produção agrária. No caso da França,

Da população de 25 milhões de habitantes da França, representavam mais de 95%. E, tal como havia diferença de riqueza e modo de vida entre as classes privilegiadas, também havia diferença entre os sem privilégios. Cerca de 250.000 destes, constituindo a classe média superior, ou burguesa, estavam relativamente bem, em comparação com o restante dos membros do Terceiro Estado. Outro grupo consistia de artesãos vivendo em pequenas aldeias e cidades. Seu número se elevava a 2 milhões e meio. *Todo o resto, cerca de 22 milhões, eram camponeses que trabalhavam na terra.* Pagavam impostos aos Estados, dizimos ao clero e taxas feudais à nobreza (HUBERMAN, 1981: 132-133).

Se por um lado a fisiocracia realizava a defesa descarada da renda da terra, por outro lado, foi a primeira escola a colocar o trabalho como fundamento da riqueza social, isso para o desenvolvimento da econômica política clássica seria fundamental, visto que os argumentos que os fisiocratas sustentavam seriam fundamentais para colocar o trabalho como criador da riqueza material. Poderíamos dizer que a fisiocracia é uma escola de transição entre os mercantilistas e a econômica política (MARX, 2006).

A econômica política clássica pode desenvolver suas concepções mais avançadas em virtude do desenvolvimento da manufatura, do comércio e das relações financeiras, em especial, na Inglaterra. Os pensadores econômicos políticos, que se deslocavam entre o mercantilismo para a economia política clássica, começaram a ocorrer no século XVII para o XVIII, mas somente com Adam Smith essa ciência se desenvolve e se difunde em toda Inglaterra, e depois nos outros países mais desenvolvidos. Smith se diferencia claramente dos outros economistas em virtude do caráter científico de sua obra.

A principal formulação de Smith foi da mão invisível do mercado, pois para Smith o mercado poderia ser o regulador universal da sociabilidade, visto que no primeiro capítulo de sua obra ele afirma a inexorabilidade das relações comerciais como atributo humano, portanto, o mercado não necessitaria da ação do Estado para desenvolver-se. A função do Estado para Smith seria a defesa da propriedade privada, ou seja, a defesa dos ricos contra os pobres, dos donos das propriedades privadas contra os sem propriedade. Smith reconhece que o trabalho é fonte de riqueza social: a partir deste ponto ele imprime as suas formulações, algumas descobertas e/ou ponto de partida para a escola posterior da econômica política e desdobramentos que seriam resolvidos pela —tética da Economia Política—. Abaixo, alguns pontos de suas principais formulações:

1. O aumento da produtividade ocorre com a divisão do trabalho.
2. A divisão do trabalho aumenta ou diminui segundo o tamanho do mercado.

3. O mercado se amplia ao máximo possível pelo comércio livre. Portanto, o comércio livre proporciona a maior produtividade.

Mais uma coisa. O comércio livre entre países representa a divisão do trabalho levada ao seu mais alto ponto. Apresenta as mesmas vantagens em escala mundial que a divisão observada na fábrica de alfinetes de Adam Smith. Permite a cada país especializar-se nas mercadorias que pode produzir a menor custo, e com isso aumenta a riqueza total do mundo.

Mas foi como um revoltado contra a restrição, regulamentação e contenção que apresentamos Adam Smith no começo deste capítulo. Que disse ele sobre a interferência na indústria? Na citação seguinte, condena a interferência governamental e pede a liberdade: Cada sistema que procura, seja pelos estímulos especiais, atrair para determinada espécie de indústria uma parte maior do capital da sociedade do que seria natural; ou pelas restrições extraordinárias, afastar de uma espécie de indústria parte do capital que de outro modo nela seria empregado, é em realidade subversiva ao grande propósito que pretende realizar (HUBERMAN, 1981: 134-135).

Apesar de Smith avançar muito sobre a fisiocracia, ainda não descobriu de onde viria o lucro das empresas? Quais seriam as mediações realizadas através do valor para que mercadoria fosse vendida e todos ganhassem com isso, trabalhadores, capitalistas, renda da terra entre tantos outros? Smith tem uma formulação sobre a lei do valor onde, para ele, a mercadoria era vendida pelo seu valor. O valor para Smith era o capital circulante, matérias primas, força de trabalho<sup>62</sup>, a energia, no caso carvão, e o capital fixo, maquinaria, galpões e

---

<sup>62</sup> Em Smith, não ocorre a diferenciação que Marx faz entre trabalho e força de trabalho, optamos de colocar força de trabalho.

prédios. Esse capital era transmitido para mercadoria integralmente, mas observe com atenção, se o valor para Smith era a soma desses produtos, ou seja, capital fixo + capital circulante, esses meios de produção já tinham um valor antes do burguês comprar e a mercadoria era vendida exatamente pelo mesmo valor, não a novo valor nessa equação. Aqui podemos ilustrar com uma equação de primeiro grau: Capital Fixo + Capital Circulante = nova Mercadoria.

Até agora a pergunta que realizamos acima não foi respondida, de onde viria o lucro? Smith tem uma resposta, o lucro viria da circulação das mercadorias, o burguês vai vender acima do valor da mercadoria. Mas como ele vai poder vender acima do valor da mercadoria – aqui surge a lei da oferta e procura de Smith –, o burguês produz casaco se tiver muitos fabricantes na mesma localidade, ou muitos comerciantes de casaco a oferta de casaco excede a necessidade de casaco, neste caso, quem possuir casaco vai ter que vender abaixo do valor do casaco. Resta ao fabricante em vender sem lucro, ou com prejuízo, ou não vende. Caso o vendedor de casaco seja o único produtor ou distribuidor de casaco, ele pode vender pelo preço mais caro possível. É por esse preceito que Smith é contra os monopólios e a favor da livre concorrência, desta forma o Estado não pode intervir na economia. A lei de valor de Smith torna-se o pilar que dá sustentação a suas formulações teóricas.

A revolução industrial em curso na Inglaterra vai sustentar a economia política clássica, sendo que Smith foi o primeiro grande pensador desta ciência, que buscava desvendar as relações de produção. A partir de Smith, vários pensadores o sucederam, ora como



divulgadores de sua obra, ora como opositores a suas formulações. Assim surgiram economistas políticos, e apologéticos, como Malthus, James Mill McCulloch, Sênior e John Stuart Mill. O último suspiro de cientificidade da economia política clássica foi dado por David Ricardo.

David Ricardo é considerado por grande parte de economistas e críticos da economia política clássica o mais importante representante. Era um judeu que vivera boa parte de sua vida em Londres e, com seus estudos, obteve enorme fortuna nas ações da Bolsa. Sua principal obra foi *Princípios da Política Econômica e Tributação*, publicado em 1817. Esse autor influenciou não somente as escolas econômicas posteriores, mas também a direção do governo inglês a favor da derrubada da taxa imposta aos cereais estrangeiros, matéria básica da alimentação dos operários. Ricardo foi um pensador da política econômica clássica que tocou em questões candentes em sua época e avança em relação às escolas econômicas anteriores.

A primeira formulação que vamos apresentar, pois para nosso trabalho é de fundamental importância, é —alei férrea dos salários”. Muitos economistas políticos há muito tempo buscavam debater os salários, mas poucos procuraram interpretar o ser-precisamente-assim do salário, pois muitos partiam da concepção do que o salário deveria ser. Para Turgot: "O trabalhador simples, que depende apenas de suas mãos e sua indústria, não tem senão a parte de seu trabalho de que pode dispor para os outros. Vende-a a um preço maior ou menor; mas esse preço alto ou baixo não depende apenas dele; resulta de um acordo que fez com a pessoa que o emprega” (HUBERMAN, 1981: 185). Para Turgot, o empregador busca pagar sempre o mesmo possível para o trabalhador,

isto ocorre por que o trabalhador está em desvantagem em relação ao burguês, pois quando o trabalhador chega ao mercado de trabalho ele encontra uma concorrência que o impossibilita de reivindicar um salário justo. Neste ponto, as concepções de Turgot e Smith se aproximam quando se trata do trabalho em decorrência do excedente de força de trabalho no mercado e chegam a conclusões muito próximas: —Entoda espécie de trabalho deve acontecer, e na realidade acontece, que os salários do trabalhador se limitam apenas ao que é necessário à mera subsistência” (idem). As concepções de Ricardo avançam sobre essa temática:

Ricardo desenvolveu a idéia, e por isso a lei de ferro dos salários está ligada a ele. Assim, afirma que o trabalhador ganha apenas o salário necessário para manter vivos a ele e à família. "O preço natural do trabalho, depende do preço do alimento, necessidade e conveniências necessárias à manutenção do trabalhador e sua família. Com um aumento no preço dos alimentos e das necessidades, o preço natural do trabalho se eleva. Com a queda o preço natural do trabalho cai." Mas eu e o leitor sabemos que há épocas em que os trabalhadores recebem mais do que o necessário para viver, e outras em que recebem menos. Ricardo leva isso em conta. Distingue entre o "preço do mercado" do trabalho e seu preço natural: "O preço do mercado do trabalho é o preço realmente pago por ele, resultado da operação natural da proporção entre a oferta e a procura: o trabalho é caro quando escasso, e barato quando abundante. Por mais que o preço do mercado do trabalho se possa desviar de seu preço natural, ele tem, como as mercadorias, a tendência de se conformar a ele."

Para mostrar a exatidão dessa última frase, de que o preço do mercado tende a se conformar ao preço natural, Ricardo toma emprestada uma folha do

livro de Malthus. Diz que quando o preço do mercado é alto, quando os trabalhadores recebem mais do que o bastante para a manutenção de suas famílias, então a tendência é aumentar o tamanho dessas famílias. E o aumento do número de trabalhadores reduzirá os salários. Quando o preço do mercado é baixo, quando os trabalhadores recebem menos do necessário para manter as famílias, então seu número se reduz. E um número menor de trabalhadores eleva os salários. Essa, pois, a lei de salários de Ricardo - com o tempo, os trabalhadores não poderão receber mais que o "necessário para lhes permitir viver e perpetuar a raça, sem aumentar nem diminuir." (HUBERMAN, 1981: 186)

As formulações teóricas de Ricardo têm alguns avanços em relação aos outros pensadores em decorrência do período de amadurecimento da revolução industrial que este pensador econômico político vivera, foi um defensor do livre comércio. Ao contrário de muitos pensadores, era um homem de ação, atuando mesmo como membro da câmara dos comuns, ou seja, elegeu-se parlamentar. E suas doutrinas econômicas apontam que Ricardo estava no centro do debate político e econômico político de seu tempo. Caso lapidar é a teoria da renda da terra. Concordamos com Leo Huberman que para demonstrar a teoria da renda da terra de Ricardo é preciso reportar a contenda entre a burguesia industrial frente os rentistas fundiários em relação à taxa protecionista dos cereais ingleses, em especial o trigo.

Em Ricardo, a lei do valor trabalho ganha categorias mais rigorosas, a —aplicação” da sua análise é perceptível na renda da terra, ou seja, na produtividade do trabalho e a quantidade de trabalho para a terra menos fértil era maior que a terra mais fértil. Contudo, Ricardo tem

ainda uma incompletude na sua teoria do valor de onde vinha o lucro, para ele, o trabalho gerava a riqueza material, e observava que o valor pago aos trabalhadores era diferente do valor por eles criado e não avançava. A resposta de Ricardo sobre o valor ainda era confusa, pois devido a luta pelo livre mercado e o ponto de vista da sociedade burguesa, não chegou a radicalidade do valor. Pois se por um lado seu conhecimento possibilitava a compreensão da mais-valia, observando que o valor pago em salários era menor que o valor criado pelo trabalhador, por outro lado essa incompletude da teoria do valor em Ricardo armou a teoria marginal.

Antes de seguir, corroboramos um preceito fundamental da economia política clássica que descobriu que o trabalho é a única fonte para a produção da riqueza social.

Os primeiros estudos sobre o valor ocorreram na Grécia, em especial, com Aristóteles que chegou a fazer descobertas significativas acerca do valor como, por exemplo, sua forma equivalente. A pergunta que instigava Aristóteles era como saber como dois homens podiam trocar —5camas = 1 casa, o que não distingue de 5 camas = tanto de dinheiro” (MARX, 2008: 81). A resposta de Aristóteles foi à direção certa: deveria haver um mesmo elemento nas 5 camas e na casa que poderia equalizá-las, contudo, o filósofo grego não poderia chegar no trabalho, pois os trabalhadores na Grécia não eram considerados cidadãos e, portanto, sua força de trabalho era diferente: —o elemento valor trabalho esbarrava ao Aristóteles pela falta de um conceito de valor que ele mesmo desconhecia” (MARX, 2008: 81-82).

A lei do valor trabalho poderia ter possibilidade de ser desvendada na sociedade burguesa em decorrência do renascimento do comércio e da produção global, quebrando as barreiras impostas pelo Feudalismo. E mais, somente poderia chegar na teoria valor trabalho quando os produtores diretos de valor fossem considerados —*livres*— para produzir e vender sua força de trabalho.

Eis que surge uma ciência capaz de dar algumas respostas aos dilemas da nova forma de produção: a Economia Política Clássica. Adam Smith identificou que a riqueza de uma nação se dava pelo trabalho, avançando em larga medida nas teorias dos fisiocratas que tinham apreensão unilateral do trabalho.

Cabe pontuar que a economia política clássica teve mais um salto qualitativo quando surgiram os escritos de David Ricardo que avançou nas teorias de Smith. Todavia, a teoria do valor-trabalho seria lapidada nas mãos de Marx. A crítica marxiana aos economistas políticos clássicos deveu-se, sobretudo, pelo método empregado pelos economistas. Assim, fazem-se necessários apontamentos da crítica marxiana aos economistas políticos e sua análise teórico-metodológica da sociedade burguesa.

A economia política partiu de um fato econômico e político no seu método analítico, o que remonta as formas anteriores de produção para deduzir toda história. Ela volta ao passado mítico, onde teve que supor como era o caminho necessário para desenvolverem as trocas, desta forma, a economia política não realizou as mediações necessárias para compreender o desenvolvimento da sociedade burguesa como um

processo necessário do desenvolvimento da forma valor como expressão do trabalho estranhado.

Ao se observar as formas pretéritas, os laços de união eram mais espessos, ou seja, o indivíduo estava colado no seu gênero e não poderia se desligar de sua tribo ou de seu clã sob o risco de não poder se reproduzir nem fisicamente, ao passo que o ser autônomo da sociedade foi fruto das relações burguesas e, portanto, qualquer forma de equalizar as sociedades pré-burguesas com a sociedade burguesa poderia resultar em erros analíticos graves. Até a emergência da sociedade burguesa o indivíduo e o gênero humano, enquanto coletividade, não estavam totalmente contrapostos, mas: —com a sociedade burguesa, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados como necessidade exterior” (MARX, 2011: 40).

A Economia Política, por sua vez, naturaliza as relações de produção. Em larga medida, é devido ao seu ponto de vista ser fixado na sociedade burguesa, mas, além disso, é sob seu processo analítico que repousa todo o problema — pelo processo de abstração razoável, que ao falar em produção suprime as especificidades históricas e observações apenas à produção em sentido estrito e tomam as relações de produção como eternas por não observarem a especificidade da produção ao longo da história. Cabe neste momento abordar acerca da crítica marxiana aos conceitos levantados pela economia política clássica antes de debatermos a teoria do valor que Marx apresentou, neste caso podemos recorrer à introdução de 1857.

A economia política clássica observa a sociedade burguesa analisando as manifestações econômicas em separado, como a produção,

a distribuição e a circulação. Para Marx, a produção não apenas é a indústria mas, uma totalidade com outros elementos particulares, como a agricultura, a pecuária, a circulação, a manufatura etc. Ao demonstrar os procedimentos metodológicos da economia política clássica, perpassa por uma abstração razoável, uma forma de analogias que suprime as diferenças em cada modo de produção. Segundo Marx, a economia política homogeneiza os processos históricos:

Por exemplo, o escravo, o servo e o trabalhador assalariado, todos recebem uma certa quantidade de alimentos que lhes permitem existir como escravos, servos e trabalhadores assalariados. O conquistador, que vive do tributo, ou o funcionário, que vive da renda, ou o monge, que vive da esmola, ou o levita, que vive do dízimo, todos recebem uma cota da produção social determinada por leis diferentes das que determinam a cota dos escravos etc. (MARX, 2011: 43).

Falar da produção é falar de apropriação da natureza (trabalho), portanto é propriedade, mas é ridículo ao falar de produção e apropriação como propriedade privada. A reprodução social necessariamente passa por uma forma de propriedade. Cada modo de produção que tem sua forma de propriedade obtém uma forma de relações jurídico-social. Ao abstrair as especificidades do objeto, percebe-se que há em larga medida a relação social.

A produção é para Marx o trabalho, relação com a natureza que busca atender as necessidades sociais. Esta produção vai necessitar da distribuição, ela determina a cota parte que cada indivíduo recebe da produção. O consumo, a cota parte que os indivíduos receberam da

distribuição, que por sua vez foi produção. Após chegar no consumo os indivíduos podem desfrutar do produto do trabalho. O que os economistas políticos clássicos tratam em separado, é na verdade uma unidade, tratando de modo mais rigoroso uma totalidade, um complexo de complexo, onde nenhuma parte é simples ou irreduzível (LUKACS, 2012). De acordo com Marx:

Os adversários dos economistas políticos – seja do interior, seja do exterior de seu âmbito –, que os censuram pela *bárbara cisão* daquilo que é relacionado, estão no mesmo terreno deles ou mesmo em nível inferior ao deles. Nada é mais corriqueiro do que a censura aos economistas políticos por conceberem a produção exclusivamente como fim em si. A distribuição será igualmente importante. Tal crítica esta baseada precisamente na ideia econômica de que a distribuição reside ao lado da produção como esfera autônoma e independente. Ou no fato de que os *momentos* não seriam *concebidos em sua unidade*. Como se dissociação não fosse passada da realidade, e como se aqui se tratasse de um nivelamento *dialético* de conceitos e não da concepção de relações reais! (MARX, 2011: 45).

Aqui reaparece a teoria do reflexo, apontada por Lênin e Lukács. A unidade dialética ocorre na própria produção, há consumo, desgaste de energia humana e meios materiais de produção, máquinas e ferramentas, bem como matéria prima, que é o consumo produtivo. Ou seja, no próprio ato de produção tem em si o consumo. Mas no consumo tem-se sua unidade com a produção. O consumo realiza a produção, primeiro criando o objeto da produção e com isso o consumo pode realizar-se. E mais, sem o consumo o objeto produzido não passa de



potência, ou da *dynamics*. E ao consumir, cria nova necessidade de produção:

Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade. Cria os objetos da produção em uma forma ainda subjetiva. Sem necessidade, nenhuma produção. Mas o consumo reproduz a necessidade. (MARX, 2011: 46-47).

Ao determinar a reciprocidade da produção frente ao consumo, Marx pôde observar elementos subjetivos e objetivos: primeiro, a produção tem de fornecer o objeto de consumo para o consumidor, os indivíduos; segundo, a produção tem uma relação recíproca com o consumo, pois a nossa fome de comer carne assada com garfo e faca, é diferente da fome do selvagem que come a carne com unhas e dentes.

A economia política clássica analisa as relações entre salário, capital, renda da terra e juros. A economia política contrapõe como determinante a distribuição em relação à produção, pois, na distribuição, o trabalhador assalariado nasce como tal. A economia política toma a categoria capital e renda fundiária como eternas. Marx pensa a distribuição permeada pelas relações sociais:

1) distribuição dos instrumentos de produção; e 2) distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação (subsunção dos indivíduos sob relações de produção determinadas). A distribuição dos

produtos é manifestamente apenas resultado dessa distribuição que está incluída na própria produção e determina a articulação da produção (MARX, 2011: 51).

Após demonstrar o que é a produção, Marx pode concatenar a circulação e sua determinação dada pela troca dos produtores individuais, pela divisão do trabalho e em decorrência de tal processo é concatenada pela produção. Para a análise marxiana, pode-se chegar à conclusão de que produção e distribuição, troca e consumo não são idênticos —mas todos eles são membros de uma totalidade” (MARX, 2011: 53). A reprodução social necessariamente passa por uma forma de propriedade. Cada modo de produção tem sua forma de propriedade e obtém uma forma de relações jurídico-social. Ao abstrair as especificidades do objeto percebe-se que em larga medida eterniza-se a relação social.

Deixando de lado os equívocos analíticos que pertencem à economia política clássica é importante demarcar um ponto particular desses pensadores: todos em larga medida eram cientistas sinceros subjetivamente, visto que em alguns casos a falta do desenvolvimento capitalista em sua totalidade, impedia a proposição de respostas mais elucidativas das questões que estavam postas para economia política, além da necessidade da defesa da sociedade burguesa frente aos resquícios do feudalismo como a fisiocracia e o mercantilismo como ideologias anacrônicas. Por esses motivos, a economia política clássica era um enorme avanço na teoria social, basta pensar o avanço que a sociedade burguesa é em relação ao antigo regime feudal.

Entretanto, a luta de classes no período em que Smith e Ricardo escreveram, não estava totalmente latente, daí resulta a forma unilateral das suas teorias. Porém, a burguesia não combinou com a classe trabalhadora que poderia explorá-la<sup>63</sup>, aviltá-la, adoecê-la e, quando não, dizimar a sua vida, nem lhes disse que deveriam ficar calados, submissos e subservientes aos seus desejos, prova disto, é que tão logo as contradições da sociedade capitalista se desenvolvessem, os trabalhadores iriam revoltar-se. A partir desse momento, a classe trabalhadora no movimento de classe para-si começa a ameaçar a hegemonia da classe burguesa e, a base material da cientificidade desta iria ruir a partir de 1848, quando a primeira revolta do proletariado pôs em risco o poder burguês; e mais, demonstrou à classe burguesa que os métodos que até então utilizavam para dominar aquela classe, não eram mais suficientes. Deste processo, resultou a decadência ideológica da economia burguesa que já era percebida por Marx no primeiro posfácio de O Capital, onde expôs as características principais da tese da decadência ideológica:

---

<sup>63</sup> Fazemos aqui uma parábola a uma fala de Mané Garrincha. Essa história tem como palco o jogo entre Brasil e União Soviética da copa do mudo de 1958. Segundo tal parábola, o técnico da seleção brasileira da copa de 1958 solicitou ao atacante das pernas tortas jogar na ponta direita do campo e atacar o lateral esquerdo da equipe soviética. Sua incumbência era de driblar o lateral esquerdo e cruzar para algum jogador finalizar ao gol. Quando o técnico acabara de dar a ordem, Garrincha perguntou se tivera já havia combinado com o lateral esquerdo do time adversário que poderia driblá-lo e fazer o cruzamento certo. Por que narramos essa parábola? Para demonstrar que na luta por objetivos antagônicos há mediações que pertencem a prática social, portanto, transcendendo o discurso que apenas cabe a teoria resolver os problemas que pertencem *também a prática social*.

Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, ou que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética. Todavia, mesmo aqueles importunos folhetos que a liga contra a proteção aduaneira aos cereais, chefiada pelos fabricantes Cobden e Bright, lançava aos quatro cantos, possuíam, se não um interesse científico, pelo menos um interesse histórico, pela sua polêmica contra a aristocracia proprietária de terras. Mas, desde Sir Robert Peel, desapareceu, com a legislação livre-cambista, esse último estimulante da economia vulgar. Repercutiu também na Inglaterra a revolução continental de 1848. Aqueles que ainda zelavam por sua reputação científica e não queriam passar por meros sofistas e sicofantas das classes dominantes procuravam harmonizar a economia política do capital com as reivindicações do proletariado, agora impossíveis de ignorar. Surge assim um oco sincretismo que encontra em Stuart Mill seu mais conspícuo representante. É a declaração de falência da economia —burguesa”, que o grande erudito e crítico russo M. Tschernychwki pôs magistralmente em evidência na sua obra *Esboço da economia política segundo Mill* (MARX, 2008: 24).

Aqueles que não se venderam como mediócras, tornaram-se sicofantas e sofistas do conhecimento como a escola de Mill, a qual queria conciliar o inconciliável: os interesses da burguesia e do

proletariado e lógico, desde que não reivindicasse uma não identificação com a Revolução Social Radical.

A importância deste fato acerca da teoria da decadência ideológica é que não somente ecoou nas escolas econômicas da segunda metade do século XIX, vindo a ser percebido até hoje, resultado da fragmentação que separou a economia da política, mas isso repercutiu nas formas de compreensão do objeto estudado.

As Ciências Sociais, desde a sociologia, antropologia, ciência política, entre tantas formas de suas derivações e especializações, tem sempre buscado, consciente ou até inconscientemente, ofuscar, apagar e subdimensionar a luta de classes como dinâmica movente e movida da sociabilidade burguesa. Ora, se partimos da possibilidade de que pode ocorrer a confluência das aspirações da classe trabalhadora com a da classe burguesa, podemos conceber partindo de uma lógica linear, muito útil a classe burguesa, que uma produção de carnes que gera desgaste do operariado, pode ser corrigida nesta sociedade desde que o patrão disponibilize os equipamentos de segurança adequados, e o trabalhador os utilize corretamente, sem danificar, é claro, visto que custa o sagrado dinheiro do patrão e logo, não se acidentaria ou não iria adoecer do trabalho. Não negamos que muitos que pensam tal pretensão são de boa índole, ou seja, não são corsários da burguesia, mas sim pessoas bem intencionadas que de fato querem o bem-estar dos trabalhadores, além disso, cabe pontuar que mesmo que um dia a humanidade tenha a sorte de se emancipar do capital, a utilização de equipamentos para proteção dos trabalhadores será mais racional e acreditamos que mais eficiente.

A importância de demonstrar historicamente a evolução da economia política se dá em razão de que compreendemos que em Marx não há uma continuidade com uma teoria econômica, mas um salto qualitativo que coloca Marx em outro patamar, visto que em decorrência do seu método já difere largamente da economia política. Ao observar sua obra, observamos que esse teórico demonstra uma verdadeira ontologia do ser social, ou seja, a gênese do desenvolvimento do ser social em si tornando para si a possibilidade da superação da alienação/estranhamento do ser social se apresentando na história humana.

Aproveitando a oportunidade, Marx não foi um simples estudioso da sociedade burguesa que ficou anos estudando na biblioteca de Londres tranquilamente e um dia saiu da biblioteca caminhando a levar seus manuscritos para impressão. Para infelicidade de muitos acadêmicos ditos marxistas, este sujeito foi um comunista, fato muito apagado hoje por muitos estudiosos marxistas, sua teoria servia para armar o proletariado<sup>64</sup> para se projetar para uma sociedade para além do salário e da exploração. Marx lutou junto com os trabalhadores, fundou e presidiu a Associação Internacional dos Trabalhadores, saiu em defesa da Comuna de Paris, trabalhou com os Russos na formação de quadros dirigentes do proletariado, na juventude foi fundador do Partido Comunista, cujo manifesto foi escrito por ele e Engels, auxiliou os exilados alemães na Inglaterra, etc.

---

<sup>64</sup> Importante retomar a distinção feita acima que o marxismo é a única possibilidade da confluência possível entre ideologia e ciência. Marx ao identificar no proletariado o ponto de vista da humanidade social, não subjuga suas análises aos anseios da classe trabalhadora.

Dito isso, podemos retornar a tese da decadência ideológica da burguesia. Iremos reproduzir alguns trechos das respostas às denúncias apresentadas no capítulo 3, extraídas da página do Repórter Brasil no link Moendo Gente.

As empresas, em suas notas sobre os acontecimentos, demonstram sua versão dos acontecimentos. As respostas que vamos trazer são da Marfrig – pois citamos denúncias do MTE sobre o desrespeito à saúde dos trabalhadores, além de ser ela concorrente dos frigoríficos de Barretos – e também da JBS Friboi. Ambas questionam a legislação trabalhista que leva ao exagero os números apresentados. Abaixo o trecho da nota da JBS Friboi:

Além disso, o litígio judicial de âmbito trabalhista é prática corriqueira no Brasil, sendo registradas cerca de 2 milhões de novas ações por ano, para uma força de trabalho de cerca de 100 milhões de pessoas, ou 20 novas ações na Justiça por ano para cada 1.000 empregados. Apenas como exemplo, somente na cidade de São Paulo são 90 varas dedicadas exclusivamente a julgar conflitos trabalhistas.

Esse número de ações trabalhistas é dezenas de vezes superior ao da maioria dos países desenvolvidos, e cerca de 1.000 vezes maior que o número de ações relativas ao trabalho no Japão, por exemplo. É comum encontrar-se na mídia referência de que o Brasil é recordista mundial em ações trabalhistas. Portanto, ações de natureza trabalhista são parte usual da vida das empresas instaladas no Brasil, ainda que sigam estritamente todas as previsões legais, o que é o caso da JBS. Todas as multinacionais que operam no Brasil conhecem o quanto esta realidade é

diferente. A JBS, como um dos maiores empregadores do Brasil, com cerca de 55.000 funcionários no país, não estaria imune a esta realidade<sup>65</sup>.

A outra empresa que apresentamos as denúncias é a Marfrig, em sua nota a empresa apresenta sua justificativa:

A Empresa, por tudo o que aqui expôs, é favorável, apoiadora e participante ativa da discussão contínua, ampla e aprofundada da legislação trabalhista, envolvendo todas as partes interessadas no tema.

Em prol de todos os interessados na sustentabilidade do negócio e de suas consequências econômicas, ambientais e sociais, a Marfrig sempre apoiará as soluções que propiciem o melhor equilíbrio entre todos os aspectos da sua atividade.

Certos de termos fornecido as informações necessárias para realização do trabalho, desejamos que o relatório a ser elaborado pela Repórter Brasil venha contribuir de forma efetiva para o pleno e amplo entendimento de todos os aspectos relacionados ao tema<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Disponível em <http://moendogente.org.br/#lat=-15.978408846305909&lng=-49.881663489746245&zoom=5> acessado em 10 de Março de 2013, as citações a seguir quando se relacionam ao grupo JBS Friboi podem ser acessadas neste mesmo endereço eletrônico.

<sup>66</sup> Disponível em <http://moendogente.org.br/#lat=-25.70983876989266&lng=-54.451975989746245&zoom=5&p=625> acessado em 10 de Março de 2013, as citações a seguir quando se relacionam ao grupo Marfrig podem ser acessadas neste mesmo endereço eletrônico.



O que observamos no discurso do Grupo JBS Friboi: o problema das denúncias que recebe da procuradoria do trabalho é, em virtude, de um ambiente cultural em que os trabalhadores sempre recorrem à justiça para reclamar seus direitos e por isto seria vítima de grandes denúncias sobre questões trabalhistas. A Marfrig não questiona a situação das ações trabalhistas, mas, o que está no fundo deste discurso é que o trabalhador é culpado de tantas ações trabalhistas, discurso muito recorrente no empresariado brasileiro como podemos observar na fala do presidente da CNI: —~~N~~ dia 25 de abril de 2012 o jornal O Estado de São Paulo publicou artigo redigido por Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sob o sugestivo título “Custos trabalhistas asfixiam a indústria” (GOMES, 2012). Ainda no mesmo artigo do presidente da CNI acredita que deveria flexibilizar a legislação trabalhista para o bem da indústria nacional, segundo Robson de Andrade (apud GOMES, 2012): —Sem prejuízo dos direitos trabalhistas, governo, Congresso e Justiça precisam racionalizar a estrutura de custos do trabalho. Os sindicatos de trabalhadores e de empregadores estão abertos ao diálogo para construir alternativas”.

As falácias vão além desse discurso, o que está no fundo disso é o julgamento de que a classe trabalhadora é culpada por ter direitos em excesso e/ou qualquer motivo recorrem ao judiciário para reclamar de direitos, que segundo as empresas, nos países ricos a classe trabalhadora não reivindica.

A seguir, as empresas frigoríficas vão demonstrar que as doenças laborais e acidentes do trabalho não deveriam ocorrer ou que os dados da pesquisa estão equivocados:

Antes de comentar especificamente os casos mencionados envolvendo a JBS, entendemos ser necessário contextualizar corretamente a questão de ações trabalhistas no Brasil. A JBS implantou há mais de dois anos um sistema internacionalmente reconhecido, chamado Sistema de Tempos por Movimentos Pré-determinados (STMP). *Esse método permite que seja calculado o tempo utilizado em cada tarefa dentro das unidades, levando em consideração o número de repetições de movimentos, a complexidade de cada movimento e o tipo desses movimentos, entre outros fatores. Dessa forma, é possível determinar o volume de trabalho de cada colaborador de uma forma saudável e seguindo critérios internacionalmente aceitos e reconhecidos.*

A implantação do STMP envolve ainda o treinamento constante dos colaboradores de todas as unidades da companhia, de forma a que todos estejam constantemente informados e orientados a realizar de forma segura e saudável suas tarefas. *O sistema fez com que algumas tarefas tivessem que ser ajustadas ao longo dos últimos dois anos e, em alguns casos, o número de contratações teve que ser elevado uma vez que houve uma redução do volume de tarefas atribuídas a cada colaborador.*

A segurança do trabalho para a JBS é um compromisso não-negociável. A companhia adota rígidas políticas de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), realizando constantes e elevados investimentos nessa área. A preocupação com a segurança do trabalho na JBS é tão grande que esse é um item de grande peso na composição da remuneração variável das lideranças da companhia.[...]

#### **4) Acidentes de Trabalho**

A JBS, em linha com as melhores práticas no mundo, trabalha permanentemente na melhoria das condições de suas unidades, no treinamento e conscientização dos empregados, e em práticas seguras para redução e prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. *A redução do número de acidentes por horas trabalhados é meta básica de todas as nossas unidades industriais, monitorada de acordo com padrões muito rígidos. A empresa controla e estabelece objetivos de taxa de frequência de acidentes reportáveis, taxa de frequência de acidentes com afastamento e dias de trabalho perdidos por acidentes.* Estas taxas permitem monitorar os avanços tanto na redução do número de acidentes e também da gravidade dos mesmos, objetivo primordial de qualquer programa de segurança do trabalho.

Como regularmente comprovado pelas auditorias de nossos clientes, a JBS fornece todos os EPI's e os equipamentos de proteção coletivos necessários e exige o seu uso, investe na melhoria das instalações e mantém excelente nível de organização interna. Além disso, oferece programas específicos para prevenção de problemas de saúde associados à natureza do trabalho, como por exemplo, a ginástica laboral diária, ainda que não exigida legalmente, etc.

***Toda essa preocupação com a saúde e segurança de nossos empregados, associado a um trabalho constante e efetivo, tem contribuído para redução dos índices de acidentes. Somente em 2011, reduzimos em 15% a taxa de frequência de acidentes na empresa.***

O grupo Marfrig também tem um programa de organização de trabalho e prevenção de acidentes:

Com referência à solicitação de informações para produção de reportagem sobre “*problemas trabalhistas nas plantas industriais das principais*

*empresas exportadoras de carne do país*”, seguem esclarecimentos do Grupo Marfrig:

**1. Sobre o Grupo Marfrig, suas relações com os funcionários e o cumprimento da legislação.**

As relações do Grupo Marfrig com seus funcionários e com os órgãos responsáveis pela normatização e fiscalização das leis trabalhistas são norteadas pelo Código de Ética do Grupo Marfrig, que é aplicado em todas as unidades da Empresa, presente hoje em 22 países e com 87 mil funcionários, sendo 48 mil no Brasil. O documento é de conhecimento e acesso público e todos os funcionários recebem um exemplar ao ingressar na Empresa.

Entre outros, o Código de Ética do Grupo Marfrig determina o tipo de comportamento exigido dos colaboradores com o objetivo de manter as relações humanas internas e externas em patamar elevado, assegurando a manutenção da reputação da Empresa na condução dos seus negócios e processos. O Código de Ética do Grupo Marfrig formaliza a conduta da Empresa com seus clientes, consumidores, empregados, acionistas, fornecedores, poder público e sociedade.

A integridade, cerne da conduta prescrita para todos os funcionários do Grupo Marfrig, exige uma atuação de retidão, legalidade, honestidade e transparência em todos os atos praticados pela Empresa. Além disso, o Grupo Marfrig estabeleceu seu compromisso público de aderir às convenções éticas universais, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Declaração das Convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) para os princípios e direitos fundamentais do trabalho no âmbito aderido pelo Governo brasileiro e os Princípios Diretores da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Especificamente no Brasil, a empresa pratica integralmente os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros, como o Pacto de

Erradicação do Trabalho Escravo, do Instituto Ethos, entidade a qual a Empresa apoia.

Neste contexto, o corpo diretivo do Grupo Marfrig mantém os seguintes compromissos com a Empresa frente os seus funcionários:

- *Respeitar, escutar e tratar todos adequadamente. Todo empregado deve receber um tratamento justo e profissional.*

- *Empenhar-se para garantir um ambiente de trabalho seguro, comprometendo-se a adotar todas as medidas necessárias de prevenção de acidente do trabalho, incluindo-se a prevenção de doenças do trabalho.*

- *Facilitar e estimular os empregados a participarem nas ações de qualidade de vida e de medicina preventiva.*

- *Assegurar as condições mínimas necessárias para garantir a proteção ao meio ambiente e a prevenção da poluição.*

- *Exercer uma postura proativa fundamentada na sua Estratégia de Sustentabilidade, contribuindo para o crescimento da consciência socioambiental e econômica.*

- *Ser um agente de treinamento e de desenvolvimento junto aos empregados.*

Sempre com base neste conjunto de valores, quando confrontadas com determinações dos órgãos fiscalizadores, as empresas do Grupo Marfrig acatam e implementam tais determinações. Quando entende estar em conformidade com a lei, a Empresa recorre às instâncias superiores, exercendo seus direitos com a conduta também prescrita em seu Código de Ética.

*Em virtude deste exposto, a Empresa pode assegurar que sua atuação é firme e consistente no cumprimento das leis e regulamentos vigentes no país. Também, que não tolera atos de exploração de mão-de-obra, abuso de poder ou qualquer tipo de perversidade que atinja a dignidade dos funcionários e disponibiliza canais de comunicação que permitem a qualquer colaborador que se sentir lesado por atos*

*relacionados à Companhia denunciar sob condição de anonimato.* A Empresa não exerce qualquer tipo de influência junto aos seus funcionários ou organizações para dificultar ou impedir o seu acesso ao sistema público judiciário.

## **2. Sobre a Segurança do Trabalho e a Saúde dos funcionários do Grupo Marfrig**

A Empresa entende e atua de forma que as suas precauções quanto à segurança do trabalho e a saúde dos seus trabalhadores reflitam o respeito ao bem mais precioso do negócio, que é a vida. O compromisso com a segurança no trabalho é de todos os funcionários, sem qualquer exceção. Por isso, a Empresa é rigorosa na exigência das normas de segurança e saúde e na apuração das causas de acidentes, priorizando, para obter os resultados desejados, ações de prevenção, sem deixar de adotar medidas administrativas e disciplinares cabíveis em determinados casos, sempre para assegurar a observância da segurança plena. A questão da segurança no trabalho é um compromisso individual e coletivo, extensivo aos fornecedores e prestadores de serviço, cabendo, notadamente, a cada gestor e líder a permanente manutenção desse valor em todas as atividades da Empresa. [...]

***A Empresa é firme no propósito de exigir dos empregados a prática correta dos processos de trabalho, para que a segurança e saúde sejam de fato um bem comum e de responsabilidade de todos. Também espera que os empregados participem dos programas de qualidade de vida e saúde, com a mesma responsabilidade.***

Saúde, Segurança e Saúde Ocupacional fazem parte dos pilares da Estratégia de Sustentabilidade da Marfrig, na sua dimensão estratégica social.

[...] Entre ergonomistas, médicos, enfermeiros, engenheiros e técnicos de segurança, fisioterapeutas e fonoaudiólogos, o Grupo Marfrig tem hoje no Brasil 434 profissionais trabalhando exclusivamente para a Segurança e Saúde Ocupacional dos trabalhadores. Em 2011, os

investimentos nesta área no país foram de R\$ 25 milhões. A Política de Saúde, Segurança e Saúde Ocupacional é aplicada em todas as unidades industriais e, continuamente, se observa uma redução anual do número de acidentes e afastamentos por problemas relacionados com a operação fabril. Todas as unidades produtivas da Marfrig no Brasil são auditadas e possuem KPI's demonstrando essas performances. Várias unidades produtivas são certificadas pela norma OSHA 18000 [...]

**Pelo disposto, a Empresa pode assegurar que não existe em suas operações qualquer tipo de sonegação de recursos e de informações que possam comprometer a legitimidade na execução destes compromissos assumidos com a Segurança e Saúde dos seus trabalhadores.**

[...] **4. Medidas adotadas para aprimorar a organização do trabalho**

A Marfrig tem buscado e evoluído na implementação de ações que visam reduzir os possíveis impactos na segurança e saúde dos funcionários. As estatísticas comprovam que o número de afastamentos por doenças ocupacionais e acidentes de trabalho vem diminuindo ano a ano nas operações no Brasil. A implementação de pausas regulares nos setores onde há riscos ergonômicos, devidamente estudados e identificados através de laudos elaborados por especialistas do setor, são procedimentos presentes nas suas plantas. Os treinamentos aos funcionários com relação às posturas corretas nos postos de trabalho vêm sendo cada vez mais aprimorados. [...] Com relação à Segurança do Trabalho, a empresa vem implementando instrumentos mais sofisticados de análise de acidentes, com o objetivo de identificar e eliminar as causas raiz e o compartilhamento da análise com as outras unidades do grupo, visando atuação preventiva e a implementação de diálogos periódicos de segurança em todos os setores da empresa. O uso contínuo de ferramentas de comunicação vem elevando a conscientização das

situações que podem apresentar algum risco, reduzindo o potencial dos acidentes. Também, vem aprimorando a realização de treinamentos padrões de segurança no trabalho e a realização anual de auditorias internas para avaliação de atendimentos às normativas de Segurança e Saúde no Trabalho.

### **5. Sobre proatividade**

A atuação preventiva é constante e histórica na Empresa. Prevenção é, comprovadamente, a maneira mais inteligente de atuar sobre todos os aspectos de Saúde e Segurança do trabalhador. Exemplo disto é que pausas ergonômicas foram implementadas bem antes da atuação do MPT. Também, a contratação de consultores especializados e internacionalmente reconhecidos para elaboração de laudos técnicos consistentes de ambiente laboral, base dos estudos e tomadas de decisão [...].

Dentre os Programas de Saúde e Segurança, destacam-se o de gestão participativa através do Comuniquê SST (formulário onde os funcionários informam situações de condições inseguras e recebem o retorno da Empresa), os comitês de ergonomia, as campanhas mensais de SST, a Semana da Saúde Ocupacional, Escola Aprendendo a Trabalhar com Segurança, o Projeto Atitude Segura e o compartilhamento constante das melhores práticas de SST, programas estes adicionais aos atendimentos legais, como espaço confinado, trabalho em altura, proteção respiratória, ergonomia, programa de segurança na manipulação de químicos, trabalhos a quente, permissões para trabalhos especiais e análise preliminar de risco em máquinas e equipamentos e Plano de Atendimento de Emergência.

Elas alegam que a política da empresa é o bem-estar de seus —colaboradores”, ambas estudaram minuciosamente a forma mais adequada de explorá-los, a JBS Friboi alega que, com o novo modelo de



produção foi obrigada até a contratar. Agora paira uma contradição, o aumento da contratação foi por conta da reorganização do local de trabalho, ou pelo grande aumento da produção? Segundo a Revista Veja (2010), o Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, com US\$ 4,4 bilhões as exportações de carne correspondendo à cerca de 7% de todas as exportações no Brasil. De acordo com a nota da Marfrig e da JBS Friboi pode-se até pensar que as denúncias do MPT, do INSS, do sindicato dos trabalhadores de Alta Floresta estão equivocadas, pois segundo a empresa, a produção nos frigoríficos foi projetada para não criar danos à saúde de seus empregados.

O discurso das empresas monopolistas é de que a empresa tem uma —boapolítica”, mas os trabalhadores se acidentam porque não estão aptos para exercer seu labor de forma que assegure a sua própria saúde. Em outras palavras, as empresas descarregam o fardo das doenças do labor nos próprios trabalhadores e por sua vez, não poderiam ocorrer acidentes do trabalho se os trabalhadores tivessem a sua disposição os EPIs necessários para exercer seu ofício. A Marfrig convoca na sua política os trabalhadores a participarem da construção de um local mais saudável, apesar de afirmar que contratou um batalhão de técnicos para realizar um ambiente de trabalho salubre. Ocorre um processo de negar o fato inexorável que essas empresas adoecem os trabalhadores, mas, segundo elas, não tem nada a ver com ocorrido.

As denúncias tratadas no capítulo dois desta dissertação, sobre adoecimento dos trabalhadores, acidentes, descumprimento de normas e leis trabalhistas etc., os frigoríficos respondem da seguinte maneira:

Em relação aos casos mencionados no relatório, estes abrangem basicamente quatro situações que abordaremos a seguir:

## **2) Ações relativas à concessão de intervalo de descanso por trabalho em áreas climatizadas**

A discussão da necessidade de concessão de descanso de 20 minutos por 2 horas vem se intensificando na Justiça do Trabalho desde o segundo semestre de 2011, principalmente pela inexistência de norma legal específica. Logo, essa não é uma obrigação legal. Atualmente, apenas 40% dos funcionários da JBS atuam dentro de áreas com temperaturas controladas acima de 10°C. Para esses casos, são fornecidos equipamentos certificados e necessários para o exercício dessas atividades. Cabe lembrar que o controle de temperaturas dentro da atividade de um frigorífico é um assunto regulado por lei e tem como objetivo garantir a qualidade do alimento produzido.

*Vale ressaltar que ainda não existe nenhuma comprovação científica da eficiência das pausas térmicas. O que já se observa em casos onde essas paradas já foram é o aumento do número de queixas pelo desconforto gerado pela inversão térmica e aumento do número de casos de gripe.*

Existe um grupo liderado pelo Ministério do Trabalho que atualmente prepara a redação de uma norma específica para a atividade em área refrigerada. A JBS, através de um membro das associações que representam o segmento, participa deste grupo e a expectativa é de que tal norma seja editada até o fim de 2012.

Existem na Justiça do Trabalho decisões favoráveis a JBS nesta questão, bem como decisões contrárias. As decisões que divergem, de um modo geral, são bem recentes, se levarmos em conta a data da edição do artigo e se baseiam na interpretação do texto de lei e não basicamente na análise literal do texto, cujo teor define períodos de descanso para funcionários que trabalham no interior de câmaras frigoríficas e/ou expostos a variações bruscas de temperatura – trabalho

externo em ambiente não climatizado, alternado com trabalho em áreas refrigeradas – e não para trabalho em ambientes climatizados de natureza constante com uso de vestimentas apropriadas (Equipamento de proteção individual). *Nesta extrapolação da aplicação de norma, as decisões contrárias estão assumindo que o descanso seria devido para atividades realizadas abaixo de 15°C, ainda que a empresa forneça o EPI adequado (casacos, luvas, etc.). Este nível de temperatura seria considerado ameno em muitas regiões do mundo.*

A JBS investe constantemente na melhoria do ambiente de trabalho e respeita a norma legal, mas irá sempre questionar entendimentos não baseados em norma legal ou cientificamente comprovados e que não se justifiquem do ponto de vista efetivo de impacto à saúde dos nossos empregados.

### **3) Ações relativas ao pagamento do período de deslocamento da residência até o local de trabalho como horas efetivamente trabalhadas**

Uma grande parte da jurisprudência trabalhista estabelece que não é devido o pagamento, como se horas trabalhadas fossem, o período de deslocamento até o local de trabalho existindo transporte público regular. Não é diferente da prática em outros locais do mundo. *A JBS possui a grande maioria das suas plantas em locais carentes de empregos e propicia ao cidadão a possibilidade de um emprego digno, além de colaborar indiretamente com o desenvolvimento da região. Essas questões, como não poderiam ser diferentes, fazem parte das discussões coletivas e das lides jurídicas no intuito da interpretação mais serena e a JBS sempre se posicionou a favor do ajuste.*

Continuamos à disposição para prestar mais esclarecimentos.

Atenciosamente,  
JBS S.A.

A seguir o comentário da Marfrig sobre as denúncias citadas neste trabalho:

### **3. Comentários sobre os casos mencionados**

- *Todas as unidades mencionadas operam de acordo com o que foi mencionado acima e dentro da legislação brasileira, atendendo também a criteriosos requisitos internacionais exigidos pelos países e clientes para os quais exportam.* As unidades mantêm histórico de práticas rigorosas e exemplares em relação às medidas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores e são periodicamente auditadas pela equipe técnica de Saúde e Segurança do Grupo Marfrig e por órgãos independentes de Responsabilidade Social.

[...]• **Sobre a Unidade MINEIROS**, a Empresa demonstrou que não permite horas extras em ambientes insalubres no primeiro processo e este encontra-se pendente de recurso no TRT. No segundo, a Marfrig demonstrou que possui um controle rígido semanal quanto ao labor em regime de horas extraordinárias, sendo que os colaboradores que eventualmente executam serviços extraordinários só o fazem com respeito ao limite diário previsto no artigo 59 da CLT, e o processo encontra-se no TRT aguardando julgamento de recurso. Quanto às pausas para recuperação térmica, a Empresa cumpre a legislação que determina que os funcionários que trabalham no interior de câmaras frigoríficas façam pausas de recuperação térmica.

- **Sobre a Unidade FORQUILHINHA**, o processo encontra-se integralmente pendente de julgamento de recurso. Contudo, a Unidade está cumprindo com todos os pontos proferidos pela sentença. A Empresa cumpre a legislação que determina que os funcionários que trabalham no interior de câmaras frigoríficas façam as pausas de recuperação térmica. Quanto à liberação de funcionários para utilização de banheiro, trata-se de um equívoco da sentença, pois não há qualquer

orientação e registro de restrição em nenhuma Unidade da Empresa.

• **Sobre as Unidades Bagé e Hulha Negra**, no momento, Bagé possui 877 empregados, dos quais 51 encontram-se afastados em função de doença laboral ou acidente. Em relação à implantação do sistema de controle de ponto, os relógios encontram-se na unidade aguardando ajustes necessários para sua implantação. Já Hulha Negra possui 1.571 empregados e, destes, 107 encontram-se afastados em função de doença laboral ou acidente. As observações feitas sobre fios elétricos e a movimentação de veículo – ocorrida em área externa por prestadores de serviço – foram ambas prontamente resolvidas. Em 2011 e 2012, a Unidade foi certificada em relação à Responsabilidade Social, Saúde e Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental por empresas independentes, incluindo normas OHSAS 18001, AS 8000 e normas específicas de clientes internacionais.

Acompanhando o discurso sobre as denúncias relacionadas à saúde dos trabalhadores, não vemos nenhuma nota sobre o que ocorre em Barretos. A exposição das notas das empresas sobre o adoecimento dos trabalhadores não foi de forma mais pedagógica e didática através de longas citações, mas foi necessário para demonstrar a falácia das empresas frigoríficas e seus discursos. O discurso das empresas vem na negação de dados que confirmam o que defendemos nesta tese, ou seja, o processo de adoecimento e acidentes relacionados ao labor, e mais, contrapõe as instituições que de alguma forma trabalham com a saúde do trabalhador, apontando dados sobre ocorrência de adoecimento no trabalho neste setor, tais como MPT, INSS, Procuradoria do Trabalho e até nossa pesquisa onde entrevistamos 311 trabalhadores. Quando admitem o problema, dizem que estão treinando os trabalhadores,

cumprem as normas reguladoras, a legislação trabalhista. Então, o que adoce os operários dos frigoríficos? Segundo as empresas, deve-se a culpa aos trabalhadores, pois o uso correto dos EPIs ou EPCs já bastaria.

No início do capítulo, afirmamos que procuraríamos afastar as manifestações da apologia conciliatória entre trabalho e capital, para tanto, buscamos contrapor-las antiteticamente com a crítica da economia política. Agora seria prudente trazer à lume o que apreendemos das categorias marxianas que determinam a incompatibilidade entre saúde do trabalhador e exploração no capitalismo.

## **4.2 Alguns apontamentos da resolução marxiana da teoria do valor-trabalho**

A intenção é abordar alguns pontos centrais na discussão acerca da teoria do valor-trabalho, a fim de demonstrar que as doenças e acidentes através do labor não são casuais na história da sociedade burguesa. Através da observação da teoria do valor-trabalho em Marx, podemos identificar categorias fundamentais como a exploração da força de trabalho, a lógica do capitalismo, que na sua aparência busca incansavelmente o lucro. Pela teoria social de Marx, podemos observar que o lucro é a aparência do movimento e a essência é a mais-valia e como resultado geral do movimento temos a lei geral da acumulação capitalista, da qual pontuaremos bem sucintamente algumas

características, já que esta domina toda a humanidade, tendo ou não consciência desse fato.

Ao demonstrar os fundamentos da sociedade burguesa, cujas metamorfoses serão debatidas através do deslocamento do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista em seu período imperialista.

Ao compreender como ocorre a especificidade da acumulação capitalista no Brasil, pode-se fazer a mediação entre saúde do trabalhador e a teoria do valor-trabalho, tal contradição da operação desta teoria não é fixa ou imanente da relação trabalho e desgaste do trabalhador na sua venda como mercadoria, mas deve ser compreendida como forma e como contradição própria, intrínseca e imanente do processo de valorização do capital. Mais uma vez é importante pontuar que se um dia o trabalho não estiver em relação sócio-metabólica com o capital, a tendência dos trabalhadores se desgastarem nesse processo é bem menor.

A economia política clássica não avança na descoberta das categorias essenciais por não diferenciar preço de valor, ademais, se a mercadoria é vendida pelo seu valor de onde vem o lucro do capitalista? E ainda, como é possível pagar a renda da terra e o juro do sistema bancário? Por que ocorre a gritante diferença entre capitalistas e trabalhadores? Para iniciar tal discussão, deve-se partir do elemento central que é a descoberta da economia política clássica: o labor

exercido pelo operário é a criação de riqueza da produção capitalista<sup>67</sup>. O que Marx acrescenta, é que através do labor e do trabalho morto – máquinas, ferramentas, matérias primas, galpões entre outros –, que se pode novamente revitalizar e criar coisas úteis à sociedade, a fim de satisfazer os desejos humanos, seja do estômago, seja da fantasia (MARX, 2008: 57).

A materialidade do capital demonstra que o capital-dinheiro<sup>68</sup> valoriza-se se aplicado como capital produtivo, seja industrial ou capital agrário, mas também passível de obter lucro como capital usurário, renda da terra, e capital financeiro. Contudo, mesmo essas formas de capital precisam estar em relação direta ou indireta com o capital produtivo. O capital dinheiro aplicado na produção de mercadorias produz muito mais que lucro para o dono do capital, torna-se passível de criação de um novo valor. Para tanto, será necessário que o burguês vá

---

<sup>67</sup> Compreendemos que não somente na sociedade burguesa, mas em qualquer forma histórica o trabalho é forma de criação de valor de uso, portanto de riqueza material.

<sup>68</sup> É importante demarcar que quando pontuamos no texto o dinheiro como capital, referimo-nos ao dinheiro como expressão na sua forma valorização. No capitalismo, o dinheiro assume novas determinações que não existiam na sua gênese, além de se expressar como equivalente geral (forma mais apropriada para este fim é o dinheiro). O equivalente geral é a mercadoria capaz de simplificar as trocas entre produtores diferentes que já pressupõe produtores privados de mercadorias (isto significa propriedade privada, Estado e trabalho estranhado). Quando universaliza o comércio o dinheiro assume mais uma determinação na sua forma de meio de pagamento, ou seja, pode-se adquirir uma mercadoria e pagar depois. Falar que o capital-dinheiro entra na esfera da circulação para valorizar-se leva-se em conta a produção. A relevância de diferenciar o dinheiro como capital, por sua vez vai gerar um valor novo e a concentração de riqueza de um lado e pobreza de outro. Pois há outras formas de se enriquecer poupando dinheiro, como o processo de entesouramento, sem dúvida é uma forma de enriquecer, contudo não foi gerado neste processo mais valor, ou mais riqueza social utilizando o trabalho.



ao mercado adquirir meios de produção e força de trabalho que, ao ser consumido produtivamente, no final do processo terá um excedente do que foi aplicado.

Ao falar em trabalho não estamos exatamente dissertando nas mesmas determinações que tratamos no final do capítulo três, quando demonstramos que o trabalho na gênese do ser social tornou-se fonte de objetivação privilegiada do homem, criador de riqueza material, capaz de promover desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, diminuição das barreiras naturais tornando seu o conhecimento da natureza mais universal e para-si, e mais, o modelo da *práxis* social, mas referimo-nos ao trabalho estranhado/alienado que atualmente na sociedade burguesa é utilizado com o objetivo de garantir a mais-valia e lucro para todos os burgueses.

O burguês age como se comprasse o trabalhador e, durante a jornada de trabalho, vai tratá-lo do mesmo modo, como se fosse um escravo e conseqüentemente, pouco se importa de exaurir a força de trabalho. Na sociedade burguesa desenvolvida, os burgueses não o fazem quando isto lhe provoca prejuízo ou a classe trabalhadora exige melhores condições de trabalho, isto é um movimento de classe-em-si.

A sociedade burguesa capitalista é resultado de um longo processo de desenvolvimento de forças produtivas, mas ao mesmo tempo seria necessário não somente o desenvolvimento de um Estado Nacional e a revolução nos meios de produção com o surgimento da maquinaria, ou mesmo de manufaturas organizadas como grandes indústrias. Contudo, seria preciso colocar duas classes em confronto latente, de um lado o proletariado e de outro a burguesia. As lutas de

classes na sociedade burguesa têm como característica principal da burguesia despojar o proletariado de todos os meios de produção sociais e os meios de subsistência.

A exploração de um setor da sociedade por outro, ocorreu desde o surgimento da propriedade privada, antes de desenvolver-se totalmente a sociedade capitalista, em seu período de acumulação primitiva de capitais. A classe burguesa primeiramente subordinou o trabalho formalmente, artesões e camponeses vendiam seus produtos para os burgueses comerciais, isto garantia à burguesia mercantil altos lucros. Contudo, mesmo sustentando a burguesia mercantil e financeira, o artesão e o camponês tinham os meios de produção: sementes, arado, terra, o tear, o linho etc., desta forma, poderiam ter certa autonomia frente à burguesia mercantil, mas para surgir a sociedade burguesa era necessário que os artesões e seus funcionários, e os camponeses tornassem-se todos proletários. As fábricas, a terra, os meios de transportes... todos estão nas mãos da burguesia. Neste momento histórico, os trabalhadores obtiveram o direito de desfrutar da natureza com a utilização da luz do sol para trabalhar e escuridão da noite para poder repousar até que outra jornada de trabalho.

O trabalhador ao se vender não se tornou escravo, e tampouco vendeu o trabalho, ele vendeu a força de trabalho, a capacidade de transformar objetos úteis em valores de uso, e durante uma quantidade de dias. Essa diferenciação é fundamental para compreender as categorias marxianas de valor, pois se o trabalhador vendesse o trabalho, todo valor criado pelo trabalho pertenceria ao trabalhador. Para dar um exemplo, se o dono do frigorífico comprar meios de produção e força de

trabalho no valor de R\$ 110.000,00, no final do ciclo o trabalho tiver criado um valor de R\$ 110.000,00 o burguês não obteve nenhum acréscimo. Desta maneira, a economia política clássica estaria correta, o lucro deveria ocorrer se o burguês vendesse suas mercadorias acima do valor criado.

As categorias da sociedade burguesa mais simples podem nos auxiliar a desvendar a lei do valor sobre a sociedade burguesa, por isso será preciso compreender a mercadoria. A mercadoria pode parecer algo muito simples, contudo ela tem elementos que a tornam complexa, pois toda mercadoria contém uma dupla determinação, um caráter qualitativo expresso no seu valor-de-uso, e outro de caráter quantitativo expresso no valor-de-troca, ou simplesmente valor. O caráter duplo da mercadoria não é um resultado do modo de produção capitalista, assim como o capital é anterior ao modo de produção capitalista, a troca simples de mercadoria ocorria em períodos primitivos da humanidade. Contudo, ambos, mercadoria e capital, obtêm novas determinações no capitalismo, por ser essa sociedade mais complexa que as sociedades precedentes (MARX, 2008).

A pergunta correta é como posso trocar uma mercadoria por outra, como posso trocar o arado por uma quantidade de carne? A resposta de Marx (2008) é que tem uma substância que tem no arado e tem na carne e assim posso equalizá-las, segundo o autor supracitado, é a propriedade do trabalho, antes do surgimento do dinheiro, o trabalho já

era a medida de troca. Ao surgir, o dinheiro vai encobrir o valor do trabalho como a medida das trocas<sup>69</sup>.

A primeira forma de troca é a troca simples, Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria, não ocorreu nenhum aumento de valor em relação às duas mercadorias. Esse tipo de troca simples de mercadoria pode ser aferido na relação de assalariamento da classe trabalhadora, ao passo que vende sua força de trabalho (mercadoria) e recebe dinheiro em troca, salário, para comprar produtos necessários para sua reprodução, outras mercadorias. O trabalhador pode até utilizar o processo de entesouramento para enriquecer, mas não porque sua força de trabalho seja para o trabalhador uma forma de capital.

A circulação simples de mercadoria difere radicalmente quando emerge a sociedade onde as mercadorias passam a ter um elemento a mais: serem portadoras de valorização do capital previamente investido. O aumento de capital passa a ter em seu processo de produção uma circulação expressada  $D-M-D'$ <sup>70</sup>. Para o processo de reprodução do capital de forma ampliada, é necessário que o dono do capital o invista produtivamente, sendo capaz de captar um novo valor (trabalho) —

---

<sup>69</sup> As mediações que tratam do desenvolvimento da mercadoria nos capítulos I, II, III quando Marx trata da gênese e do desenvolvimento da mercadoria não vamos tratar visto que alongaria nossa análise, mas já colocamos subtendidas as formas de valor antes de surgir a forma de equivalente geral que é o dinheiro.

<sup>70</sup> Na circulação do capital dinheiro ele passa por outra circulação que não é a mesma da circulação simples  $M-D-M$ , neste caso, como já dito no texto acima não se criou um novo valor, mas na circulação  $D-M-D'$  ocorreu um processo de valorização onde o primeiro  $D$  (dinheiro) no final do circuito aumentou seu valor, um dinheiro que está acrescido de uma quantidade maior de dinheiro, que para o burguês é lucro.

dessa forma, a fórmula desenvolvida seria  $D-M[P]M'-D'$ <sup>71</sup>. Quando o capitalista consome as mercadorias, força de trabalho e meios de produção, (P), a nova mercadoria já tem em si um valor excedente que, após a venda, ele pode separar o capital inicial e retirar seu excedente, aqui vamos chamar de lucro. Assim, o dono do capital pode aplicar uma parte desse excedente acrescentando ao capital originário e o novo ciclo do capital será um ciclo com um capital ampliado. O excedente criado também servirá para o burguês consumir produtos para sua alimentação, mas também em artigos de luxo que vai criar outro setor produtivo destinado a esses meios, e outra parte vai formar o fundo público que forma as finanças do Estado.

O capital produtivo vai dividir-se em dois: um personificado em capital constante, que é representado em maquinaria, matéria-prima, galpões, edificações e força motriz, como combustíveis. Esse capital é o trabalho morto, ou seja, é um trabalho que não gera novo valor. O capital constante do dono do frigorífico, para quem não gera nenhum valor novo, contudo, para o burguês que investiu no setor metalomecânico, por exemplo, e produz um triturador de carnes, gerou um novo valor, e este valor gerou um lucro para o capitalista que produz máquinas. Para o burguês que produz máquinas não foi trabalho morto, para ele era capital. O capitalista que possui um frigorífico terá que utilizar o triturador para produzir salsicha, para que seja utilizado o capital constante ele vai acrescentar outra parte do capital; o capital variável, que é personificado pela força de trabalho. É através da força

---

<sup>71</sup> A fórmula desdobrada do capital dinheiro acima significa D (dinheiro) – M (Mercadoria) – P (produção) – M' (Mercadoria acrescida de um novo valor) – D' (Dinheiro acrescido de novo valor).

de trabalho que se pode transferir o valor que está contido no triturador para a nova mercadoria. A força de trabalho é uma mercadoria tão privilegiada para o capital que ela é capaz de pagar-se durante a jornada de trabalho, seja ela comprada por um mês ou por uma semana, e criar uma quantidade de valor que excede o valor da força de trabalho. O trabalhador e sua família têm que consumir uma quantidade de mercadorias para sobreviver, este será o valor de sua força de trabalho. As mercadorias necessárias para a reprodução do trabalhador e de sua família é o valor de sua força de trabalho e a expressão monetária que será pago por um salário.

O valor criado pelos trabalhadores será compatível ao valor dessas mercadorias necessárias a sua reprodução da força de trabalho tem que ser capaz de mantê-lo empregado e garantir a próxima geração da força de trabalho, mas além desse valor é capaz de gerar um *plus*, um excedente de valor que será apropriado pelo burguês. Essa parte do valor que fica com o capitalista, Marx (2008) chamou de mais-valia.

Agora podemos desvendar uma questão que estava posta para a economia política clássica: o excedente que o capitalista embolsa não é decorrente da —oferta e procura”, mas sim da venda acima do valor. Qualquer mercadoria que seja vendida no valor vai gerar uma mais valia para o patrão. A grande descoberta de Marx é descobrir a dupla determinação que está na força de trabalho, como mercadoria ela tem dupla determinação: o valor de troca que é pago através do salário, expressão monetária do valor da força de trabalho; a outra é o valor de uso da força de trabalho, que é capaz de gerar em uma jornada de trabalho uma quantidade de valor que é suficiente para pagar os meios

necessários de reprodução e produzir um excedente. Por isso ao não se observar o caráter duplo do trabalho, burgueses e economistas políticos clássicos tinham a impressão de que o salário simbolizava o valor do trabalho, ou seja, da quantidade de valor produzido em uma jornada de trabalho. Marx pôde observar essas categorias:

Primeiro: O Valor ou preço da força de trabalho torna a aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões valor e preço do trabalho careçam de sentido.

Segundo: Ainda que apenas uma parte do trabalho diário do operário seja paga, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho não remunerado, ou sobretrabalho, seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago (MARX, 2008a: 116).

A confusão dos economistas burgueses é de equalizar o salário ou valor da força de trabalho como valor do trabalho. Sobre esse debate ocorre um grande salto qualitativo na ontologia materialista de Marx e as formulações dos teóricos burgueses.

A única forma de produzir mais-valia é explorando cada vez mais o capital variável, ou seja, trabalhadores, através do incremento nas forças produtivas ou intensificando a jornada de trabalho, a fim de produzir mais valor com uma quantidade cada vez menor de capital variável. A equação é fácil e todos já conhecem: produzir mais mercadorias com a mesma quantidade de força de trabalho. A exploração da força de trabalho de forma mais intensa é passível de criar cada vez mais um excedente que fora aplicado anteriormente produtivamente.

O operário produz em uma parte do dia de trabalho valor equivalente ao valor de sua força de trabalho, isto independente se a força de trabalho for paga no valor, ou não — essa parte é o trabalho necessário — e parte do valor que o capitalista embolsa é o trabalho excedente. Deste modo, para aumentar a mais-valia o capitalista tem duas formas para apropriar-se do trabalho alheio: uma pelo aumento da jornada de trabalho e outra pelo processo de ampliação da produção por meio do desenvolvimento de forças produtivas e/ou intensificando a jornada de trabalho, desta maneira estará realizando a mais-valia relativa. Vamos centrar nossas observações mais argutamente na categoria da mais-valia, pois ela será fundamental para compreender porque ocorrem altos índices de doenças e acidentes nos frigoríficos.

No início do capitalismo, as jornadas de trabalho eram em média de 12, 14 ou mais horas por dia. Marx denominou tal processo de produção de mais-valia absoluta. A mais-valia absoluta refere-se a quando os capitalistas buscam aumentar o trabalho excedente sem modificar o tempo de trabalho necessário. Tal expediente foi amplamente utilizado no começo do modo de produção capitalista no final do século XVIII e início do século XIX, antes da regulamentação das leis fabris que limitavam a jornada de trabalho na segunda metade do século XIX.

A mais-valia relativa vai necessitar do desenvolvimento das forças produtivas, pois será capaz de proporcionar uma quantidade maior de valor-de-uso utilizando a mesma quantidade de valor ou se preferir trabalho. Seria prudente demonstrar como Marx observava a elevação das forças produtivas e essas especificidades:



Com os meios dados pode um sapateiro, por exemplo, fazer um par de botas em um dia de trabalho. Para fazer no mesmo tempo dois pares de botas, tem de duplicar-se a produtividade de seu trabalho, o que exige alteração no instrumental ou no método de trabalho, ou em ambos ao mesmo tempo. Têm de ser revolucionadas as condições de produção de seu trabalho, o modo de produção e, conseqüentemente, o próprio processo de trabalho. Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir, com a mesma quantidade de trabalho, quantidade maior de valor-de-uso (MARX, 2008: 365).

A mais-valia relativa pode ocorrer com o incremento de instrumentos de produção mais eficazes, ou seja, maquinário e ferramentas, que por isso aceleram continuamente o processo de captação do trabalho. Outro expediente muito utilizado é de forma que estimule o trabalhador produzir num mesmo lapso de tempo mais mercadorias — essa forma clássica está diretamente vinculada dentro da produção. Agora seria prudente demonstrar o que acelerou o processo do deslocamento da mais-valia absoluta para a mais valia relativa, essa mudança não é uma mudança qualquer, pois é resultado de uma intensa luta de classes, ao contrário de grande número de economistas apologéticos do capital que observavam que seria a ruína para o capitalismo se os burgueses atendessem as reivindicações da classe trabalhadora. Segundo Marx, a luta de classes:

Foi um aumento de salários em circunstâncias excepcionalmente desfavoráveis. O doutor Ure, o professor Sênior e todos os outros porta-vozes econômicos oficiais da burguesia demonstraram – e tenho de dizer com razões muito mais sólidas do que as do nosso amigo Weston – que isso seria o atestado de óbito para a indústria inglesa. Afirmavam que a décima segunda hora, aquela que se queria tirar do capitalista, era exatamente a única hora de onde ele obtinha o seu lucro. Ameaçaram com uma diminuição da acumulação do capital, alta dos preços, perda de mercados, contração da produção, a consequente diminuição dos salários, a ruína final. De fato, sustentavam que as leis do máximo de Maximiliano<sup>72</sup> Robespierre, eram insignificantes comparadas com estas; e, em certo sentido tinham razão. Bem, qual foi o resultado? Um aumento no número de operários ocupados nas indústrias, uma *queda constante nos preços dos seus produtos, um maravilhoso desenvolvimento nas forças produtivas do seu trabalho*, uma extraordinária expansão progressiva dos mercados para as suas mercadorias. Em Manchester, em assembleia, em 1861, da Sociedade para o Progresso da Ciência, ouvi o Sr. Newman confessar que ele, o doutor Ure, o professor Sênior e todos os outros representantes oficiais da ciência econômica haviam se enganado, enquanto o instinto do povo se revelava com razão (MARX 2008a: 80-81).

A citação acima é do pronunciamento de Marx em relação à polêmica com os reformistas na Associação Internacional dos Trabalhadores e compreendemos que ao passo que a classe trabalhadora

---

<sup>72</sup>

Reproduzo a nota de rodapé do mesmo texto de Marx que explica a lei do máximo editada por Robespierre: —“Diante a Revolução Burguesa, a Convenção Jacobina instituiu, em 1793-1794, preços fixos para o trigo, a farinha e diversos artigos de primeira necessidade, ao mesmo tempo que os salários fixos” (MARX 2008a: 80).

impõe limites à exploração como nos casos da duração da jornada de trabalho, a classe burguesa respondeu com o desenvolvimento das forças produtivas que, no momento histórico que Marx analisou, possibilitou o aumento do mercado e simultaneamente a valorização do salário dos trabalhadores. A diminuição do valor dos produtos necessários à reprodução dos trabalhadores possibilita a expansão do comércio e mais lucros para a burguesia.

A mais-valia relativa ocorre com a elevação técnica do trabalho, ou sua intensificação, mas isto não quer dizer que seja uma elevação técnica do trabalho em geral em todos os setores produtivos, significa geração da mais-valia relativa, mas somente indústrias que produzem os meios necessários para a reprodução da força de trabalho, bem como na agricultura que se organiza como uma indústria que produz alimentos.

O movimento da mais-valia vai expandindo-se ao passo que a maquinaria vai adentrando na indústria. Ao surgir a maquinaria no final do Século XVIII, as jornadas de trabalho eram de 12 horas ou 14 horas período movimento predominante da mais-valia absoluta, ocorria simultaneamente a mais valia relativa. Marx (2008) aponta essas determinações recíprocas entre a mais-valia absoluta e mais-valia relativa:

Sob certo ponto de vista, parece ilusória a diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais-valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. Mas, quando focalizamos o movimento da mais-

valia, se desvanece essa aparência de identidade. Assim que se estabelece o modo de produção capitalista e se torna o modo geral de produção, sente-se a diferença entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, quando o problema é elevar a taxa da mais-valia. Admitindo que a força de trabalho seja paga pelo seu valor, ficamos com a alternativa: dados a produtividade do trabalho e se grau normal de intensidade, só é possível elevar a taxa da mais-valia com o prolongamento absoluto da jornada de trabalho; dada a duração da jornada de trabalho só é possível elevar a taxa da mais-valia variando relativamente as magnitudes das suas partes componentes, o trabalho necessário e o trabalho excedente, o que presume (admitida a hipótese de que o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho) variação da produtividade ou da intensidade do trabalho (MARX, 2008: 579-580)

Até o momento discutimos a forma clássica de exploração da mais-valia e a retomaremos quando discutirmos o processo na particularidade histórica da América Latina, em especial do Brasil. Por enquanto, basta pontuar que o deslocamento da mais-valia absoluta para a mais valia relativa é devido a recomposição orgânica do capital como resposta da burguesia ao proletariado organizado em classe para-si<sup>73</sup>.

---

73

Aqui podemos compartilhar com os corsários do capital que adoram culpar os trabalhadores pela sua desgraça. A luta da classe trabalhadora em ampliar constantemente o tempo de trabalho necessário (seja com aumentos reais de sua força de trabalho paga em salário, pela diminuição da jornada de trabalho ou por políticas sociais) obrigou a burguesia a buscar formas alternativas de colocar a classe trabalhadora na defensiva a cada incremento das forças produtivas que reorganiza a dependência do capital frente ao trabalho para sua reprodução ampliada resulta do embate e da luta de classes. Os resultados desse movimento retornaremos com mais cuidado quando dissertaremos acerca da luta de classes.

A recomposição orgânica do capital é fomentada no capitalismo por dois processos: pela concorrência entre os burgueses na busca da centralização e concentração de cada vez mais capital e pela luta de classes entre capital e trabalho. A classe trabalhadora buscou dilatar o tempo de trabalho necessário, em outras palavras buscou valorizar a força de trabalho, em contrapartida, a consequência é decréscimo do tempo de trabalho excedente, ou que seria a mais-valia. A resposta da burguesia é a utilização da mais-valia relativa e, conseqüentemente, a recomposição orgânica do capital.

Aqui surge uma contradição da lei do valor trabalho: já dissemos que o valor de uma mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, assim, com menos trabalho o valor de cada mercadoria tende a cair, ao passo que cria mais riqueza material. Isto implica que, o aumento da produtividade do trabalho implica uma massa de valor menor e uma massa da mais-valia menor.

A classe burguesa vai buscar sempre aproveitar o seu capital da melhor forma — cada centavo aplicado em capital tem que dar o máximo de lucro e, por isso, a classe trabalhadora não estará fora desse cruel cálculo. Desta maneira, a classe burguesa vai explorar cada minuto do trabalhador sob seu domínio, intensificando a jornada de trabalho.

Em suma, a mais-valia relativa pode resultar dois processos que daremos destaque: ela ocorre com elevação técnica do trabalho e o burguês que obtém esse incremento tecnológico antes de seus concorrentes pode obter uma mais-valia extraordinária. Isto possibilita a obtenção de lucro acima da taxa média de lucro, ao mesmo tempo contraindo o valor das mercadorias que a classe trabalhadora precisa

consumir para se reproduzir e, desta forma, não se tem necessidade de aumentar o valor da força de trabalho. Mais uma vez temos que ressaltar que a burguesia se favorece com o desenvolvimento de forças produtivas, contudo, tal incremento vai ser instrumento que forceja o processo de concentração e centralização do capital e a criação, manutenção e até extensão da superpopulação relativa.

Abordaremos, agora, a tendência universal do capital — a sua lei geral da acumulação capitalista — para a compreensão da superexploração do trabalho como processo de desgaste da classe trabalhadora. É óbvio que sua manifestação vai ter diversas expressões, visto que em cada país a burguesia e o proletariado têm traços culturais distintos e, por sua vez, a imposição da dominação da classe burguesa terá peculiaridades distintas, mas isso não irá tolher os traços gerais da acumulação capitalista.

Como já apresentado, todo capital se divide em dois: de um lado meios de produção, o capital constante, e a força de trabalho, a parte variável do capital. Já dissemos que a mais-valia proporciona um excedente que será acumulado, assim sendo, o capital para se tornar novamente produtivo precisa ser aplicado produtivamente, mas, como capital, ele está no ciclo da reprodução, o burguês vai consumir uma parte do excedente, criando um terceiro setor de produção industrial, e se for inteligente vai aplicar uma parte significativa de sua quota da mais valia que lhe coube e ao aplicar o seu capital será sempre de forma ampliada. Para a classe trabalhadora isso tem uma vantagem, pois amplia o fundo de trabalho (massa de capital aplicado no capital constante) e, por conseguinte, a massa de assalariados. Em cada ciclo da

reprodução do capital ele se acumula, expande-se e amplia seu poder sobre a classe trabalhadora, o que segundo Marx (2008: 716-717) podemos sintetizar desta forma:

Do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação produzem a mesma relação capitalista: mais capitalistas, ou capitalistas mais poderosos, de um pólo, e mais assalariados, no outro. A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (MARX, 2008: 716-717).

Aqui podemos aventar uma questão: Marx expõe de forma mais rica a determinação da subsunção do trabalho ao capital como manifestação do trabalho estranhado/alienado, através da lei geral da acumulação, a expansão da produção capitalista e o aumento de capital e do proletariado. Aqui encontramos mais uma contradição que é própria do nosso período histórico: Marx e Engels (2002) no *Manifesto do Partido Comunista* concluíam que o capitalismo provoca uma pauperização absoluta dos trabalhadores. Em outra obra, Marx (2008) apontava que a acumulação do capital promoveu, até então, a melhoria das condições de vida de uma parte da classe trabalhadora que consome mais e/ou produtos melhores, isso não deixava de ser exploração de uma pobreza relativa, mas o capitalismo permanece a reprodução da pobreza absoluta.

Embora essa parte da classe trabalhadora obtenha ganhos em relação à parte menos qualificada da classe trabalhadora isso não impede a acumulação e a exploração. Daremos um exemplo, o operário que trabalha na produção de alta tecnologia terá um salário alto em relação a parte não —qualificada” da força de trabalho, mas estas indústrias são as que têm melhores taxas de lucro, se o trabalhador tem um bom padrão de vida, a distância econômica entre o dono do capital e o trabalhador será sempre maior e se a empresa estiver em crescimento esta distância sempre será crescente.

À medida que a produção capitalista avança, aumenta a produtividade do trabalho, não somente pela maior destreza da classe trabalhadora, mas especialmente devido à adaptação à grande indústria de setores artesanais e a elevação técnica do capital constante. A massa de trabalho vivo em dada produção que é transferida para determinado produto é cada vez menor e por isso é crescente o aumento da produtividade pelo melhoramento técnico do trabalho sob nova composição técnica do trabalho pelo capital constante (aumenta a quantidade de meios de produção sobre os quais se faz crescer a produtividade do trabalho vivo sem necessariamente aumentá-lo). Analisaremos mais de perto esta relação:

Mas, se o progresso da acumulação reduz a magnitude relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso, o aumento de sua magnitude absoluta. Admitamos que, de início, o capital se divida em 50% constante e 50% variável e, mais tarde, em 80% constante e 20% variável. Se, nesse intervalo o capital original se elevar de 6.000 libras esterlinas para 18.000, sua parte variável terá crescido de  $\frac{1}{5}$ . Era de 3.000



libras esterlinas e aumentou agora para 3.600. Mas, onde anteriormente bastava um acréscimo de capital de 20% para aumentar 20% a procura de trabalho, é necessário agora a triplicação do capital primitivo (MARX, 2008: 727).

O desenvolvimento das forças produtivas e, consequentemente, a acumulação de capitais faz com que o produto desta relação não se materialize apenas na redução do capital variável frente ao capital constante. A lógica do capital em sua expansão não resulta apenas em aumentar o proletariado, mas simultaneamente vai aumentar a quantidade de capitalistas individuais, mas a tendência predominante é concentração maior de capital em mesmo número de capitalistas. O movimento do capital em provocar cada vez mais uma quantidade cada vez maior de capital constante em relação ao capital variável vai desenvolver uma queda tendencial na taxa de lucro. Daremos um exemplo hipotético: o dono do frigorífico construiu uma planta industrial com dez milhões de reais, e desse capital, investiu 50% em capital constante e 50% em capital variável, ao longo de dez anos ele repôs todo o capital, supondo que ele absorva totalmente a mais valia gerada neste processo. Suponhamos que a massa de mais valia foi 100%, ele obteve uma mais valia de cinco milhões e meio de reais, isto foi a mais valia, mas a taxa de lucro é calculada pelo capital global aplicado, portanto o lucro não foi de 100%, mas de 50%. Em termos de percentagem a taxa de lucro é a metade da mais valia gerada, neste exemplo.

No próximo ciclo do capital que vai ser reproduzido, para fazer uma planta industrial competitiva, o dono do frigorífico terá que

desembolsar um capital de quinze milhões de reais – isto se dá em virtude da elevação técnica do capital constante. A composição orgânica do capital, por exemplo, será de 75% de capital constante e 25% de capital variável, note que em valores o capital variável não se alterou, suponhamos que do mesmo modo a taxa de mais valia seja de 100%, o burguês vai aferir em valores a mesma quantia de dinheiro aplicado de cinco milhões de reais, mas esta proporção é resultante de uma aplicação de dez milhões, por isso a taxa de lucro foi de 50%. Agora o dono do frigorífico aplicou quinze milhões de reais e obteve a uma taxa de lucro de 32,32%, ou seja, uma quantidade maior de capital constante aplicado reduziu a taxa de lucro, isto demonstra que o incremento tecnológico provoca uma diminuição dos lucros em termos percentuais, em alguns casos o burguês individual pode aferir em termos absolutos, em volume de dinheiro, um lucro maior que antes de recompor o capital, mas sua porcentagem será sempre menor. Esse movimento foi denominado por Marx (2008) como a tendência da queda da taxa de lucro, a crescente queda na taxa de lucro provoca a monopolização do capital como veremos adiante.

Ao desenvolver o modo de produção capitalista em determinado ramo, os capitalistas individuais entram em confronto aberto com sua própria classe, disputando entre si a maior quantidade de trabalho e de meios de produção. A classe burguesa irá promover o domínio sobre os outros capitalistas, isto significa que um burguês pode falir o concorrente, ou em muitos casos empresas em processo de perda na guerra pelo comércio fundem-se com outras empresas maiores, ou são

simplesmente compradas pelas empresas com capacidade maior de produção, aqueles que atingem o maior índice de produtividade.

O modo de produção capitalista mostra sua outra face nefasta — não se trata apenas de uma subsunção do trabalho pelo capital, mas agora subsunção do pequeno capitalista pelo grande capitalista. Por isso a concorrência capitalista vai acirrar a luta pela concentração e centralização. A derrocada do pequeno capitalista pelo grande capitalista será uma condição imanente do modo de produção capitalista e a possibilidade do grande capital renovar suas ferramentas e maquinário. O capital vai sempre lançar dispositivos que fazem surgir a concentração, não somente na produção, mas na circulação:

Além disso, a produção capitalista faz surgir uma força inteiramente nova: o crédito. Este, de início, insinua-se furtivamente, como auxiliar modesto da acumulação, e, por meio de fios invisíveis, leva para as mãos de capitalistas isolados ou associados os meios financeiros dispersos, em proporções maiores ou menores, pela sociedade, para logo se tornar uma arma nova e terrível na luta da concorrência e transformar-se, por fim, num imenso mecanismo social de centralização dos capitais<sup>74</sup> (MARX, 2008: 729).

---

74

A importância atualmente da teoria do valor trabalho contrapõe aos apologistas do capital, que asseveram que não é mais o trabalho que gera valor, ou seja não é mais o trabalho que gera a riqueza e que a valorização do capital pode dar-se sem um veículo material. A base sócio-material que sustenta essa apologia direta ao capital é a queda tendencial da taxa de lucro (que posteriormente vamos debater com mais cuidado). As inovações tecnológicas no campo produtivo como a robótica, microeletrônica, informática etc., aceleraram o processo de centralização e concentração do capital, ou seja, sua monopolização. Com isso sobraram poucos mercados para novos capitais aplicarem de forma produtiva seu capital, mas não se restringiu somente ao

O capital global sempre aumenta, contudo, a porcentagem do capital variável decai frente ao capital constante. Isso não quer dizer que vamos chegar a uma sociedade sem trabalhadores produtivos, mas evidencia que o capital variável crescerá menos a cada ciclo produtivo. Como já afirmado, para a acumulação do capital se ampliar há de exigir-se sempre uma quantidade maior de trabalho assalariado e, conseqüentemente, o crescimento do mercado de trabalho. O crescimento do mercado de trabalho vai exigir sempre mais trabalhadores, porém não vai absorver a massa de novos trabalhadores

---

ramo da indústria propriamente dita, por exemplo, ocorreu o mesmo com o agronegócio e o setor de serviços. O capital produtivo (aquele que produz mais-valia) passou a ser menos atrativo de investimento passando os capitais a investirem na financeirização da economia, em suma, capitais antes produtivos passam agora a viver de especulação. Por exemplo: a Sadia, que até 2008 aplicava parte da sua mais-valia no mercado especulativo — em especial na compra de dólar —, com a crise da bolsa de valores e a queda do dólar perdeu grandes recursos que possuía. Em decorrência da especulação quase entrou em processo de falência que redundou na monopolização do mercado com a fusão com a Perdigão, criando a Brasil Foods, enquanto sua concorrente manteve o investimento no capital produtivo e sustentou-se no mercado apesar da crise. É importante demarcar a financeirização do capital, como forma da expressão do capital portador de juros que surge da necessidade de ampliação e valorização do capital para além do alcance do seu processo de circulação e reprodução. Originalmente o capital portador de juros é uma parte do lucro, ou melhor, da mais-valia do capitalista produtivo, seja ele —industrial ou comerciante, à medida que não emprega seu próprio capital, mas capital emprestado, tem que pagar ao proprietário e prestamista desse capital” (Marx *apud* LUPATINI, 2008: 5). Ocorre no nosso tempo histórico uma acentuação do capital especulativo na manifestação e mais fetichizada, assim como o capital portador de juros na forma D-D’ (LUPATINI, 2008). É importante demarcar tal tendência por dois motivos: primeiramente porque esse capital sem lastro na economia real vai surtir o efeito das bolhas especulativas que, por sua vez, desembocam nas crises financeiras; segundo, e isto tem haver com o caldo cultural contemporâneo, baseado na negação de Marx seja pelos espadachins mercenários da economia, assim como as varias correntes irracionalistas, seja de concepção neo-positivistas ou que viceja na pós-modernidade.

que chegam ao mercado de trabalho, desta forma a acumulação não será suficiente para empregar todos os trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver.

A classe trabalhadora que está em relação com o capital não pode traçar seu próprio destino, ela necessita de alienar-se, seu destino está nas mãos da acumulação do capital, mas mesmo na condição subalterna a classe trabalhadora busca vender sua mercadoria, a força de trabalho da melhor forma. O aumento da totalidade do trabalho social empregado depende da ampliação da acumulação para se manter empregada, ou mesmo que obtenha a ampliação da massa da força de trabalho empregada.

O modo de produção capitalista não se desenvolve de forma linear com uma continua acumulação, o ciclo da produção capitalista é permeado por crises, as crises ocorrem em decorrência da própria elevação técnica do trabalho e a intensificação do trabalho que produz uma massa de mercadorias em excesso. As crises do capitalismo, segundo Marx, tem essas características:

As crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas. Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução” (MARX & ENGELS, 2002: 33).

Entre os ciclos de acumulação e de crises, acentua-se uma tendência de que a massa de assalariados não seja totalmente ocupada na produção capitalista. Com este processo —acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma

população trabalhadora supérflua relativamente, isto é que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 2008: 733).

Esta população relativa e excedente produz o que hoje podemos chamar de desempregados e precarizados, que vão aumentar ou diminuir de acordo com as necessidades da acumulação.

A superpopulação relativa assume várias expressões e basicamente podemos apontar três formas como se materializam mais intensivamente: —flutuante, latente e estagnada” (MARX, 2008: 744). A superpopulação relativa flutuante é aquela que será empregada e desempregada devido às oscilações do mercado capitalista. São absorvidos em momentos de acumulação acelerada e demitidos em momentos de contração ou de estagnação do capital, notadamente em períodos de crise do capital. O processo de produção capitalista apodera na agricultura e introduz o maquinário, novas técnicas produtivas etc., faz aumentar a produção com o mesmo contingente de trabalhadores, ou em outros casos expulsa um contingente enorme de trabalhadores. Os trabalhadores expulsos pela maquinaria no campo tornam-se uma população excedente, sua única opção é migrar do campo para a cidade, assim avolumando a superpopulação relativa na cidade. A terceira categoria de superpopulação estagnada é aquela que

—~~parte~~ do exercito de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso torna-a

base ampla de ramos especiais de exploração de capital” (MARX, 2008: 746).

A superpopulação relativa estagnada hoje expressa nos trabalhadores precarizados, subempregados, catadores de materiais reciclados, faxineiros, diaristas, trabalhadores em —empresas de fundo de quintal”, enfim uma série de ocupações.

Percebe-se que o capital como contradição viva, não apenas ter influência na força de trabalho desocupada como na desempregada e precarizada. Ela afeta também os trabalhadores empregados. Se por um lado o aperfeiçoamento técnico do trabalho pode elevar o consumo individual de uma parte da classe trabalhadora através da diminuição do preço das mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, seu efeito colateral tem um peso ainda mais agressivo para esta classe. A superpopulação relativa em determinada conjuntura produz um enorme contingente de pessoas que estão a espera de tornarem-se produtivas, isto provoca na correlação de forças entre capital e trabalho um poder de chantagem dos burgueses frente aos trabalhadores empregados. Em virtude da grande massa desocupada, ameaçam demitir os trabalhadores caso não aceitem mudanças na produção que irão resultar na intensificação ou extensão da jornada de trabalho que por sua vez vai gerar os adoecimentos relacionados ao labor.

Segundo Marx (2008), o que vai regular para mais ou para menos os salários<sup>75</sup> da classe trabalhadora será o tamanho do exército industrial

---

<sup>75</sup> Importante pontuar que estamos descrevendo o salário como expressão monetária do valor da força de trabalho como qualquer outra mercadoria pode ser vendida no valor, abaixo do valor e acima do valor. O salário pode ter essas variações, contudo o valor da força de trabalho só pode ser alterado se a

de reserva, ou a superpopulação relativa. O salário não é regulado pela a oferta e a procura, como queria Malthus. Mas ocorre com essas características:

A procura de trabalho não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho, com o crescimento da classe trabalhadora. Não há aí duas forças independentes, uma influenciando uma sobre a outra. É um jogo com dados viciados. O capital age ao mesmo tempo dos dois lados. Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, —librando-os”, ao mesmo tempo que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho, tornando até certo ponto independente a obtenção, a oferta de trabalho de trabalhadores (MARX 2008: 734).

O capitalismo vai expandindo e, por sua vez, vai mantendo seus traços essenciais, e suas manifestações podem não expressar exatamente as antigas contradições. O capital cresce e seu poder destrutivo a cada passo cresce. Com isto, o que na aparência não era exatamente uma contradição, vai demonstrar-se de forma mais nítida. Isto faz parte da realidade onde nem tudo que parece exatamente vai ser como uma manifestação da relação entre capital e trabalho. A fase que se segue do capitalismo concorrencial, analisado por Marx, vai ganhar novas determinações em sua época imperialista e monopolista. Nesse período, vemos o capital tornando-se uma força destrutiva, onde o capital bancário e os grandes monopólios se aglutinam e tornam-se uma força

---

produtividade do trabalho aumentar e gerar a mais-valia relativa que faz as mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho diminuírem de valor e consequentemente diminuir o valor da força de trabalho.



cada vez mais potente, exigindo uma organização que represente a classe trabalhadora mais profissional, o mais científica possível. Soma-se a esse quadro a intervenção estatal na economia, seja para provocar as guerras imperialistas, seja para intervir na guerra econômica para amenizar os sintomas das crises econômicas.

Antes de debater alguns pontos centrais da operacionalização da lei do valor no século XXI, tentaremos ser mais fieis ao método marxiano de buscar a gênese do processo que configura nossa conjuntura. A formação capitalista no Brasil e na América Latina é resultado da expansão do capitalismo mundial, contudo, o período Imperialista vai acelerar o processo de formação capitalista na periferia do capital.

O período que compreendemos é de crise estrutural, mas este emerge suas tendências dominantes que provêm do período imperialista (ou capitalismo monopolista), onde entendemos que o capitalismo deu um salto qualitativo, portanto, temos mais determinações que no período do capitalismo concorrencial. Marx, em 1867, já apontava a tendência da concentração e centralização do capital como resultante da constituição de monopólios e oligopólios nos ramos industriais, de comércio e de transportes. No período em que Marx escrevera sua obra magna, o capitalismo não estava em seu período monopolista. O processo de monopolização estava em largo processo de expansão no Europa Ocidental e nos EUA. Os traços ontológicos do capitalismo foram desvendados por Marx, o capitalismo concorrencial desembocaria no capitalismo monopolista. Como é um período do capitalismo monopolista que se torna momento predominante após a morte de Marx,

o mesmo não poderia analisar suas particularidades. Esse trabalho fora realizado por grandes pensadores marxistas do início do século XX.

Antes de debater o período imperialista que é prenhe de determinações, é necessário buscar a gênese do capitalismo dependente no Brasil.

### **4.3 A especificidade da acumulação capitalista no Brasil**

A formação econômica do continente latino-americano não é derivada do feudalismo. Ao abordar o desenvolvimento capitalista no Brasil – e do mesmo modo na América Latina – queremos demonstrar, mesmo sumariamente, alguns conceitos do desenvolvimento das forças produtivas no país, sua formação capitalista e sua especificidade.

Muitos pensadores buscaram interpretar a realidade histórica do Brasil e da América Latina através de pesquisas originais, sem seguir ou repetir modelos teóricos referentes ao desenvolvimento do capitalismo clássico, tendo como objetivo desvendar a realidade particular do país. O primeiro a buscar uma interpretação do Brasil sob o materialismo dialético através de pensamento autêntico foi Caio Prado Júnior. Nesta esteira, outros foram desenvolvendo novos trabalhos, destacando-se três em nossa análise: Florestan Fernandes (2008), o qual fez uma análise da formação das classes sociais no Brasil, bem como desvelou o caráter autocrático, truculento e mesquinho da burguesia brasileira; Rui Mauro Marini (2009), que ofereceu elementos a partir da teoria do valor-trabalho e da lei geral da acumulação capitalista, buscando dialogar com

as categorias da lei do valor-trabalho, apontando como característica no Brasil e da América Latina a superexploração do trabalho; e, finalmente, José Chasin, que desenvolveu uma análise a partir de um pensamento de inspiração ontológica.

A formação econômica do Brasil começa antes da consolidação do capitalismo no século XX. A economia brasileira começa a surgir na expansão do capitalismo mercantil; a produção de mercadorias antecede o modo de produção capitalista no Brasil. O país somente poderia alargar sua produção na medida em que o capitalismo mercantil se expandisse, em decorrência do caráter colonial de sua economia. Esses móveis atendiam às demandas do mercado europeu de produtos agrícolas tropicais.

Em decorrência desse processo, houve um atrofamento no incremento das forças produtivas e atraso no desenvolvimento de relações de produção que personificariam o desenvolvimento da indústria e das correspondentes classes sociais contrapostas: a burguesia e a classe trabalhadora. Em sua gênese, o Brasil era uma espécie de “apêndice” do capitalismo mercantil, ou seja, uma formação econômica colonial sustentada pelo trabalho escravo, não nos moldes da antiguidade, onde a expansão da produção decorria da expansão do trabalho escravo. No Brasil, pelo contrário, ao passo em que se avançava a expansão econômica, não se expandia o modo de produção escravocrata, mas sim o capital mercantil europeu. Por isso, não se pode afirmar que os proprietários de terras eram burgueses, visto que o processo de extração de excedente oriundo do trabalho escravo não se

destinava aos senhores de engenho, mas aos agentes econômicos europeus.

Outra contradição que atravessa nossa análise é a pecuária, visto que até o século XX esta foi renegada como atividade secundária na economia brasileira, não voltada para a expansão do capitalismo mercantil europeu, mas para o atendimento das necessidades dos colonos. A pecuária vai concatenar-se ao processo global do capital no período de sua industrialização. A partir desse momento, torna-se destaque com hegemonia na produção, industrialização e comercialização de carne bovina em nível mundial (PRADO, 1994: 340).

A gênese da objetivação da lógica do capital no Brasil até o pleno desenvolvimento do capitalismo — como já dito, com a subsunção real do trabalho ao capital — tem uma particularidade que deve ser destacada: a imanência de um setor agro exportador que, em linhas gerais, baseou-se sempre em grandes concentrações de terras, uma dominação patrimonialista, baseada no patrimônio e no patriarcado, com a utilização do trabalho escravo e uma economia extremamente mercantil buscando atender a um mercado externo de produtos agropecuários. Outra característica é que no evoluir particular do capitalismo brasileiro manteve-se a grande concentração de terras, que passaram ao domínio dos grandes capitais. O setor moderno da economia, o agronegócio, manteve e acentuou a superexploração do trabalho — a “abolição da escravatura” que formalmente “libertou” dos grilhões os negros, efetivamente instaurou o acorrentamento geral:

brancos, negros e mestiços como trabalhadores livres e assalariados, na lógica que agrilhoa os homens nas correntes invisíveis do capital.

Há muitas interpretações acerca da formação econômica brasileira e seu processo de industrialização, assim como sobre as particularidades da realidade latino-americana. Mas entre elas, há alguns consensos. O prisma dos autores que influenciaram nossa análise aponta que: primeiro, o Brasil nunca foi um país feudal; segundo, a colonização de boa parte dos EUA difere-se de toda a América Latina e do sul dos Estados Unidos, uma colonização voltada para atender o mercado externo e totalmente heteronômico.

Nossa formação histórica é diversa dos países que percorreram a via clássica<sup>76</sup> ou a via prussiana<sup>77</sup> de objetivação capitalista. A industrialização do Brasil é totalmente dependente das empresas imperialistas. Faremos alguns apontamentos acerca desta particularidade histórica do Brasil. E, para entender corretamente a formação das classes sociais típicas do capitalismo, é necessário observar a gênese das mesmas. As características da dominação burguesa podem ser observadas desde a sua gênese até a consolidação da burguesia no poder.

---

<sup>76</sup> Entendemos como via clássica o modelo de formação capitalista em que nações como Inglaterra, França e Estados Unidos romperam com o passado via revoluções, e os agentes econômicos ocuparam os espaços de produção naturalmente, formando-se economias autônomas e possibilitando processos de industrialização igualmente autônomos (CHASIN 1985).

<sup>77</sup> Compreendemos como via prussiana modelos de industrialização onde se tem a participação do Estado ora incentivando, ora protegendo a nascente indústria nacional; por tal via, não ocorram processos revolucionários, por isso a ala conservadora (reatualização de agentes do Antigo Regime) permanece como figuração importante na sociedade. Na Alemanha, a força dos proprietários de terras persistiu até o começo do século XX (Idem).

Para uma investigação mais aprofundada do surgimento de uma burguesia no Brasil e, conseqüentemente, da sociedade burguesa, será preciso atenção para algumas características econômicas e sociais que já estão presentes desde a gênese do país. Quando afirmamos acima que o Brasil não se caracterizou como uma formação feudal, e tampouco como um país capitalista, como chegou a afirmar Caio Prado (2004), referimo-nos ao fato de que os donos do poder no período colonial não poderiam ser identificados como burguesia. Em outras palavras, os senhores de engenho não poderiam assumir o papel como agentes que controlavam a organização, a produção, a circulação e a distribuição da economia no Brasil colônia. Pode-se concluir que os senhores de terra portavam tais características, que os distanciavam do burguês propriamente dito:

De um lado, porque não se pode associar, legitimamente, o senhor de engenho ao “burguês” (nem a “aristocracia agrária” à “burguesia”). Aquele estava inserido no processo de mercantilização da produção agrária; todavia esse processo só aparecia, como tal, aos agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu. Para o senhor de engenho, o processo reduzia-se, pura e simplesmente, à forma assumida pela apropriação colonial onde as riquezas nativas precisavam ser complementadas ou substituídas através do trabalho escravo (FERNANDES, 2008: 32).

É importante salientar que tais agentes figuravam na colônia, porém sem expressão alguma. —O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não

importando muito seu gênero de negócio [...]” (FERNANDES, 2008: 34). A iminência do desenvolvimento de uma burguesia necessitaria da formação de um Estado Nacional e de uma apreciável formação de centros urbanos. No período colonial, estava-se longe de surgir as bases materiais para a formação de uma burguesia e da sociedade capitalista.

A questão central para se compreender a transformação de uma sociedade colonial em uma sociedade burguesa — consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil” (FERNANDES, 2008: 37). Em outras palavras, consiste em buscar os agentes econômicos da formação de uma sociedade nacional. A questão principal é observar os agentes econômicos em conflito pela hegemonia econômica do país durante o período de transição do modelo econômico colonial para a consolidação do capitalismo, quando a burguesia se torna uma — classe para si” e o agente histórico revolucionário. É importante ressaltar que os móveis capitalistas, os meios de produção, já estavam dispostos na colônia pelas grandes lavouras e pela disposição da força de trabalho escrava, que será a base da consolidação do trabalho assalariado no Brasil. E é preciso considerar também o peso do latifúndio na formação da sociedade de classes e na economia nacional, uma economia voltada para o exterior. Até o final do período colonial, os recursos eram — demandados de dentro para fora”. Desta forma, até o início do século XVIII, quase nenhum excedente econômico fixou-se no Brasil, como pode ser observado segundo apontamentos de Fernandes (2008: 41-42):

De um lado, os processos econômicos, que ligavam tangencialmente a grande lavoura ao mercado externo (e, portanto, ao capitalismo comercial), desenrolavam-se na Metrópole ou nos países em que operavam os grupos financeiros que detinham o controle econômico do mercado dos produtos coloniais. Produzia-se, assim, uma inelutável canalização de renda de dentro para fora, ou seja, para a Coroa e, principalmente, para aqueles grupos financeiros (pois Portugal não possuía as condições econômicas para absorver com exclusividade ou predomínio as vantagens de sua conquista). Na medida em que todas as fases essenciais dos processos econômicos se desenrolavam fora da Colônia (do financiamento da produção agrária, dos transportes, da estocagem e venda do produto bruto, ao refinamento e venda do produto beneficiado), operava-se uma espécie de despojamento econômico residual que ocasionava, por si mesmo, estímulo ao crescimento econômico horizontal, estancamento da diferenciação econômica e eternização do estado de heteronômica econômica. Em outras palavras, o capitalismo comercial provocou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias, engendrava uma forma específica de capitalização.

A economia brasileira em sua gênese continha nexos de dependência ao capitalismo mercantil. Daí resultava que toda forma de dinamizar a economia que fosse voltada ao atendimento das necessidades da colônia era tolhida, pois os nexos de dependência não eram somente endógenos, mas exógenos, posto que as mercadorias produzidas no Brasil-colônia eram destinadas ao mercado externo e os produtos oriundos de países europeus eram exportados para o Brasil.



Devido ao pacto colonial, mercadorias manufaturadas não poderiam ser produzidas na colônia. A possibilidade de correção desta dependência, ao menos em parte, surge com o fim do pacto colonial. Mas atenção: trata-se, no caso, somente da possibilidade jurídica, pois faltavam outras circunstâncias que eram necessárias para o desenvolvimento de uma manufatura genuinamente nacional, que poderia ser base para uma industrialização autônoma.

Ademais, nos centros mais desenvolvidos das forças produtivas no período colonial, o latifúndio escravista tinha um círculo de relações mercantis fechadas em si. O latifúndio produzia em geral uma parte dos alimentos no seu próprio solo, a fim de seu autoabastecimento, exceto na obtenção dos meios de produção como o engenho e o trabalho escravo. Desse modelo de produção resultou que os senhores de engenho e outros senhores latifundiários escravocratas não forjaram as condições subjetivas capitalistas, ou seja, uma mentalidade capitalista de expansão de seus negócios.

A expansão das lavouras como negócios empreendidos de forma autônoma se observa a partir do fim do pacto colonial, em que tais agentes econômicos oriundos do período colonial puderam atuar com certa liberdade para comercializar seus produtos. Esta liberdade deve-se, sobretudo, à formação do Estado Nacional. Contudo, para sair da inércia do regime colonial, não bastava o fim do pacto colonial, mas deveriam surgir agentes de transformação social que buscassem o fim da escravidão e uma transformação na base da sociedade. Dada a conjuntura agroexportadora, esses agentes começam a surgir deste setor econômico, na medida em que os aristocratas se aburguesavam. Além da

classe dominante se aburguesar, outras quatro importantes determinações podem ser destacadas:

Esses fatores podem ser identificados historicamente, através de um processo político (a Independência vista à luz de suas implicações socioeconômicas seculares); dois tipos humanos (o —fazendeiro de café” e o —~~in~~grante”, encarados como figuras centrais das grandes transformações do cenário econômico, social e político); um processo econômico (mudança do padrão de relação dos capitais internacionais com a organização da economia interna); e um processo socioeconômico (expansão e universalização da ordem social competitiva). Na exposição subsequente, esses fatores histórico-sociais não serão objeto de uma análise exaustiva, pois apenas serão retidos alguns dos seus efeitos diretos ou indiretos que tiveram importância decisiva para o desencadeamento da —Revolução Burguesa” e sua assimilação sociocultural pela sociedade brasileira (FERNANDES, 2008: 48).

A Independência pode, sem dúvidas, significar uma revolução no sentido econômico, social e até mesmo cultural no Brasil. O pacto colonial se constituía como fator de —~~ca~~ração” de uma possível acumulação de capitais no Brasil. Entre os principais impactos da nova sociedade, consta a formação de agentes econômicos que atuavam na direção da transformação estrutural. O que importa frisar neste ponto é que a independência trouxe para dentro do país a capacidade de decisões sobre o rumo da economia e da política de modo geral. Mas todo movimento traz em si, simultaneamente, a ruptura e a continuidade de um processo de transformação, caracterizando-se como movimento dialético e contraditório. Ao passo que as elites passavam a utilizar parte

234

do excedente econômico historicamente drenado para fora em decorrência do pacto colonial, posto que a formação de um Estado nacional garantia que uma cota maior do excedente econômico ficasse em solo nacional, por outro lado, observa-se que nexos de heteronomia econômica eram mantidos, como o trabalho escravo, por exemplo. Fernandes demonstra com clareza este processo dialético:

A coexistência de elementos tão antagônicos provinha de uma realidade inexorável, percebida e apontada mesmo pelos homens que conduziam os acontecimentos (como José Bonifácio, por exemplo). A grande lavoura e a mineração, nas condições em que podiam ser exploradas produtivamente, impunham a perpetuação das estruturas do mundo produtivamente, impunham a perpetuação das estruturas do mundo colonial – da escravidão à extrema concentração de renda e ao monopólio do poder por reduzidas elites, com a marginalização permanente de enorme massa de homens livres que não conseguia classificar-se na sociedade civil e a erosão invisível da soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências. Portanto, a Independência foi naturalmente solapada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional (FERNANDES, 2008: 51).

A Independência, num primeiro momento, não tolheu certas forças conservadoras que se faziam presentes na colônia, aliás, tais forças foram até impulsionadas em certo sentido, entre elas o domínio

patrimonialista dos senhores de terras e suas famílias nos seus círculos de influência, assim como o acirramento do modelo escravista. O governo nacional, em particular o moderador, combinava perfeitamente com a mentalidade conservadora da elite nacional. Entretanto, a centralização da tomada de decisão, levada a cabo pelo Estado Nacional, retirava de certa forma o poder das elites, o que a princípio poderia representar certa democratização dos poderes políticos, mas acabavam de qualquer modo tolhendo a população livre. A dominação senhorial tornava-se sob o Estado Nacional outro tipo de dominação, pois os latifundiários são transformados em cidadãos, mas as massas de homens livres estavam fora da tomada de decisões no país. A gênese da formação nacional já demonstra, assim, uma concentração do poder econômico e político que surge da sociedade escravocrata e colonial.

A Independência nacional já começa a demonstrar uma constituição elitista da sociedade brasileira, assim como uma burguesia que vai incorporando todas as formas de dominação de classes autocráticas e antidemocráticas. Prosseguindo o debate da formação da sociedade burguesa, o que se deve destacar é que a partir da Independência o país terá condições de formar um mercado interno. Não que tal mercado fosse inexistente no período colonial, mas agora o Estado Nacional impulsionava o mercado nacional e sua integração. Contudo, o modelo econômico sofrera poucas alterações substantivas e a economia ou parte considerável do excedente econômico era ainda canalizada para o exterior. Em tal contexto, alguns centros urbanos obtiveram uma melhoria nas condições materiais de vida.

Embora organizada através de uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro, a economia brasileira produzia para fora e consumia de fora. Essas circunstâncias restringiram consideravelmente a amplitude e a intensidade do campo dentro do qual se processou, inicialmente, a absorção dos modelos de organização da vida econômica que podiam ser transplantados (FERNANDES, 2008: 111).

Mas, para que o país adentrasse propriamente no capitalismo, a economia nacional teria que provocar uma elevação nas condições materiais de vida, ou seja, parte da produção teria que estar voltada para o mercado interno, tanto a produção de bens de subsistência quanto a de bens manufaturados. O que não ocorria na velocidade necessária. Os agentes econômicos que freavam esse desenvolvimento eram aqueles ligados aos estamentos dominantes da produção colonial agroexportadora e ao setor de comércio exterior vinculado ao neocolonialismo e, posteriormente, ao imperialismo.

A análise até aqui desenvolvida conduz à conclusão de que os efeitos dinâmicos dos centros urbanos que florescia desde a Independência, inspirados em um modelo Europeu de consumo, traziam consigo a potencialidade de ruptura com o regime anacrônico, contudo, numa dinâmica estrutural de produção agroexportadora, firmada sob a égide do trabalho escravo, conforme acima analisado. A subordinação, política, legal e econômica ao regime agroexportador demonstrava a debilidade estrutural da economia nacional. Algumas observações de Fernandes ajudam a elucidar essa contradição:

Daí podia resultar um desenvolvimento paralelo do capitalismo no Brasil. Esse capitalismo não

continha, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões - uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de —capitalismo dependente” (FERNANDES. 2008: 113).

A nacionalização da economia era potencializada por políticas econômicas que tencionavam este aparecimento de um nacionalismo, entretanto, tais iniciativas, nunca conseguiram romper com o neocolonialismo e tampouco com a sutileza do domínio Imperialista. Os importadores e exportadores estavam umbilicalmente vinculados à heteronomia do capitalismo brasileiro. No período Imperial, os maiores avanços em aparelhamento institucional, tecnológico e pessoal deram-se nos setores de exportação e importação, agora livres do pacto colonial. Foi neste campo que a independência trouxe um maior dinamismo para engendrar uma formação capitalista. Portanto, uma evolução unilateral<sup>78</sup>, diferentemente de todo desenvolvimento nos países hegemônicos, onde a formação do mercado interno se desenvolvia simultaneamente com o comércio exterior. Só por um lado o capitalismo comercial era a fonte que inibia a formação de um mercado interno: no sentido de uma produção nacional para atender o consumo interno.

---

78

Centrado em uma produção mercantil voltada para o exterior, baseada no trabalho escravo, e num comércio que exportava tais produtos, importando os produtos que eram necessários para a subsistência do país, o desenvolvimento da manufatura ou a busca de formação da industrialização até esse momento foi débil. A formação capitalista no Brasil era —manca” por estar concentrada na mercantilização dos produtos agrários (PRADO Jr., 1995: 198).

Os agentes econômicos que deram mais dinamismo à formação do —capitalismo dependente” foram os —barões de café” e os —migrantes”, agentes que dinamizaram e levaram ao colapso a estrutura da economia colonial. O centro mais dinâmico desta economia localizou-se nos cafezais do oeste paulista. Os barões do café tiveram conotação mais progressista que os cafeicultores do vale do Ribeira, onde predominavam muitas características do domínio patrimonialista e arcaico. Pelo fato de incorporarem elementos mais burgueses, como a implantação do trabalho assalariado, os barões do café vão obter mais êxito que os outros cafeicultores.

Procuraram intensificar o trabalho escravo ou combiná-lo ao trabalho livre<sup>79</sup>, tentando promover

---

<sup>79</sup> A aristocracia agrária já percebia as vantagens do trabalho assalariado frente ao trabalho escravo. Marx (2008: 229-230, *grifos nossos*) dá-nos alguns apontamentos sobre como o trabalho assalariado é mais produtivo que o trabalho escravo: —Éta é uma das circunstâncias que encarecem a produção baseada na escravatura. O trabalhador aí, segundo a expressão acertada dos antigos, se distingue do animal, instrumento capaz de articular sono, e do instrumento inanimado de trabalho, instrumento mudo, por ser instrumento *dotado de linguagem*. Mas o trabalhador faz o animal e os instrumentos sentirem que ele não é seu semelhante, mas um ser humano. Cria para si mesmo a *consciência dessa diferença*, maltratando-os e destruindo-os passionalmente. Constitui, por isso, princípio econômico só empregar, na produção escravista, os *instrumentos* de trabalho mais *rudes*, mais grosseiros, difíceis de serem estragados em virtude de sua rusticidade primária. Até a eclosão da Guerra de Secessão, encontravam-se nos estados escravocratas banhados pelo Golfo do México arados construídos segundo velho estilo chinês, que fuçavam a terra como um porco ou uma toupeira, sem fendê-la nem revira-la . Vide J. E. Cairnes, *The slave power*, Londres, 1862, pp. 46 e segs. Em seu livro *Seaboard slave states*, [pp. 46, 47], diz Olmsted: —Mstraram-me aqui instrumentos que ninguém entre nós, no uso normal de sua razão, poria nas mãos de um trabalhador a quem pagasse salário. Na minha opinião, *o peso excessivo* e a rusticidade deles *tornam o trabalho, pelo menos dez por cento mais difícil* do que seria, se executado com os instrumentos que utilizamos. Asseguraram-me

a substituição paulatina daquele; concomitantemente, eliminaram todos os custos diretos ou indiretos, visíveis com que a ordem senhorial onerava a produção agrícola; substituíram ou aperfeiçoaram as técnicas agrícolas; ao mesmo tempo, modernizaram os transportes; e separaram o lar senhorial da unidade de produção, removendo os fatores de redução da produtividade que provinham das técnicas de organização e de dominação patrimonialistas da produção. As consequências dessas transformações na elevação da produção agrária foram indistintamente imputadas a —~~uma~~ roxa” (mesmo por observadores argutos por historiadores competentes). Todavia, nesse processo havia surgido outro tipo de fazenda. Esta deixara de ser domínio e passara a organizar-se, econômica e socialmente, como unidade especializada de produção agrária. Introduzia-se, no cenário brasileiro, a plantação comercial típica, associada ao regime de trabalho livre e voltada para a produção dos —~~produtos~~ tropicais” consumidos no exterior (FERNANDES. 2008: 135).

Acompanhando Fernandes (2008), são identificados neste processo dois tipos de barões do café. Um deles se identificava ao

---

que, em face do modo negligente e inepto como os escravos os utilizam, seria mau negócio fornecer-lhes algo mais leve ou menos tosco, e que instrumentos como os que confiamos aos nossos trabalhadores, para nosso proveito, não durariam um dia nos compôs de trigo da Virgínia, embora a terra seja mais leve e mais leve de pedras que a nossa. Do mesmo modo, quando perguntei por que nas fazendas substituíam geralmente os cavalos por mulas, a primeira razão apresentada e a mais convincente foi a de que os cavalos não podem suportar o tratamento que lhes costumam infligir os negros. Em pouco tempo arruinam ou aleijam os cavalos, enquanto as mulas aguentam as bordoadas e a falta ocasional de uma ou duas rações, sem prejuízo para seu estado físico. Não preciso ir além da janela do quarto onde estou escrevendo para ver, quase a qualquer hora, o gado ser tratado de modo que levaria qualquer fazendeiro do Norte a despedir imediatamente o vaqueiro”.



padrão do engenho, isolado da cidade, de crescimento horizontal, onde o lucro era investido somente na fazenda. O segundo buscava obter o maior lucro possível da fazenda e reinvestir em outros setores que fossem tão rentáveis quanto o café. Dá-se neste segundo processo a transformação do típico senhor de terras e de todo seu rastro escravocrata, que agora se torna o homem de negócios, astuto, alcoviteiro, malicioso etc. Com o fim do regime servil escravocrata, a dominação do barão do café dá-se por sua fortuna e não pela propriedade rural. O moderno fazendeiro do café não deixará de buscar meios e formas de aumentar seus negócios com o café, mesmo através de parceria com agentes estrangeiros; mas ao contrário das oligarquias tradicionais, vai aplicar parte de seu excedente econômico na ampliação do capitalismo comercial que impulsionava o crescimento do país. Ou, em certos casos, até mesmo estimulando a formação de pequenas e médias fábricas, tais como as de fabricação do “~~aco~~co de junta” para embalar o café para exportação. O barão do café, prevalecendo por seu poder político, utilizou o poder do Estado para garantir a valorização do preço do café, atitude nunca realizada nesta amplitude pelo senhor rural.

Também o imigrante cumpriu um papel importante na formação da economia capitalista nacional. O imigrante chega ao Brasil ainda no período Imperial, num Estado onde a elite agrária mantinha as rédeas da direção da Nação, sob a orientação de uma mentalidade ainda com fortes resquícios senhoriais. O imigrante europeu potencializou a integração econômica, papel renegado pela aristocracia rural e pela nascente Oligarquia rural. Do processo de imigração resultaram: —1) a expansão do trabalho livre, em volume e diferenciação, e 2) a expansão ao

consumo interno, também em volume e diferenciação” (FERNANDES, 2008: 155). O imigrante cumpre um papel determinante na ruína da estrutura estatal. Observemos os nexos causais de tais modificações mais de perto:

A questão não está tanto no fato de que o imigrante procedesse de economias capitalistas mais avançadas, nas quais o trabalho livre, o contrato, a livre competição etc. imperavam e organizavam as relações econômicas. Nem no fato correlato de que a ordem social escravocrata e senhorial degradava o trabalho humano e restringia ou eliminava as oportunidades econômicas frequentes numa economia de mercado capitalista. Ao que nos parece, ela reside no fato, bem mais simples, de que a acumulação estamental de capital, inerente àquela ordem social, constituía um processo econômico relativamente rígido e muito fechado. Nas condições imperantes no regime senhorial brasileiro, as oportunidades econômicas só eram abertas em duas direções: aos que dispunham de *status* senhorial na estrutura estamental da sociedade ou lograssem condições para atingi-lo (processo este que dependia das probabilidades de poder que aquele conferia e, portanto, que assentava a abertura relativa da sociedade estamental nos interesses especificamente senhoriais); aos que dispunham de bastante capital comercial ou financeiro para se inserirem, diretamente (como —negociantes” ou —capitalistas”), nos processos de comercialização inerentes às economias exportadora e importadora (FERNANDES, 2008: 156-157).

A Independência, com o surgimento do Estado Nacional sob a égide do poder moderador, vai possibilitar a emergência da base material que possibilita o trânsito de uma sociedade colonial para um

capitalismo dependente. Portanto, o Império foi um período de transição para o capitalismo dependente.

Nesse contexto, surgem as classes sociais que são fundamentais para a sociedade capitalista, a burguesia e o proletariado. Aqui estamos diante de um impasse: observamos que os agentes modernizadores absorviam modelos de dominação de classe que vinham da sociedade colonial. A classe trabalhadora vai carregar o ônus negativo desta formação econômica peculiar, colonial, onde o desprezo pelo trabalho escravo repercutiu no trabalho livre. Aqui, observa-se que elementos subjetivos característicos das oligarquias agrárias são transmitidos para a nascente burguesia. Na economia brasileira no período colonial, o trabalho braçal era relegado aos negros. O trabalho era sinônimo de trabalho escravo. Portanto, a fonte de valorização do capital era desprezada por todos os donos do poder, fosse a aristocracia, fossem os comerciantes. O desdém pelo trabalho braçal repercutia inclusive sobre os próprios artesãos.

Em suas reflexões, Fernandes (2008: 135) demonstra que na lavoura foi implantado o trabalho assalariado em larga escala, em substituição gradativa ao trabalho escravo. O revés que esta prática implicou ao trabalho livre foi a superexploração, evidente já na sua gênese por se encontrar de forma combinada trabalho livre e trabalho escravo. Isso inibia a essência do modo de produção capitalista, que se baseia na venda da força de trabalho como mercadoria. O trabalho escravo depreciava o valor do trabalho livre. Na colônia, já se encontrava essa contradição nos centros urbanos e comerciais. Onde

ainda predominava o trabalho escravo, restou aos trabalhadores livres apenas a subproletarização.

O trabalho livre, que já existia na colônia de forma muito secundária, vai assumir no nascente mercado de trabalho características bastante negativas. Ele irá ~~articular~~ articular-se estrutural e dinamicamente, ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo” (FERNANDES, 2008: 229).

As repercussões nas relações do trabalho assalariado e depreciado tiveram como palco o Oeste Paulista. Nos cafezais, havia um ~~in~~cretismo” de trabalho escravo e trabalho assalariado, e acentuava-se uma característica debatida no capítulo anterior: os donos do poder consideravam que o trabalhador se vendia a si próprio, não a sua força de trabalho. Em larga medida, os patrões tratavam os trabalhadores assalariados como escravos, os quais tinham que comprar diariamente, semanalmente ou mensalmente. A classe trabalhadora, por sua vez, absorve traços desta dominação por vínculos de gratidão e subserviência ao patronato. O trabalho livre nasce sob uma estrutura onde a aristocracia tornava-se uma oligarquia, juntamente com os grandes burgueses.

As especificidades do surgimento da classe trabalhadora no Brasil incidem sobre as formas de consciência de classe, mesmo por parte do operariado e da classe trabalhadora como um todo. Fernandes (2008: 231) aponta algumas destas características que acentuam a dominação de classe típica do Brasil:

Contudo, como a descolonização inicial foi mínima, graças à preservação da escravidão, da produção, colonização e da ordem escravocrata e senhorial, a dominação senhorial, primeiro, e sua transformação em dominação oligárquica, em seguida, bloquearam tanto econômica e socialmente quanto politicamente a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o controle conservador e do poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história. De novo, repete-se o círculo histórico da transição da sociedade colonial para sociedade imperial. Os que detinham a riqueza e o poder político puderam privilegiar seus interesses e posições de classe, acelerando essa formação societária no topo e impedindo, na medida do possível, sua consolidação na base da ordem social competitiva.

O desenvolvimento das forças produtivas sempre se assenta no desenvolvimento anterior, servindo de base para o desenvolvimento futuro. O capitalismo competitivo no Brasil surgiu do âmago do moderno mercado anterior, formado pela emancipação política frente à coroa portuguesa. O modelo econômico baseado na produção agrária voltada para atender ao mercado exterior, baseado na exploração do trabalho escravo, constitui vínculo com o capitalismo. O excedente desta atividade funcionava como fonte de acumulação e base para o surgimento do capitalismo competitivo. Este movimento acelera-se mais intensamente a partir do último quarto do século XIX. Assim a revolução capitalista transferia gradativamente os móveis econômicos capitalistas do campo para a cidade.

A cidade converteu-se em centro do desenvolvimento capitalista interno, sem que fosse necessário se estender ao campo qualquer

desdobramento da revolução urbana. Todavia, os problemas reais da política econômica das camadas hegemônicas giravam em torno da consolidação e da pulverização do mercado capitalista moderno. A revolução urbana significava lançar o peso do desenvolvimento capitalista sobre o trabalho escravo e o regime de produção escravista (FERNANDES, 2008: 269).

Somente no ápice do desenvolvimento do mercado moderno poderiam se dar os saltos qualitativos e uma arrancada em direção ao capitalismo competitivo. Um dos marcos deste desenvolvimento foi dado pela expansão da produção. Por conseguinte, impôs-se a necessidade de mais força de trabalho, sem a possibilidade de se importar escravos, ou de se recorrer ao assalariamento dos escravos libertos. Não se poderia, por tais meios, saciar a necessidade de força de trabalho demandada nas lavouras, em especial a lavoura de café, e posteriormente, nas cidades. A alternativa para contornar esta situação foi a absorção do imigrante e do pobre nativo na esfera produtiva.

O desenvolvimento capitalista teria inevitavelmente que se transformar constantemente para se adaptar aos imperativos do trânsito do capitalismo comercial para um capitalismo competitivo; especialmente no contexto das particularidades históricas do Brasil, ou se respondia a esses imperativos de expansão ou o país aprofundava sua crise. Muitas economias latino-americanas entraram em crise por conta desta transição para o capitalismo competitivo. Contudo, não foi o que ocorreu no Brasil, devido à flexibilidade do país. Esta “flexibilização” permitia ao Brasil romper as barreiras de uma simples economia colonial, e permitia ao comércio preparar a largos passos o capitalismo,

sobretudo, com a vinda dos imigrantes para suprir a necessidade de força de trabalho.

O mercado no capitalismo torna-se a centralidade da base material da vida humana, nas condições deste modo de produção da vida. O que compreende também elementos subjetivos, formados em relação recíproca com esta base material. No Brasil há o deslocamento de uma subjetividade que tinha como meta o *status* social através de uma dominação patrimonialista como expressão da riqueza, para uma subjetividade que se identifica com a objetividade da sociedade burguesa. Na colônia, a expressão de poder era a fazenda, a dominação do trabalho escravo, bases da formação da concepção de mundo da aristocracia rural. No alvorecer da sociedade burguesa no Brasil, esse elemento subjetivo vai ser substituído pela forma mais pura e simples da quantidade de dinheiro que um indivíduo possui, concepção de mundo da burguesia e incorporada pela oligarquia. As mudanças na subjetividade das oligarquias transformavam a sua objetividade ao passo que tencionavam tais mudanças na sociedade, na economia, na cultura etc., no sentido de absorver os móveis capitalistas inspirados nos países hegemônicos.

Eram estes agentes econômicos que forcejavam o país a avançar para o capitalismo competitivo e a superar a estrutura colonial, o que se encaminha para o retorno ou a fixação dos limites da subserviência econômica aos países capitalistas centrais. Ao se configurar um mercado interno de consumo e em expansão, podem-se assegurar as bases para a diferenciação da economia – o que favorece, por sua vez, o crescimento da indústria e de outros serviços que até então não existiam no Brasil.

Quando a economia competitiva atinge uma fase de integração nacional do mercado e de diferenciação do sistema de produção industrial, as substituições de importações se tornam não só uma realidade banal, como um processo de longa duração, com tendências a aumentar continuamente. É, pois, na organização, diferenciação e reintegração do sistema econômico que se deve procurar a explicação tanto para as possibilidades de substituição de importações de do seu aumento constante quanto para as repercussões em cadeia das substituições simultâneas ou sucessivas sobre os dinamismos do mercado ou do sistema de produção industrial. (FERNANDES, 2008: 285)

A partir de 1920, o país começa a observar as mudanças com o amadurecimento do capitalismo competitivo, mudanças que já estavam em germen no final do século XIX. Ao se expandir, o capitalismo competitivo explicitava a contradição da dupla articulação da economia brasileira, que se expressava na revitalização do arcaico sob o prisma da grande propriedade fundiária e, simultaneamente, o abuso na extração da mais-valia na cidade, onde o trabalhador vivia —~~donal~~ a pior”. Sobre este novo arranjo do capitalismo competitivo no Brasil, há algumas considerações pendentes. Primeiro, que as oligarquias e as diversas expressões da burguesia não poderiam expandir o capitalismo sem vincular-se à dominação imperialista, que recolocava e aprofundava a dominação do capitalismo dependente. Segundo, se recompunha a atuação da diferenciação dos negócios da burguesia, pois com a intervenção do imperialismo eram transferidos novos setores produtivos para o Brasil. Essa transferência de tecnologia, em especial da indústria,

248



garantia altos lucros para o imperialismo. Ao passo que a dominação imperialista se aprofundava, o país arrancava em direção da universalização dos costumes e modo de produção capitalista.

A concorrência entre o capital estrangeiro e nacional era desigual, pois o primeiro, quando transferia a sua produção para os países periféricos, como o Brasil, chegava com as forças produtivas mais avançadas, com amplas vantagens sobre as empresas concorrentes nacionais. Além disso, não somente novas tecnologias aportavam com estas novas empresas no Brasil: o modo de organização do trabalho era simultaneamente introduzido. Foi assim que o fordismo-taylorismo surgiu no país, implantado pelo imperialismo.

Ou seja, quando o país mal se afirmava pelas vias do capitalismo competitivo, o imperialismo introduzia o monopólio com um sistema tecnológico moderno, baseado na grande indústria, na energia elétrica e no motor a explosão, características da Segunda Revolução Industrial. Neste passo, a burguesia só poderia se afirmar como agente econômico dominante mudando sua postura diante das oligarquias nativas tradicionais, buscando vincular-se ao imperialismo, na passagem para o capitalismo monopolista. Aprofundando no Brasil a formação de um capitalismo dependente.

Consolidara-se uma situação de dependência que se vinha formando havia muito tempo, mas que somente agora encontrará seu equilíbrio definitivo. O Brasil se torna um largo e seguro campo para as inversões de capitais, este encontrarão melhor acolhida e abrir-se-ão para eles as mais vantajosas aplicações. Onde quer que se apresente uma perspectiva favorável, no setor financeiro como no econômico, lá estarão eles

como primeiros candidatos à oportunidade, e procurando tirar do país toda a margem de proveitos que ele era capaz de proporcionar (PRADO, 1994: 223).

Até aqui, debatemos a formação capitalista no Brasil e sua emersão como modo de produção, alcançando um quadro de totalidade das relações sociais. Buscamos indicar elementos que demonstram que o capitalismo dependente só se expande na medida em que se atrela ao imperialismo. Seria conveniente expor a seguir algumas características da primeira fase do imperialismo, a fim de elucidar posteriormente a conjuntura do país.

Um primeiro autor que realiza esse trabalho de análise do imperialismo sob o prisma do marxismo foi o austríaco Rudolf Hilferding. Após seu trabalho, surgiram outros grandes expoentes na análise do imperialismo, como Lênin (2010) e Rosa de Luxemburgo (1985). Embora seja importante mencionar que estas duas últimas análises não são idênticas, e são até mesmo conflitantes, elas convergiam na crítica decidida ao caráter autoritário, tendencialmente conflitante e desumano do período imperialista. O imperialismo vai acentuar a tendência e beligerante do capital.

O imperialismo somente pode se consolidar quando o capitalismo chega a níveis intensivos de concentração e centralização do capital, ou seja, desde a criação de vários monopólios. Tal processo começa no último quartel do século XIX e estende-se pelo início do século XX, quando se acumulavam crescentemente os capitais, numa dinâmica onde, conseqüentemente, os grandes aniquilavam os médios e

os pequenos capitais. Nesse contexto, os monopólios de capitais passam a centralizarem-se nos bancos.

O imperialismo tem traços mais intensos, no começo do século, na Alemanha e nos Estados Unidos, países que largaram atrás na corrida da acumulação capitalista (em relação a França e Inglaterra), e que chegaram a uma concentração tão grande na indústria que impôs e intensificou sua dominação em países coloniais e semicoloniais (como o Brasil). Os trustes, que formam os monopólios, concentram não somente o capital, mas a força de trabalho e, principalmente, a alta tecnologia, favorecendo largamente a concentração e centralização do capital. Alguns exemplos ilustram a dimensão da centralização do capital:

Na Alemanha, por exemplo, em cada 1.000 empresas industriais em 1882, 3 eram grandes empresas, quer dizer, empregavam mais de 50 operários assalariados; em 1895 eram 6 e 9 em 1907. De cada 100 operários correspondiam-lhes, respectivamente, 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que a dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como indicam os dados relativos às máquinas a vapor e aos motores elétricos. Se considerarmos aquilo a que na Alemanha se chama indústria no sentido lato desta palavra, quer dizer, incluindo o comércio, as vias de comunicação etc., obtemos o seguinte quadro: grandes empresas, 30.588 num total de 3.265.623, isto é apenas 0,9%. Nelas estão empregados 5.700.000 operários, num total de 8.800.000, ou seja, 75,3%; energia elétrica, 1.200.000 kilowatts para um total de 1.500.000, ou seja, 77,2%. Menos da centésima parte das empresas têm mais de  $\frac{3}{4}$  da quantidade total da força motriz a vapor elétrica! Aos 2.970.000 pequenos estabelecimentos (até 5 operários assalariados), que constituem 91% de todas empresas,

correspondem unicamente 7% da energia elétrica e a vapor! Algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada. [...]

Em outro país avançado do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. Neste país, a estatísticas considera à parte a indústria, na acepção estrita da palavra, e agrupa os estabelecimentos de empresas (num total de 216.180, isto é, 0,9%), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam 1.400.000 operários (num total de 5.500.000, ou seja, 25,6%), e o valor da produção ascendia a 5,6 bilhões (14,8 bilhões, ou seja, 38%). Cinco anos (num total de 268.491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6.600.000, isto é, 30,5%) e 9 bilhões de produção anual (em 20,7 bilhões, isto é, 43,8%) (LÊNIN, 2010: 17-18).

A importância de se apresentar a dinâmica dos monopólios e da dominação burguesa impõe-se não somente pelo poder do grande capital frente ao pequeno capital. Soma-se a essa conjuntura a fusão destas grandes empresas com o capital dos grandes bancos, num movimento que põe fim ao capitalismo concorrencial. Neste contexto, se destaca uma figura particular: o rentista, que financia os grandes monopólios para sua expansão, associando-se aos empreendimentos monopolistas através de compra de ações, ou mesmo por empréstimo direto.

O imperialismo apresenta uma peculiaridade que auxilia muito a elucidação dos problemas enfrentados na presente dissertação. Trata-se do investimento dos capitais imperialistas na periferia, com a obtenção de taxas de lucro muito superiores em relação às que são obtidas nos países do centro do capital. Isto decorre do pleno

desenvolvimento do capitalismo realizado nos países mais desenvolvidos. Os ramos produtivos comerciais e de transportes – locais onde a aplicação tradicional do capital obtém lucros –, devido à concorrência, tornaram-se pouco atrativos para a aplicação de novos capitais, pois esses mercados nos países de ponta do capitalismo tinham e têm grandes empresas constituindo cartéis, trustes e monopólios. Portanto o investimento em algum ramo do capital produtivo ou usurário necessitava de grande quantidade de capital dinheiro. Desta forma os investimentos nos países periféricos tornaram-se mais atrativos.

A relevância e o interesse mais direto em discutir minimamente a fase clássica do imperialismo dão-se em decorrência do surgimento dos grandes conglomerados industriais de frigoríficos no Brasil. O processo de industrialização de carnes constitui um empreendimento que tem retorno somente quando organizado sob os alicerces monopolistas, o que revela que o mercado de industrialização de carnes é um mercado seletivo, no qual somente podem entrar grandes capitais. Portanto, não é qualquer empresa de milhares de reais (ou dólares) que pode se sustentar<sup>80</sup> diante destas grandes indústrias. Cabe então perguntarmos: quem são os parceiros dos frigoríficos na empreitada da formação de grandes indústrias? Buscaremos dar alguns indicativos dessa resposta

---

<sup>80</sup> Quando uma empresa está num mercado monopolizado, tem-se classicamente três alternativas: 1) Trabalhar com uma taxa abaixo da taxa média de lucro; 2) Receber proteção de barreiras comerciais, caso o concorrente seja de outro país; ou 3) receber subsídios do governo, seja como forma de incentivos diretos, seja na forma de empréstimos com prazos muito dilatados, para tornar-se uma empresa de grande vulto. Caso lapidar dos frigoríficos no Brasil.

mais adiante, quando nos dedicaremos a analisar a especificidade do capitalismo brasileiro e sua forma típica de dominação burguesa.

Se o pensador alemão de Colônia, autor de *O Capital*, estiver correto – e acreditamos que está – o que move a sociedade burguesa são as lutas de classes, e o período monopolista em sua política expansionista procura colocar a classe trabalhadora europeia e estadunidense em contraposição aos anseios históricos universais, ou seja, buscou-se fragmentar a classe trabalhadora mundialmente. Os interesses de classes no centro do capital eram em larga medida contrapostos aos interesses dos trabalhadores da periferia do capital. O resultado desta “~~tr~~apia” foi exorcismo do espectro vermelho que ronda a Europa e os EUA, sobretudo após a revolução de 1917. O capital aplicado na periferia tem mais uma determinação que é a busca de lucros vultuosos, mas serve também para criar uma fragmentação na classe trabalhadora a nível mundial. Como já apontado em nota de rodapé deste trabalho, o excedente econômico criado com o imperialismo vergou a implantação do Estado de Bem-Estar-Social, assegurando-se reivindicações históricas da classe trabalhadora como a redução da jornada de trabalho para oito horas.

À classe trabalhadora em solo latino-americano e nos países periféricos restou o ônus do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, ou seja, restou não somente o trabalho explorado, como no centro da capital, mas o trabalho superexplorado. Conforme as palavras de Lênin:

A descrição que Schulze-Gaevernitz faz do imperialismo britânico mostra-nos os mesmos

traços de parasitismo. O rendimento nacional da Inglaterra duplicou aproximadamente entre 1865 e 1898, enquanto as receitas provenientes do exterior durante esse mesmo período aumentaram *nove vezes*. Se o mérito do imperialismo consiste em *educar o negro para o trabalho* (é impossível evitar a coerção...), *o seu perigo consiste em que a Europa descarregue o trabalho físico – a princípio o agrícola e mineiro, depois o trabalho industrial mais rude – sobre os ombros da população negra* e se reserve o papel de *rentier*, preparando talvez desse modo a emancipação econômica, e depois política, das raças negra e vermelha (LÊNIN, 2008: 104, *grifos nossos*).

Na citação acima, a expressão —educar o negro”, referida à África, pode ser substituída por —educar o índio”, o —negro” e o —migrante” do continente sul-americano. Essa partilha do mundo que o imperialismo processou acentuou uma tendência do capitalismo em fragmentar a classe trabalhadora. Disto resulta que as camadas mais bem pagas da classe trabalhadora não se identificam com a concepção de mundo que corresponde às demandas de emancipação do proletariado propriamente dito. O imperialismo é uma resposta à necessidade voraz do capital. Em primeiro lugar, tem por objetivo a garantia e o aprofundamento da concentração e centralização do capital em poucas mãos. Em segundo lugar, é uma resposta dada num contexto de acirramento da luta de classes, onde o proletariado avança como organização de —~~classe~~ em-si” a —~~classe~~ para-si”, colocando em risco a dominação burguesa. Outro aspecto a ressaltar é que tal dinâmica é resultado também da operacionalização da lei do valor-trabalho, que precisa expandir-se para todos os quadrantes do mundo.

No capitalismo avançado, monopolizado ou imperialista, existe a concorrência entre os oligopólios. Dificilmente um setor econômico é dominado por uma única empresa monopolista; dificilmente uma empresa poderia obter uma produtividade maior somente pautada no maquinário; desta maneira ocorreria uma taxa de mais-valia extraordinária. Podemos pensar o caso clássico da produção monopolista, a indústria automotiva. Como se trata de luta entre gigantes monopolistas, estas diferenças logo desapareciam, pois uma empresa, por possuir grande capital, não tardaria a buscar o incremento de seu capital constante com a maior tecnologia possível.

Os grandes conglomerados buscavam auferir lucros não somente pelo grande capital aplicado em grandes empresas, mas buscavam ao mesmo tempo intensificar as formas de exploração. Neste sentido, recorreu-se a um controle mais rígido entre as partes orgânicas do capital, ou seja, uma interação melhor entre capital constante e capital variável.

A produtividade do trabalho nos países imperialistas não ocorria *somente* em decorrência do maquinário mais desenvolvido, mas surgiam formas de organização do trabalho que intensificavam a exploração, ao mesmo passo em que a elevação técnica das forças produtivas avançava. As empresas passaram a explorar de forma mais intensa o próprio trabalho vivo. Uma organização do trabalho mais intensa possibilita o aumento da produtividade do trabalho, mesmo sem que seja empregado novo maquinário ou qualquer nova ferramenta. Assim, o capitalismo monopolista buscou incrementar sistemas mais engenhosos de organizar a força de trabalho e o espaço interno das fábricas.



Eis que surgiu no final do século XIX a chamada administração científica, ou seja, mais uma maneira de organizar o espaço interno das fábricas a fim de intensificar a extração de mais-valia relativa, sendo Taylor o precursor desse modelo. Os conceitos tayloristas vão ao longo do tempo se constituir como a base para a organização dos processos produtivos dos frigoríficos. A partir dessas descobertas gerenciais, Henry Ford constituiu o modelo de organização fabril monopolista, sendo que alguns de seus conceitos já eram utilizados nos frigoríficos de carne bovina em Chicago.

A base sócio-material, na qual a indústria fordista consolidou-se, respondia à necessidade de estrutura de produção baseada na segunda revolução industrial<sup>81</sup>, simultaneamente, intensificando o processo de monopolização capitalista. O resultado dessa organização do trabalho foi a criação de um modelo de produção denominado como fordista.

---

<sup>81</sup> Antes do esclarecimento sobre a segunda revolução industrial, cumpre pontuar, em relação à primeira revolução industrial, que a grande indústria baseada na maquinaria surge no final do século XVIII. A maquinaria moderna se baseava na substituição da força motriz realizada por seres humanos para um sistema automático. Esse sistema substituiu movimentos repetitivos da manufatura. A título de exemplo, no caso do tear mecânico, esse mecanismo era movido por um sistema de correias impulsionadas por vapor. A primeira revolução industrial se baseava, pois, na maquinaria, que substituiu a força humana por movimentos repetitivos impulsionados pelo vapor. Surgem também, além da maquinaria industrial, as locomotivas e os barcos movidos a vapor. A segunda revolução industrial incrementa os referidos mecanismos com a energia elétrica, substituindo o carvão como força produtiva motriz e criando os eletroeletrônicos. O que se expande, por exemplo, para os meios de comunicação como o rádio. Também cumpre mencionar a criação do motor a combustão interna, que resultou na criação do automóvel, entre outras invenções.

A produção fordista foi uma invenção de Henry Ford. Antes de tornar-se um magnata do setor automobilístico, Ford era mecânico e construtor, engenheiro na teórica e na prática, envolvido na fabricação de veículos de corrida. Em 1903, ele adquire uma parte de uma fábrica, que seria a primeira planta industrial da Ford Motor Company. A partir de então, assumiu o cargo de gerência, porém não deixara de utilizar seus estudos de mecânica. Incorporou algumas ideias da organização do trabalho desenvolvidas por Taylor, ideias que por volta de 1920 estavam em voga nos EUA. Ford foi o primeiro a idealizar uma produção homogênea, a fim de diminuir o valor dos automóveis produzidos em massa<sup>82</sup>, sobressaindo-se e impondo-se em relação a outros fabricantes norte-americanos de automóveis.

O fordismo não apenas padronizou os produtos que fabricava, padronizou também os movimentos que os operários faziam através de um sistema mais complexo de trabalho, mais simples, contudo, para os operários. O incremento organizativo passava por dois pontos decisivos:

- a) Um mecanismo de transferência, que pode ser trilho, uma esteira, ou um conjunto de ganchos ligado a um mecanismo de tração integrado a um comando único que lhe transmite um movimento regular ao longo do tempo. A cada um desses ganchos, ou em cima da superfície da esteira, os objetos de trabalho são atados e assim transferidos para praticamente todas as seções de trabalho em que se divide o setor de produção, sofrendo a

---

<sup>82</sup> Segundo Teixeira (1995: 35) o fordismo era tão eficaz que possibilitou a Ford fabricar o modelo T reduzindo expressivamente o número de operários/hora necessários à montagem numa redução de 12,5 horas para 1,5 hora. O preço do “Ford bigode”, como ficou conhecido no Brasil, seguiu o mesmo caminho, começou em 850 dólares e baixou para 310 dólares, sendo 40% mais barato do que seu concorrente mais próximo.

intervenção dos trabalhadores (que, por sua vez, se encontram distribuídos uniformemente em cada ponto dessas seções) até que possa ser então retirado dessa linha, testado, embalado elevado ao estoque de produtos acabados;

- b) Um conjunto de postos de trabalho uniformemente dispostos lado a lado, a cada trecho por onde passa o objeto de trabalho trazido pelo mecanismo de transferência, menos quais já estão presentes, na forma de pequenos estoques e com mecanismo que permitam seu mais fácil acesso aos trabalhadores, os instrumentos, as ferramentas e as matérias-primas que serão utilizadas por eles na tarefa estritamente determinada que têm para cumprir. Esses postos de trabalho são geralmente numerosos, ocupados por um trabalhador cada e ordenados de forma linear, é mínima a intervenção de cada um na produção como um todo (correspondendo a um número pequeno de operações), a cada um deve ser levado o objeto de trabalho semitransformado no mesmo ritmo (PINTO, 2007: 42-43).

O primeiro resultado prático de tal experiência foi a anulação do processo cognitivo do trabalhador frente às necessidades do trabalho. Ou seja, o fordismo reduziu mais do que nunca o trabalhador a apêndice da máquina. Assim como desejava Taylor, o trabalhador foi submetido com maior intensidade ao trabalho estranhado/alienado, animalizado. O resultado era o alto nível de absenteísmo e, conseqüentemente, de rotatividade, em especial nos locais do “chão de fábrica”.

Não tardou e a Ford tornou-se a maior montadora de automóveis do mundo. O maior controle sobre os trabalhadores expressou-se como várias derrotas da classe trabalhadora. Um exemplo

típico é dado pelo próprio Ford que demitiu os trabalhadores mais experientes por ocasião da revolta de seus funcionários frente à inovação da esteira. Como se não bastasse, Ford contratou novos funcionários sem especialização para o lugar dos trabalhadores rebelados. E com salários ainda menores do que aqueles dos trabalhadores em greve. Os trabalhadores grevistas capitularam diante desse quadro e voltaram ao trabalho aceitando as mesmas condições de trabalho. O processo em curso era mais potente, automático e funcional, visto que menos dependente de valores individuais. Um processo absolutamente distinto daquele em que o trabalhador era dotado de um conhecimento completo da produção, como fora antigamente o artesão.

A indústria fordista baseava-se na fabricação de produtos mais ou menos homogêneos, ou seja, produtos “iguais”, como o próprio “Ford bigode”, onde todos tinham um mesmo padrão, a cor preta (pois esta cor secava mais rapidamente que outras). A fábrica de automóveis Ford utilizou um novo processo para a fabricação de automóveis: a produção era verticalizada, ou seja, realizada dentro de própria fábrica, buscando-se fornecedores externos de forma secundária ou esporádica, sendo, pois, uma característica deste processo a produção desde o parafuso até os pneumáticos pela própria empresa Ford (ANTUNES, 1999: 37).

O destaque aqui dado a estas modificações na dinâmica produtiva da indústria capitalista, nos processos de trabalho, em decorrência do capitalismo monopolista, tem por objetivo situar o debate mais específico da presente pesquisa. No caso, ressalta-se que os frigoríficos brasileiros, como um ramo particular da indústria, inspiram-

se largamente nesta organização do trabalho. Ao introduzir essa grande indústria no Brasil, o imperialismo estava exportando esta nova tecnologia.

A aplicação do modelo fordista nos frigoríficos proporcionou a fragmentação do trabalho de maneira mais veemente, reduzindo os movimentos do operário ao máximo possível, de forma exaustiva e repetitiva, o que implicava para o trabalhador, no limite, em fazer apenas um movimento. Enquanto na indústria automobilística o trabalhador tem que apertar parafusos, no frigorífico, o “aqueiro” é responsável por desossar uma peça de carne como a picanha. Enquanto o elo entre os trabalhadores na empresa fordista dava-se por uma esteira mecanizada, que unia os trabalhadores fragmentados, nos frigoríficos este processo é realizado pela nória. Essa organização do trabalho acentua a tendência de desgaste do trabalhador em decorrência de uma intensa repetição de movimentos.

A grande produtividade do capitalismo monopolista incidirá na luta de classes, com o incremento de um modelo econômico onde o Estado passa a ter um papel preponderante. Por um lado, o Estado deixará de utilizar especialmente a força para manter seu domínio. Tanto os espólios retirados no mundo, como a alta produtividade do trabalho no centro do capital possibilitavam aos centros imperialistas a sustentação de uma acumulação e de uma política fiscal que destoava de todo o mundo. Essa conjuntura vai tornar-se predominante no centro do capital Europeu Ocidental, na América do Norte e no Japão, depois da segunda Guerra Mundial, onde o imperialismo, em sua segunda fase,

pode aproveitar a onda longa de crescimento econômico para sustentar um Estado de Bem-Estar-Social (MANDEL, 1985: 76).

O “Estado-Providência”, como ficou conhecido, apresentava características importantes que precisam ser pontuadas, dentre elas: —Pleno Emprego”, ou —uma taxa de desemprego que, de acordo com cada país, é inferior a 2,5% ou 4% da mão-de-obra assalariada ou da população ativa” (MANDEL apud LARA, 2008: 298); pagamentos de salários acima do restante do mundo, como em relação às atividades realizadas na periferia; Serviços Universais de Saúde, Educação, Previdência Social, Política Habitacional.

A chamada —ondalonga” da economia burguesa começa no Pós-Segunda Guerra e estende-se até o início da crise estrutural do capital. Sobre os efeitos desta crise, retornaremos mais adiante, quando debatermos as condições do capitalismo periférico e as alternativas à crise, dentre as quais, o Estado Neoliberal. O que ressaltamos neste ponto é que o “Estado de Bem Estar” somente se torna possível mediante a atuação do imperialismo, que espolia os recursos e o excedente econômico de todo mundo.

Interessa pontuar que na América Latina o capitalismo monopolista se desenvolvia reforçando a superexploração. O trabalho mais rude, conforme mencionado acima, era executado na —periferia”. Desta forma observamos que, nestes países, as indústrias apresentam alto grau de poluição da natureza, trabalhos mais insalubres, onde o peso do trabalho vivo é muito maior que o trabalho morto, ou melhor, o capital constante faz-se menos necessário que no centro do capital. Esta particularidade da atuação do imperialismo e do capitalismo

monopolista nas Américas e no Brasil é um importante exemplo desta atuação.

Como é *práxis*, esta particularidade do monopólio absorve todos os recursos das forças produtivas, o que faz do —capital social total” um ramo específico de produção ter absorvido as outras forças produtivas menos capitalizadas (MESZAROS, 2002: 65).

A industrialização no Brasil fez-se vicejando a substituição das importações e a industrialização dos produtos agrários. Quando a industrialização atingiu o campo, acentuou o processo de monopolização neste setor econômico. Esta nova forma de produção, ao tornar-se o capitalismo monopolista uma tendência dominante, fará surgir no campo uma tendência de centralização de capital, de forma mais aguda, através da produção agroindustrial. No Brasil, a industrialização da produção agrária foi incrementada ao modelo do setor mais antigo de produção.

Com a decadência e a estagnação da produção açucareira no Nordeste, este setor é introduzido definitivamente na revolução industrial. A produção açucareira no Brasil, desde a colônia até o início do século XX foi baseada no engenho. A modernização da produção através da indústria acentuava um traço da estrutura agrária, a concentração fundiária, e aos poucos, encaminhava a perda do poder político das elites agrárias para a indústria.

Caio Prado Júnior apresenta como ocorre a gênese deste processo e as particularidades que cercam a atuação da agroindústria, que tende a monopolizar os meios de produção que estão —gravitando”

em seu redor, o que em linhas gerais se assemelha a todos os outros ramos da grande indústria:

A par desta progressiva absorção realizada pela usina, e a consequente concentração da riqueza que ela provoca – fato este da maior importância social – desenrola-se o drama das relações entre ela e seus fornecedores de cana. É uma luta permanente. Não é somente uma questão de maior ou menor preço da cana que está em jogo, mas a própria subsistência, como vimos, do fornecedor. Este é ameaçado cada vez mais pelo crescimento progressivo das *lavouras próprias das usinas* que vão assim, paralelamente, reduzindo suas aquisições de matéria-prima. Mas os fornecedores constituem no Norte uma classe numerosa e ainda politicamente forte. São sucessores e descendentes dos antigos —sehores de engenho”, cujo grande prestígio passado ainda se projeta em nossos dias. Eles fazem frente aos usineiros, e obtêm leis que fixam obrigatoriamente as quotas de matéria-prima a serem adquiridas por aqueles (1934). Contudo as usinas, mais folgadas com a limitação e contingenciamento da produção (estabelecidas como vimos em 1933), continuam no seu processo de absorver as propriedades canavieiras. A lei fixara o montante da contribuição de cada fornecedor; mas nada impedia que usinas adquirissem a propriedade do fornecedor, e com ela o seu direito ao fornecimento. E é o que efetivamente se verificará, reduzindo-se cada vez mais, no conjunto, a parte da cana que as usinas adquirem no exterior dos seus domínios. Em Pernambuco, o maior produtor do país e onde o problema é mais agudo, a contribuição dos fornecedores na produção das usinas, desce entre 1929-30 e 1944-45, de 75% para 46% (PRADO, 1994: 248).

Ao adentrar a produção capitalista propriamente dita no Brasil, a produção agrária não se desconcentrou, tal como ocorreu na Europa,



onde a burguesia expropriou grandes lotes de terra dos antigos senhores feudais para distribuí-los aos camponeses. No Brasil, o que ocorre é uma concentração de capital ainda mais abrupta, pois, como demonstra Caio Prado, as Oligarquias por deterem o poder político, ainda resguardavam seus interesses através do Estado. Os pequenos proprietários camponeses foram tragados pelo grande capital, sendo pouco a pouco despojados das suas terras, ou de forma violenta, ou falidos pela concorrência desigual com o capital.

A substituição gradativa do poder político das oligarquias pelo poder da burguesia nacional e do imperialismo transcorria paulatinamente. Delimitando o campo analítico, pode-se afirmar que em Barretos, cidade tradicional na produção pecuária e dominada politicamente por essa classe de proprietários, a chegada do frigorífico Anglo provoca uma mudança na correlação de forças. Mesmo que os latifundiários quisessem manter-se, de alguma maneira, no poder, não poderiam desconsiderar a presença desta indústria, à qual estavam intimamente vinculados, pois tinham que vender sua produção para este frigorífico.

Esse processo no Brasil sempre foi perpassado por essa dinâmica. As oligarquias começam a perder o poder econômico, se mantendo de alguma maneira com o poder político. O que evidencia, mais uma vez, que a consolidação do capitalismo no Brasil não corresponde ao desenvolvimento histórico próprio dos países hegemônicos.

O capitalismo brasileiro, no início do século XX, assemelha-se com o capitalismo competitivo, quando no mundo o capitalismo já havia

avançado para um plano superior, alcançando o estágio monopolista e, portanto, imperialista. A burguesia nacional, que buscava sua afirmação como classe hegemônica, necessitava vincular-se ao imperialismo. Para isso foi preciso rever suas conciliações com as classes tradicionais, com as oligarquias, pois o imperialismo passa a exercer uma pressão maior para a modernização das estruturas econômicas de forma mais intensa que no período neocolonial.

Os dinamismos da economia capitalista mundial impuseram, de fora para dentro, o seu próprio tempo histórico. Aos poucos se forcejava a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. O que determinou essa transição não foi o espírito revolucionário da burguesia brasileira, tampouco os resultados do alargamento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizada desde dentro. O que forcejava o trânsito da economia capitalista de um momento para o outro, foi um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. —Ess grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo” (FERNANDES, 2008: 253).

Nos inícios do século XX, no fim da República Velha, aprofundava-se a largos passos a consolidação de uma crise do poder burguês, devido ao próprio desenvolvimento da burguesia que, em primeiro lugar, entrava em um embate com as forças do capitalismo competitivo em contradição com o capitalismo monopolista, demonstrando o vínculo da burguesia nacional com o imperialismo. A

burguesia nacional estava em contradição com as oligarquias detentoras do poder estatal e lançava mão dos expedientes para que seus anseios fossem garantidos. Com isto impedia que fossem totalmente absorvidos ou pelo imperialismo ou pela burguesia nacional<sup>83</sup>. Além da luta pelo poder pelo alto, a burguesia e a oligarquia se confrontavam com o fruto autêntico do capitalismo: o proletariado que, contra os interesses da burguesia e das oligarquias, buscava espaço e voz como sujeito político. O domínio do Estado era a única garantia da continuação da dominação da burguesia. Diante desta pressão que vinha de baixo, do proletariado e das camadas populares que não podia mais ser negado, 1930 foi o estopim de uma nova aliança para o ulterior desenvolvimento capitalista.

O processo resultou na conquista de uma nova posição de força e de permuta em que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo* e as condições materiais ou políticas para o começo da árdua fase de modernização tecnológica, de aceleração do desenvolvimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista. A burguesia brasileira auferia, assim, as condições mais vantajosas possíveis, diante da complexa situação interna. Primeiro, para constituir uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional. Segundo, para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem, mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”. E terceiro, para transformar o Estado em

---

<sup>83</sup>

Para as Oligarquias era importante se manter no poder estatal, pois como é de conhecimento público a revolução burguesa clássica teve como uma das medidas o fim da aristocracia fundiária, ou seja, a reforma agrária. O fato da oligarquia agrária se manter no poder impedia essa medida de revolução burguesa, no sentido da superação desse gargalo da particularidade histórica brasileira.

instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (FERNANDES, 2006: 255).

Este novo rearranjo afirma as bases para a dominação da burguesia sobre o proletariado brasileiro e a consolidação do novo desenvolvimento do capital no país. Sob a nova conjuntura, o país execrava a possibilidade de uma via clássica de consolidação da dominação burguesa, o que deveria ser universal nas relações de produção e reprodução da vida humana. Com a consolidação da aliança entre a burguesia nacional e o imperialismo, não se expurgou a antiga característica no regime ulterior. A oligarquia se recoloca sob as novas bases da dominação capitalista.

A burguesia brasileira nunca assumiu um caráter nacional, nunca pretendeu romper com o atraso da economia, não revolucionou suas condições. A burguesia nacional não pôde e nem tentou desvencilhar-se do imperialismo. Ao contrário, ela absorvia os mecanismos técnicos e racionais de produção e de blindagem ideológica através de rádio, televisão, doutrina escolar etc., a fim de sustentar-se no poder. O modelo que foi incorporado para a dominação burguesa tinha clara influência estadunidense, aportando a ideologia e a orientação do desenvolvimento com segurança.

Na autocracia burguesa, os conflitos foram absorvidos apenas em prol das burguesias, negando-se quaisquer aspirações democráticas do proletariado e de outras frações das classes trabalhadoras. O resultado foi a concentração ainda maior, nas mãos da burguesia, do poder econômico, anulando as reformas estruturais que poderiam dinamizar o capitalismo numa forma menos desumana. Contudo, sem

tocar em reformas indispensáveis para a classe trabalhadora, seria impossível se transitar do capitalismo competitivo dependente para um capitalismo monopolista dependente. Ao mesmo tempo, este salto qualitativo não poderia ser realizado por vias democráticas. A solução política encontrada pela burguesia e pelas forças dominantes foi de caráter autocrático, atrelada aos interesses do imperialismo.

Portanto, no fundo da crise do poder burguês estava a necessidade histórico-social de adaptação da burguesia brasileira ao industrialismo intensivo não sob uma evolução que acelerasse e aprofundasse a revolução nacional, como ocorria sob o capitalismo competitivo. Porém, ao contrário, sob uma evolução que agravava o desenvolvimento desigual interno e intensificava a dominação imperialista externa, pois ambos teriam de ser, irremediavelmente, os ossos, a carne e os nervos do industrialismo intensivo. Ao superar essa crise, a burguesia brasileira torna-se uma —burguesia madura”, apta a enfrentar e a conduzir a industrialização intensiva, como etapa mais complexa e mais alta da transformação capitalista, e a completar o ciclo da Revolução Burguesa, mas sob e dentro do capitalismo dependente (FERNANDES, 2008: 371).

A revolução burguesa no Brasil tende a repetir em larga medida a dominação sob o patrimonialismo, o mandonismo, etc., revitalizando algumas formas de dominação e aprofundando a dependência. Esta nunca desaparece, mas sempre se ajusta aos imperativos do capitalismo monopolista. Por manter a estratégia de dominação burguesa a partir de dentro e de fora, pode-se afirmar que se tratou de uma revolução burguesa, entretanto, não nacional. —O problema crucial, para estas [burguesias] é a integração nacional de uma economia capitalista em

diferenciação e em crescimento, sob as condições e os efetivos inerentes à dupla articulação isto é, ao desenvolvimento desigual interno e dominação externa” (FERNANDES, 2008: 351). A configuração da dominação burguesa no Brasil exprime uma regulação —segura” entre capital e trabalho para as mudanças econômicas que o capitalismo necessitava e necessita. A formação capitalista no Brasil tem uma peculiaridade ímpar, que de alguma maneira podemos identificar como a formação de um capitalismo totalmente desumano:

A que necessidades econômicas, sociais e políticas responde essa máquina de opressão de classe institucionalizada! As conexões diretas e indiretas, mencionadas acima, indicam claramente que essa forma de dominação burguesa constitui a verdadeira chave para explicar a existência e o aperfeiçoamento da versão que nos coube do capitalismo, *o capitalismo selvagem*. O —capitalismo possível” na periferia, na era da partilha do mundo entre as nações capitalistas hegemônicas, as —empresas multinacionais” e as burguesias das —nações em desenvolvimento” — um capitalismo cuja realidade permanente vem a ser a conjugação do desenvolvimento capitalista com a vida suntuosa de ricas e poderosas minorias burguesias e com o florescimento econômico de algumas nações imperialistas também ricas e poderosas. Um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, de outro. Enfim, um capitalismo em que as relações de classe retornam ao passado remoto, como se os mundos das classes socialmente antagônicas fossem os mundos de —nações” distintas, reciprocamente fechados e hostis, numa implacável guerra civil latente (FERNANDES, 2008: 353-354).

Ao se observar a formação econômica dependente e periférica do Brasil, percebe-se que a mesma manteve traços substantivos, acentuados, dentre outras razões, pela característica econômica brasileira de não possibilitar uma reforma agrária, ou seja, mantendo-se uma estrutura latifundiária voltada para a exportação, característica que persiste desde a colônia. A novidade é que alguns produtos são industrializados antes de seguir para exportação, caso das carnes, açúcar, laranja etc.

A classe trabalhadora não é somente espoliada em decorrência da intensa exploração do trabalho, mas paralelamente pelas formas de dominação burguesa. Ela sempre resistiu à violenta exploração, não se submeteu como uma massa amorfa. Entretanto, a burguesia formou um modelo de dominação no interior do qual não cabia qualquer forma de resistência, tanto contra o capitalismo, quanto nas lutas dentro da ordem, ou seja, mesmo reivindicações mínimas da classe trabalhadora foram sempre refratadas pela burguesia. Neste ponto, convém analisar esta característica das elites nacionais, a fim de se indicar algumas determinações sobre os processos que acentuam a tendência de superexploração no capitalismo contemporâneo.

O completo domínio da burguesia no Brasil deu-se a partir de meados do século XX. Conforme referido, por características particulares, esse domínio não se instaurou através de uma democracia, mas de uma verdadeira ditadura. O surgimento da burguesia começa, conforme pontuado, no início do Império, se estendendo até o golpe de 1964, quando se instaura no poder de forma absoluta. A burguesia no Brasil, para conquistar o poder, não efetivou uma revolução clássica, da

qual resultaria a emancipação política com apoio popular, como ocorreu na França. Há múltiplos elementos que de alguma maneira influenciaram neste sentido os caminhos da dominação burguesa nacional, dentre eles, no plano ideológico, ~~uma~~ uma falsa consciência burguesa, mantendo entre essas classes e no resto da sociedade ilusões que violentavam ainda mais as ideologias e as utopias burguesas importadas da Europa e dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2008: 364). Entre elas, os valores democráticos que foram a base para colocar os camponeses contra a estrutura semifeudal que permanecia na Europa.

A luta de classes no Brasil já ocorria desde a emergência da burguesia, desde a industrialização intensiva a partir da segunda metade da década de 1920, com a metropolização dos principais centros urbanos, além da crescente massa de assalariados e destituídos. A burguesia tinha, pois, adquirido larga experiência no enfrentamento ao proletariado antes do golpe de 1964. Naquele contexto, apenas não foi mais aguda a luta de classes em decorrência das disputas entre as frações da burguesia que se digladiaram por privilégios e interesses egoístas. Contudo, a particularidade histórica do Brasil mostrou que a superexploração do trabalho colocou em cena a luta de classe de forma mais latente, a própria superexploração tencionava em alguns momentos uma condição pré-revolucionária, o que no mínimo ~~assustava~~ “assustava” as burguesias, acelerando a sua aglutinação para um projeto mais viável de dominação.

Para consolidar as bases da sua dominação, a burguesia, além da consolidação econômica, deveria atentar-se para a luta ideológica contra a ideologia do proletariado e de outros segmentos da classe



trabalhadora. Para isso, era imprescindível que lançasse mão dos aparatos do Estado. Esta luta entre a burguesia e proletariado não era tão simples, pois no interior dos próprios círculos burgueses havia setores mais radicais que pressionavam no sentido de mudanças dentro da ordem capitalista. Os choques de classe tornavam-se uma calamidade para a burguesia, daí a necessidade burguesa de moldar-se um tipo específico de dominação.

O radicalismo burguês não podia crescer por aí, alimentando, ao mesmo tempo, uma maior dinamização da dominação burguesa e do poder burguês. As “pressões dentro da ordem”, fomentadas pelas classes operárias ou pelas massas populares, com ou sem o apadrinhamento de setores burgueses extremistas, pipocavam aqui e ali, ameaçando transformar-se numa torrente histórica. Contudo, o consenso burguês mostrou-se invariavelmente tímido e hostil a tais pressões, as quais ela devia temer, dada a distribuição da riqueza e do poder numa sociedade de classes dependente e subdesenvolvida. A massa dos que se classificam dentro da ordem é pequena demais para fazer da condição burguesa um elemento de estabilidade econômica, social e política, enquanto o volume dos que não se classificam ou só se classificam marginal e parcialmente é muito grande. Isso acirra o temor de classe e torna a inquietação social algo temível. Por conseguinte, a reação societária às pressões dentro da ordem obedeceu à natureza de uma mentalidade política burguesa especial, inflexível e intolerante mesmo às manifestações simbólica e compensatória do radicalismo burguês, e disposta a impedir ou bloquear o seu avanço, em particular, o impacto que elas poderiam ter sobre a aceleração da revolução nacional (FERNANDES, 2008: 383).

A inflexibilidade da burguesia nacional fez com que quaisquer reformas dentro da ordem, que atendiam anseios do operariado, fossem confundidas como conspiração contra a ordem capitalista. O que demonstrava a inflexibilidade da burguesia, pouco disposta aos consensos. O que se analisa aqui é a dominação burguesa frente à totalidade das relações sociais, e esta não se afirma a partir de um consenso entre as burguesias, mas, ao contrário, o apoio imprescindível deve vir do operariado e de outras frações mais radicais da classe trabalhadora. Qualquer pressão vinda em sentido contrário aos interesses da burguesia soava como ameaça, portanto a pressão cabível era somente aquela vinda em sentido —de cima para baixo”. Ou seja:

Se se quiser traduzir tais conceitos em termos claros, o enfrentamento da burguesia brasileira com sua realidade estrutural e histórica impulsionou-a a colocar-se o dilema de como instaurar, abertamente, uma Oligarquia coletiva das classes possuidoras. O que entrava em questão era portanto *o problema da autocracia* (embora dissimulado sob a aparência ambígua da —democracia forte”). Só assim ela podia deter os processos incipientes ou adiantados de —desagregação da ordem” passando de uma ordem burguesa —rígida” para uma ordem burguesa —fina”. Aí, o elemento político desenha-se como fundamento do econômico e do social, pois a solução do dilema implicava inevitavelmente, transformações políticas que transcendiam (e se opunham) aos padrões estabelecidos institucionalmente de organização da economia da sociedade e do Estado (FERNANDES, 2008: 387).

A classe possuidora, ao articular uma transformação na dominação política, mostrou sua debilidade para consolidar uma transição segura do capitalismo competitivo para uma autonomização da economia, impedindo um consenso de classes via participação popular. O consenso de classe, que era tão necessário para a hegemonia burguesa, teve que conciliar setores modernos e arcaicos das classes possuidoras, no sentido de aglutinar a dominação econômica, política, cultural e social. A partir deste momento, a burguesia estabeleceu uma plataforma de sua dominação. A aglutinação das burguesias possibilitou a formação de uma força social que manteria a “normalidade” e a segurança da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Assim a burguesia pôde: —1) desbaratar as pressões inconformistas pró-burguesas e as pressões antiburguesas, 2) garantir um máximo de autonomia histórica no controle de classe das sucessivas transformações subsequentes da ordem” (FERNANDES, 2006: 392). As bases para um determinado consenso, mesmo que mínimo, das classes à margem do sistema do capital, tal como aquele proposto pelo getulismo, atenuava-se, de modo que imperava a manipulação, um sincretismo de demagogia e democracia, pelas vias da participação na política. Apesar do colapso do populismo, que é o radicalismo burguês, as bases da dominação burguesa estavam estabelecidas. Após consolidar o seu poder, a burguesia poderia assumir um ataque ainda maior às classes trabalhadoras.

Desde a instauração da dominação burguesa, as classes subalternas no Brasil sempre arcaram com os custos econômicos, sociais, e políticos das crises do capitalismo. Em muitos casos,

materializando situações de privação relativa e de opressão sistemática aguda, o que revela como as oscilações da economia sempre beneficiaram a alguns e oprimiram a outros.

A consolidação do poder burguês no âmbito do Estado deu-se por uma confluência de poderes associados das oligarquias e da burguesia nacional, com claro apoio do imperialismo. A exclusão do proletariado e de outras expressões da classe trabalhadora deste processo repercutiu sobre o capitalismo —~~radu~~duro”, persistindo marcas iniciadas na transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, tais como: depressão de salários e da segurança do emprego, compressão do direito de greve e de protesto operário, depressão dos direitos civis e dos direitos políticos, compressão política e policial-militar, etc.

Sobre a transição do governo pré-1964 para a Ditadura Militar, pode-se afirmar que já havia uma ditadura dissimulada e paternalista no país, de modo que a ditadura aberta, que não permite ambiguidades, institucionalizou a violência de forma legal e —~~legítima~~legítima”. Este método autocrático burguês manifesta particularidades. Com o setor arcaico, oligárquico, já aburguesado, a violência foi instaurada como forma de coerção. O que não constitui uma novidade, pois já havia práticas similares em outros tempos não tão remotos. Entretanto, há que se destacar as peculiaridades deste Estado erguido com a autocracia burguesa.

Mas requer, objetivamente e idealmente, um Estado de emergência neo-absolutista, de espírito aristocrático ou elitista e de essência oligárquica que possa unir a —~~ontade~~ontade revolucionária autolegitimadora” da burguesia com um legalismo republicano pragmático e um despotismo de classe

de cunho militar e tecnocrático (FERNANDES, 2008: 405).

O que se mostra através deste Estado é um alargamento das diferenças entre as classes, pois as elites possuidoras, a burguesia, as oligarquias etc., monopolizaram tanto o poder econômico quanto o político. Sendo assim, o Estado torna-se autocrático e oligárquico. A primeira característica traduz a violência da dominação burguesa, e a segunda, a concentração do poder. Por isso, em tal estrutura e contexto, só pode ser apresentada uma pseudodemocracia.

A —pa’ social, tão desejada e necessária para a afirmação da —Revolução Burguesa”, criava um contexto favorável para a burguesia explorar abruptamente o proletariado no Brasil. Entretanto, o desenvolvimento econômico acelerado fazia com que as transformações na sociedade fossem mais rápidas e mais contínuas. Com isto, ao menos em médio prazo, os movimentos fugiam de um controle total da burguesia e da sociedade. E por despertar forças produtivas incomensuráveis, a burguesia teve o seguinte resultado:

Sob esse aspecto, a aceleração do desenvolvimento capitalista fez o que a burguesia mais receava. Ela concorreu para expandir bruscamente a sociedade de classes e, assim, para aumentar o volume e a potencialidade daquelas forças, reprimidas represadas, mas visíveis e temidas. Entre esses dois condicionamentos persistentes, agravados pelos efeitos reflexos da crise do capitalismo dependente na periferia tinha de impor-se à necessidade de armar essa sociedade de classe com recursos de autodefesa policial-militar e política que possam preencher, dentro da ordem (e, portanto, de sua —normalidade” e —legitimidade”), as funções de um

equivalente da contra-revolução preventiva (a frio ou a quente) (FERNANDES, 2006: 420).

Ao se observar a consolidação da revolução burguesa no Brasil, torna-se evidente sua forma particular de desenvolvimento, assim como se torna claro e notório que a luta de classes assume na realidade capitalista brasileira um caráter muito específico, destituída de qualquer identidade com os moldes da revolução burguesa de tipo clássico.

No interior dessas particularidades a lei do valor-trabalho expressa-se no Brasil também com traços próprios, peculiares. A manifestação da lei do valor nas periferias é muito mais nociva para o trabalhador do que no centro do capital. No conjunto da América Latina, as manifestações do valor em sua totalidade têm traços próprios. Ao contrário dos países imperialistas, nos países de capitalismo dependente parte da mais-valia como excedente econômico é transferida dos países da periferia para os centros hegemônicos do capital, seja pela forma de lucro das empresas imperialistas instaladas no continente latino-americano, seja pela venda de mercadorias para a reprodução da força de trabalho no centro do capital; outra parte da mais-valia fica nos países dependentes como lucro para os proprietários dos meios sociais de produção e para a formação do fundo público.

Essa característica da expropriação de recursos das periferias para os países hegemônicos exige a obtenção de taxas de excedente econômico consideráveis. Por isso, as burguesias latino-americanas lançam mão de modelos mais desumanos para a extração de mais-valia. Em sua particularidade, a América Latina tem aumentado a mais-valia não pela recomposição orgânica do capital ou pela maior produtividade

do trabalho. No Brasil, esse processo tem particularidades que devem ser evidenciadas e, neste ponto Marini traz alguns elementos para iniciar esse debate:

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o *baixo nível de desenvolvimento de forças produtivas* na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. [...] Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo *fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho*: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro: no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2009: 156).

Esse modo de extração de mais-valia, que podemos considerar extraordinária (em relação aos países centrais) – pois é suficiente para sustentar uma burguesia nacional, formar o fundo público e transferir parte de valor ao imperialismo – atua numa contra-tendência da queda da taxa de lucro. Trata-se de uma afirmação polêmica, que será retomada mais adiante, quando do diálogo em torno da conjuntura atual. Mas o que pode ser sustentado desde já é que o peso do aumento da produtividade, no Brasil em especial, se dá pela intensificação do trabalho, principalmente, através do dispêndio de força física do trabalhador. Como afirmado por Marini o peso do capital constante não é o elemento central na forma de elevação da produtividade, pois esta sustenta-se através do capital variável. Nos países centrais, a tendência de elevação da produtividade do trabalho se dá através do incremento do capital constante, o que em certos casos intensifica o trabalho, mas a elevação técnica do trabalho possibilita produzir mais valor-de-uso com mesma quantidade de trabalho sem criar uma quantidade a mais de valor. Ademais quando se intensifica o trabalho e ocorre um desgaste prematuro da força de trabalho a reposição desta força de trabalho tem que ser mais rápida, pois o trabalhador, ao produzir mais em menos tempo despende uma quantidade de trabalho maior, ocorrendo desta forma uma elevação do valor criado.

Para ilustrar esta situação, escolhemos intencionalmente um exemplo diretamente ligado aos interesses mais específicos da presente dissertação. O faqueiro no interior de um frigorífico desossa 100 kg de picanha por dia, criando com isto cerca de R\$ 100,00 em valor. Com a intensificação do trabalho e/ou a extensão do trabalho (jornada



prolongada acima do normal), ele produz cerca de R\$120,00 desossando mais peças, sem que o proprietário do frigorífico faça uma recomposição orgânica do capital aplicando parte do capital na elevação técnica do trabalho, com máquinas mais eficazes. O trabalhador produz 20% a mais, aumenta o seu desgaste, portanto sua força de trabalho pode desgastar-se mais no mesmo tempo. Levando mais adiante a análise, se o nosso desossador tivesse que trabalhar 30 anos para aposentar-se, e considerando que seu desgaste suportasse os 30 anos de um trabalho insalubre, com essa intensificação da exploração ele estaria inapto para o trabalho com 24 anos.

Aqui se constata a contradição da lei do valor trabalho. A força de trabalho sempre deveria ser remunerada em proximidade ao valor da força de trabalho, visto que o salário como expressão monetária do valor da força de trabalho pode ser pago tanto acima quanto abaixo do valor da força de trabalho, como demonstrado por Marx. Se a força de trabalho é remunerada abaixo de sua necessidade de reprodução, o que se tem é uma aceleração do desgaste desta força de trabalho. Consequentemente, poderia ocorrer uma falta de trabalhadores, pois a cada ciclo haveria menos trabalhadores empregados, em virtude da falta de condições financeiras para a reprodução da força de trabalho. Daí a necessidade de uma superpopulação relativa pronta para entrar em ação para reposição dessa força de trabalho. Portanto a superexploração é uma determinação imanente a forma do capitalismo dependente.

As regiões de superexploração (dentre elas podemos destacar o Brasil) atuam como um mecanismo de contratendência à queda da taxa de lucro. Não nos referimos aqui à massa da mais-valia. Esta contra-

tendência atua num ponto central: a crise estrutural do capital. Ela atua como um freio em um caminhão carregado, descendo uma ladeira em toda sua velocidade; evidentemente, a força que ele gera no seu deslocamento é tamanha que os freios não podem pará-lo, mas pode diminuir sua velocidade ou aceleração. A superexploração, ou a exploração mais intensiva e extensiva da força de trabalho atua nesta contratendência, contudo, é insuficiente para barrar a queda tendencial da taxa de lucro que desencadeia a crise estrutural do capital. Voltaremos adiante a debater este ponto com mais cuidado.

As indústrias que estão no circuito do capitalismo dependente produzem com base em uma composição orgânica do capital onde o peso do capital constante é menor que o peso do capital variável, em relação aos países imperialistas. Daremos um exemplo hipotético. Suponhamos que a planta da Volkswagen na Alemanha custe 10 milhões de euros, e a composição orgânica do capital se divida em 90% de capital constante e 10% de capital variável. Desprezando a produtividade do trabalho, se compararmos tal situação com uma planta industrial da mesma montadora em São Bernardo, numa hipótese em que a montadora custasse 5 milhões, o capital total seria dividido em 85% de capital constante e 15% de capital variável. Mesmo no caso em que sejam as mesmas as proporções da divisão do capital, a magnitude de capital aplicado em capital constante na Alemanha é superior à aplicada no Brasil.

Outra peculiaridade não somente do Brasil, mas da América Latina, consiste na drenagem do trabalho excedente e na transferência de um *quantum* maior de mais-valia para o mercado mundial, visto que

a extração da mais-valia se dá, conforme afirmado, mais pela exploração do trabalho que pelo incremento tecnológico. Aqui se tem a lei do valor trabalho produzindo um produto com menor trabalho possível, a fim de que a taxa de lucro permaneça mais alta possível. O resultado é tendência a uma exploração mais abrupta — por isso se acentua a tendência de exaurimento da força de trabalho.

Cabe pontuar em relação à substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado que o último pode ser superexplorado, ou seja, pode ter o seu valor pago abaixo do valor real da força de trabalho. Não obstante, o trabalho assalariado na América Latina foi acoplado em locais vinculados ao mercado exterior (na produção de matérias-primas), e atualmente, em empresas que necessitam de muito trabalho, tais como a indústria automotiva e também as indústrias que operam com alto grau de poluentes.

Na medida em que se desenvolveram as forças produtivas no centro do capital, a classe trabalhadora, através de um processo de se constituir como classe-para-si obteve ganhos significativos oriundos deste desenvolvimento — por exemplo, melhoria nas condições de vida, com ganhos significativos em políticas sociais. No Brasil, essa tendência de —melhoria” das condições da classe trabalhadora através do desenvolvimento das forças produtivas foi muito residual. A prova cabal desse processo é que em países imperialistas formou-se um vultoso conjunto de artigos —superfluos” — a exemplo de eletroeletrônicos e automóveis<sup>84</sup> —, frutos também da maior acumulação do capital e do

---

<sup>84</sup> Atualmente, todos os analistas econômicos (mesmo os porta-vozes da burguesia) tendem a asseverar que o aumento do consumo é demiurgo de um

pagamento da força de trabalho pelo seu valor, ou em alguns casos acima do valor. A criação de um novo mercado de artigos supérfluos nos países de capitalismo dependente ficou restrita, no seu início, às camadas médias e à alta burguesia. Quanto à dinâmica do mercado mundial, os valores das mercadorias caem, em especial, os artigos de primeira necessidade, abrindo espaço para a produção em massa de artigos supérfluos e, conseqüentemente, à expansão dessa indústria.

Em consequência do débil mercado interno, a industrialização latino-americana teve uma particularidade interessante: buscou-se no continente, ao mesmo tempo, o suprimento de parte do mercado interno (que já existia antes da industrialização), para utilizar uma expressão antiga, pela “substituição de importação”. Contudo, o intuito principal da economia era a exportação, e os produtos que antes eram exportados *in natura* passaram agora a serem exportados após a industrialização, como expressam os casos lapidares da indústria têxtil e dos frigoríficos. A indústria nacional e, conseqüentemente, sua burguesia, buscou atender uma expectativa do mercado interno e não criar novas necessidades, criando novos mercados para seus produtos de forma empreendedora, como fez a burguesia no exterior (na Europa e depois nos Estados Unidos). Aliás, seu entrelaçamento com o imperialismo tolhia qualquer oportunidade histórica distinta.

Em decorrência do baixo nível tecnológico das forças produtivas (capital constante), a determinação de valor dos produtos baseava-se, em grande medida, na exploração da força de trabalho e no

---

processo de endividamento, ou seja, a classe trabalhadora consome artigos que antes não consumia através de financiamentos desses produtos. Voltaremos a esse debate em nossas conclusões.

pagamento dos salários. O excesso de força de trabalho (superpopulação relativa latente), em decorrência da liberalização de força de trabalho do setor agroexportador em crise, pressionou os salários para baixo, possibilitando uma remuneração da força de trabalho muito abaixo do seu valor. Ademais:

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americano é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores; isso em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, *depreciar a força de trabalho*, e o leva, *inversamente*, a buscar o aumento da mais-valia por meio da *maior exploração* – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como a redução dos salários mais além de seu limite normal. Em segundo lugar porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadoria e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça à custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário (MARINI, 2009: 172).

Aqui se evidencia um ponto central na tese de Marini: a mais-valia relativa opera inversamente na diminuição do valor da força de trabalho. Nos países imperialistas, o capital remunera a força de trabalho

pelo seu valor e, desta forma, tem-se que diminuir o valor dos produtos de consumo direto da classe trabalhadora, a fim de obter-se uma mais-valia relativa. Já na América Latina, não se busca aumentar a produtividade através da elevação técnica do trabalho, pois o trabalhador é remunerado abaixo do valor da força de trabalho.

Ao passo que surge a indústria na América Latina, não se rompe a subordinação ao capital exterior, pelo contrário, há um aprofundamento da relação de dependência. O ponto central dessa nova subordinação é que os países engolfados no capitalismo dependente necessitavam do maquinário e financiamento do capital externo para expandir seus negócios. Aqui se chega a uma tautologia perfeita, segundo Marini: os porta-vozes da economia burguesa avaliam que para sair do processo de dependência, os países Latino-americanos precisam ampliar a produção, e para ampliar a produção, deve-se ampliar o vínculo com o imperialismo. Essa heteronomia foi menor na gênese do processo devido ao período em que a indústria latino-americana expandiu-se, ou seja, da Primeira Guerra Mundial até o fim da Segunda Guerra Mundial. Contudo, depois da Segunda Guerra, os Estados Unidos tornaram-se o centro do imperialismo. O poder norte-americano foi tamanho que acabou coordenando antigos centros antes imperialistas na Europa, subordinando em larga medida aos seus desígnios. Esse impulso industrial foi sendo gestado na periferia, sustentado na superexploração da força de trabalho.

A partir desta nova divisão internacional do trabalho consolidou-se outro salto na industrialização na América Latina. O imperialismo, ao contrário de se valer de meios de controle de fora dos

países dependentes, passa a controlar os seus capitais a partir de dentro. Isto se deve em decorrência da necessidade da concentração e centralização do capital, que primeiramente deu-se nos países imperialistas. Os países do capitalismo central passam agora da exportação de produtos manufaturados à exportação de capital:

No curso do mesmo período, verifica-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos ali produzidos, sempre mais sofisticados, tivessem de ser aplicados no setor secundário dos países periféricos; surge então, por parte das economias centrais, o interesse de impulsionar nestes o processo de industrialização, com o propósito de criar mercados para sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente à metade, colocou-se para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinário que já eram obsoletos antes de que tivessem sido amortizados totalmente (MARINI, 2009: 174).

Os equipamentos que chegam ao Brasil já eram tecnologias obsoletas nos países centrais. Esta maquinaria não correspondia mais ao tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma determinada mercadoria. O resultado deste processo é que ao exportar um produto no mercado externo, ele será pago abaixo do valor em que foi produzido, pois o tempo socialmente necessário no centro do capital é menor. A título de exemplo, a Volkswagen na década de 1970 exportava o antigo Passat para países como o Iraque, além de outros países do Oriente médio. Como era fabricado com tecnologia obsoleta, o

valor do carro, por exemplo, era de R\$100,00. O mesmo carro fabricado na Alemanha poderia ser produzido com um valor de R\$ 90,00. A montadora instalada no Brasil vendia no mesmo preço que a matriz. Como seria possível suprir essa diferença no valor de uma mercadoria que foi produzida com tempo de trabalho superior que a concorrência estrangeira? A reposição desta perda de produtividade é mais que compensada pela superexploração do trabalho. Se o capitalista perde com maquinário atrasado, ele ganha com o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, com a intensificação do trabalho e com o aumento da jornada do trabalho.

O capitalismo é um processo de produção mundial, por isso a recomposição orgânica do capital no centro repercute na periferia. O maquinário que aportava no Brasil e América Latina, ao ser utilizado, de algum modo aumenta a produtividade e consequentemente expande o excedente econômico. Com isto criou-se a possibilidade de desenvolvimento de um setor que era até então incipiente na periferia: o de Serviços. Isto é fomentado, sobretudo, pela substituição do trabalho produtivo pelo improdutivo, num típico processo de desenvolvimento das forças produtivas. Esse maquinário que aportará na América Latina e no Brasil faz aumentar a produtividade do trabalho, mas não no mesmo ritmo que nos países centrais, desencadeando uma queda gradual e geral do valor da força de trabalho. A recomposição orgânica do capital vai adensar a superpopulação relativa e, em decorrência, os salários são pressionados para baixo, aumentando a superexploração do trabalho. Contraditoriamente, expandiu-se a indústria de bens-duráveis, que no início foram destinados às camadas médias da sociedade e ainda



hoje se expandem através de incentivos fiscais e empréstimos, na forma de financiamento, para sua produção e circulação. O setor industrial de bens consumo duráveis, mesmo em expansão, não significa o deslocamento do processo do capitalismo dependente a um capitalismo —desenvolvido—. Pelo contrário, acentuou-se o processo de dependência.

A superexploração do trabalho é um fator inerente ao capitalismo periférico, e desta forma está presa a esse ciclo de ferro do capital e da lei geral de acumulação capitalista na periferia. Isto leva a uma produção e acumulação do capital no Brasil que tende a ser mais selvagem que nas formações capitalistas clássicas e da chamada via prussiana. Ela incide diretamente sobre o trabalhador, tendo a luta de classes um peso decisivo:

O aumento da força produtiva do trabalho, ao implicar um menor gasto de força física, é o que permite aumentar a intensidade; mas o aumento da intensidade choca-se com a possibilidade estender a jornada de trabalho e pressiona para reduzi-la. Inversamente, uma menor produtividade limita a possibilidade de intensificar o ritmo de trabalho e aponta para a extensão da jornada. O fato de que, nos países altamente industrializados, a elevação simultânea de produtividade e de intensidade de trabalho não se tenham traduzido desde várias décadas na redução da jornada não invalida o que se disse. Apenas revela a incapacidade da classe operária para defender seus legítimos interesses, e se *traduz no esgotamento prematuro da força de trabalho expresso na redução progressiva da vida útil do trabalhador, assim como em transtornos psicofísicos provocados pelo excesso de fadiga*. Na mesma linha de raciocínio, as limitações sugeridas nos países dependentes para estender ao máximo a jornada de trabalho têm obrigado o capital a

recorrer ao aumento da produtividade de intensidade de trabalho, com os efeitos conhecidos no grau de conservação e desenvolvimento desta (MARINI, 2009: 192).

Assim, o capitalismo periférico do Brasil tende a ser especialmente selvagem. O que se mostra também nas tendências de absorção de modelos de produção flexíveis, formando um verdadeiro sincretismo de superexploração, na concatenação perversa de modelos arcaicos de produção com modelos —modernos”, de alto nível de complexidade. Os modelos de produção flexíveis não excluem, pelo contrário, acentuam o nível de superexploração da força de trabalho. Cabe aqui uma reflexão marxiana acerca do atraso alemão:

Além dos males modernos, oprime a nós alemães [diria Latino-Americanos] uma série de males herdados, originários de modos de produção arcaicos, caducos, com seu séquito de relações políticas e sociais contrárias ao espírito do tempo. Somos atormentados pelos vivos e, também pelos mortos (MARX, 2002: 17).

Aqui se chega ao ponto central da discussão: a lei do valor que opera na periferia tendencialmente acentua e, como foi demonstrado, choca-se com a saúde do trabalhador. Partindo da multiplicidade de determinações faz-se necessário observar como é operada essa lei geral da acumulação capitalista na periferia nos frigoríficos.

A formação capitalista brasileira, como afirma Fernandes (2008), caracteriza-se como modelo autocrático, antidemocrático, num estado de guerra permanente e extremamente superexplorador. A

própria forma truculenta que a burguesia se portava diante da luta de classes tem um efeito negativo que acentua a superexploração. As conquistas da classe trabalhadora, sempre tensionaram para a mudança da situação de exploração. Como vimos no capítulo anterior, a mais-valia relativa é uma resposta da burguesia às conquistas da classe trabalhadora. Na medida em que o Estado autocrático burguês tolhe as condições de luta da classe trabalhadora por dentro da ordem, impede que os trabalhadores obtenham conquistas, o que provocaria um impulso à burguesia a desenvolver as forças produtivas. Com essa reflexão não queremos dizer que a classe trabalhadora não se colocou na luta contra a superexploração, pelo contrário, a classe trabalhadora toda vez que se colocou na luta foi violentamente reprimida, como acontece até os dias atuais.

A luta de classes no Brasil apresenta uma característica substantiva desde a sua consolidação a partir do último quartel do século XX, característica particular persistente desde a ditadura até a chamada —“democratização” do país. Trata-se do fato de que o Estado autocrático burguês não possibilitou a situação de um proletariado buscando e obtendo ganhos reais nas lutas por salários, nos embates pelo pagamento da força de trabalho, de forma a possibilitar um incremento do mercado de consumo. A inflexibilidade da autocracia em atender anseios das classes trabalhadoras e outras frações da pequena burguesia encaminha para a crise o poder monolítico.

A dominação burguesa no Brasil foi constituída por um bloco de forças dominantes, as oligarquias rurais, subsidiadas pelo imperialismo, que uniu interesses contraditórios no interior das frações

das classes proprietárias nativas. A sua debilidade em formar condições para a revolução burguesa autêntica, adveio de dois polos: da sua incapacidade de romper com o latifúndio e tornar-se autônoma frente ao imperialismo, para o que necessitaria contar com forças populares e democráticas. Ademais, as elites incorporaram o desprezo pelo trabalho, assim como as oligarquias, não rompendo com o horizonte cultural típico das antigas elites. Mas a positividade da autocracia burguesa foi que ela, e somente através deste processo, possibilitou um movimento de aglutinação das burguesias e das elites frente ao projeto comum: primeiro, extremamente contra-revolucionário; segundo, de expansão da dominação do bloco de classe dominante sobre outras classes, em especial contra os proletários e a pequena burguesia; e terceiro, de livrar-se das amarras para o desenvolvimento capitalista monopolista. Com o desenrolar da história, percebe-se que a autocracia burguesa não conseguiria manter-se apenas pelo uso da força, da brutalidade e das formas antidemocráticas.

A autocracia burguesa, ao ver seu Estado fascista começando a colapsar em decorrência da crise mundial que assolava o Brasil, projetou a continuação de sua dominação com as vestes da democracia, democracia que vai emergir no final da década de 1970 e não deixa de carregar os traços da dominação burguesa. Por isso a autocracia burguesa lançou mão de novos expediente para sua sustentação:

Essa articulação política entre os mais iguais, democrático-oligárquica em sua essência e em suas aplicações, assume, de imediato e irremediavelmente, a forma de uma cooptação sistemática e generalizadas. *A cooptação se dá entre*

*grupos e facções de grupos, entre estratos e facções de estratos, entre classes e facções de classes, sempre implicando a mesma coisa: a corrupção intrínseca e inevitável do sistema do poder resultante.* Além disso, a cooptação se converte no veículo pelo qual a variedade de interesses e de valores em conflito volta à cena política, nela se instala e ganha suporte ou rejeição. Desse ângulo, a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma *democracia de cooptação*. Nesse desfecho, as vantagens alcançadas pela unificação e pela centralização dos interesses e do poder burgueses se consolidam, mas são orientadas numa direção que antes não se fazia visível (embora talvez estivesse latente no substrato plutocrático da consciência burguesa) (FERNANDES, 2008: 405).

A década de 1980 beneficiou-se da ampliação da economia e do proletariado da década anterior, que se galvanizou na luta por salários, em virtude da política econômica da ditadura de empobrecimento da classe trabalhadora. Na resistência ao arrocho salarial, surge um movimento de classe para-si, portanto um movimento espontâneo que provocou uma ruptura com um dos pilares da ditadura militar. O bloco de poder dominante beneficia-se da lenta e gradual distensão para um rearranjo no poder que beneficiaria, mais uma vez, a autocracia burguesa e o grande capital fazendo concessões na Constituição e, posteriormente, iniciando um processo de contrarreforma. Algumas marcas do período mais latente da ditadura de classe da burguesia<sup>85</sup>, o

---

<sup>85</sup>

José Paulo Netto em conferência realizada na PUC de São Paulo em comemoração da Comuna de Paris, debate o sentido da palavra “ditadura” em Marx. Segundo o autor, para Marx, a palavra “ditadura” expressa o regime político em que uma classe domina a outra. Em outras palavras, o “regime democrático” no qual a cada dois anos são eleitos representantes políticos não é

período do Estado autocrático de 1964 até 1985, vai expressar-se na redemocratização, como a democracia de cooptação. E como um traço intrínseco à ditadura de classe burguesa no Brasil, as crises —*noas*” do capitalismo dependente descarregam as dificuldades sobre os trabalhadores. A democracia não rompe com o ciclo autocrático burguês, e apenas três movimentos podem ser visualizados como horizonte: a ampliação de um fascismo propriamente dito no Brasil; as novas configurações mais democráticas de controle (apesar do risco que esta via representa); e a ruptura com o modelo burguês rumo ao socialismo.

Cumprе mencionar, por fim, o período da nova conjuntura, a partir desse acúmulo histórico do capitalismo brasileiro. Em primeiro lugar, não se rompe o vínculo com o imperialismo e com que Fernandes (2008) denominava dupla articulação, onde ainda ocorre a sangria de parte do excedente econômico; em segundo lugar, se mantém uma ditadura de classe ainda velada no Brasil, onde os traços antidemocráticos não foram exauridos, o que se mostra quando se radicaliza a luta de classes, através da greve, da luta pela reforma agrária, pela reforma urbana, todas essas expressões são reprimidas

---

democracia, é uma manifestação da ditadura da burguesia, sob uma roupagem de democracia. Ademais, mesmo que mudem os —*apresentantes*” do povo, ainda sim o bloco de poder mantém-se. A ditadura da burguesia também pode expressar-se sob uma roupagem mais autoritária, ou autocrática, como ocorreu nas ditaduras militares no Cone Sul a partir da segunda metade do Século XX. Ainda segundo Netto, a ditadura do proletariado é a realização da verdadeira democracia, ou seja, a elevação do proletariado a classe dirigente, onde sistematicamente o proletariado e seus aliados orgânicos podem tirar o capital aos poucos da burguesia, e criar as bases para uma sociedade livre das alienações/estranhamentos, sem propriedade privada, Estado e trabalho estranhado.

violentamente pelo Estado. A cooptação de setores populares, como os movimentos sociais, continua em muitos casos. Quando não ocorre a cooptação, ocorre um confronto aberto com essas organizações, como por exemplo, no caso dos sindicatos combativos e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A conjuntura no Brasil da última década do século XX até os dias atuais carrega características da crise mais aguda da história do capitalismo, sua crise estrutural. Convém agora descrever essa crise para chegarmos a algumas determinações da superexploração do trabalho nos frigoríficos.

#### **4.4 A superexploração do trabalho: como contratendência da taxa decrescente de lucro**

Antes de expor a pesquisa com alguns indicativos acerca da atual situação da classe operária de Barretos nos frigoríficos, apresentaremos a discussão da atual conjunta capitalista com os rebatimentos sobre a classe trabalhadora. Como movimento de unidade do diverso, o capital vai transparecer suas contradições: a riqueza é produzida socialmente e apropriada de modo privado pelos grandes conglomerados do capital financeiro. Essa lógica desencadeia uma violenta luta entre as classes antagônicas fundamentais, aumentando assim o domínio do capital frente ao trabalho. O resultado desta nova conjuntura não é somente o desemprego, os trabalhos precários, corte de

direitos sociais, mas o período histórico presente adensa também outras manifestações do estranhamento na alienação religiosa, um novo encantamento do mundo, afastando a possibilidade do homem constituir-se como criador e criatura desta realidade, isto vem demonstrar que o período histórico em que vivemos é uma conjuntura dramática em que a humanidade vive e está caminhando a largos passos a barbárie social.

Antes de trabalhar o sincretismo do modelo de superexploração —moderno”, torna-se prudente retomar o conceito de mais-valia relativa e suas formas de expressão no capitalismo do século XXI. O conteúdo desenvolvido por Marx na segunda metade do século XIX é extremamente atual, o que muda são as manifestações da aparência do movimento do capital. No capítulo 4.2 (página 116) desta dissertação, apontamos que a mais-valia proporcionou o desenvolvimento das forças produtivas, com a elevação técnica do trabalho, em resposta à luta de classes latente no século XIX. Ao passo que se desenvolvia as forças produtivas necessitavam de expandir suas relações de produção, o capitalismo se disseminou pelo mundo através do Imperialismo. Ao capitalismo se universalizar através do Imperialismo acentuou o desenvolvimento desigual e combinado (FERNANDES, 2008), acorrentando o capitalismo periférico em uma situação de dependência inexorável. Essa expansão foi através de guerras abertas: a incorporação de relações —pamente” capitalistas nos países periféricos foi introduzida pela diplomacia do canhão. Caso emblemático dos países africanos.



O próprio imperialismo provocou a expansão da indústria que estava em germe no período em que Marx escreveu *O Capital*. A indústria armamentista no século XX, com as guerras entre os países imperialistas, acelerou o desenvolvimento destas indústrias e, com —a Guerra Fria”, manteve a corrida armamentista, alimentando esse grande setor que recebeu grande parte do excedente econômico criado pela mais-valia relativa. Os países do centro do capitalismo no século XX *concentraram* as indústrias armamentistas<sup>86</sup>, a indústria responsável pela criação de maquinário, e as indústrias de artigos de luxo.

Daremos alguns apontamentos sobre o período de que Mandel (1985) denominou “~~onda~~ longa de crescimento”, ou que Mészáros (2002) chamou “~~linha~~ de menor tensão do capital”, o período de ápice do capitalismo com os “~~trinta~~ anos gloriosos”, onde o capital gozou de uma expansão, podendo ceder às pressões das sociais democracias de um capitalismo humanizado, nunca omitindo que recursos espoliados na periferia era um componente importante para esta linha de menor tensão do capital, essa expansão propiciou como já apontamos na subseção anterior o Estado de Bem-Estar-Social. Após este período glorioso para o capitalismo, o período que se segue, entra-se em período decrescente que Mandel (1985) denominou “~~onda~~ longa depressiva”, este período do “~~Capitalismo~~ Tardio” ou “~~continuum~~ depressivo” (Mészáros), que segundo este último autor desembocou na “~~crise~~ estrutural” do capital.

A importância de demarcar a conjuntura histórica dos nossos tempos é que os trabalhadores dos frigoríficos não estão soltos no

---

<sup>86</sup> Segundo Valencia (2009), a indústria armamentista é o setor da indústria que agrega valor.

mundo, e, portanto, sofrem de maior ou menor grau as ingerências das contradições do capitalismo, em especial com suas crises. Esse modo de produção vai impor uma lógica perversa, desumana e irracional, apesar de que em cada país haverá uma particularidade.

O capitalismo tem uma característica muito bem demonstrada por Marx & Engels: —A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção, e assim, o conjunto das relações sociais” (2002: 28). A cada desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio da burguesia acarretava mudanças na política, repercutindo nas formas de organização do Estado, e no conjunto das relações sociais. As várias fases que diferenciem os períodos do capitalismo, apontando de modo sintético são: a dissolução da indústria domiciliar rural; em seguida o nascimento da grande manufatura que serviu de base para o incremento da maquinaria a vapor, portanto da grande indústria; a conjuntura da grande indústria sob o capitalismo concorrencial desembocou no capitalismo monopolista, possibilitado pela segunda revolução industrial, sob o controle do receituário fordista simultaneamente sob o pacto keynesiano ou do Estado de Bem-Estar-Social. O atual contexto do capitalismo tem como processo uma crise de longa duração, que se inicia no final da década de 1960 e início de 1970 e se arrasta até os dias atuais.

A atual conjuntura capitalista vem do desmonte da organização do pacto keynesiano, sob a hegemonia da indústria fordista. A partir da crise que se desencadeou por volta da década de 1970, analistas burgueses apontaram como o centro a crise do petróleo, cujo resultado

foi a elevação absurda do preço deste produto. Entretanto foi muito mais que uma crise de preços da principal fonte energética, foi a primeira manifestação da crise estrutural, pois forcejou mudanças na totalidade da organização capitalista. As transformações levaram a mudanças no Estado, portanto nas expressões políticas do conflito entre capital e trabalho; mudanças na organização da produção, referimo-nos ao modelo taylorista-fordista; e simultaneamente implodiu o Estado inspirado nas concepções de Keynes e as trocas internacionais reguladas pelo pacto de *Bretton Woods*. A partir dessas transformações moldar-de-iam, no final do século XX, três mudanças radicais no capitalismo. Em primeiro lugar a globalização, Estado Neoliberal, reestruturação produtiva que, segundo Antunes (2006), é a organização do trabalho onde se aplica de forma mais eficiente a terceira revolução industrial, que estava sendo gestada no interior do modelo taylorista-fordista.

A crise que surgiu com o final da onda longa expansiva, que durara do final da Segunda Guerra até o início da década de 1970, período onde o capitalismo manteve altas taxas de lucro e índices de crescimento econômico acentuado (MANDEL, 1985). A crise tem como características o esgotamento de crescimento econômico e altas taxas de lucro mediante os padrões até então desenvolvidos pelo capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial. As manifestações da crise estrutural foram:

- 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo *aumento* do preço da *força de trabalho*, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das *lutas sociais* dos anos 60, que objetivavam o controle social da

produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução decrescente da taxa de lucro:

2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava:

3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para especulação, na nova fase do processo de internacionalização:

4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas:

5) a crise do *welfare state* ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado:

6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilidade do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (CHESNAIS apud ANTUNES, 2006: 33-34).

Além da queda da taxa de lucro, o capitalismo esgotara sua expansão industrializante para os países de capitalismo dependente, como Brasil, Argentina, México e África do Sul. O problema gerado no ciclo de expansão industrial nestes países não repercute no contexto da possibilidade de expansão do capital aplicando parte do excedente econômico na industrialização destes países, acarreta também que esses mercados, que no início do século passado em larga medida era

abastecido pelas indústrias nos países hegemônicos, viram esses grandes mercados serem fechados para os produtos fabricados no país de origem da empresa multinacional, ou seja, esses produtos não seriam mais fabricados por trabalhadores do centro do capital, pois o imperialismo deslocou plantas industriais para esses países, obtendo muito mais lucros pagando salários menores em relação aos trabalhadores do centro do capital. Esse rearranjo limitava a expansão do capital no centro o que inviabilizava toda a arquitetura econômica que sustentava altas taxas de lucro do Pós-Segunda Guerra até início da década de 1970.

As tendências principais pontadas por Antunes (2006) serão tematizadas e desenvolvidas minimamente para dialogar com nosso tema. Assim, desenvolveremos sobre o período de expansão do capital, podendo observar a crise estrutural do capital, as transformações no Estado burguês, as mudanças na ideologia, e algumas características da crise estrutural, as características da reestruturação produtiva e a necessidade da ofensiva do capital frente ao trabalho de colocar na defensiva a classe trabalhadora com o intuito da retomada de altas taxas de lucro.

Ao expor a lei do valor trabalho no capítulo 4.3 desta dissertação, apontamos o ser-precisamente-assim, ou seja, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Ao ocorrer a elevação técnica de um devido setor, por exemplo no Departamento II, meios de consumo, mercadorias de consumo direto dos trabalhadores. Este incremento tem dois resultados, de um lado, as indústrias obtêm uma mais-valia extraordinária, e por outro lado incide na diminuição do valor da força de trabalho que no resulta na mais-valia relativa. No começo do

capitalismo a composição orgânica do capital, relação entre o capital variável e capital constante, o peso do capital constante era menor que o capital variável. Alguns setores fundamentais como a indústria do carvão e do ferro, grande parte do valor da mercadoria era constituída do capital variável, assim como observa Mandel (1985: 129): —mas os custos salariais puros respondiam por mais de 66%, e por vezes chegavam a mais de 75% do preço de custo do produto. Isso evidentemente correspondia a uma composição orgânica do capital bastante baixa [...]”.

A expansão da economia ocorria no momento da elevação técnica do trabalho no departamento I, o que redundava em uma nova composição orgânica no departamento II, essa elevação técnica, como Marx já demonstrava, é máquina fabricando máquina, o primeiro momento dessa elevação técnica pode ser observado nos anos 1843 e 1873. Aqui podemos retomar alguns conceitos do Imperialismo que incorporamos durante essa dissertação. O capitalismo se expandia mediando a expansão do departamento I que diminuía o tempo socialmente necessário para produção de máquinas-ferramentas e meios de transporte, como a locomotivas e barcos a vapor. Ao universalizar a elevação técnica do departamento I, ocorre a grande primeira crise do capital que se iniciou entre 1873 até 1893. À medida que o departamento I diminui sua taxa de lucro, este setor se torna menos atrativo, disto resultam dois movimentos: primeiro, a exportação de capitais para a periferia, com exportação de capitais vinculados à circulação das matérias primas, locomotivas e portos; segundo, ocorre uma centralização do departamento I com poucas empresas a manterem

este setor, pois para aplicar neste setor era necessário um volume de capital elevado (MANDEL, 1985: 175).

A partir da década de 1930 temos quatro elementos para apontar o crescimento econômico: com o surgimento do fascismo e as economias de guerra o excedente econômico era novamente valorizado através da corrida armamentista do Pré-Guerra Mundial; o incremento em maior escala da mecanização e sua ampliação nos setores de produção como mineração, e até mesmo na agricultura. Isto pressionou a queda dos materiais do capital constante fixo; a composição orgânica cada vez menor, isto significa que o valor dos salários incorporado nas mercadorias, como valor da força de trabalho, era cada vez menor em decorrência dos modelos de automação típicos do fordismo. Até o final da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo gerou um aumento da mais-valia, o que resultou na diminuição do trabalho socialmente necessário, através do incremento da elevação técnica do trabalho e consequentemente a diminuição do preço das mercadorias de consumo direto da classe trabalhadora. Essa mais-valia extra possibilitou a retomada da crise do capital que abalou as estruturas do final da década anterior e arrastou-se por muito tempo. A crise de 1929 teve como sua característica a interrupção da acumulação por um longo tempo, além de uma taxa média de lucro. Essa retomada da crise de 1929, para Mandel, iniciou uma onda longa de expansão do capitalismo, ou o que Mészáros caracterizou como o período de menos tensão do capital. Apontaremos algumas das características:

Nos países imperialistas metropolitanos, uma série de monopólios se estabeleceu nos chamados

—setores em crescimento” e conseguiu superlucros tecnológicos bastantes substanciais, em certa medida ampliados pela troca desigual com as colônias e semicolônias. A acumulação acelerada de capital ocorreu principalmente nesses setores — que foram os verdadeiros suportes da —onda longa” de expansão — e isso levou a uma alteração na estrutura da demanda, pelo que grande número de setores da produção sofreu declínio relativo ou absoluto dos lucros: mineração de carvão betuminoso, agricultura, indústria têxtil tradicional (e, em parte, mesmo a indústria de roupas), pequenos varejistas etc. mas a rápida expansão permitiu que o trabalho empregado nesses ramos fosse transferido para os setores em crescimento do capitalismo tardio (indústria e serviços) e assim a —onda longa expansionista” assumiu o caráter de uma nova onda de industrialização (em extensão especialmente em países como a França, a Itália, o Japão, a Holanda, a Escandinávia, os Estados do sul dos Estados Unidos, e em algumas semicolônias como o Brasil, o México, Hong Kong e Singapura; e em profundidade, pela —industrialização” da agricultura, da contabilidade, do sistema bancário, de certos setores de serviços e construção civil). Mas exatamente por causa dos grandes superlucros monopolistas obtidos desta maneira, os setores em crescimento distinguiram-se por uma taxa de acumulação do capital superior ao desenvolvimento das demandas dos —consumidores finais” ou à modificação da estrutura global da demanda social. Uma capacidade excedente cada vez maior surgiu nos principais ramos responsáveis pelo longo *boom*, semelhante aquele que já se manifestara em setores da produção que estagnaram ou declinaram na metade da década de 60 (MANDEL, 1985: 391).

Ao consolidar a industrialização de setores vinculados à agricultura e à mineração, o departamento I não poderia expandir para



outros setores não industrializados, isso pressionou o departamento I para que desenvolvesse a elevação técnica do trabalho, repercutindo nas empresas do Departamento II que buscavam recompor organicamente o capital para alçar uma mais-valia extraordinária. Ao passo que universalizava a elevação técnica no departamento II, a taxa da mais-valia decaía, isso era respondido por buscas de lucros extraordinários em virtude de uma produtividade maior do trabalho, pela Terceira Revolução Industrial. O departamento I, ao incrementar as novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial, diminuía os ciclos produtivos do capital constante. O resultado imediato do peso do capital constante em relação ao capital variável é que a massa de mais-valia começa a decair. E a consequência geral: a taxa de lucro começa a cair não somente no setor industrial, mas no agrário, no capital usurário e bancário.

Mesmo com a queda do ciclo de rotação do capital constante, por algum tempo o capitalismo manteve sua expansão através do crédito. E se, por um lado, a força de trabalho é expulsa pela automação, por outro, ela começa a ter um peso mais relevante, favorecendo a ampliação das indústrias atreladas à Terceira Revolução Industrial, além dos setores do comércio a se industrializarem (uma organização inspirada na indústria monopolizada e centralizada). Esses setores mantinham a sua expansão à medida que a Terceira Revolução Industrial se mantinha em crescimento através da manutenção dos investimentos na indústria armamentista. A expansão desses novos setores de serviços como telecomunicações, televisão etc., absorvia uma parte do exército industrial de reserva, que era expulso da indústria com

a Terceira Revolução Industrial e a mecanização do setor agrícola. Contudo, buscou-se harmonizar o capital global e as empresas por uma racionalização absurda, típica do período taylorista-fordista, mas nos anos de 1970 essa regulação já não poderia prosseguir. Mandel aponta as causas:

Essa autonomia relativa só era compatível com uma expansão contínua do mercado mundial, na medida em que a moeda da maior potencia imperialista, o dólar norte-americano, pudesse funcionar como moeda mundial ao lado do ouro. A erosão contínua do poder de compra do dólar causada pelas dificuldades crescentes de realização da mais-valia e valorização do capital nos Estados Unidos, agora arruína a função do dólar como moeda mundial. Isso, por sua vez, põe em perigo todo o sistema de moedas nacionalmente manipuladas e torna cada vez mais necessário voltar a um equilíbrio universal aceito por todos no mercado mundial, livre de interferências das seções nacionais do —capital em geral”. O papel que tem a política —nacional” monetária e de crédito de moderar o ciclo industrial sofre a ameaça de ser decisivamente reduzido. Essa ameaça também está se tornando realidade na medida em que a —onda longa” de expansão acelerada, sob condições de uma nova revolução tecnológica, levou a uma nova fase de concentração e de centralização acelerada de capital, que transformou a firma multinacional na forma organizacional decisiva da empresa do capitalismo tardio [...]

A terceira revolução industrial<sup>87</sup> causou profundas mudanças nas necessidades das massas

---

<sup>87</sup>

A tecnologia da micro eletrônica foi fundamental para a Terceira Revolução Industrial, como podemos constatar, segundo Singer (apud ALVES, 2005: 17): —Depois do desenvolvimento do transistor, a partir de 1947, e do circuito integrado, a partir de 1959, foi a invenção de fila de silicone, contendo toda a unidade central de processamento de um computador, isto é, o microprocessador, em 1971, que eliminou as dificuldades técnicas e, sobretudo,

306

trabalhadores dos países metropolitanos — inclusive à necessidade de mudanças qualitativas na forma e no conteúdo de trabalho; mas o capitalismo tardio é incapaz de uma luta universal pela taxa de mais-valia forçou-o na prática a negar —iteitos” (pleno emprego e autonomia nas negociações salariais, em particular) anteriormente concedidos ao proletariado. As tensões e contradições sociais estão se intensificando, portanto, nos países metropolitanos. (MANDEL, 1985: 392).

A classe trabalhadora nos países ricos do centro do capital, devido a sua organização, pode extrair ganhos significativos desta conjuntura histórica, com sucessivas vitórias através de suas organizações como os sindicatos. As mudanças do capitalismo ao longo do século XX e XXI não mudaram a dinâmica estrutural do capitalismo, isto resultou ora em melhoramento de uma parcela cada vez mais restrita da classe trabalhadora, amplamente verificado no período pós-guerra nos países Imperialistas, mas ao mesmo tempo a superexploração de enorme massa de trabalhadores na periferia do capital e com alguns imigrantes no centro do capital. A lei do valor trabalho, tão negada pelos apologéticos do capital como a escola neoclássica, continua sendo totalmente válida e suas manifestações de crise reforçam ainda mais as

---

os obstáculos econômicos à aplicação da regulação eletrônica a enorme variedade de processos produtivos. A partir daí, os microprocessadores têm sido instalados em instrumentos de medida que controlam processos de fluxo contínuo em refinarias de petróleo, centrais elétricas, usinas siderúrgicas e fábricas de produtos químicos; em máquinas-ferramentas que se tornam robôs, utilizados em linha de montagem nas indústrias metalmecânicas, até em operações de fluxo descontínuo, pois são facilmente reprogramadas em máquinas de escritório —iteligente”, tais como pequenos computadores, máquinas copiadoras e terminais telefônicos computadorizados [...]”.

assertivas de Marx (2008) sobre a sua concepção da lei do valor trabalho.

Para dar um exemplo que Mandel:

Como sabemos, a lei do valor opera diretamente por meio do valor de troca das mercadorias apenas no contexto da produção simples de mercadorias. No modo de produção capitalista, essa lei é mediada pela equiparação das taxas de lucro em outras palavras, pela concorrência dos capitais. Os lucros não são divididos entre capitais rivais de forma proporcional à mais-valia produzida por cada capital individual. Por essa razão, o capital que aumenta a produtividade média traduzida por capitais considerados —*atrasados*— em termos de produtividade do trabalho. O capital fluirá dos setores com uma taxa de lucro abaixo da média para setores com uma taxa de lucro acima da média. Isso leva a uma redistribuição dos recursos econômicos vantajosa aos setores com taxa de lucro acima da média, até o momento em que o aumento da produção reduz os preços de mercado e os lucros desses setores, e a queda da produção dos setores com taxa de lucro abaixo da média aumenta seus preços e lucros. Mas essa redistribuição de valores de troca tem de ser coerente com a estrutura de demanda de valores de uso determinada pelo capitalismo. Aqui podemos separar dois casos para examinar a questão mais de perto.

Se as mercadorias produzidas com um lucro abaixo da média mantêm no conjunto sua participação na estrutura da demanda dos —*consumidores finais*— então a saída de capital desse setor da produção será apenas *temporária*. A redução das forças produtivas usadas nesse setor significa que a produção será menor do que a demanda. A elevação dos preços levará então a um aumento da taxa de lucros que novamente atrairá capital com uma composição —*mais moderna*— para esse setor. O resultado de todo o processo será, em última estância, apenas uma

adaptação da estrutura de produtividade, ou da composição orgânica do capital, a um nível social médio que, neste interim, elevou-se (MANDEL, 1985: 370).

A taxa de lucro dos monopólios é sempre mais alta e por isso aglutina para si a maior parte do novo valor criado em seus respectivos ramos produtivos. O crescimento da taxa de lucro nos setores monopolizados tem dois resultados contraditórios que acabam por gerar uma diminuição da taxa social de lucro, em suma, a relação entre o capital social total e a quantidade total de mais-valia. Em primeiro lugar, o resultado direto leva a um aumento da acumulação de capital; em segundo lugar, uma queda da percentagem do trabalho vivo nas despesas sociais totais com o trabalho. O trabalho vivo, como já demonstramos, é o único capaz de produzir mais-valia, é apenas uma questão de tempo antes que o crescimento da composição orgânica do capital, resultado direto da acumulação acelerada, ultrapasse o aumento da taxa de mais-valia. Ao chegar a este nível de contradição, as taxas de lucros começam a cair de novo, em todos os setores inclusive nos monopólios. Mandel (1985: 372) questiona se é possível restringir a queda da taxa de lucro nos setores de produção não monopolizados. Ele questiona as fontes dos superlucros dos monopólios, com foco no remanejamento ~~da~~ mais-valia socialmente produzida de forma vantajosa aos monopólios. Para simplificar, começaremos da hipótese de que o Departamento I compõe-se inteiramente de monopólios, enquanto a livre concorrência predomina ainda no Departamento II como um todo” (idem).

Os ciclos produtivos dos monopólios, frutos do Departamento I, ou seja, dos meios de produção, são altamente monopolizados e por isto fazem com que os setores de bens de consumo do Departamento II consequentemente transfira valor, parte da mais-valia, para o Departamento I. Para ilustrar esse processo: o frigorífico que pertence ao Departamento II irá comprar uma máquina para fazer salsicha do Departamento I que é altamente monopolizado; para a produção da máquina de salsicha seria necessário, por exemplo, R\$ 1.000,00 de capital constante e de R\$ 100,00 de capital variável com uma mais-valia de R\$ 100,00; no total do ciclo produtivo teríamos R\$ 1.200,00. Com a compra da máquina, o frigorífico transfere para o setor monopolizado R\$ 50,00 de sua mais-valia. De que maneira isso é possível? Partindo ainda do nosso exemplo, o frigorífico aplicou em capital constante R\$ 1.750,00 supondo que seriam R\$ 1250,00 da máquina e os outros R\$ 500,00 seriam formados da carne, energia elétrica e do prédio, a máquina é capital morto no frigorífico, aquele que não gera mais-valia. Importante lembrar que, no Departamento I, a máquina de salsicha gerou uma mais-valia para o dono da fábrica de máquinas: sendo o capital variável de R\$ 100,00 e a mais-valia de R\$ 100,00, o montante de valor criado no final do ciclo produtivo é de R\$ 1.950,00, mas o frigorífico vai obter como taxa média de lucro apenas R\$ 50,00, transferindo um quanto de valor para o monopólio.

No capítulo anterior, quando debatemos sobre a mais-valia, afirmamos que o valor é o tempo socialmente necessário para produzir uma mercadoria e o preço é expressão monetária desse valor, contudo a mercadoria pode ser vendida acima e abaixo do valor. Ademais, é

importante pontuar que o capitalista industrial vende sempre abaixo do valor sua mercadoria e o capitalista usurário vende-a pelo valor, apropriando-se, desta maneira, da mais-valia gerada na fábrica, ou no trabalho agrícola. Esse processo que aludimos acima pode ocorrer, com empresas de livre concorrência como de alimentos, por exemplo, que vendem seus produtos para grandes varejistas<sup>88</sup>, e sua relação com o capital bancário, onde transfere um quanto maior da mais-valia para esses setores monopolizados.

Agora uma contradição do capitalismo monopolista em sua fase de crise estrutural é que a centralização e concentração dos capitais levam a expansão do lucro acima da taxa média de lucro, deste modo transferindo recursos dos setores de livre concorrência, por impedir que os capitais afluam dos setores onde a taxa média de lucro é menor para onde a remuneração é maior.

Para ilustrar nosso exemplo, os capitais alocados no Departamento II afluem para o Departamento I. O lucro monopolista pode manter-se por algum tempo sem o afluxo de outros capitais como já mencionado, devido ao grande volume de capital para construção de empresas monopolistas, mantendo uma grande parte dos inúmeros outros capitais na própria livre concorrência. Para isso, é imprescindível que uma parte da produção esteja na livre concorrência para que ocorra a transferência de parte da mais-valia para os setores monopolizados,

---

<sup>88</sup> Podemos exemplificar esse movimento com empresas industriais que produzem as marcas próprias, como macarrão, arroz, feijão, torrada, batata frita, molho de tomate, temperos etc., para grandes conglomerados como Carrefour, Wal-Mart, Grupo Pão de Açúcar etc., trabalhando como empresas —~~te~~ceirizadas”.

garantindo suas altas taxas de lucro acima da taxa média. Mandel (1985) aponta que se os setores não monopolizados tornarem-se monopolizados, como capitais aplicados na indústria de alimentos se transferir para indústria de criação de maquinário de alta tecnologia, a taxa de lucro dos monopólios despencaria ao ponto próximo da taxa de lucro média. A terceirização da produção como, por exemplo, no caso das indústrias automobilística e de vestuário corresponde à necessidade desta dupla produção, concentração e centralização do capital, ao passo que em tese teria uma socialização da produção com abertura de novas fábricas, ou empreendimentos comerciais ou financeiros, está subsumida a nova forma de concentração e centralização do capital. Alguns exemplos como os grandes monopólios que aglutinam em si grande quantidade de empresas: —Em 1965, os monopólios da Alemanha Ocidental dominavam o seguinte número de empresas subcontratadas AEG – 30.000; Siemens – 30.000; Krupp – 23.000; Daimler-Benz – 18.000; Bayer -17.500; BASF – 10.000; Opel – 7.800” (MANDEL, 1985: 375).

No exemplo desta dupla taxa de lucro acima demonstrado por Mandel (1985) é a indústria automobilística que tem uma taxa de lucro acima da média, isto faz com que alguns monopólios de outros setores invistam no setor automobilístico. Ocorre que em setores monopolizados a facilidade de movimentação é dos próprios monopólios, visto que já possuem um montante de capital para sua transferência. O exemplo que podemos invocar é na década de 1970, onde mediante a disparada do preço do petróleo os capitais antes investidos na indústria automobilística afluíram para o setor petrolífero e



para o setor energético, ambos com taxas de lucro acima da média para os monopólios. O Governo estadunidense estimulou políticas para que essa movimentação não levasse à crise o setor automobilístico que, como sabemos, emprega milhões de trabalhadores.

Os monopólios durante o período onde começa a crise estrutural do capital provocou uma tamanha centralização e concentração do capital; instaurou uma dupla taxa média de lucro dos monopólios com seus superlucros e uma taxa média dos setores não monopolizados. O poder dos monopólios que de alguma maneira freia a movimentação de capitais acentua sua crise, além da queda tendencial da taxa de lucro. O Estado vai atuar com medidas anticíclicas, cujo resultado ameniza os efeitos da crise em curto prazo, mas os efeitos colaterais a longo prazo ressurgem com mais intensidade.

Após apontar a vitalidade da lei do valor trabalho e suas possibilidades da crise de reprodução do capital, a própria válvula de escape, que o capital em crise poderia se resolver com a transferência de um setor onde a taxa de lucro está abaixo para os locais onde ela estava acima da média. Adensa uma concorrência entre os capitais destas duas taxas de lucro médias. Além da concorrência acirrada que leva a centralização e concentração do capital, outra contradição estava presente na gênese da crise estrutural do capital: como responder as demandas do proletariado no Pós-Segunda Guerra que vinha de recentes conquistas sociais, acentuava a necessidade do capital em reestruturar sua produção, e elevação técnica do trabalho foi a resposta para colocar a classe trabalhadora na defensiva. A partir da crise estrutural do capital, mudanças na produção e no Estado eram vitais para recolocar o capital

em uma ofensiva contra o trabalho e recuperar suas altas taxas de lucro. Abordaremos sumariamente as mudanças no Estado no tardo-capitalismo.

Mandel aponta que o marxismo desenvolveu a teoria sobre o Estado burguês sobretudo seu caráter coercitivo para manutenção da ordem burguesa. A ordem burguesa constituída adensa a característica do Estado em intervir na sociedade civil para manutenção da classe burguesa no poder, mas se no início do capitalismo o Estado burguês valia exclusivamente da repressão, no capitalismo desenvolvido ele começa a utilizar a manipulação para garantir o domínio. Observado as obras dos marxistas mais expressivos do século XX como em Gramsci e Lukács (1967), vemos que o Estado utiliza a força e o consenso para manutenção da ditadura de classe burguesa. A partir do Imperialismo, o Estado se torna o organizador universal da burguesia, funcionando como um capitalista coletivo, buscando organizar a produção capitalista e expandir os mercados, seja por acordos vantajosos, seja pela utilização da força bruta.

O Estado, a propriedade privada e a produção de mercadorias são anteriores à sociedade capitalista, mas a vinculação do Estado com a propriedade privada se adensa na sociedade burguesa. A observação de Meszáros (2002) é correta, o capitalismo não viveria um dia sequer sem a atuação do Estado, como forma necessária da propriedade privada e do trabalho estranhado. Para Mandel (1985: 335), o Estado “tornou-se mais explicitamente um instrumento da acumulação progressiva de capital e o parceiro do modo de produção capitalista”. Nas análises do mundo contemporâneo sob o prisma da crítica da economia política, vê-se que

ao passo que crescia o capitalismo com as forças produtivas mais desenvolvidas o capital constante crescia cada vez mais em relação ao capital variável. A cada ciclo do capital, o peso do capital constante pressionava a queda da taxa de lucro, e simultaneamente o capital concentrava-se e centralizava-se nos grandes conglomerados internacionais, disto resultou a crise mais aguda na história do capitalismo.

O Estado é um ente indispensável para harmonizar a economia, ele serviria como um —capitalista global” que de alguma maneira tenta —controlar” as relações de produção burguesas. Isto prova para os democratas que o Estado não é um ente neutro, servindo de organismo burguês fora da concorrência direta entre os capitalistas (MANDEL, 1985: 336). O Estado como —regulador da economia burguesa”, na sua gênese servia de auxílio aos capitalistas individuais, sendo o instrumento onde a iniciativa privada não tinha possibilidade de investir, era com os recursos do Estado que era realizado, a título de exemplo, o controle da marinha mercantil e sua defesa, durante o período da acumulação primitiva e depois da consolidação do modo de produção capitalista.

Ocorre que no período Imperialista o Estado ganha mais uma determinação de ser, ou seja, torna-se instrumento de luta da burguesia para expansão dos capitais monopolistas e abertura de novos mercados para a burguesia. As guerras imperialistas do final do século XIX e início do século XX demonstram essa nova determinação de impor a outros países —liberdade de mercado” de comprar as mercadorias dos países imperialistas. A consequência direta dessa política é que o Estado

tornou-se um grande consumidor de produtos do departamento III da indústria, neste caso na produção de armas, sendo estas as indústrias que no século XX obtiveram mais lucros.

O Estado, após a crise estrutural do capital, além de ser a força repressiva contra sublevações da classe trabalhadora, agente importante para o consenso de classes, atuará nas manifestações da crise, seja para barrar os seus efeitos, seja com políticas anticíclicas, além de atuar com políticas que de alguma maneira favoreçam os grandes monopólios garantindo os superlucros, lucros acima da taxa média de lucro. A partir do último quartel do século XX, o Estado começa a decair os seus investimentos produtivos, nas empresas estatais, e começa a redimensionar sua atuação. A era neoliberal de um suposto Estado mínimo para o social e o máximo para o capital decorre em virtude da nova conjuntura:

Essa —privatização” não oficial, por assim dizer, da articulação dos interesses de classe da burguesia é uma contrapartida da concentração e centralização crescente do capital. É a sombra inseparável da autonomia e da hipertrofia cada vez maiores do Estado burguês tardio. Atinge o ponto máximo quando as decisões que afetam não são mais opções secundárias, mas sim opções estratégicas e históricas da classe burguesa como um todo. Domhoff fez um longo estudo sobre a forma pela qual a grande burguesia norte-americana torna suas decisões estratégicas globais e formula seus interesses de classes. Na maioria das vezes, todo o processo se desenrola fora da esfera de todas as instituições estatais oficiais (embora haja líderes políticos envolvidos), e é mediado por fundações, —grupos de trabalho” específicos que —propõem” ou —sugerem” essas decisões a setores particulares do aparelho de Estado ou do Governo (MANDEL, 1985: 344)

As três mudanças ocorrem em resposta à crise do capital. Daremos alguns apontamentos, contudo não podemos aprofundar esse debate em decorrência de não ser o propósito da nossa dissertação. Apontaremos as questões principais da globalização, do neoliberalismo de forma muito geral, buscando pontuar os nexos que acentuam a reestruturação produtiva, processo pelo qual acentuou a precarização do mundo do trabalho típico do período o que leva em larga medida à intensificação do trabalho, portanto acentuando um traço geral da exploração do capital.

A política neoliberal retoma alguns conceitos que estavam nos Economistas Políticos Clássicos, como Smith, como o de que o próprio mercado poderia se autorregular. Seguindo este itinerário iniciaram-se as vendas das estatais fornecedoras de água, esgoto, luz, educação, saúde, institutos de previdência, siderurgias, portos, aeroportos, rodovias, mineradoras, petroleiras, ou seja, tudo que pudesse ser entregue à iniciativa privada. Essas empresas deviam ser privatizadas, segundo o receituário neoliberal, em virtude de dois movimentos. Em primeiro lugar, acredita-se que as empresas privadas têm maior competitividade em virtude de estarem entregues à concorrência do mercado. E em segundo lugar, o Estado já estaria impossibilitado por suas dívidas de realizar grandes investimentos adequando as Estatais à tecnologia da Terceira Revolução Industrial. O Estado não poderia angariar recursos para os investimentos que estas empresas necessitavam, e não teria condições financeiras, técnicas etc., para acompanhar a concorrência com o setor privado. Além de buscar por

fim em monopólios que muitas empresas estatais tinham nos ramos em que atuavam. (TEIXEIRA, 1996: 195-196).

O capital, após os últimos 25 anos, tem chegado ao limite de sua expansão e o esgotamento de sua capacidade expansiva, sua longa onda. Observamos que as crises tornaram-se agora mais frequentes, sobretudo, nas instituições financeiras. A quebradeira, bancarrota, falência etc., o terremoto das crises, as instituições financeiras que há pouco tempo louvavam o mercado, reafirmavam a mão invisível do mercado, agora têm que pedir socorro ao Estado. Podemos observar a tendência de socializar os prejuízos do grande capital:

Pois o meio usual de tratar as falências de grande porte – assumindo-se a “propriedade pública” (tão desprezada pelos defensores da “privatização” e da idolatria do mercado), nacionalizando-se assim a falência do capitalista privado sempre que atenda à conveniência do sistema – nem sempre resolve o problema, já que a bolsa pública não é sem fundo. No caso do colapso do *Barings* houve mais que um toque de ironia, pois antes que o seu destino fosse selado na bolsa de valores de Cingapura, “já havia se debilitado por pesados prejuízos nos seus negócios na América Latina resultantes da derrocada do peso mexicano”. Assim, o que se acreditava ser um dos grandes avanços do capitalismo moderno – “a globalização modernizadora” – já havia azedado não somente no México, com as consequências mais dolorosas para seu povo, mas também contribuiu simultaneamente com a vergonhosa liquidação de uma das mais veneráveis e azuis das instituições da City<sup>89</sup> (MÉSZÁROS, 2009: 43).

---

<sup>89</sup>

Observamos alguns dados desta imensa sangria do fundo público para socorrer as empresas privadas que entram em Bancarrota, segundo Netto (2010): “Atestao, por exemplo, o fluxo planetário de capital meramente especulativo, que não é controlado por nenhuma autoridade monetária. Recorda

318

A crise estrutural do capital vem sendo barrada com a contratendência da queda da taxa de lucro, pelo socorro do fundo público salvando as empresas privadas da sua bancarrota. Além da privatização das empresas, antes estatais e de serviços públicos, a financierização da economia, esses métodos são paliativos em decorrência de não criar valor. A contratendência mais efetiva para barrar a queda da taxa de lucro é aumentar o grau de exploração do capital variável. Como podemos observar na citação abaixo:

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não *consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão*, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades —*pós-industriais*” estão experimentando uma amostra da real preciosidade do capital —*libral*” (MÉSZÁROS, 2009: 70, *grifes nossos*).

Aludimos, no começo de nosso debate sobre o Estado, como forma de dominação de uma classe sobre a outra, ao uso da força como a principal forma de controle da burguesia sobre o trabalho, mas, seguindo a trilha de Mandel (1985), esta não é a única a —*ideologia*” do —*capitalismo tardio*”. A questão o debate da ideologia não é irrelevante,

---

Harvey (*The postmodern condition*, ed. cit.): —[...] A partir de 1973, o sistema financeiro mundial conseguiu [...] fugir de todo controle coletivo, mesmo nos Estados capitalistas mais poderosos”; o mesmo autor estima que, em 1987, o mercado financeiro, —sem o controle de nenhum governo nacional”, movimentou quase 2 trilhões de dólares. A mais recente crise financeira, que eclodiu em 2008, mostrou a intervenção estatal operando apenas *post festum* e com débil articulação supranacional”.

pois segundo Mészáros (2002), a força da ideologia tem força material. As expressões da ideologia como forma do ser social, como concepção do mundo, sua representação das relações materiais de produção pode reforçar as alienações/estranhamentos. Mandel (1985) muito corretamente observa que as alienações/estranhamentos não são recorrentes unicamente no mundo do trabalho, observa a mercantilização do mundo da cultura e da educação como resultado direto do que ele chama de “capitalismo tardio”.

O resultado da ideologia do tardo capitalismo é que ela acentua vetores que transitam entre o fatalismo de um lado e a “—dem” em meio ao caos de outro:

Para o indivíduo cativo, cuja vida é inteiramente subordinada às leis do mercado – não apenas (como no século XIX) na esfera da produção, mas também na esfera do consumo, da recreação, da cultura, da arte, da educação e das relações pessoais – parece impossível romper a pressão social. A “—experiência cotidiana” reforça e interioriza a ideologia neofatalista da natureza imutável da ordem social do capitalismo tardio. Tudo que resta é o sonho da fuga – por meio do sexo e das drogas, que por sua vez são imediatamente industrializados. O destino do homem unidimensional parece inteiramente predeterminado. Mas na realidade, o capitalismo tardio não é de forma alguma uma sociedade completamente organizada. É apenas uma combinação híbrida e bastarda de organização e anarquia (MANDEL, 1985: 352-353).

A crise estrutural do capital acentua a apologia direta ao capital como apologia da técnica, no sentido da elevação das forças produtivas e ao mesmo tempo racionalização da produção etc. Muitos pensadores honestos levaram água ao moinho da apologia direta da mistificação da



técnica, dentre eles podemos destacar Habermas. Alguns críticos da ciência, da elevação técnica do trabalho, identificam que o próprio desenvolvimento humano é danoso ao mundo e, de certa forma, a destruição ambiental é produto do ser-precisamente-assim do homem, e não como uma necessidade imanente da crise estrutural do capital. Os pós-modernos são extremamente coerentes em criticar a técnica, a ciência, o progresso do desenvolvimento das forças produtivas, mas são incapazes de levantar crítica contra o capital, contra a exploração, e sua forma destrutiva para a valorização do capitalismo cujos ciclos produtivos estão cada vez mais curtos e por isso têm que diminuir a vida útil dos produtos.

A ideologia do capitalismo tardio provoca inúmeras manifestações da irracionalidade do capital, onde a forma mais nefasta é do consumismo que somente pode ser satisfeito mediante um crescimento da econômica nos áureos tempos da expansão do pós-guerra. Ocorre uma mistificação em que as crises são provocadas pela má gestão, seja de um grupo de empresários, seja pelos governos que conduzem suas políticas econômicas de forma errônea. Por isso, o universo cultural com forte *tônus* apologético provoca impressão de uma normalidade e de que as dificuldades geradas pela crise podem ser resolvidas pela racionalização tecnológica.

A apologia direta do capital em buscar conciliar o inconciliável, essa racionalidade parcial podemos observar na indústria toyotista, onde o trabalho é multifuncional, onde a gerência estimula os trabalhadores a criarem. Podemos chegar à conclusão de que, por estar totalmente —racionalizada”, a empresa está imune à crise.

A política do período da crise estrutural do capital vem depreciando a força de trabalho como alternativa da retomada das taxas de lucros, do período anterior à crise. Podemos concluir que essa política tem como resultado, segundo as observações de Netto (2010: 20),:

Em síntese, *nos últimos quarenta anos, o modo de produção capitalista experimentou transformações de monta*, que se refratam distintamente nas diversas formações econômico-sociais em que se concretiza e que exigem instrumentos analíticos e heurísticos mais refinados. Ainda que se registrem polêmicas acerca da natureza e das complexas implicações dessas transformações, bem como do ritmo em que levam o modo de produção capitalista a aproximar-se dos seus limites estruturais, duas inferências parecem-me inquestionáveis:

1ª. *nenhuma* dessas transformações modificou a essência exploradora da relação capital/trabalho; pelo contrário, tal essência, conclusivamente planetarizada e universalizada, exponencia-se a cada dia;

2ª. a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de *travagem e reversão* de todas as conquistas civilizatórias.

A primeira inferência revela-se mediante vários indicadores: as *jornadas de trabalho prolongadas* para aqueles que conservam seus empregos (extensão que envolve todos os setores de atividades econômicas – para retomar a superficial e conhecida tipologia dos —setres econômicos” de Colin Clark: o —~~p~~imário”, o —~~sec~~undário” e o —~~ter~~ciário”), a *intensificação do trabalho* (também nos três —setres”), a enorme defasagem entre o crescimento das rendas capitalistas e o crescimento da massa salarial etc., resultando na extração articulada de mais-valia absoluta e relativa e na recuperação de formas de trabalho típicas dos primeiros momentos da instauração do

capitalismo (trabalho a domicílio) e, mesmo, em formas de trabalho forçado e, em casos extremos, mas não tão excepcionais, escravo. A constatação mais óbvia desse incremento da exploração aparece, em todos os quadrantes do mundo, nos mal chamados fenômenos de —exclusão social—. Mas é a segunda inferência que me interessa aqui, posto que expressão da *barbárie* tardo-capitalista.

O itinerário do Estado neoliberal potencializou um processo de um maior intercâmbio mundial, que ficou conhecido como globalização. O símbolo deste novo Estado foi o consenso de Washington que impôs aos países um itinerário do livre câmbio, ou seja, o dispositivo de que países desenvolvidos buscavam proteger suas economias dos países emergentes, buscando proteger em especial os setores produtivos mais tecnológicos com a lei de patentes. Quando na periferia do capital poderiam competir com os países do centro do capital, as suas indústrias, em especial a produção agrária, recebem subsídios para produzir. Essa política prejudica a concorrência dos países, como o Brasil, que exportam produtos agrícolas. Um exemplo emblemático é de produtos como a soja, a laranja e a carne bovina nos Estados Unidos.

Diante desse conteúdo, torna-se necessário pontuar algumas características do Brasil na última década. Ademais, o novo desenvolvimentismo pesa com uma ideologia do Brasil exportar capital, poderíamos demonstrar o caso do JBS Friboi que tem várias filiais em todo o mundo.

A crise estrutural do capital provocou na periferia um redimensionamento da economia com o aprofundamento da financeirização do capital e um aumento da desnacionalização do capital

nacional. Os dados anunciados pela empresa de consultoria KPMG demonstram as desnacionalizações de empresas brasileiras que atingiram um novo recorde em 2012. Esse recorde não é uma novidade, pois em 2010 e 2011 também ocorreram recordes. Observa-se que a cada ano as empresas brasileiras estão sendo adquiridas por empresas estrangeiras, em especial com capital oriundo dos EUA, além de empresas francesas, japonesas e alemãs. Em 2012, foram 296 empresas nacionais que passaram para controle estrangeiro. Em 2011, haviam sido 208 empresas nacionais. Em 2010, 175 empresas. Assim, o número de empresas desnacionalizadas aumentou, em relação ao ano anterior, sucessivamente: +92,3% (2010), +18,9% (2011), e, no ano passado, +42,3% (LOPES, 2013).

A pesquisa passou a ser divulgada a partir de 2004, quando a agência KPMG passou a divulgar seus dados das operações *cross border I*, cb 1 = empresas brasileiras tornam a ser majoritariamente comandado por capital estrangeiro. Os dados foram os seguintes: em 2004, 69 empresas desnacionalizadas; em 2005, 89 empresas desnacionalizadas; em 2006, 115 empresas desnacionalizadas; em 2007, 143 empresas desnacionalizadas; em 2008, 110 empresas desnacionalizadas; em 2009, 91 empresas desnacionalizadas; em 2010, 175 empresas desnacionalizadas; em 2011, 208 empresas desnacionalizadas; em 2012, 296 empresas desnacionalizadas.

Ao todo, desde 2004, foram 1.296 empresas nacionais que passaram para controle estrangeiro, com as conhecidas e inevitáveis consequências da desnacionalização:

Aumento brutal das remessas de lucros para fora do país: as remessas totais, cuja maior parte é constituída pelos ganhos, no Brasil, das filiais de

multinacionais que são enviados às suas matrizes, passaram de US\$ 25,198 bilhões (2004) para US\$ 85,271 bilhões (2011), um aumento de 238,40% (o total de 2012 ainda não foi divulgado pelo Banco Central). Se consideradas apenas as remessas para o exterior declaradas oficialmente como “lucros e dividendos”, o valor em dólares mais do que quintuplicou (foi multiplicado por 5,5) no mesmo período. Ao todo, de 2004 a 2011, pari passu com a desnacionalização de 1.296 empresas brasileiras, esse aumento vertiginoso nas remessas para o exterior significou o envio para fora do Brasil do equivalente a 152,84% do saldo comercial que o país obteve no mesmo período. Exatamente, as remessas totais para o exterior montaram a US\$ 404.878 bilhões, enquanto o saldo comercial atingiu US\$ 264.911 bilhões. 2) Simultaneamente a essa hemorrhagia de remessas para o exterior, houve um aumento tão brutal, ou mais, das importações. De 2004 a 2011, as importações aumentaram, em valor, 260%: de US\$ 62,835 bilhões (2004) para US\$ 226,233 bilhões (2011) (LOPES, 2013).

Após a contextualização de alguns elementos da economia política internacional e algumas repercussões no Brasil, as conclusões que chegamos são de que o capitalismo, conforme Mandel (1985) e Mészáros (2002), está em uma crise estrutural; após o fim da “onda longa”, temos uma tríplice política: neoliberalismo, reestruturação flexível, intensificação da exploração. As manifestações da crise no Brasil aprofundaram pontos do capitalismo selvagem com a autocracia burguesa e a superexploração. A apresentação desta grave conjuntura foi necessária para expor a hipótese que apontamos de que a superexploração no Brasil atua como contratendência da queda da taxa de lucro e os frigoríficos se enquadram nesse caso.

O impacto da terceira revolução tecnológica nos frigoríficos foi menos preponderante que em outros setores (indústrias automobilísticas, de eletroeletrônicos etc). O que ocorreu nos frigoríficos foi uma intensificação do trabalho. Nossa pesquisa vai demonstrar que o aumento da produtividade é devido, em especial, à intensidade do trabalho. Essa intensidade do trabalho pode ocorrer por uma implementação de um toyotismo restrito (ALVES, 2005), que neste caso, observamos que não é restrito pois, ainda mantém as características físicas de uma estrutura fordista, contudo, são utilizados modos de manipulação toyotista.

Se por um lado o *fordismo* aumentou a produção, de outro suprimiu toda a capacidade cognitiva do trabalhador no processo criativo do trabalho, pois ficava ao cargo de pensar a produção a gerência —científica— que a controlava minuciosamente por meio do cronômetro taylorista. Os frigoríficos barretenses organizam em parte sua planta industrial de forma inspirada no fordismo, sobretudo, a unidade do JBS Friboi de Barretos cuja inauguração foi durante o apogeu fordista-taylorista. Cabe pontuar que o modelo de produção fordista é um método para produção calcado em uma exploração de mais-valia relativa. Ilustraremos como são as condições gerais dos frigoríficos para apontar como ocorre a superexploração do trabalho.

Na estrutura interna das unidades industriais de Barretos, dentre os vários setores, destaca-se a estrutura clássica do matadouro, conhecido como abatedouro, que ocorre somente no frigorífico Minerva. Os setores do matadouro são: curral, abate, triparia, desossa, embalagem, estoque, caldeira e manutenção. Além dos setores

administrativos, vendas e financeiro etc. Em empresas industriais como parte do JBS Friboi e o Minerva Dawn Farms, os setores equivalentes são o cozimento, retorta e as fabricações específicas de hambúrguer, salsicha, patê etc., além da estamparia, no caso da JBS Friboi.

O gado, logo ao chegar do curral, recebe um banho, com ducha de água, além de intensificar o choque dado aos bois quando se refugam ao local do abate. Ocorrem alguns acidentes com os bois quando levam o choque, no caso os coices nos trabalhadores.

No abate, o gado é morto, entrando a seguir em um espaço onde são retirados o seu couro e o seu sangue; este é coletado e transformado em adubo. As vísceras do gado, sua cabeça e suas patas também são retiradas, restando somente a carne e o esqueleto. Normalmente, os funcionários deste setor são os que primeiro entram no trabalho, pois dão o ritmo da produção dos outros setores, como a desossa, a embalagem e o estoque.

A triparia é responsável por separar alguns órgãos que têm valor comercial como fígado, coração, língua etc., como também retirar as fezes do intestino do gado para futura comercialização das tripas.

No setor da desossa, ou descarniação, o gado vem por uma nória e chega aos trabalhadores que estarão a postos para esse tipo específico de trabalho, a desossa. Os desossadores retiram os cortes<sup>90</sup> um de cada vez, sendo responsáveis pela qualidade da carne, pois quanto mais nobre a carne, maior a especialidade exigida do faqueiro. Neste local, há uma organização do trabalho, nos moldes tayloristas, onde os faqueiros

---

<sup>90</sup> Aqui me refiro aos tipos da carne que normalmente nós compramos nos estabelecimentos comerciais etc. como picanha, paleta etc. também chamadas de peças.

colocam-se lado a lado para retirar os cortes, atividade cujo ritmo é dado pela nória, portanto um ritmo de trabalho intenso, repetitivo e estafante para os trabalhadores. Os locais de trabalho estão ambientados a temperaturas baixas, cerca de doze graus Celsius ou, como vimos, até temperaturas mais baixas, e apresentam muita umidade, o que torna os trabalhadores bastantes sujeitos às doenças respiratórias e outras tantas doenças. As doenças mais comuns nestes trabalhadores são pneumonia e gripe. Por utilizarem facas extremamente afiadas, instrumento de manuseio bastante perigoso, todos os desossadores deveriam estar equipados com EPI's, como luvas metal inoxidável, em alguns casos não ocorre a disposição do EPI, redundando em acidentes com facas, como observado no segundo capítulo deste trabalho.

O quarto setor corresponde às chamadas “~~a~~linhas”, locais onde a carne é embalada; depois são colocadas em caixas para o embarque ou estoque, setor onde os trabalhadores não são especialistas, mas sim auxiliares de produção com salários muito baixos, e um trabalho repetitivo, portanto, assim como os desossadores, estão sujeitos às doenças ocupacionais.

O quinto setor compreende as câmaras frias, a estocagem e o embarque de carnes. Local pouco arejado, está ambientado a temperaturas muito baixas, que podem chegar a cerca de 20 graus Celsius abaixo de zero. Constituem-se de grandes galpões, muitas vezes subterrâneos, onde trabalhadores e empilhadeiras dividem o mesmo espaço de trabalho, convivendo lado a lado. O embarque é um setor em que normalmente se encontram os trabalhadores mais fortes fisicamente,



pois as caixas de carnes sem osso pesam em média de 15 a 20 quilos; já as carnes com osso pesam em média de 70 a 100 quilos.

O sexto setor é a caldeira, onde os empregados trabalham com temperaturas muito elevadas, devido à queima de madeira ou carvão. Nas caldeiras, é utilizada água fervendo para higienizar bem as máquinas ou o frigorífico.

A manutenção é o setor em que os mecânicos, eletricitas e pedreiros dão a devida conservação tanto no maquinário quanto na própria estrutura física dos frigoríficos, pois a exigência da vigilância sanitária, ou dos importadores estrangeiros pedem que o prédio esteja em condições impecáveis de preservação.

O último setor, existente apenas no Frigorífico JBS Friboi e no Minerva Dawn Farms, é a linha de produção, onde ocorre a fabricação de alimentos prontos para consumo enlatados. Na indústria, esse setor tem como característica principal o intenso calor devido ao cozimento de carnes e à retorta, cozimento dos produtos depois do enlatamento. Há ainda no JBS Friboi um setor responsável pela fabricação de embalagens de metal, chamado estamparia.

Quanto às condições de trabalho, os frigoríficos apresentam uma quantidade de ruídos excessiva, e os trabalhadores também correm riscos de queda devido ao piso tornado escorregadio pelo sebo que se solta da carne no processo da desossa. O modelo Fordista/Taylorista, assim, não tem trazido melhoria significativa aos trabalhadores em suas condições de vida e trabalho, pois aumenta a exploração da força de trabalho e prejudica seu bem-estar e sua saúde. E o toyotismo restrito também não resultou em melhores condições.

A antiga racionalidade da organização da fábrica proporcionava o controle do trabalho, agora sob a nova racionalidade do capital, que mantém o controle do trabalho, porém rompe com o trabalho parcelar do fordismo. Atuando sob esta racionalidade, os supervisores e líderes de equipe buscam estimular a competição entre as equipes, e dentro da própria equipe um trabalhador cobra do outro. –Somos todos chefes’, é o lema do ‘trabalho em equipe’ no toyotismo” (ALVES, 2002: 54). Essa pressão exercida pelos próprios colegas de trabalho, que ao mesmo tempo é um concorrente, força uma pressão psíquica sobre a classe trabalhadora, além da cobrança das metas de produtividade, cobranças por prêmios. Se um companheiro de trabalho falta, o trabalho tem que ser feito pelos outros membros da equipe. Não é por isso que sob a égide do trabalho na nova racionalidade o stress tornou-se o mau do século, como consequência temos ainda outras doenças como depressão, doenças psíquicas etc. Ademais, esses estranhamentos do trabalho repercutem na saúde física do trabalhador.

O toyotismo restrito apontado por Alves (2005) como um sincretismo de técnicas toyotista implementadas em uma estrutura fordista. Antes de uma total implementação de todos elementos do toyotismo, terceirização, implementação do maquinário da Terceira Revolução Industrial, em especial os robôs, e ferramentas de controle numérico etc., como já pontado por Marini, a tecnologia que aportava no Brasil era obsoleta, em larga medida, nos países centrais, tais elementos do capital constante começaram a serem utilizados na segunda metade dos anos de 1990. A partir de 1995, para Alves (2005), ocorre a capitulação do operariado constituído como classe para-si, ou como

classe em-si, com a capitulação do sindicalismo combativo e um sindicalismo neocorporativista com forte tônus de consenso, o que muitos chamam de neo-peleguismo. Os elementos subjetivos de uma perspectiva toyotista, do trabalhador colaborador, começa a ser utilizado na indústria automobilística desde a década de 1980, em especial à partir da segunda metade, quando a crise do setor automobilístico começava a dar sinais de recuperação. Esses elementos baseavam-se, sobretudo, em implementar os círculos de controle de qualidade (CCQ's), ao mesmo tempo que utilizavam formas de gratificação por produtividade, fato que já ocorria no Fordismo, porém agora com outras características, como as metas de produção, prêmios para equipes mais produtivas etc. Alves denomina esse processo de captura da subjetividade operária, que pode ser visto como uma nova forma de cooptação, mas somente com a implementação dos elementos do capital constante que vai resultar em um desemprego em massa e deixará o trabalho totalmente domesticado ao serviço do capital. Alves aponta as principais características do toyotismo sistêmico:

É importante ressaltar que o desenvolvimento do —toyotismo sistêmico”, no marco da particularidade sócio-histórica do capitalismo brasileiro nos anos 90. E caracterizado, por um lado, pela amplitude (e intensidade) dos nexos contingentes do toyotismo, voltados para a captura da *subjetividade operária*, e, por outro, pela preservação da superexploração do trabalho como dimensão estrutural da própria acumulação capitalista no Brasil e a reprodução ampliada de uma nova precariedade (e exclusão) no interior do mundo do trabalho (ALVES, 2005: 102).

As técnicas para captura da subjetividade operária, a fim de extrair mais produtividade do trabalhador individual, ocorrem pela diminuição da divisão hierárquica dentro da fábrica, onde o trabalhador se reconhece como colaborador, como parceiro, como associado, alimentado por ideias e técnicas de psicologia e marketing, com uma visão superficial de classe. Os trabalhadores assumem as tarefas antes destinadas à gerência, através dos círculos de controle de qualidade, possibilitando que eles eliminem os chamados desperdícios do tempo de trabalho, o fim da porosidade ou tempo morto na produção. Os frigoríficos de Barretos utilizam-se desse sistema na área industrial de abate<sup>91</sup>, desossa e outros setores que contêm linha de produção. Essa nova forma de pensar racionalmente a produção tem vistas a atuar na subjetividade do trabalhador, a fim de aumentar o seu desempenho de modo individual, mas lembrando que estará acoplado ao trabalho coletivo, pela cooperação do grupo, mesclando formas de trabalho parcelar taylorista, uma organização industrial fordista, até certo ponto ainda verticalizada como demonstramos, com uma atuação na subjetividade dos trabalhadores nos moldes toyotistas.

O controle do trabalho toyotista nos frigoríficos é operacionalizado pelos círculos de controle de qualidade total, chamado no JBS Friboi de TQF (Total Qualidade Friboi). O modelo utilizado pelo JBS Friboi é a medida de envolvimento da força de trabalho, com os círculos de controle de qualidade em toda a área industrial, sendo o

---

<sup>91</sup> No JBS Friboi o processo de abate foi fechado em decorrência da guerra fiscal. Contudo, manteve-se a desossa e a industrialização o que prova que a superexploração do trabalho barretense se enquadra nessa categoria.

novo modelo de gestão da força de trabalho baseado no que se convencionou chamar *cinco S's* (5S, cinco S).

Este controle subjetivo e ideológico talvez seja um dos mais nefastos elementos introduzidos no cotidiano da vida operária. Analisando: antes havia o ~~—bm~~ pai”, o ~~—bm~~ patrão”, que de todos cuidava e provia, a ~~—Me~~ Sadia”. Agora, o operário é também ~~—responsável~~” pelo bem estar da empresa. Ele precisa, mesmo quando está fora dela, pensar em como fazer para auxiliar no crescimento da mesma. Ele precisa ~~—if~~scalizar”, cobrar produção do ~~—lega~~”, pois o trabalho em equipe tem que ser bem feito por todos, caso contrário prejudica as metas, prejudica a produtividade. Ele – operário - vive vinte e quatro horas pela e para a empresa. Seu mundo é pensar nela e para ela, ~~—pra~~ o bem de seu emprego” e para mantê-lo. É a grande Sadia, onde se têm: os CQS - Círculos de Qualidade Sadia; TQS - Total Qualidade Sadia. Tudo gira em torno da Sadia (CIDA, 2009).

A característica mais cruel é que o trabalhador está convencido que produzir de acordo com as necessidades da empresa é o melhor caminho. Aqui observamos que o individualismo egocêntrico dos nossos dias repercute dentro da fábrica, as saídas coletivas são escamoteadas e substituídas por uma saída individualista, com o trabalhador suportando os desígnios das empresas, em cobrar metas de produção cada vez mais altas.

Na pesquisa de campo em que entrevistamos os trabalhadores dos frigoríficos, buscamos observar se ocorre a implementação das metas de produção. Assim podemos confirmar a tendência do toyotismo restrito, no caso dos frigoríficos em Barretos. Compreendemos como toyotismo sistêmico o processo decorrente da intensificação do trabalho

em uma planta industrial com uma peculiaridade ímpar no que toca as outras plantas industriais que montam um produto, os frigoríficos desmontam um produto, para retirar dele a mercadoria necessária. A tabela 13 demonstra isso.

Tabela 13. O Setor em que o trabalhador (a) tem metas de produção (tarefa)

Se têm metas de produção	Quantidade	Porcentagem
<b>Sim</b>	189	60,77
<b>Não</b>	121	39,23

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Os trabalhadores identificam o trabalho acrescido por metas de produção como uma forma de trabalho por tarefa, em alguns locais não reconhecem, pois são pressionados, por exemplo, se o frigorífico matar 1.200 cabeças de gado, eles têm que cumprir essa tarefa, porém não são remunerados, desta forma optamos por não distorcer a respostas dos trabalhadores. É importante pontuar que nos setores mesmo remunerado por “~~pre~~missões” os trabalhadores reconhecem que essas metas impostas pela empresa não são excessivas, visto que esta forma como os trabalhadores recebem por essa tarefa, compreende como forma de um ganho extra. Em nossa análise, observamos que é a única maneira de incrementar algum ganho no salário, pois, como veremos, os salários nos frigoríficos são muito baixos. O fato que praticamente os índices da pesquisa se equivalem, podemos concluir dois pontos: que a lavagem cerebral utilizada pelo toyotismo, contribui para produzir bons resultados do ponto de vista da empresa, os trabalhadores mais novos na empresa passam por treinamento em que é apresentada a política da

empresa, com o suposto engajamento participativo. Além de muitos trabalhadores terem perpassado o período de desemprego e por isso a insegurança do trabalho pode levar a um amoldamento inicial muito mais rápido. Como podemos observar na tabela 14:

Tabela 14. Se tiver meta de produção imposta pela empresa, o trabalhador (a) reconhece que é excessiva

Os trabalhadores reconhecem as metas como excessivas	Quantidade	Porcentagem
<b>Sim</b>	90	47,61
<b>Não</b>	99	52,39

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

A porcentagem alta de trabalhadores satisfeitos pelas metas de produção se dá, em sua maioria, por trabalhadores mais novos, e trabalhadores que recebem a remuneração irrisória. Ao receber uma gratificação por um dispêndio realizado, o trabalhador se identifica com a política da empresa, pois há muitos setores onde as metas de produção são impostas aos trabalhadores e não ocorre a devida gratificação por esse dispêndio. Além do prêmio por cumprir as metas, ocorre nos frigoríficos, a gratificação aos trabalhadores que não faltam e recebem o “direito” de retirar como salário complementar uma cesta básica, salvo um atestado médico. A premiação por metas de produção ocorre em setores onde a intensidade de trabalho deve ser despendida mais intensamente, como abate, desossa.

Tabela 15. Se há na seção remuneração ou premiação por atingir as metas

Remuneração das metas	Quantidade	Porcentagem
<b>Sim</b>	99	31,84
<b>Não</b>	212	68,16

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Observamos, na tabela 16, uma rotatividade alta nos frigoríficos, o que explica que a manipulação toyotista ainda surte um efeito, pois ocorre a ilusão do trabalhador, ao entrar em uma grande empresa, a falsa ideia de galgar cargos mais elevados, “subir na empresa”, tornar chefe de algum setor, muito estimulado pelos Círculos de Controle de Qualidade.

Tabela 16. Quanto Tempo trabalha neste Frigorífico

Tempo de Trabalho no Frigorífico	Quantidade	Porcentagem
<b>Menos de três meses</b>	29	9,32
<b>De três à seis meses</b>	24	7,72
<b>De seis meses à um ano</b>	30	9,65
<b>De um ano à um ano e seis meses</b>	29	9,32
<b>De um ano e seis meses à dois anos</b>	38	12,21
<b>De dois à três anos</b>	22	7,08
<b>De três à quatro anos</b>	36	11,57
<b>De quatro à cinco anos</b>	20	6,43
<b>Mais de cinco anos</b>	82	26,36

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).



A tabela 16 demonstra outros apontamentos, o vilipêndio exercido pelos trabalhadores nos frigoríficos aponta uma alta rotatividade em decorrência da superexploração do trabalho que se manifesta em dois vetores: baixa remuneração e intensificação da exploração que resulta no adoecimento dos trabalhadores, como já apontamos no capítulo 3 na tabela 1. Dos até então 1.850 trabalhadores da unidade frigorífica do JBS Friboi 14% estava afastada permanentemente, ou em auxílio doença. Ao observar trabalhadores que estão com mais de dois anos na empresa, estes correspondem apenas a 51,44%, ou seja, 48,56% da força de trabalho empregada nos frigoríficos tem menos de dois anos de trabalho. Isto significa que muitos trabalhadores são demitidos, ou pedem demissão, ou/e estão afastados do trabalho pelo adoecimento. Como sabemos, a atual conjuntura de crise mundial restringe as oportunidades de emprego, e as taxas de desemprego no Brasil estão girando em torno de 5,7% atualmente<sup>92</sup>. Além de um mercado de trabalho com índice de informalidade que beira 50% da força de trabalho.

Ao tecer a crítica do trabalho nos frigoríficos não estamos entrando no caráter moral dos donos dos frigoríficos. Quando Marx expõe sua crítica à sociedade burguesa, ele atenta que suas críticas à classe burguesa não é uma crítica moral. Segundo Marx (2008: 18): —Não foi róseo o colorido que dei às figuras do capitalista e do

---

<sup>92</sup> Importante salientar que o índice que trabalhamos não é o mesmo quando foi realizado a entrevista com os trabalhadores. A fonte do índice de desemprego foi acessado em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/04/taxa-de-desemprego-no-brasil-sobe-para-57-em-marco.html> em 4 de maio de 2013.

proprietário de terra. Mas, aqui, as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe [...]” (MARX, 2008: 18). Nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, escrito em 1844, Marx já apontava na sua teoria do trabalho alienado que a lógica do capital passava por cima dos homens, atuando independente da consciência e da vontade dos homens, além de identificar que nessa lógica nem o capitalista e tampouco o trabalhador dominam as relações de propriedade, ~~no~~ fato de que, em geral, o poder não humano domina” (MARX, 2002: 147). Atentamos para isso em decorrência de debater mais alguns elementos da crítica da economia política e sustentar a proposta de que estes setores, onde o vilipêndio do trabalho leva ao exaurimento da capacidade produtiva da força de trabalho, apontam como correções da ordem do capital em crise estrutural, como uma contra-tendência a queda da taxa de lucro. A tendência da queda da taxa de lucro, em nosso posicionamento teórico ainda ocorre, contudo, na superexploração do trabalho.

Agora vamos dialogar como a relação da mais-valia, como resultado do excedente econômico, ou seja, a mais-valia é o resultado de uma produção onde o trabalhador produtivo é capaz de produzir para além de sua necessidade. O surgimento da propriedade privada, e consequentemente do Estado, desloca para estes agentes o excedente do trabalho. A forma do capitalista tem como suporte esta relação do excedente criado pela totalidade do trabalho, e hoje apropriado privadamente pela totalidade do capital social. Por isso, demarcar alguns elementos do valor da força de trabalho para concatenar com a mais-valia gerada sem tocar na sua redistribuição, como fundo público, como

parte do capital usurário, como parte do capital financeiro e sendo também consumida improdutivamente<sup>93</sup>. Vamos debater o valor da força de trabalho para desembocar no debate sobre a intensificação do trabalho, que neste período histórico funciona como contratendência da queda da taxa de lucro. A relevância desse diálogo do valor da força de trabalho e a mais-valia, segundo Marx (2008: 592), é fundamental, pois —o valor da força de trabalho e a mais-valia variam em direções opostas. A mais-valia varia no mesmo sentido da produtividade do trabalho, e o valor da força de trabalho sentido oposto”.

Para Marx, algumas categorias que determinam o valor da força de trabalho: 1) os custos de sua formação profissional, assim como elementos da cesta de consumo do trabalhador, o seu valor pode variar com o tempo; 2) A inserção do trabalho feminino e, em alguns casos, infantil no mercado de trabalho, funcionando também como forma de regular o valor do trabalho masculino, pois, como já dissemos, o valor da força de trabalho consiste na sua reprodução, ela tem que ser suficiente para manter os trabalhadores, em condição de trabalhar em outro dia, semana ou mês, mas ao mesmo tempo tem que ser suficiente para repor a força de trabalho atual, ou seja, a criação dos filhos. O valor da força de trabalho terá categorias que vamos dialogar mais profundamente vinculadas ao valor, segundo Marx (2008: 591):

[...] verificamos que as magnitudes relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia são determinadas por três circunstâncias: 1) a duração

---

<sup>93</sup> O consumo improdutivo é aquele que o burguês consome com artigos de luxo que vai resultar na criação do departamento III da indústria que produz artigos consumidos pela burguesia, ou classes intermediárias com poder aquisitivo elevado.

do trabalho ou a magnitude extensiva do trabalho; 2) a intensidade normal do trabalho ou sua magnitude intensiva, segundo a qual dada quantidade de trabalho é despendida em determinado espaço de tempo; 3) finalmente, *produtividade do trabalho*, segundo a qual a mesma quantidade de trabalho fornece, no mesmo tempo, uma quantidade de produto, dependendo do grau de desenvolvimento das condições de produção.

O salário como expressão monetária do valor da força de trabalho pode variar nestas circunstâncias, mas ao mesmo tempo o salário pode ser pago no valor, acima do valor e abaixo do valor. O que determina essa variação não restringe a aplicação da lei do valor na força de trabalho que, como Marx (2008) apontou, diminui na medida em que a produtividade do trabalho é alterada, a luta de classes tem um papel fundamental na variação da expressão monetária do valor, podendo diminuir a mais-valia, com a redução da jornada de trabalho, ou aumentando o salário, bem como pode destinar parte do excedente econômico, que corporifica no fundo público para programas sociais que atende as necessidades da classe trabalhadora.

A situação da classe operária nos frigoríficos no Brasil, em especial de Barretos, tem uma particularidade histórica. Como já apontado por Marini (2008), a força de trabalho é paga abaixo do valor, isto torna uma contingência da particularidade histórica brasileira. O que em nossa análise não contraria a lei do valor, pois como demonstrado por Marx, valor e preço no caso das mercadorias não são uma identidade, estão em determinações recíprocas, pois as mercadorias podem ser vendidas acima, abaixo ou no valor, estas variações podem ocorrer por movimentos exteriores à própria formação do valor, por exemplo, a

elevação da taxa alfandegária a fim de proteger seja a indústria ou seja a agricultura. A força de trabalho como uma mercadoria especial está sob esta contingência e, por isso, pode ser paga abaixo do valor da força de trabalho. O que não contraria as afirmações de Marx, mas para que a força de trabalho seja paga abaixo da força de trabalho é necessário que haja uma superpopulação relativa em abundância, pois com uma superpopulação relativa pronta para inserir-se na produção acentua a tendência de ser dilapidada mais rápido a força de trabalho.

Observando a tabela 17, podemos constatar que a força de trabalho é superexplorada também na cesta de consumo, pois como comprovamos no capítulo 3, um dos vetores da superexploração é a diminuição da vida útil dos trabalhadores, com adoecimento ou acidentes.

Tabela 17. Piso Salarial dos Trabalhadores em Frigoríficos

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>De \$700,00 à \$900,00 reais;</b>	196	63,02
<b>De \$901,00 à \$1.100,00 reais</b>	50	16,08
<b>De \$1.101,00 à 1.300,00 reais</b>	17	5,46
<b>De \$1.301,00 à 1.500,00 reais</b>	16	5,14
<b>De \$1.501,00 à \$1.700,00 reais</b>	8	2,57
<b>De \$1.701,00 à \$1.900,00;</b>	6	1,92
<b>De \$1.901,00 ou mais</b>	18	5,79

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

O piso salarial é a base para a remuneração do trabalhador, mas, como sabemos, o salário tem variação, pois todo trabalhador formal contribui com os direitos previdenciários. Assim, em nossa pesquisa, procuramos comparar essas duas variantes, para expor a contradição do salário pago abaixo do valor da força de trabalho e a obtenção de um pagamento com horas extras, premiação próxima ao valor da força de trabalho. A tabela 18 prova que esta tendência no momento da pesquisa não ocorre, pois no frigorífico JBS Friboi, ocorre uma reestruturação das plantas produtivas, com fechamento de unidades em São Paulo, em decorrência da guerra fiscal, pois o ICMS do gado vivo é mais alto que da carne que é transportada até o frigorífico para ser desossada ou industrializada. Importante pontuar que o aumento da jornada de trabalho ou sua intensificação nos frigoríficos barretenses sempre depende do mercado externo, suas exportações que, como sabemos, os maiores mercados consumidores da Europa e dos EUA estão em crise. Como observamos no momento da pesquisa, não há muita diferença entre o piso salarial e salário recebido pelos trabalhadores, como observado na tabela 18.

Tabela 18. O rendimento bruto dos Trabalhadores somado as horas extras e Premiação<sup>94</sup>.

Piso Salarial	Quantidade	Porcentagem
<b>De \$700,00 à \$900,00 reais;</b>	187	60,13

<sup>94</sup> Esses dados estão como valores em si, dever ser acrescido 6,5% de aumento do ultimo dissidio coletivo, como a pesquisa foi realizada ano passado ocorre uma certa defasagem, mas o aumento pouco acima da inflação não pode ser compreendido como elevação do rendimento.

<b>De \$901,00 à \$1.100,00 reais</b>	52	16,72
<b>De \$1.101,00 à 1.300,00 reais</b>	18	5,79
<b>De \$1.301,00 à 1.500,00 reais</b>	19	6,11
<b>De \$1501,00 à \$1.700,00 reais</b>	11	3,53
<b>De \$1.701,00 à \$1.900,00;</b>	5	1,60
<b>De \$1.901,00 à \$2.100,00</b>	1	0,31
<b>De \$ 2.101,00 à \$ 2.300,00</b>	8	2,57
<b>Mais de \$2.301,00</b>	10	3,21

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Ocorre um débil aumento nos rendimentos, visto que as horas extras estavam no momento da pesquisa suspensas. Na tabela 19 vimos que os trabalhadores não realizam muitas horas extras, por motivos já aludidos acima.

Tabela 19. Quantidade de Horas Extras realizada mensalmente:

<b>Quantidade de Horas extras</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Nenhuma hora extra</b>	77	24,75
<b>De Uma a Dez horas extras</b>	138	44,37
<b>De Onze a vinte horas extras</b>	39	12,54
<b>De Vinte e uma a Trinta horas extras</b>	34	10,93
<b>De Trinta e uma a Quarenta horas extras</b>	19	6,10
<b>De Quarenta e uma a cinquenta horas extras</b>	13	4,18

Fonte: Questionário aplicado junto aos trabalhadores de Barretos (2012).

Antes de debater a relação das horas extras nos frigoríficos, é importante salientar o salário pago abaixo do valor da força de trabalho. Na tabela 12, observamos que 76,85% da força de trabalho não recebia menos de R\$ 1.100,00 reais, o que na época da pesquisa não excedia a dois salários mínimos, e 60, 13% recebia entre R\$ 700,00 à R\$ 900,00<sup>95</sup>. Diante desse contexto fica uma pergunta: como o trabalhador médio do frigorífico pode pagar aluguel, meios de subsistência e ainda consumir outros produtos que são de consumo social (pense na telefonia celular, e outros eletroeletrônicos que fazem parte do cotidiano da vida social)? O salário mínimo que o DEESE propõe é de R\$ 2.616,41, mas apenas 3,21% em nossa pesquisa estaria recebendo nestas condições, isso porque entrevistamos o chão de fábrica, trabalhadores de vendas e dos altos escalões não entraram na pesquisa, como sabemos tem a média salarial mais alta, sobretudo aqueles que alcançam mais de R\$ 2.000,00, que são chefes de seção, ou mecânicos. Diante do caráter minimalista do pagamento da força de trabalho, os trabalhadores poderiam realizar o Cadastro Único que prevê que a família cadastre-se com uma renda *per capita* de meio salário mínimo e tenha o teto de três salários mínimos, ou seja, no perfil do teto de rendimento estaria 93,91% da força de trabalho. Óbvio que aqui estamos abstraindo a *per capita* de meio salário mínimo que uma família com três salários teria que ser composta por seis

---

<sup>95</sup> A pesquisa foi realizada em 2012, o último dissídio coletivo aprovou um aumento de 6,5%. Um aumento substantivo, o primeiro que vejo acima da inflação, mas ainda muito longe de ser equiparado ao aumento do salário mínimo.



pessoas. Tais afirmações podem parecer exagero, contudo, se observamos com mais cuidado há famílias que tendo apenas um trabalhador como provedor externo terá o perfil para ser incluso no Programa Bolsa Família.

Importante salientar que esse salário não deve ser apenas para manter o trabalhador. Podemos observar que os trabalhadores que têm filhos e esposas, têm dificuldades de reproduzir sua força de trabalho. E por isso pode acessar o Programa Bolsa Família. Pois grande parcela da força de trabalho é composta por pessoas casadas ou em união estável, o que essa reprodução fica dificultada.

Acima, pontuamos o caráter da superexploração que paga o salário abaixo do valor da força de trabalho. Se o trabalhador ganha, por exemplo, de R\$ 700,00 a R\$ 900,00 com seis e meio por cento de aumento, ele teria hoje, um salário entre R\$ 745,50 e R\$ 958,50. Estamos supondo que o trabalhador receba uma média ponderada deste valor, ou seja, R\$ 852,00 reais, com os descontos em folha de pagamento por exemplo 7,5% dos direitos previdenciários e menos a contribuição sindical, o salário chegaria por volta de R\$ 760,00 reais. No caso, uma família constituída por seis membros estaria no perfil socioeconômico para inclusão no Bolsa Família nos dias atuais, óbvio que isto é apenas uma especulação, pois não realizamos essa pesquisa de campo, mas demonstra o caráter irrisório do salário pago aos trabalhadores do frigoríficos em Barretos.

Podemos partir deste caráter mínimo do salário, que é resultado da superexploração da força de trabalho nos frigoríficos, para aludirmos que, o pagamento abaixo do valor da força de trabalho implica ao

trabalhador sua sujeição em relação ao capital, a medida que cria cada vez valor. O resultado desta sujeição é em períodos de elevação da demanda, a empresa pressiona a classe operária a dispendar horas extraordinárias. Os trabalhadores neste caso, salvo exceções, aceitam realizar essas horas extraordinária em decorrência de ser a única oportunidade de elevação de sua renda. O recurso de pagar o salário abaixo do valor da força de trabalho, assediando o trabalhador a dispendar horas extraordinárias, já ocorria na Inglaterra, no período da expansão da indústria, pois o —[...] pagamento extra por tempo suplementar é uma tentação a que os trabalhadores não podem resistir” (MARX, 2008: 629). Esse suposto é apontado que na dissertação de mestrado, os trabalhadores realizavam jornadas de dez, onze ou até doze horas, não estou referindo ao tempo que ficam na fábrica, pois os trabalhadores têm uma hora de almoço e, por isso, ficariam uma hora a mais. Aqui de alguma maneira podemos observar que o trabalhador é obrigado a prolongar sua jornada de trabalho de oito para dez horas, ou mais, recebendo assim o valor da força de trabalho, ocorrendo e um sincretismo entre uma mais-valia relativa e absoluta, com tendência de extrair uma mais-valia extraordinária.

O valor da força de trabalho tem mais uma determinação na constituição de seu valor, referimo-nos aos custos de sua formação profissional, assim como dos elementos da cesta de consumo do trabalhador, pois seu valor pode variar com o tempo, é importante que o trabalhador tem custos para sua formação e manutenção. O nível de escolaridade e formação profissional pode apontar para além das múltiplas determinações do valor e da luta de classes para constituição

do valor da força de trabalho. Remetendo-nos à tabela 4 no capítulo 2, observamos que os trabalhadores dos frigoríficos vêm elevando sua escolaridade que já se encontra muito próxima da taxa média brasileira, porém seu ganho não é remetido para os trabalhadores que recebem abaixo da média dos trabalhadores no Brasil.

Até aqui perpassamos a intensificação do trabalho. Observamos no capítulo dois que essa intensificação está levando os trabalhadores à exaustão, este motivo já caracterizaria a superexploração, entretanto a classe trabalhadora é superexplorada em sua forma clássica, pois ela tem uma remuneração irrisória abaixo das condições de suas necessidades.

Agora podemos pontuar algumas questões polêmicas, como em nossa opinião o capitalismo Brasileiro é dependente, mantendo sob a dupla articulação, ou seja, que a parte da mais-valia que era extraída era destinada para fora do Brasil. A mais-valia que poderia ser reservada para o Imperialismo ficava a mercê de outros países com venda de um produto abaixo da taxa média de lucro, desta forma, transferindo valor para o centro do capital, servindo de alguma maneira para a reprodução da mais-valia relativa no centro do capital. Ao passo que o desenvolvimento da maquinaria aportava no Brasil, as empresas imperialistas remetiam sua taxa de lucro para o centro do capital.

A época clássica do Imperialismo que, segundo Mandel (1985), foi de 1890 a 1940, pôde, através dos recursos espoliados no mundo, dominar as reivindicações históricas da classe trabalhadora e minimizar, em especial depois de 1917, o perigo comunista. O Imperialismo é uma resposta a luta de classes, pois a conquista de políticas sociais e a valorização da força de trabalho europeia deram-se pela sua luta de

classes. Mandel (1985) caracterizou —com uma onda longa de expansão” o capitalismo que possibilitou a consolidação da industrialização em países periféricos como Brasil, México, África do Sul, Argentina etc., e um estado social, que Mészáros caracterizou como uma das linhas de menor tensão do capital. Na América Latina, em especial o Brasil, o Imperialismo possibilitou resolver as tensões internas dentro da lógica do capital, a partir da —crise estrutural do capital” e as determinações desta função mudam substantivamente.

Na nossa conclusão, esse grau de espoliação serve como uma contratendência da queda da taxa de lucro. Óbvio que um setor apenas não pode solucionar esse problema, porém, em decorrência da especificidade da formação do capitalismo brasileiro, essa possibilidade torna-se realidade.

Aludimos neste instante os relatos de trabalhadores, sindicalistas, promotores e inspetores do trabalho, onde ocorre a intensificação da produção com inúmeras denúncias. No caso dos frigoríficos as nórias e esteiras aumentam sua velocidade, além da intensificação do trabalho através de métodos de controle toyotista, onde as coações aos trabalhadores os impelem a produzirem no mesmo lapso de tempo mais mercadorias.

Provocativamente pontuamos que essa intensificação do trabalho nos frigoríficos pode até reduzir o valor em índices irrisórios, pois algumas melhorias também vão ocorrer com a implementação de computadores controlando os estoques, melhoria na estocagem com empilhadeiras mais versáteis, utilização de máquinas automáticas para raspagem do osso, visto que após a desossa, o que resta de carne dos

ossos é retirado por esses aparelhos, a limpeza de peças na indústria frigorífica suína, retirada de sebo ou excesso de gordura da carne.

Reconhecemos estes avanços, contudo, a elevação da produtividade ocorre mais pela espoliação do trabalhador que em virtude da elevação técnica do trabalho. A intensificação do trabalho tem similitude com a elevação técnica, pois será produzido mais valor de uso em mesmo lapso de tempo. Contudo, a divergência destas duas formas de exploração da mais-valia que de um lado ocorre a diminuição do valor e na outra mantém o valor das mercadorias, com isso, ocorre para o capital um aumento de valor criado. Essas questões podem ser observadas em Marx (2008: 596-597):

O aumento da intensidade do trabalho pressupõe maior dispêndio de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho de maior intensidade corporifica-se, por isso, em mais produtos do que a jornada de menor intensidade, mas da mesma duração. Sem dúvida, a jornada cuja duração não se altera fornece mais produtos, se aumenta a produtividade. Mas, neste caso, cai o valor de cada produto, por custar menos trabalho do que antes; no caso anterior, esse valor permanece inalterado, pois cada produto continua a custar a mesma quantidade precedente de trabalho. Com seu número seus preços, enquanto, no caso de aumento da produtividade, o mesmo valor global se distribui por maior quantidade de produtos. *Não se alterando a duração, a jornada mais intensiva produz maior valor, corresponde, portanto, a mais dinheiro*, desde que não se modifique o valor constante e sim variável; a jornada mais intensiva de 12 horas produz um valor, digamos de 7 xelins, 8 xelins etc., em vez de 6 xelins, como a jornada de 12 horas de trabalho, digamos, de 6 para 8 xelins, podem aumentar simultaneamente as duas partes desse valor, o preço da força de trabalho e a mais-valia,

de maneira igual ou desigual. *Tanto o preço da força de trabalho quanto a mais-valia podem aumentar, ao mesmo tempo*, de 3 para 4 xelins, se o valor produzido se eleva de 6 para 8. O preço da força de trabalho pode aumentar sem ultrapassar necessariamente o valor da força de trabalho; a elevação de preço pode ficar abaixo desse valor. É o que sempre ocorre quando essa elevação não compensa a aceleração do desgaste da força de trabalho (MARX, 2008: 596-597).

Observamos que Marx (2008) alude à possibilidade do valor da força de trabalho elevar, ao mesmo tempo, a mais-valia. Mas, ao observar com cuidado, Marx (2008) aponta como possibilidade a intensificação da jornada de trabalho, e com o mesmo dispêndio de trabalho é criado um montante a mais de valor, como nas palavras de Marx (2008), como dinheiro, ocorre que esse excedente criado acima, em relação a uma jornada normal de trabalho, pode também ser apropriado pela classe burguesa assim como pela classe trabalhadora. O que vai determinar essa apropriação é a organização política da classe trabalhadora, o que vamos pontuar posteriormente. O que podemos pontuar que essa intensificação consome o trabalhador da mesma maneira com certa similitude do prolongamento da jornada de trabalho, e a intensificação da jornada de trabalho tem para o trabalhador o efeito do exaurimento da capacidade produtiva, pois se na jornada normal o trabalhador desossava equivalente a três quartos ( $\frac{3}{4}$ ) de boi, e essa jornada era de oito horas, se elevarmos a jornada de trabalho em um quarto, teríamos em média um boi por cada trabalhador. Mas se a empresa pode também elevar a produtividade através de uma produção mais intensa em um quarto, teríamos o mesmo efeito útil. Ao passo que

eleva a capacidade de trabalho de produzir mais mercadorias tendencialmente no mínimo a força de trabalho, pode desgastar-se em mesma direção. No caso exemplificado, vamos trabalhar como se fosse em um quarto. Como todos sabem ao longo da vida produtiva a força de trabalho vai desgastando-se ao longo de sua vida, no Brasil um trabalhador deveria trabalhar ao longo 30 anos em uma empresa frigorífica para aposentar-se, como qualquer outra. Se diminuir em um quarto, ele não teria condições de trabalhar até completar trinta anos de contribuição para se aposentar, aos 22 ele já não teria condições de trabalhar. O que pontuamos não é nada de novo, mas é uma análise de Marx (2008: 599):

O valor diário da força de trabalho é calculado, conforme já vimos, pela duração média normal desta força, ou seja, pela duração normal de vida do trabalhador, pela correspondente transformação normal de substância vital em movimento, de conformidade com a natureza humana. Até certo ponto, o desgaste da força de trabalho inseparável do prolongamento da jornada de trabalho *pode ser compensado com maior salário. Além desse ponto, o desgaste aumenta em progressão geométrica e se destroem ao mesmo tempo todas as condições normais para a reprodução e a atividade da força de trabalho. O preço da força de trabalho e o grau de exploração desta deixam de ser grandezas comensuráveis.*

A elevação da produtividade do trabalho, que em nossos estudos, nos frigoríficos de carne bovina, o peso da elevação da produtividade é em decorrência, como já pontamos, antes pela intensificação do trabalho do que pela elevação técnica do trabalho, apesar de que reconhecemos que ocorre certa elevação técnica do

trabalho, mas os efeitos são sutis ou débeis, pois em alguns setores vitais de produção ainda são utilizadas facas, no abate é utilizada a pistola de pressão, métodos de esfolar, carrear, que remetem mais ao padrão fordista/taylorista que à empresa enxuta do toyotismo, a terceirização, quarteirização etc., ocorrem no caso de entrega de cargas e carreto de gado até a fábrica.

A tese que sustentamos, que a crise estrutural do capital, cujo sua essência é a queda tendencial da taxa de lucro, isso repercute na formação de uma produção destrutiva do homem e da natureza. Aqui as assertivas de Mészáros (2002) ganham relevância: —homem virou a carcaça do tempo”, os setores onde o capital implementou a terceira revolução industrial, provocou uma diminuição do trabalho vivo, ao mesmo tempo que aumentava a composição orgânica do capital. No caso dos trabalhadores de serviços que são improdutivos e os que se alocam no comércio, compreendemos que os efeitos são os mesmos, essa nova tecnologia produz muito mais valores de uso, dando menos lucros aos capitalistas, resultando em centralização e concentração do capital. Os frigoríficos que produzem utilizando, em especial, com o capital variável na elevação da produção é muito mais determinante e provoca uma massa de valor que pode ser repartida em todos os setores. Essa massa de valor excedente que chega ao mercado mundial é realocada em vários burgueses, seja a parceria com o capital financeiro, seja com o capital usurário, hoje também constituído por grandes empresas, seja com investimentos em outras esferas da produção. No movimento total do capital, esse acréscimo de valor funciona como uma contratendência à queda da taxa de lucro, pois em larga medida o



acréscimo de valor de um setor pode ser absorvido por outros setores produtivos.

A intensificação desses setores funciona neste caso como uma forma de criar um *plus* de valor, que será repartido em todas esferas mais próximas da produção alimentícia, em especial de carnes. Ademais, quando Mandel (1985) apontava sobre as duas taxas de lucro médio, para que ocorresse teríamos que ter de um lado setores monopolizados do Departamento I – fabricação de meios de produção – e setores de livre concorrência do Departamento II – produção de meios de consumo – os setores de livre concorrência acabavam pelos fios invisíveis do capital transferindo valor do setor de livre concorrência para o Monopólio. O próprio Mandel (1985), afirmava que o setor de departamento II, em sua grande maioria era constituído por empresas de produção de meios de consumo. É inegável que esse setor fosse cartelizado, e também constituído pelo o Monopólio. Aqui podemos aludir ao cartel de Chicago<sup>96</sup>, e de Londres (PRADO, 1994: 267).

Ao mesmo tempo em que tínhamos cartéis, de alguma maneira vicejava uma livre concorrência, não obstante que inúmeros outros frigoríficos de carne bovina começam a surgir no período da afirmação do capitalismo monopolista no Brasil (FERNANDES, 2008). Em nossa observação, esses capitais migraram para outros setores típicos de setores monopolizados, onde a taxa média de lucro ainda era maior,

---

<sup>96</sup> Segundo Caio Prado Junior, –Durante a guerra, ou pouco antes, afluem várias indústrias subsidiárias, mas de um tipo diferente: são os frigoríficos, que não visam o mercado brasileiro, mas o aproveitamento da matéria-prima abundante no país, e exportação de carne para a Europa. São eles: *Wilson & Company, Armour, Swift, Continental, Anglo*” (PRADO, 1994: 267).

possibilitando que esses —pequenos capitais nacionais” sobrevivessem, por algum tempo, às crises do setor agropecuário, reafirmando que o lucro das empresas monopolistas são sempre maiores que das empresas de menor porte, o que de alguma maneira provoca uma transferência de valor para o monopólio. O setor do Departamento II começa a experimentar uma monopolização que provoca um rearranjo nos capitais. Para ilustrar que este setor voltou a passar por uma monopolização, observamos: —O Grupo JBS Friboi em todo mundo tem mais de 55.000 funcionários empregados”, tem investimentos nos quatro maiores países produtores de carnes, Estados Unidos, Brasil, Argentina e Austrália, além de países da América Latina com expressiva produção pecuária como o Uruguai e Paraguai. O Minerva é um dos líderes no Brasil, estima-se que é a terceira maior empresa na produção e negociação de carne *in natura*, industrializados e subprodutos de origem bovina (REMIJO, 2009: 66). Pode-se explicar a superexploração sob essa nova roupagem, é o movimento da luta de classes, o que vai elucidar o papel do Estado e seu conluio com os frigoríficos, e sua convivência com a superexploração dos trabalhadores.

A monopolização deste setor diminuiria a taxa de lucro repartida entre os capitais associados aos frigoríficos como bancos, capital usurário, renda da terra etc., a consequência direta que estaria no fluxo da crise estrutural, auxiliando na queda da taxa de lucro média, porém com a intensificação do trabalho provoca uma massa extraordinária de valor, uma taxa de mais valia extraordinária. Aqui começa outro paradoxo: seria comum que muitos capitais afluíssem para esse setor. Seguindo algumas afirmações de Mandel (1985), a

dificuldade de um capital médio, de alguns milhões, alocado em setores de livre concorrência tornar-se um monopólio teria uma certa dificuldade, pois não tem tanto capital para aplicar em outro setor da produção, ou monopolizar o seu setor, caso que está acontecendo nos frigoríficos brasileiros. A dificuldade esbarra nos Monopólios, pois não podemos esquecer que na sua sombra estão os bancos que financiam os —~~nos~~” investimentos do grande capital. A dificuldade de um Banco subsidiar outra empresa menor para transferir para setores monopolizados, é que primeiro, os bancos fazem parte dos grandes monopólios; segundo, é muito arriscado investir em alguma empresa —~~em~~“urgente”, em decorrência da incerteza do retorno de um montante que pode chegar a milhões.

Ao aludir à nova característica do Estado nacional, apontado por Mandel (1985) e Mészáros (2002), constitui-se um bastião de defesa dos monopólios, com políticas anticíclicas, mas também com fartos empréstimos para seus investimentos. No caso do setor frigorífico também ocorre favorecimento, centralização e concentração do capital:

*No segundo trimestre, por exemplo, o lucro líquido obtido pela Vale foi de mais de 1 bilhão de reais, enquanto o da JBS ficou em 172,7 milhões de reais. Além disso, a JBS tem contra si o fato de possuir um endividamento maior e por ser formada pela aquisição de empresas em dificuldades financeiras.*

A gigante americana Pilgrim's, por exemplo, encontra-se atualmente sob processo de recuperação judicial, também conhecido como concordata. A operação faz parte do plano de recuperação submetido ao Tribunal Falimentar do Distrito Norte do Texas. A Bertin vem de um ano de perdas e, após um período de aquisições, também está bastante endividada. Para obter

lucro, serão necessárias mudanças nas gestões das duas empresas compradas.

O JBS anunciou, nesta quarta-feira (16), que vai comprar o rival brasileiro Bertin e a gigante Pilgrim's Pride, segunda maior processadora de carne de frango dos Estados Unidos, com faturamento de 8,5 bilhões de dólares. A Pilgrim's foi avaliada em 2,8 bilhões de dólares. O JBS inicialmente comprará 64% da empresa. O restante permanecerá com os atuais acionistas do Pilgrim's.

A JBS afirma que a aquisição contará com linhas de crédito de 1,5 bilhão de dólares para financiar a dívida da Pilgrim's. A expectativa é de que a compra seja concluída até dezembro. Já os donos do Bertin, se tornarão grandes acionistas do JBS. Os dois negócios contarão *com o apoio do governo brasileiro, via BNDES*.

Para a entrada do Bertin no capital do JBS, será criada uma "Nova Holding". Os acionistas controladores da JBS vão contribuir com a totalidade de suas ações e os donos do Bertin vão repassar 73,1% do capital da empresa após a conclusão do negócio, os acionistas do JBS terão 60% da holding e os do Bertin, 40%.

O negócio depende da aprovação das autoridades de defesa da concorrência do Brasil, e só será fechado após a conclusão de uma emissão de ações da subsidiária americana do JBS, o JBS USA. A empresa diz que está em processo avançado de negociação para uma capitalização de 2,5 bilhões de dólares. A capitalização é necessária para não provocar um forte endividamento do JBS<sup>97</sup>.

Alguns dados que podemos observar da centralização e concentração do capital, é que os frigoríficos, como um setor onde ~~há~~ menos lucro” historicamente em relação ao setor de mineração, podem

---

<sup>97</sup>

Disponível

em

<http://www.estrategianaadvocacia.com.br/noticias2.asp?id=4399#UYj-daKG1d0> acessado em 5 de maio de 2013.

ultrapassar a maior mineradora do Brasil. Aqui observamos a refração da taxa de lucro —*extraordinária*” que pode realizar-se mediante a superexploração, e a intensificação do trabalho que está exaurindo o trabalhador, mas para o grupo JBS Friboi isso não é um problema, pois isto o auxilia a ser a terceira empresa em lucratividade no Brasil. Além da eficiência em explorar os trabalhadores, os frigoríficos nacionais em especial três grandes indústrias que são amplamente beneficiadas pelo governo, com vultosos empréstimos. Segundo a reportagem do portal R7: —oBNDES concedeu o financiamento de R\$ 8 bilhões” ao JBS Friboi apesar de acusações fiscais de seus dirigentes na ordem de R\$ 10 milhões de reais<sup>98</sup>. Observamos aqui o financiamento de um banco público que está estimulando a monopolização de um setor importante no Brasil:

Em primeiro lugar, quero deixar bem claro que não somos contra os frigoríficos, até porque formamos uma corrente de vários elos e cada um depende do outro. Mas o que vemos são três grandes frigoríficos crescendo demais no Brasil, em relação a outros — além do JBS, temos mais dois [Marfrig e Minerva]. Isso feito com recursos do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] principalmente, ou seja, do governo federal. Nossa preocupação é, primeiramente, com a manipulação de preços: com três pessoas no comando, basta uma ligar para as outras e combinar. Ou seja, aumenta o risco de cartelização. Outra questão é a eficiência. Se há um crescimento muito grande, há também o perigo de se tornar ineficiente. O JBS nasceu de uma empresa goiana para se tornar a maior

---

<sup>98</sup>

Disponível em <http://goias24horas.com.br/3571-record-mostra-em-rede-nacional-que-irmaos-friboi-sonegaram-r-10-milhoes-em-goias/> acessado em 5 de maio de 2013.

empresa do ramo no mundo. Mas vejamos o exemplo do frigorífico Independência, que há algum tempo deu um prejuízo muito grande a toda a cadeia. Eles tinham 70 anos de empresa com três frigoríficos<sup>99</sup>.

A transferência de riqueza do Estado para os frigoríficos não ocorre somente com generosos empréstimos, mas com a “socialização das perdas”, em especial neste caso com o tratamento em rede públicas de saúde de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras descartados da produção após o exaurimento da sua força de trabalho. Além desse tratamento, o INSS acaba cobrindo os gastos desta produção destrutiva do trabalhador, o caso da Sadia é emblemático para apontar essa transferência de recursos, segundo depõe o Procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá em levantamento feito durante os anos 2003 a 2007:

[...] a Sadia no Brasil ao todo pagou em contribuição ao INSS cerca de 40 milhões de reais, no mesmo período 2003 e 2007, o INSS pagou cerca de 170 milhões de reais em benefícios previdenciários aos empregados da Sadia. Então denota claro que esses benefícios, eles são todos os benefícios concedidos inclusive o salário maternidade, inclui todos os benefícios previdenciários de natureza não acidentária, ainda que se possa considerar que na América Latina há um risco de sub notificação de doenças ocupacionais de cerca de 90%, mas mesmo considerando todos esses aspectos, há um verdadeiro dano social, primeiro um dano irreparável ao trabalhador e a sua família, segundo um grave dano social ao Sistema Único de Saúde e

---

<sup>99</sup>

Disponível em <http://www.jornalopcao.com.br/posts/entrevista/jbs-e-grandes-frigorificos-pressionam-por-cartelizacao> acessado em 5 de maio de 2013.

ao INSS<sup>100</sup> [...].

O papel do Estado brasileiro, que não somente transfere dinheiro, seja pelo BNDS, seja arcando com custos sociais da perda, neste caso com os trabalhadores doentes e aligeirados pelo trabalho, corre em outro sentido, desde 1998 com as modificações na CLT que legitima o banco de horas, de dias de semanas etc., além da permissão de terceirização, quarteirização, por ai adiante, enfim toda uma gama de leis que ajustaram a produção fordista para uma organização toyotista —“flexibilizada”, além de projetos de lei chancelando algumas diretrizes em relação ao cumprimento de normas de saúde e segurança, tornando-as em muitos casos desnecessárias.

A partir da implementação do toyotismo sistêmico, o Estado começou uma política de afrouxamento de fiscalização das condições de trabalho, ou como relata Gomes (2010): —“através do puro e simples descumprimento da lei, não punido com qualquer sanção. Trata-se de um tipo de —“flexibilização” que encontra espaço graças à contínua perda da capacidade do Estado de flagrar e reprimir as violações trabalhistas”. O crescente arrefecimento da atividade de inspeção, em um país no qual os danos causados pelos acidentes já alcançaram magnitudes catastróficas. Os índices de doenças, acidentes e mortes no trabalho —deveria ser fato reconhecido como um escândalo nacional, e motivo de indignação generalizada”. Gomes (2010) acrescenta alguns pontos da

---

<sup>100</sup>

Disponível em <http://www.advt.com.br/noticia532.htm> acessado em 11 de abril de 2013 às 18h.

frouxidão da fiscalização que em larga medida privilegia os empresários brasileiros e o Imperialismo:

Ao revés, o que se vê é que o desmantelamento do serviço de inspeção do trabalho na área de saúde e segurança avança há anos sem parar, de forma silenciosa, situação que é imposta aos auditores-fiscais do setor pelo Governo Federal e pela cúpula do Ministério do Trabalho e Emprego. Poucos cidadãos sabem de tal realidade, poucos sindicatos reclamam, nenhuma entidade patronal e nenhum pesquisador a elas vinculado denuncia o fato, Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho não se envolvem, enfim, há quase uma conspiração de silêncio em torno do tema. De forma corajosa, o auditor-fiscal do trabalho Luiz Alfredo Scienza abordou o problema em seu recente artigo —Saúde e segurança no trabalho: por que desistimos?—: *“É consenso o progressivo desmonte da área de segurança e saúde no Ministério do Trabalho e Emprego, inclusive além muros de nossa instituição. Alguns indagam como não fomos capazes de valorar de forma adequada o seu significado. Outros observam o quadro com olhos de cobiça e oportunidade. É inegável, nos recusamos a perceber a sua importância estratégica, a sua imprescindibilidade para uma inspeção do trabalho viável. Abrimos mão da tutela de um bem perene, maior, internacionalmente reconhecido, um universo complexo de dados e informações em constante interação e mutação. Ao apostarmos em um modelo que passa ao largo do estado da arte e apenas tangencia as questões de segurança e saúde, também esquecemos que os determinantes sociais que levam ao acidente, à doença e ao nexo com o trabalho não são sentenças transitadas em julgado. O Estado pode intervir, nós podemos fazer a diferença. Em muitas situações, temos a divina graça de poder retardar a marcha inexorável para morte. E o retorno de um íntegro pai ao seu lar como recompensa maior, o lenitivo*



para dificuldades e incompreensões” (GOMES, 2010).

Antes de finalizar, gostaríamos de trazer uma determinação para a análise, a superexploração do trabalho, que funciona como contratendência da queda da taxa de lucro, um movimento totalmente alienado/estranhado da humanidade, pois assim como um feiticeiro que invoca o diabo do inferno para submetê-lo aos seus desejos, a criatura acaba dominando o criador, o capital que é fruto de relações sociais é a expressão do trabalho estranhado, portanto do domínio da criação humana sobre o próprio ser social. O movimento do capital como insaciável já dizia Marx, agora se tornou insaciável e incontrolável.

O Estado como já demonstrou Marx (2001) em sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, observava-se que o Estado é a representação da Sociedade Civil (*burgerliche gesellschaft*), por isso é que a mudança do Estado para um —Estado mínimo para o social e máximo para o capital”, é uma mudança que não repercute apenas nas privatizações de empresas estatais, mas na transferência de parte dos serviços públicos para a iniciativa privada, como previdência, educação, saúde etc., mas como é um movimento da sociedade civil, as classes em presença provocam uma movimentação que propicia uma possibilidade de refluir a crise estrutural e avançar em outra direção, ou aprofundar na crise. O que pode colaborar para essa dinâmica é a luta de classes e o nível de organização do proletariado frente ao capital. Duas instâncias são fundamentais para esse tipo de organização: os partidos e os sindicatos.

A mudança da atuação sindical é resultado da luta de classes onde a reestruturação produtiva é um movimento que aponta como ofensiva do capital na produção. A reestruturação produtiva, implementação da indústria —enxuta”, com o incremento da terceira revolução tecnológica, ao passo que implementava uma organização do trabalho —flexível” sob o modelo toyotista. Essa contra —ofensiva do capital na produção” chega a um momento delicado da história brasileira: na contramão de um forte movimento operário que possibilitou tencionar a derrubada de uma autocracia burguesa, cuja base econômica era sustentada pelo —milagre econômico”, essa mácula sustentava um aumento de produção baseado na expansão da indústria e no arroxo salarial que eram as marcas da superexploração do trabalho. Na década de 1980 o movimento social estava em ebulição, possibilitando uma constituição que garantia pela primeira vez alguns direitos como saúde universal, o direito à assistência, previdência etc., como podemos constatar na constituição de 1988. Porém a partir da era do ex-presidente Fernando Collor promoveu-se uma abertura financeira e preparou-se um projeto neoliberal. A abertura econômica forçou o empresariado brasileiro a apoderar-se da tecnologia mais avançada de produção, bem como de gestão de força de trabalho.

No começo da década de 1990 por um lado temos um Estado que deveria ser de —bem-estar social”, segundo a Constituição de 1988, que garantiria uma vida aos trabalhadores de dignidade, por outro lado as novas formas de organização da força de trabalho que usurpa de forma mais intensa a classe trabalhadora, inicia-se o ideário (neo) liberal a necessidade da desregulamentação das leis trabalhistas. O Ocidente

absorveu o Toyotismo de forma casada com um ~~neoliberalismo~~”, portanto castrando toda e qualquer fonte de seguridade social, que é claro sempre favoreceu as classes dominantes.

O sindicalismo brasileiro está em crise, como ocorre no mundo atualmente por causa da desarticulação do sindicalismo pelo sindicato estatal de neo-propositivo. O que queremos apontar é que após a reestruturação produtiva o sindicalismo corporativista de cunho estatal ganha contornos mais abrangentes com a incorporação de preceitos neoliberais, contribuindo em conjunto com a terceirização e a organização toyotista nos processos de fragmentação da classe trabalhadora. Esse novo sindicalismo de caráter propositivo, que aceitou negociar as alternativas nas crises econômicas, ou seja, aceitou os contratos temporários, banco de horas, cortes de direitos em larga escala, etc. O resultado mesmo do ponto de vista mais ~~adical~~”, que pode aparentemente provocar uma consciência de classe em muitos casos, contribui para a fragmentação ainda maior da classe trabalhadora, pois mesmo sob uma mesma categoria profissional, por exemplo, os metalúrgicos do ABC, ocorre uma destituição de sua unidade, pois muitas empresas capitalistas têm mais acumulação ou uma força produtiva mais elevada que as concorrentes, podendo atender as reivindicações dos trabalhadores sem provocar greve ou paralisação.

Dentre esse cenário do sindicalismo pelego, propositivo, de cariz neoliberal, podemos citar a CUT, a Força Sindical, como outras centrais que poderiam ser contabilizadas como Sindicatos que celebram a estrutura sindical e que fazem coro para mudanças na Consolidação da

Legislação Trabalhistas, como o ACE (Acordo Coletivo Especial), que segundo Antunes (2013):

É uma visão neocorporativista de sindicato. No limite está dentro da lógica neoliberal ‘cada um por si’. O negociado não pode vir sobre o legislado. Posso até aceitar que você negocie acima do que a legislação exige. Se o índice oficial de aumento de salário é 10, isso não impede que um sindicato forte consiga 20, 30 ou 40. Se um sindicato é forte, isso tem que ser levado para o conjunto. É um erro grave que cometeu o sindicato dos metalúrgicos do ABC, e por isso foi e é enorme a gritaria no conjunto do país contra essa proposta.

Dentre o marco do sindicalismo de Estado, com o ideário neoliberal, com forte tônus propositivo, destacamos a Força Sindical. Esta central é reconhecida por muitos autores Antunes (2007, 2002), Alves (2005) Boito Jr. (2012) como o mais belo exemplo de um sindicato pelego. Por que a referencia sobre esta central sindical? É que esta central tem na sua base inúmeros sindicatos de trabalhadores de carnes, que deixaram de ser instâncias de luta dos trabalhadores para tornarem-se verdadeiras instituições que alinhadas à ideologia burguesa. Nesses locais, observamos a conivência da superexploração do trabalho pelos próprios trabalhadores que se tornaram verdadeiros colaboradores da burguesia, assim como os dirigentes do BNDS.

Assim como o Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Alimentação de Barretos e Região é filiado à Força Sindical, a Federação dos Trabalhadores em Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo também é. Assim como em Barretos, em todo o estado de São

Paulo ocorre a depreciação da força de trabalho, como observado, nas denúncias do capítulo três.

Portanto, os altos índices de doenças do trabalho nos frigoríficos ocorrem: 1) pelo próprio trabalho, como apontamos no final do capítulo 3, que tem agentes epidemiológicos, como frio em excesso, calor em excesso, repetição de movimentos etc.; 2) por uma intensificação do trabalho nunca vista antes em decorrência da operacionalização da lei do valor trabalho, como fonte de extração de mais-valia e esta será repartida pelos capitalistas formando uma taxa média de lucro, ademais a crise do capitalismo agravada pela queda tendencial da taxa de lucro desencadeou a crise estrutural do capital; 3) por uma reorganização do Estado gerada pela crise, onde sua marca é corte de direitos dos trabalhadores, flexibilização das leis trabalhistas, e um Estado mais protetor do capital, seja como socorro nas crises, seja como agente financiador das atividades privadas, como nos frigoríficos, ou ausentando-se de suas responsabilidades como fiscalizador dos direitos dos trabalhadores; 4) pela reestruturação do capital, intensificação da jornada de trabalho nos frigoríficos e, por isso, uma criação de valor maior que em períodos anteriores, sem romper com a superexploração do trabalho e pagamento abaixo da taxa de lucro; 5) pelo surgimento de um sindicalismo conivente com as questões de superexploração e propositivo para o capital, desta forma pagando o ônus da produção.

Resultado final: os frigoríficos tornaram-se fonte de renda absurda, com lucros fantásticos, e no montante do capital global agem

na contratendência à queda da taxa de lucro por meio do trabalho superexploração que gera doenças e desproteção social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui fizemos esforço de expor, analisar e trazer as leis que regem a sociedade capitalista sob a luz da “crítica da economia política”, com a particularidade que atua fervorosamente na América Latina, em especial no Brasil.

O centro da produção capitalista na América Latina tem como objetivo exportar produtos agrários, e, com o processo de industrialização exportar parte da mais-valia, visto que uma parte da desta forma o fundo público e outra fica com a burguesia nacional. No caso dos frigoríficos há essa duplicidade, exporta-se carnes, diga-se de passagem as de melhor qualidade, deixando no Brasil uma gama de trabalhadores acometidos por doenças físicas e psíquicas.

A tentativa de evidenciar que é imanente à produção capitalista a saúde daqueles que produzem a riqueza social, pois toda crítica à ordem burguesa é um passo necessário para a subversão do modo de produção capitalista. Pois observamos que as condições objetivas para busca da transição para o socialismo já existem, basta ver o quanto sofre a classe trabalhadora, a brutal desigualdade social, a truculência do estado contra as classes perigosas, tanto do lupém proletariado, quanto os trabalhadores que moram na periferia, a falta de democracia, problemas estruturais como saúde, reforma urbana, reforma agrária, reforma educacional etc., longe do alcance da maioria da população. Mas os elementos subjetivos, ou seja, a consciência da classe

trabalhadora e de seus aliados da necessidade da transformação da sociedade que podem superar as contradições do plano objetivo, basta pensar o peso que tem nos nossos dias o individualismo egocêntrico que permeia os poros da sociedade.

Outro elemento que falta para tal transformação é uma organização política, um partido que possa armar a população com a teoria do proletariado – a teoria social de Marx e de seus melhores seguidores – e que tenha uma política correta da transformação social e possa agregar as forças da classe trabalhadora, hoje fragmentadas. E no Brasil passam pela luta contra o Latifúndio, contra o Imperialismo e contra o Monopólio (PRESTES, 1980: 13).

Entretanto, não dá para aferir quando – e se pode ocorrer<sup>101</sup> tal transformação –, assim há muito —o que fazer” para que a superexploração do trabalho seja menos impactante aos trabalhadores dos frigoríficos. Aqui ter-se-á que galgar a emancipação política que a

---

<sup>101</sup> Cabe aqui fazer uma menção sobre a teoria social de Marx acerca da revolução. Em toda sua trajetória política e intelectual de mundo, ele teve clara visão de que era o homem que fazia a sociedade é responsável por mudanças, seja para uma sociedade mais humanizada, ou para a barbárie social. A luta de classes é capaz de engendrar um salto qualitativo. Mas não há um determinismo em Marx, muito comum a um campo da esquerda que atribuiu a Marx a afirmação que um dia chegaríamos ao socialismo. Trago uma refutação com lavra do próprio Marx, no manifesto do partido comunista: —A história de toda sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda – e chamo a atenção a seguir – ou o aniquilamento das duas classes em confronto” (MARX, 2002: 24). Ora onde tem o determinismo que chegaremos ao comunismo? Abrem-se claramente duas tendências o socialismo ou a barbárie social, ou na pior das hipóteses um colapso da natureza devido à destrutibilidade que o capital atingiu, para sua reprodução em escala ampliada.



classe trabalhadora pode assegurar nas suas conquistas históricas, pois o Estado<sup>102</sup> atua no processo paliativo — no atendimento médico e, quando muito, na reabilitação do trabalhador, ou mesmo aposentando aquele que se encontra incapacitado de trabalhar.

O primeiro passo é que as psicopatias sejam reconhecidas como resultado da produção pautada na superexploração do trabalho com uma legislação específica para saúde do trabalhador. A emancipação política é através do poder do Estado de fazer cumprir a lei e, neste caso, seria por intermédio do Ministério do Trabalho, atuando em uma rede com políticas públicas de saúde do trabalhador através dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), bem como a autonomia das comissões de fábrica para atuar em prol da saúde deste.

A comissão de fábrica (que é um direito assegurado à classe trabalhadora) vai apresentar-se no caso das doenças relacionadas ao trabalho, além de tentar buscar evitar acidentes de trabalho, sendo responsável a CIPA (Comissão Interna de Prevenção a Acidentes). A CIPA é regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nos artigos 162 a 165 e pela Norma Regulamentadora cinco (NR-5), contida na portaria 3.214 de 08.06.78 baixada pelo Ministério do Trabalho. Mas algumas medidas têm que ser estratégicas para todos os trabalhadores de frigoríficos:

---

<sup>102</sup> Os Frigoríficos abusam da exploração não somente da sua força de trabalho, mas de toda sociedade brasileira, pois após utilizar a força de trabalho até esgotar sua capacidade de trabalho, eles demitem os trabalhadores doentes e usurpam o fundo público, pois os trabalhadores doentes são atendidos pela rede pública (SUS), além da previdência que é obrigada a aposentar o trabalhador antes de contribuir pelo tempo necessário.

1. Redução da Jornada de Trabalho para no mínimo de 36 horas semanais, para afastar o trabalhador do ambiente que por si é insalubre;
2. Pausas durante a jornada de trabalho para que os trabalhadores não entrem em fadiga e estresse por conta do trabalho; a duração de cada pausa deve ser realizada por uma equipe multidisciplinar para aferir cada caso, pois em cada frigorífico há um ritmo diferente de trabalho, assim como é previsto pela NR 37;
3. Aumento dos salários e estabelecimento de um piso nacional que não seja inferior a dois salários mínimos atuais;
4. Proibição de banco de horas (em Barretos atualmente não há), e limitação de horas extras;
5. Aumento da fiscalização dos órgãos públicos a fim de coibir as transgressões à atual legislação;
6. Cruzamento de dados do INSS com dados dos centros de saúde e centros de reabilitação/ fisioterapia a fim de subsidiar um diagnóstico dos índices de acidentes e traçar uma estratégia mais concreta de atuação na prevenção a acidentes de trabalho;
7. Equiparar o poder do CEREST em multar e exigir as correções necessárias para melhoria do ambiente de trabalho;

O direcionamento do Estado é uma luta estratégica para galgar quaisquer perspectivas ~~para~~ além do capital” e de garantir aos de baixo melhores condições. Mas há instâncias que são fundamentais para conter a superexploração do trabalho: *os sindicatos*, esta organização que é fruto do modo de produção capitalista, tem que galgar uma real diminuição da jornada de trabalho, como uma estratégia de impedir que trabalhadores fiquem sendo explorados por mais tempo, estas estratégias podem começar dentro do capitalismo, contudo, a luta de classes pode

levar a burguesia a colocar a classe trabalhadora na defensiva e retirar direitos, ou modificar sua organização a fim de flexibilizar a jornada de trabalho, salários etc., e reorganizando a superexploração do trabalho. A crise estrutural do capital acentua sua tendência de intensificar o trabalho e não de diminuir a jornada de trabalho, isto por que a lei do valor e seu desejo de expansão são incontroláveis, podendo levar todos os trabalhadores dos frigoríficos ao refluxo destas conquistas. Por isso, divorciar o trabalho do capital é fundamental para que ocorra uma transformação social radical, e por isso gostaríamos de retomar esse debate para finalizar.

Aludimos durante o texto que a única solução para o fim das doenças do trabalho é a supressão do regime que se sustenta na exploração, aqui é importante salientar as condições subjetivas e objetivas para esta questão, é claro que de modo sucinto. Cabe aqui retornar a assertiva de Marx e Engels na Ideologia Alemã (2008) sobre a —natureza” (o ser-precisamente-assim) do capitalismo, a contradição entre as relações de produção que tendencialmente levam a condições objetivas de revolução:

Finalmente, da concepção de história exposta acima obtemos, ainda, os seguintes resultados: 1) No desenvolvimento das forças produtivas advém *uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (máquina e dinheiro)* – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as classes; uma

classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe; 2) que as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social, derivado de sua riqueza, tem sua expressão prático-idealistas na forma de Estado existente em cada caso; é essa a razão pela qual toda luta revolucionária dirige-se contra uma classe que até então dominou [...] (MARX, 2008: 41-42)

No final do capítulo anterior, antes de discutir a superexploração do trabalho nos frigoríficos, corroboramos com a tese de Netto (2010), que o capitalismo esgotou seu período de dinâmica civilizatória. Dialogando com o autor supracitado, o capitalismo desde sua gênese combinou sempre uma contradição de desenvolvimento civilizatório e ao mesmo o traço da barbárie. Ao falar do polo progressivo do capitalismo não é necessário recorrer aos apologistas da ordem capitalista, podemos recorrer aos seus críticos mais radicais, como Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*. Podemos observar o reconhecimento dos autores dos efeitos progressivos do capitalismo. Dentre eles, a constituição do gênero humano como humanidade constituída, ou seja, o mundo está interconectado na produção e reprodução das relações sociais, mesmo que alienadas/estranhadas, criando a possibilidade da cultura universal, segundo Marx e Engels (2002: 30), poderíamos resumir assim esse impacto civilizatório:

As antigas necessidades, antes satisfeitas pelos produtos locais, dão lugar a novas necessidades que exigem, para sua satisfação, produtos dos outros países e dos climas mais remotos. A auto-suficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações. Isso vale tanto para as produções materiais quanto para as intelectuais. Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se bem comuns. O espírito nacional tacanho e limite torna-se cada dia mais inviável, e da soma das literaturas nacionais e regionais cria-se uma literatura mundial.

Ao passo que desenvolvia as forças produtivas criando riquezas nunca vistas anteriormente pela humanidade, o capitalismo somente expandia-se mediante o uso de métodos bárbaros. A título de exemplo, milhões de indígenas mortos no processo de —olonização” da América Latina; ou a condição escrava no Brasil, pois de cada cem cativos que embarcavam na costa da África apenas vinte e cinco chegavam vivos; ou as condições insalubres dos trabalhadores ingleses no começo da industrialização. Além das grandes guerras neocoloniais posteriormente Imperialistas para expansão do mercado.

A partir do que Mandel (1985) denominou como capitalismo tardio, ou que Mészáros (2002) observou como *Continuum Depressivo*, corroboramos com o último autor de que chegou o capitalismo a sua crise estrutural, o resultado é a barbárie.

A barbárie capitalista, segundo Netto (2010), se expressa em vários espaços da reprodução social. Mesmo com o fim da guerra fria mantém-se o arsenal termo-nuclear capaz de extinguir repentinamente todas as formas de vida sobre o planeta, além do alto poder de

destruição da indústria bélica. Mandel (1985) já observava a contaminação/destruição dos recursos hídricos, que pode igualmente inviabilizar a vida sobre a terra.

O trato com as classes perigosas, neste caso o lupém e a superpopulação relativa, com a manutenção da combinação de “bordoadas” policial e confinamento dos pobres (recorde-se do capitalismo inglês vitoriano e as suas *work houses*), agilização da violência generalizada, pois a indústria armamentista está voltando seus esforços para atender a militarização da segurança pública.

Compreendemos que a humanidade não está inexoravelmente condenada a submeter-se à barbárie. A humanidade nunca caminhou bovinamente em direção ao abatedouro, por isso é capaz de superar a barbárie, neste caso buscando enfrentar um grande desafio que até hoje não conseguimos transitar. Segundo Netto (2010): —a superação das formas de sociabilidade fundadas no modo de produção capitalista, a ultrapassagem das organizações societárias assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção e na decisão privada da alocação do excedente econômico”.

Como primeira —etapa” para uma sociedade sem classes, sem Estado, livre das alienações/estranhamento do trabalho, o capitalismo do século XXI tem apenas uma alternativa, que já ficou conhecida como uma palavra de ordem no movimento marxista: socialismo ou barbárie. Destacamos alguns pontos que Netto (2010) aborda para essa superar essa contingência:

Se a barbárie é a perspectiva real e imediata, o socialismo é uma alternativa possível — e o possível é também constitutivo do real, tem raízes

na realidade. O estoque de conhecimentos e a massa crítica acumulados não são puros instrumentos da dominação do capital – podem ser mobilizados para a sua ultrapassagem. A barbárie constrange, retém e reverte as forças sociais que, no mundo do trabalho e no mundo da cultura, constituem objetivamente a negação da ordem tardo-capitalista – mas não suprime tais forças. Nestes dois níveis – conhecimento e força social – radicam a possibilidade do socialismo. Como articulá-los enquanto negação da ordem e vetor criativo de uma outra ordem é o problema central (teórico-político e, pois, igualmente prático) do tempo presente e aqui não cabe mais que assinalá-lo. Seu equacionamento depende de uma tríplice e sincronizada operação: *a) a renovação e o enriquecimento do nosso arsenal heurístico – de fato, como queria o velho Lukács, um “renascimento do marxismo”, expurgado da herança stalinista e livre do doutrinarismo; b) a construção de uma nova forma-partido, capaz de articular as forças sociais (do trabalho e da cultura) com o núcleo duro do proletariado contemporâneo – qualquer que seja o processo de superação da ordem da barbárie, ele não dispensará o protagonismo organizado deste proletariado; c) a expressa renúncia a propor o socialismo como uma ordem transicional que, sem burguesia, reitera traços do mundo burguês (produtivismo, intimismo etc.) – a transição socialista significa a instauração de um novo estilo de vida social. Sem a realização desta tríplice operação, caberia, como já fez alguém, alterar a antiga formulação: já não diríamos socialismo ou barbárie – diríamos socialismo ou barbárie, se tivermos sorte.*

Imbuído da reflexão do professor José Paulo Netto, podemos voltar ao início da apresentação do nosso trabalho onde apontamos que esse trabalho era uma resposta aos questionamentos de um trabalhador

com o sofrimento alheio. Espero que a reflexão sobre —A situação da classe trabalhadora de Barretos” tenha contribuído como nas palavras de meu amigo e orientador Ricardo Lara —com uma crítica qualificada”.

Para encerrar nosso entendimento cito uma passagem do grande pensador húngaro, George Lukács, em uma entrevista aos professores da antiga Alemanha Ocidental Holz, Abendroth e Kofler, que foi publicada no Brasil sob o título de *Conversando com Lukács*, editada pela editora Terra e Paz em 1997. Na entrevista Lukács fala da importância da pesquisa, do trabalho científico para a formulação da compreensão da realidade e o tensionando das contradições imanentes ao capitalismo, portanto, buscando uma resolução destas contradições para reais perspectivas da emancipação humana. Assim dizia Lukács:

[...] gostaria de apenas de chamar a atenção para uma conexão estrutural entre teoria e prática. Isto é, se procuramos *um caso particular* que mova imediatamente as massas, não o encontraremos. Se nós dedicarmos uma *ampla pesquisa científica*, entretanto, encontraremos trinta, quarenta, *cinquenta problemas do mesmo gênero*, e entre cinquenta haverá um através do quais *poderemos chegar às massas*. A idéia de que através de uma análise da economia chegaremos ao problema *que transforma em práxis* o mal-estar das massas é, em minha opinião, inteiramente ilusória. Devemos desenvolver um grande e vasto trabalho científico, a fim de que o dirigente político que emerge das nossas fileiras, ou qualquer outro, possa perceber que *determinada crítica* está apta a *pôr as massas em movimento* e também em condições de arrancar delas um comportamento praticamente político. A *palavra de ordem* que leva ao movimento deve ser produzida através de uma cooperação entre *ciência e vida*, isto é, entre *ciência e processo econômico*. Não se esqueça que, nenhuma das palavras de



ordem com as quais Lênin subverteu o capitalismo russo era uma palavra de ordem socialista. O fim imediato da guerra não o era a distribuição da terra. Mas Lênin era um teórico extraordinariamente astuto para encontrar estes elementos adequados entre os fatores de uma crítica da sociedade capitalista semifeudal. A teoria é muito necessária também nesse sentido, pois sobre o seu terreno acontecem mais fatos e a história demonstra continuamente que qualquer setor do *trabalho teórico* chega a um ponto que provoca *uma ruptura*. [...] Por isso, penso que um *trabalho teórico* excepcionalmente amplo e profundo seja o pressuposto *indispensável da práxis*. Nenhum de nós, refletindo sobre este problema, pode saber qual será a palavra de ordem que levará a posição antimanipulação a um ponto explosivo. Podemos apenas fazer tentativas e devemos procurar levar as massas os resultados da nossa pesquisa. (LUKÁCS, 1969: 113-114, *grifos nossos*).

A pesquisa que ora é concluída é uma parte importante para a luta de classes, contudo para a superação da exploração nos frigoríficos, ou em qualquer outro lugar, será necessário que haja muita luta política, não no sentido da pequena política, mas da grande política, e somente assim há condições de construir um horizonte estratégico do socialismo.

## 6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO POPULAR – ACP. –“Sindicato denuncia frigorífico por trabalho escravo e assédio moral”. Disponível em [http://www.sinait.org.br/noticias\\_ver.php?id=5766](http://www.sinait.org.br/noticias_ver.php?id=5766), acessado em 21 de fevereiro de 2013.

ANDES-SN. (2011). –“Com informações do Ministério Público do Trabalho”. Edição: Jornal 14-12.

ANTUNES, Ricardo. (1997). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez : Ed. Unicamp.

ANTUNES, Ricardo. (2006). *Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. (2012). –“Uma Breve Radiografia das lutas sindicais no Brasil: recente e alguns de seus principais desafios”. In *Sindicalismo e Ética: (re)ação, sanidade e trabalho*. Belo Horizonte: Crisálida.

\_\_\_\_\_. –“As Duas Faces da CLT”. Disponível no <http://www.cclcp.org/index.php/inicio-pclcp/sindical/340-as-duas-faces-da-clt> acessado no dia 01 de maio de 2013.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. (2007). *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaio de sociologia do trabalho*. 2º ed. Londrina: Práxis.

ARAÚJO, Célia Regina Aiello. (2005). *Perfil dos operários do Frigorífico Anglo de Barretos: 1927 / 1935*. Campinas: Unicamp.

BRASIL. *Portaria Interministerial nº. 800, de 3 de maio de 2005*. Minuta de Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho, elaborada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 153, de 13 de fevereiro de 2004, prorrogada pela

Portaria Interministerial nº 1009, de 17 de setembro de 2004, para consulta pública. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/65/mps-mtems/2005/800.htm>. Acessado em 08 de junho de 2011.

Caracterização Socioeconômica de São Paulo Região Administrativa de Barretos disponível em [http://www.planejamento.sp.gov.br/noti\\_anexo/files/uam/trabalhos/Barr-etos.pdf](http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/trabalhos/Barr-etos.pdf), acessado em 18 de Fevereiro de 2013.

CABRAL, Victor. **Sindicato denuncia frigorífico JBS/Friboi por assédio e trabalho escravo** Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (Contac). Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/11>, acessado em agosto de 2009.

Centro de Defesa das Representações Operárias. (1988). *Manual de Defesa das Cipas*. CEDRO, São Paulo.

CHASIN, José. (1985). *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. (1989). –A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”. In: *Nova escrita ensaio* nº 17/18. São Paulo: editora Ensaio.

\_\_\_\_\_. (1979). –As Máquinas param Germinar a Democracia”. In: *Escrita ensaio* nº 4. São Paulo: Editora Ensaio.

Como resultado destas novas técnicas [...]. –Ações apontam más condições de trabalho em frigoríficos”. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/11>. Acessado em 10 de março de 2011.

–Com 1.850 empregados, JBS de Barretos registrou 496 afastamentos por problemas físicos e psíquicos no primeiro semestre de 2011, diz MPT”. Disponível em: <http://moendogente.org.br/#lat=->

[17.157765932912227&lng=-49.881663489746245&zoom=5](http://17.157765932912227&lng=-49.881663489746245&zoom=5). Acessado em 20 de novembro de 2013.

DANTAS, José. (1991). *História do Brasil*. São Paulo: Editora Moderna

—Decisão judicial obriga JBS de Água Boa (MT) a não prorrogar jornada e a conceder pausas para recuperação térmica”. Disponível em: <http://moendogente.org.br/#lat=-10.89796514309391&lng=-49.881663489746245&zoom=5&p=266>. Acessado em 15 de fevereiro de 2013.

FERNANDES F. (2008). *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo: Globo.

\_\_\_\_\_. (1981). *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GIL, Antônio. (2002). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

GOMES, Rafael de Araújo. —Milhares de Mortos, Bilhões de prejuízo: o custo humano e econômico dos acidentes de trabalho no Brasil”. Palestra proferida no Seminário do Trabalho na universidade Estadual —ílio de Mesquita Filho” UNESP – Campus de Marília-SP.

\_\_\_\_\_. —Mentiras Trabalhistas Não Ajudarão A Indústria Brasileira”. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/98237473/Mentiras-trabalhistas-nao-ajudarao-a-industria-brasileira>. Acessado em 2 de maio de 2013.

GORZ, André. (1987). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária Ltda.

—Governo intensifica retirada de direitos com nova —forma” da previdência”. Disponível em: <http://www.cclcp.org/index.php/inicio-cclcp/nacional/221-ano-novo-velhos-ataques>

HASHIZUME, Maurício. —Acidentes e doenças de trabalho: 6 mil morrem por dia no mundo”. Disponível em:

<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1339>. Acessado em: 22 de agosto de 2008.

HOBSBAWN, Eric. (1988). *Mundo do trabalho: novos estudos sobre a classe operária*. Rio de Janeiro: Terra e Paz.

HUBERMAM, Leo. (1981). *A História da Riqueza do Homem*. São Paulo: Zahar Editores.

INÁCIO, José R. (2012). *Sindicalismo e Ética: (re)ação, sanidade e trabalho*. Belo Horizonte: Crisálida.

\_\_\_\_\_. (Org.). (2012). *Sindicalismo no Brasil: Os Primeiros 100 anos?*. Belo Horizonte: Crisálida.

–Inverte São Paulo/Agronegócio: Pecuária Paulista”. Disponível em: <http://www.investe.sp.gov.br/setores/carne>. Acessado em 05 de novembro 2013 às 20h

–JBS já encosta na Vale em faturamento”. Disponível em: <http://www.estrategianaadvocacia.com.br/noticias2.asp?id=4399#.UYj-daKG1d0>. Acessado em 2013.

–BS e grandes frigoríficos pressionam por cartelização”. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/entrevista/jbs-e-grandes-frigorificos-pressionam-por-cartelizacao>. Acessado em 5 de maio de 2013.

KURZ, Robert. (1996). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna a crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LARA, Ricardo. (2007). –O Trabalho Invisível em Franca-SP”. In: CANÔAS, José Walter. (Org.). *Na pegada do sapateiro: 65 anos do STIC, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçado*. Franca: Ed. Unesp/FHDSS.

\_\_\_\_\_. (2008). Aproximações Indispensáveis: Serviço Social, Mundo do Trabalho e Crise do Capital, In: TUMOLO P. S; BATISTA. R. L.

(Org.). *Trabalho, Economia e Educação: Perspectivas do Capitalismo Global*. Maringá: Editora Massoni,

LENIN, W. I. (2010). *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro.

\_\_\_\_\_. (2007). *O Estado e a Revolução: o que ensina o Marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Centauro.

\_\_\_\_\_. (2010). *O Que Fazer: Dilemas Candentes do Nosso Movimento*. São Paulo: Expressão Popular.

LOPES, C. –Em 2012, 296 empresas nacionais passaram para o controle estrangeiro”. Disponível em: <http://www.cclcp.org/index.php/inicio-cclcp/nacional/245-em-2012-296-empresas-nacionais-passaram-para-controle-estrangeiro>. Acessado em 1º de Maio de 2013.

LOURENÇO, Edvânia A. S. (2009). *Na Trilha Da Saúde Do Trabalhador: A experiência de Franca*. Franca: Editora Unesp Campus de Franca.

LUKÁCS, György. (1969). *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Terra e Paz.

\_\_\_\_\_. (2012). *Para uma ontologia do Ser Social*. Vol.1. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. *O Trabalho*. Tradução Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), (2001) a partir do texto *Il Lavoro*, primeiro capítulo do segundo tomo de *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Disponível em: <http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>. Acessado em 20 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. (1967). *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala.

\_\_\_\_\_. A Alienação . In: *Ontologia do Ser Social*. Tradução do Prof Sergio Lessa (Universidade Federal de Alagoas), a partir do texto L'estraniamento, *Ontologia Dell'Essere Sociale*, II\*\*, IV, a cura de

Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1976- 1981. Disponível em:  
<http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>. Acessado em 16 de março de 2013.

LUPATTINI, Marcio. (2008). Processo de Trabalho e Autonomização do Capital-dinheiro Sob a Forma Capital Portador de Juros. In: Anais do VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação

LUXEMBURGO, Rosa. (1985). *Acumulação do Capital*. São Paulo: Abril Cultural.

MARINI, Rui M. (2009). Dialética da Dependência. In: Traspadini R. Stedile J. P. (orgs). *Rui Mauro Marini vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (2006). *Pesquisa qualitativa: instigante desafio*. São Paulo: Veras.

MANDEL, Ernest. (1985). *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural.

MARX, Karl. (1998). *O capital*. v. 3. t. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2005). *O capital: crítica da economia política: o processo de circulação do Capital*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2008). *O capital: crítica da economia política*. L. 1. v. 1. t. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2011). *O capital: crítica da economia política*. L. 1. v. 1. t. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2006). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. –Para a questão judaica”. Disponível em:  
<http://www.marxismo/karlmarx/pdf/08>. Acessado em 2 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_. (1987). *A Sagrada Família: ou Crítica da Crítica Crítica Contra Bruno Bauer e Seus Seguidores*. São Paulo: Editora Moraes.

\_\_\_\_\_. (2008a). *Trabalho Assalariado e Capital & Salário Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular.

\_\_\_\_\_. (1989). *A Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*. Trad. José Paulo Netto. 2.ed. São Paulo-SP: Global Editora.

\_\_\_\_\_. (2001). *Crítica à filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2001). *Crítica à filosofia do Direito de Hegel: Introdução*. São Paulo: Boitempo São Paulo.

MARX & ENGELS. (2007). *A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. (2002). *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM.

MÉSZÁROS, István. (2002). *Para além do capital: uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. (2009). *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo.

MINAYO, C.Gomez & BRANT, L. Carlos. (2009). “Adoecimento na Gestão do Trabalho”. In: *Saúde Soc.* São Paulo, v.18, n.2, p.237-247.

\_\_\_\_\_. COSTA S. M. F. T. “Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva”. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(2): 411-421, (1999).



MINISTÉRIO DA SAÚDE: Sobre a Saúde do Trabalhador. Disponível em:

<[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=30426&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=30426&janela=1)>. Acessado em 22 de ago de 2008.

NETTO, José Paulo. (2002). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. -“Uma face contemporânea da barbárie”. 2011 disponível no

[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo) acessado no dia 01 de julho de 2012.

-“Nota de resposta ao repórter Brasil do grupo JBS Friboi”. Disponível em: <http://moendogente.org.br/#lat=-15.978408846305909&lng=-49.881663489746245&zoom=5&p=620>. Acessado em 10 de Março de 2013.

-“Nota de resposta ao repórter Brasil do Grupo Marfrig”. Disponível em: <http://moendogente.org.br/#lat=-25.70983876989266&lng=-54.451975989746245&zoom=5&p=625>. Acessado em 10 de Março de 2013.

-“O embargo da carne brasileira revista” (2010) Veja *on-line* disponível no [http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/aftosa/index.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/aftosa/index.shtml). Acessado em 15 de fevereiro de 2013.

PRADO Jr, Caio. (1994). *A história econômica do Brasil*. São Paulo: Vozes,.

\_\_\_\_\_. (2004). *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Ranking das exportações brasileiras em 2006, com a venda de carne bovina. In: Ações apontam más condições de trabalho em frigoríficos.

Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/11>>. Acessado em agosto de 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. (2007). *A Organização Do Trabalho No Século 20: Taylorismo Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular.

PRESTES, Luiz Carlos. –Carta aos Comunistas”. Disponível em: <http://www.marxista.org.br>. Acessado em 08 de fevereiro de 2013.

RAMAZZINI, Bernardino. –*De morbis artificum diatriba*”. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=4GYOAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=4GYOAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acessado em 25 de Fevereiro de 2013.

REMIJO, Alcides. *As condições de Trabalho nos Frigoríficos de Barretos*. Trabalho para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social entregue na Universidade Estadual Paulista –Julio Mesquita Filho” Unesp-Franca, 2009.

\_\_\_\_\_. –O silêncio da Dort: uma análise do trabalho dos faqueiros de carnes de Barretos”. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 7. **Anais...** Marília: Ed. Unesp, 2010. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Alcides\\_Pontes\\_Remijo\\_O\\_Silencio\\_da\\_Dort.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Alcides_Pontes_Remijo_O_Silencio_da_Dort.pdf)>. Acessado em 20 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_, LARA, Ricardo. (2012). Contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro: agronegócio versus saúde dos trabalhadores nos frigoríficos de carnes. In: *Questão Agrária, Saúde do Trabalhador e os desafios para o século XXI*. Franca: Cultura Acadêmica.,

SALIM, Celso A. (2010). Os resultados da pesquisa sobre acidentes do trabalho nas micro e pequenas empresas industriais de calçados e confecções: suas contribuições, limites e críticas. In: SALIM, C. A. INÁCIO J. R. (Org.) *O Vestir e Calçar: perspectivas da relação saúde e trabalho*. Belo Horizonte: Crisálida.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. (1999). *Entre a Nação e a Barbárie*. São Paulo: Editora Vozes.

SANTOS FILHO, Jose Camilo. **PESQUISA EDUCACIONAL:** Quantidade-Qualidade 2. ED. Coleção Questões da Nossa Época (1997).

TEIXEIRA F.J.S. (1996). Modernidade e crise: reestruturação capitalista fim do capitalismo?. In: TEIXEIRA, F. J. S. & OLIVEIRA, M. A. *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.

WEBER Max. (1999). *Ciência e Política: Duas Vocações*. 9ed. São Paulo: Cultrix.

WÜNSCH FILHO, V. (1999). –Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências”. Caderno. Saúde Pública, 15(1):41-51, jan-mar. Rio de Janeiro.